

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**POBREZA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL  
UM ESTUDO SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA**

**MARINA PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**

**BRASÍLIA  
DEZEMBRO – 2006**

**MARINA PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**

**POBREZA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL  
UM ESTUDO SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Políticas de Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Lavina Madeira Ribeiro

**BRASÍLIA  
DEZEMBRO – 2006**

**MARINA PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**

**POBREZA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL  
UM ESTUDO SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Lavina Madeira Ribeiro – Orientadora - UNB

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas - UFG

---

Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros - UNB

---

Prof. Dr. Edson Silva de Farias - UNB - Suplente -

Ao Rodrigo, companheiro de vida e de sonhos, com quem aprendo o pleno significado do amor.

Aos meus pais, Céres e Lindenberg, com quem aprendo o significado das palavras “generosidade” e “coragem”.

À minha avó Donana, que nos ensina os sentidos da vida.

À Laura, esperança de um amanhã melhor.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, fonte de amor essencial. Ao Rodrigo, meu companheiro, que me estimulou a prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis, compreendeu as minhas ausências e, com amor, carinho e cumplicidade, me ajudou a suportar os momentos de maior estresse. À minha mãe, Céres, minha maior incentivadora para desvendar os caminhos da ciência e para enfrentar os desafios da vida, pela disponibilidade e generosidade, em todas as etapas desta caminhada, e por tudo o que representa para mim. Ao meu pai, Lindenberg, exemplo de ética e de caráter — cuja trajetória de vida me fortalece para seguir em frente —, pelo amor sensível, o apoio firme e a solidariedade. À minha irmã Isabel, minha “alma-gêmea” — que me ensinou a compartilhar a vida — pelo companheirismo constante e a amizade leal. Ao meu querido irmão, André, que mesmo em terras distantes, acompanhou e iluminou, com a sua alegria, o caminho percorrido. Ao Fernando, pela amizade sincera. Às tias Heloísa e Solange e à madrinha Laetitia, pelo carinho, o incentivo constante e o interesse com que acompanham meus passos.

À querida professora Lavina, minha orientadora, que já no primeiro encontro revelou toda a sua ternura, competência e solidariedade, essenciais para a realização do curso de Mestrado e a conclusão deste trabalho.

Ao ministro Nilmário Miranda, por ter me despertado para a luta pelos direitos humanos e pela confiança em mim depositada.

Aos amigos e amigas que não me “abandonaram”, mesmo depois da convivência ter sido sacrificada com tamanha sobrecarga de trabalhos e estudos, nestes últimos anos. À Thais, pela amizade fraterna e generosa, fundamental para amenizar o clima seco do Planalto Central. À Carolina Melo, pelo incentivo e pelos livros emprestados. Às “meninas da SEDH”, em especial Renata, Sueli e Val, militantes de direitos humanos, que de colegas de trabalho transformaram-se em amigas queridas e essenciais.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília pela oportunidade que me foi concedida. À Secretaria-Geral da Presidência da República, na pessoa do ministro Luiz Soares Dulci, por ter me proporcionado as condições para a conclusão deste trabalho.

Muitas pessoas me acompanharam nesta caminhada e agradeço a todas que, de alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui.

*Na vida, o que aprendemos mesmo  
é a sempre fazer maiores perguntas.*

Guimarães Rosa

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel dos *media* no debate público acerca dos sentidos assumidos pela questão da pobreza no Brasil – entendida na perspectiva da privação dos direitos fundamentais. Ao analisar as relações entre o sistema midiático e esfera pública, a dissertação identificou, e analisou as diferentes maneiras pelas quais os *media* contribuíram para que um debate público sobre os direitos humanos no Brasil – compreendidos também como direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais – pudesse ocorrer nos diversos espaços da vida social, contribuindo, assim, para a elucidação da questão da pobreza e de sua persistência na sociedade brasileira.

Analisando a cobertura jornalística de seis eventos ocorridos no período de 1993 a 2005, o trabalho busca contribuir com os estudos atuais acerca das relações entre comunicação e política, na medida em que procura identificar os mecanismos de construção de um espaço no qual os diversos interesses possam se manifestar e sujeitos possam se confrontar, disputando a legitimidade e reconhecimento e em que o sentido comum da vida social – em especial a garantia da vida digna – possa se tornar regra e prática de ação. Este estudo também busca oferecer uma perspectiva nova ao conjunto de estudos sobre a questão da pobreza no Brasil, somando-se aos esforços que tantos empreendem na busca da superação desse problema.

**Palavras-chave:** mídia, esfera pública, democracia deliberativa, pobreza, cidadania, direitos humanos.

## **ABSTRACT**

This work aims to make a reflexion about the function of the media on the public discussion over the meanings assumed by the poverty in Brazil – comprehended under the restriction of basic rights.

Analyzing the relations among media and public sphere, this dissertation identified, and brought into analysis, the different manners that the media would enable the public debate about human rights in Brazil – also understood as politic, civil, social and cultural rights - to appear in several areas contributing for the clarification of the poverty as a social issue and its abiding.

Dissecting the press coverage of six events occurred from 1993 until 2005, this work seeks contribute to the current studies about the relations among communication and politics, trying to identify the construction mechanism of an area, where various interests are able to manifest and subjects are enabled to confront themselves, disputing the legitimacy and recognizing and where the meaning of social life – specially the assurance of a decent life – could become a rule among people, present as a daily basis reality. This work also aims to offer a new perspective to previous studies about poverty in Brazil, adding itself to so much effort that is dedicated to elucidate this issue.

**Keywords:** media, public sphere, deliberative democracy, poverty, citizenship, human rights

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
<b>I - Esfera pública, mídia e democracia deliberativa .....</b>	<b>11</b>
1.1- Origem e estrutura do conceito de esfera pública .....	12
1.2- A dinâmica da esfera pública na contemporaneidade .....	19
1.3- Mídia e esfera pública .....	22
1.3.1- Discurso jornalístico: modos de operação da realidade .....	28
1.4- Democracia deliberativa e deliberação pública .....	35
<b>II – Direitos humanos, cidadania e pobreza .....</b>	<b>46</b>
2.1- Direitos humanos e pobreza .....	49
2.2- Cidadania no Brasil e a persistência da pobreza .....	56
<b>III – A palavra impressa .....</b>	<b>67</b>
3.1- Natal sem fome .....	67
3.2 – Lançamento do Projeto Fome Zero .....	83
3.3 – Posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva .....	90
3.4 – Lançamento do Programa Fome Zero .....	97
3.5 – Sanção da Lei da Renda Básica da Cidadania .....	109
3.6 – Lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza ...	114
<b>IV– Os termos do <i>enigma</i> .....</b>	<b>120</b>
4.1– Pobreza, cidadania e direitos humanos: <i>afinal onde estão?</i> .....	122
4.2 – A mídia e os discursos sobre a pobreza .....	131
4.3 – A pobreza na <i>ágora</i> : o debate nas esferas públicas .....	148
<b>Considerações finais .....</b>	<b>160</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>167</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>174</b>



## INTRODUÇÃO

*Eu quase que nada sei. O senhor concedendo, eu digo:  
para pensar longe, sou cão mestre. O senhor solte na minha  
frente uma idéia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de  
todos os matos, amém!*

Guimarães Rosa

A questão da pobreza no Brasil<sup>1</sup> – conhecida e registrada ao longo do tempo e alvo de diferentes discursos políticos – ainda não conseguiu construir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar e orientar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de civilização. Nem mesmo um aparente consenso ético sobre a necessidade de se combater a pobreza parece ter sido suficiente para mobilizar a esfera pública em torno da efetiva superação do problema.

A dificuldade de inserir o tema da pobreza na esfera pública e nos debates públicos – de uma maneira mais apropriada, inscrevendo-a no terreno dos direitos e da cidadania – é o obstáculo mais relevante para a elucidação do “enigma” da pobreza brasileira, cuja resolução exige, necessariamente, a construção de marcos éticos, legais e políticos debatidos publicamente. Como acredita Telles, essa seria a maneira de inserir a questão da pobreza numa perspectiva emancipatória, sob a ótica dos direitos humanos e da cidadania.

Nessa perspectiva, o diálogo público — em que atores sociais e agentes políticos se constituem, estabelecem suas posições, apresentam seus argumentos publicamente e polemizam acerca deles — é o procedimento encontrado pela sociedade democrática para que ela possa refletir sobre si mesma, examinando seus problemas, debatendo os pontos de vistas acerca de suas questões, (re)construindo noções de justiça e de direito que interferem no

---

<sup>1</sup> A definição do conceito de pobreza é polêmica e permite diferentes abordagens. Neste trabalho, estamos nos apropriando da conceituação utilizada por TELLES, que entende a pobreza como a denegação dos direitos na trama social. Estamos também adotando as concepções dessa autora sobre a pobreza no Brasil e as dificuldades para seu enfrentamento e solução. TELLES, V. da S. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Ver também: \_\_\_\_\_. *Cidadania inexistente: Incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia)

cotidiano dos cidadãos e buscando sua incorporação no arcabouço legal da Nação.

A mídia desempenha um papel fundamental nas sociedades democráticas, uma vez que, contemporaneamente, confere visibilidade e relevância a temas na esfera pública e possibilita que as temáticas sejam (re)apropriadas por diferentes atores e foros, contribuindo para que a polêmica sobre a questão tratada mude de patamar, adquira sentidos distintos e seja incorporada nos marcos normativos que regulam a vida social.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel dos *media* no debate público acerca dos sentidos assumidos pela questão da pobreza no Brasil – entendida na perspectiva da privação dos direitos fundamentais. Ao analisar as relações entre o sistema midiático e esfera pública, a dissertação pretende identificar, compreender e analisar as diferentes maneiras pelas quais o sistema midiático contribui para que um debate público sobre os direitos humanos no Brasil – compreendidos também como direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais – possa ocorrer nos diversos espaços da vida social, contribuindo, assim, para a elucidação da questão da pobreza e de sua persistência na sociedade brasileira.

A rigor, o trabalho se debruçou sobre o seguinte problema de pesquisa: de que forma o sistema midiático colabora para a realização de um debate público sobre a questão da pobreza no Brasil? Ou, colocada em outros termos, a pesquisa procurou saber se — e de que forma — os *media* têm contribuído para a elucidação do “*enigma da pobreza*”<sup>2</sup>, tendo como referência a articulação entre pobreza, cidadania e direitos humanos, associação fundamental para que as diferentes concepções acerca do tema possam ser submetidas ao crivo do interesse público, na apresentação pública de argumentos e pontos de vista.

O problema de pesquisa assim formulado exigiu, portanto, a articulação de três eixos teóricos. O primeiro deles referido à esfera pública<sup>3</sup> implicou o exame de

<sup>2</sup> TELLES, V. da S. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.88

<sup>3</sup> No Brasil, há alguns estudiosos, especialmente na área de comunicação que, formados no contexto da teoria crítica de tradição adorniana, suspeitam da inexistência de uma esfera pública

conceitos relativos à democracia, especialmente no seu modelo deliberativo; o segundo, a persistência da pobreza brasileira como um “enigma” — por não incorporar, na sua abordagem, a “gramática dos direitos” — que desafia sociedade e governos; e um terceiro eixo teórico relativo ao sistema midiático como um relevante elemento na configuração da esfera pública e dos processos de formação da opinião e da vontade políticas.

Com tais formulações sustentando a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida na dissertação, a pesquisa procurou, em primeiro lugar, identificar e registrar as formas utilizadas pelos *media* para tratar o tema da pobreza. Em seguida, foi necessário compreender as maneiras pelas quais alguns segmentos da mídia participam da configuração da esfera pública, à medida que ocorrem debates e polêmicas sobre a pobreza no Brasil. E, finalmente, procuramos identificar alterações de sentido que emergem nesse debate, na tentativa de perceber se tais alterações indicariam modificações significativas que pudessem configurar mudanças no patamar de tratamento da questão.

Ao escolher trabalhar com o tema da pobreza na perspectiva do seu tratamento midiático, percebemos que seria necessário selecionar determinados eventos que, ao longo de um razoável período de tempo, fizessem emergir essa problemática na cobertura dos *media*. Essa operação foi necessária porque

no Brasil e em países da América Latina, pois seriam os meios de comunicação que teriam ocupado o espaço das mediações sociais, da exposição de interesses, da disputa política frente a uma assistência não-educada, acrítica e passiva. Segundo Avritzer, os autores que estudam a transição e consolidação democrática na América Latina enfatizam o “papel democratizante das instituições que devem assegurar a prevalência das incertezas do jogo político, mesmo contra a vontade das elites antidemocráticas.” Mas, continua Avritzer, essa perspectiva analítica não leva em conta, de maneira adequada, o papel da esfera pública nessa perspectiva, o que levaria a, pelo menos, dois problemas nas análises realizadas. Tais problemas seriam a visão limitada que se têm acerca do papel dos novos atores sociais que emergem no processo de redemocratização e a visão reducionista acerca das relações entre política e cultura. Como aponta o autor, “falta, em ambos os problemas, um conceito substantivo de espaço público que permitisse (...) entender como, nessa esfera, se constroem, pela comunicação política, a legitimidade e o poder efetivo que conquistam os novos atores sociais e (...) mostrar como a existência ou inexistência de uma esfera pública politicamente atuante tem papel fundamental na construção de uma cultura democrática e na constituição de mecanismos de fiscalização pública que inibissem o clientelismo e o particularismo”. Afinal, é da constituição de um domínio público, na democracia brasileira, que carregue as possibilidades de debate, construção de consenso, lutas por reconhecimento, estabelecimento de direitos e de regras de civilidade que sejam efetivos tanto na armadura legal quanto na trama social, que estamos tentando abordar, aqui, nesse trabalho, na suposição de que a esfera pública é um elemento fundante da construção democrática. Ver: AVRITZER, L. & COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América latina. In: MAIA, R. & CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 63-90

tínhamos a consciência de que a pobreza enquanto tal não é objeto de atenção cotidiana da mídia. Assim, após a exploração de alguns temas percebemos que a “fome”, como face mais visível e mais dramática da pobreza — que torna evidente a denegação dos direitos dos sujeitos que se encontram nessa situação — havia sido objeto de atenção em um conjunto relevante de acontecimentos. Selecionamos, então, seis eventos distintos que aconteceram ao longo de 12 anos: de 1993 a 2005. Nossa pretensão era a de verificar, como já dissemos, se, nesse período, a forma de tratamento da mídia sobre a questão da pobreza havia se alterado, em que aspectos essa alteração havia ocorrido e qual a sua contribuição para a formação de uma opinião pública que percebesse a pobreza como uma violação dos direitos humanos e exigisse reparação e superação de tal situação. Nesse sentido, a temporalidade ampliada era fundamental, bem como a seleção de veículos de comunicação que permitissem, pela sua linha editorial e pela amplitude de sua cobertura, tratar dos eventos selecionados de acordo com seus critérios de noticiabilidade.

Tal opção resultou em extenso material empírico — matérias jornalísticas de diversos gêneros e formatos — que exigiu apurada análise do conteúdo abordado sob tais formatos e gêneros. Nessa perspectiva, construímos como apoio metodológico, a compreensão dos elementos próprios do discurso jornalístico — fundamentada na literatura sobre o tema —; matrizes analíticas suportadas pelos eixos teóricos que orientam o trabalho e procedimentos de qualificação e quantificação do material, de acordo com as possibilidades e necessidades apontadas pelo próprio itinerário adotado na elaboração do texto.

A opção pela abordagem qualitativa na análise do material empírico coletado resultou, também, da nossa compreensão acerca do fenômeno de que estamos tratando: relações discursivas, interações sociais e simbólicas, busca de entendimento mútuo contraposta a ações estratégicas produzidas pelo confronto de interesses. Enfim, toda uma complexa teia social que se deixa apreender, torna-se visível e ganha inteligibilidade nas “páginas de jornais e de revistas” que, na sua condição de mercadoria, estão à disposição do consumidor-cidadão. Apreender essas relações, seus procedimentos discursivos e o que resulta disso tudo na compreensão de como a sociedade brasileira tem tratado a questão da

pobreza e sua persistência no contexto de um País que se pretende e se faz moderno, como já dissemos anteriormente, é o núcleo de orientação deste trabalho, o que exigiu apreensão da qualidade dessas informações, ainda que, em alguns aspectos, sua quantificação também possa ser elucidativa.

Como objeto de análise empírica, a partir dos critérios acima descritos, escolhemos, então, a cobertura jornalística dos eventos selecionados realizada por dois jornais — a Folha de São Paulo (FSP) e O Globo — e por duas revistas de interesse geral e de circulação nacional — a Veja e a Carta Capital<sup>4</sup>.

Os eventos selecionados foram circunscritos em um período de tempo que tanto nos permitisse uma coleta de material significativo quanto levasse em conta o tempo médio de permanência de um assunto na mídia, de forma a possibilitar, inclusive, pelo número de matérias publicadas, a indicação da importância e do interesse que o evento despertou. Ressaltamos que esses são alguns dos critérios de noticiabilidade adotados no processo de produção do discurso jornalístico, como veremos mais à frente. Definimos, assim, que a cobertura de cada evento seria acompanhada por dez dias para que se pudesse contar pelo menos com a edição de um número das revistas, já que sua periodicidade é semanal.<sup>5</sup>

Os eventos selecionados para a coleta de dados e análise foram os seguintes.

1) Natal sem Fome, uma iniciativa da sociedade civil, coordenada pela organização não-governamental Ação pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida — um marco nos esforços de mobilização em torno da questão da

---

<sup>4</sup> A opção por tais veículos de comunicação se explica pelas seguintes razões: os dois jornais são os de maior tiragem no país, têm circulação e abrangência nacional e configuram linhas editoriais distintas, mesmo que não sejam divergentes. A revista Veja é a mais antiga publicação de interesse geral, em circulação no Brasil, sendo também a de maior tiragem, com circulação nacional. A Carta Capital é uma publicação de circulação nacional, com tiragem expressiva, ainda que modesta se comparada aos números de Veja, e com perfil editorial e de leitores muito diferenciado daquele apresentado por Veja, o que não acontece com outras revistas semanais, também de ampla circulação. No evento de 1993, o Natal sem Fome, coletamos o noticiário na revista Isto É, pois àquela época a Carta Capital ainda não circulava.

<sup>5</sup> Em razão do número de eventos selecionados e dos prazos para conclusão da pesquisa, a coleta de dados foi feita por meio de *clippagem* eletrônica do material impresso, o que trouxe rapidez e confiabilidade na obtenção do material, mas dificultou a realização da análise morfológica.

pobreza. Segundo o histórico do evento, coletado no sítio da organização na Internet, esta

*“foi a primeira grande campanha de arrecadação de alimentos promovida pela Ação da Cidadania. No primeiro ano do Natal Sem Fome foram arrecadadas 580 toneladas de alimentos que beneficiaram 290.000 pessoas em situação de miséria. Os alimentos foram distribuídos entre os 75 comitês cadastrados na Ação da Cidadania no ano de 1993”.*<sup>6</sup>

Naquele ano, segundo pesquisa do IPEA, havia no Brasil 32 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. O evento foi pesquisado nos veículos de comunicação integrantes da amostra durante o período de 19 a 29 de dezembro de 1993.

2) Lançamento do Projeto Fome Zero. Em 16 de outubro de 2001, a organização não-governamental Instituto Cidadania apresentou, em cerimônia no Senado Federal, uma proposta de política de segurança alimentar elaborada por membros do Partido dos Trabalhadores, com a colaboração de representantes de ONGs, institutos de pesquisas, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas ligados à questão. Nessa cerimônia, em que o então pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a liderança da iniciativa, o Projeto Fome Zero foi apresentado como uma proposta de política pública, a ser implementada pelo governo. O noticiário sobre o evento foi pesquisado no período de 14 a 24 de outubro de 2001.

3) Posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República – Na cerimônia de posse, no Congresso Nacional, o Presidente Lula fez um pronunciamento em que prometeu mudar o País, estabeleceu como prioridade de governo o combate à fome e convocou a sociedade brasileira a tomar parte nessa luta. As repercussões do discurso e a “suíte” noticiosa a respeito da posse configuram o evento selecionado, tendo a coleta de dados sido feita no período de 1º a 10 de janeiro de 2003.

4) Lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Fome Zero - Apontado como o principal programa social do governo que se iniciava, o Fome Zero foi lançado em 30 de janeiro de 2003 e baseava-se na proposta apresentada em

---

<sup>6</sup> Site da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida – Comitê Rio.  
[www.acaodacidadania.com.br](http://www.acaodacidadania.com.br)

outubro de 2001. Este evento foi pesquisado no período de 25 de janeiro a 5 de fevereiro de 2003.

5) Sanção presidencial da Lei que instaurou a Renda Básica de Cidadania - De iniciativa do senador Eduardo Suplicy, depois de tramitar por 13 anos no Congresso Nacional, a lei foi promulgada no dia 8 de janeiro de 2004, em solenidade no Palácio do Planalto. A Renda Básica significa, como direito de cidadania, um valor monetário pago pelo Estado a cada membro de pleno direito ou pessoa residente da sociedade, sem tomar em consideração se é rico ou pobre e sem referência ao local de moradia ou a pessoas com quem conviva. A lei sancionada estabelece que, a partir de 2005, todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, terão o direito de receberem, anualmente, um benefício monetário. A coleta de dados foi realizada no período de 2 a 12 de janeiro de 2004.

6) Lançamento da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza - Evento realizado em Porto Alegre durante o V Fórum Social Mundial, no dia 27 de janeiro de 2005. A Chamada Global para a Ação contra a Pobreza é uma aliança da sociedade civil internacional pela eliminação da pobreza no mundo. O período de coleta de dados foi de 22 de janeiro a 2 de fevereiro de 2005.

Esse procedimento de coleta resultou em rico e extenso material, constituído por 167 matérias jornalísticas, cuja distribuição nos dias pesquisados, teve uma variação expressiva, a depender do evento analisado. (ver Anexo I).

Como já afirmamos, a pesquisa buscou identificar argumentos e pontos de vista que se apresentaram na cena pública e verificar a possibilidade de que o debate travado pudesse levar - ou não - a uma mudança de patamar na concepção acerca da pobreza prevalente na sociedade, deixando de privilegiar uma noção caritativa, filantrópica, repressiva e/ou paternalista para adotar uma perspectiva relacionada à cidadania e aos direitos. Para que isso fosse possível, foram criadas categorias de análise que nos possibilitaram a apreensão deste processo, identificando, ainda, os sujeitos que se fizeram presentes no debate midiático, os argumentos e contraposições que foram publicizados e as formas pelas quais o discurso jornalístico realizou essas operações. Assim, elaboramos

duas fichas de registros (ver Anexo II) que foram utilizadas na análise de cada uma das 167 matérias jornalísticas que formaram o *corpus* sobre o qual trabalhamos. Além do registro minucioso da ocorrência de cada uma das categorias analíticas constantes das fichas, foi elaborado um pequeno resumo de cada notícia, com indicação de elementos e aspectos que mais nos chamaram a atenção, para que não se perdesse a visão global do conjunto da cobertura do evento. Após o registro das ocorrências de cada categoria analítica, elaboramos ainda uma ficha resumo de cada evento analisado (ver Anexo III)

Como material de apoio para a pesquisa empírica, coletamos documentos relacionados aos eventos, especialmente documentos de natureza técnica, que nos permitissem compreender melhor o próprio evento analisado, contextualizá-lo no seu tempo histórico e travar contato com as visões mobilizadas pelos próprios atores daqueles acontecimentos. Tal documentação permitiu-nos, ainda, monitorar a cobertura em termos das informações que foram disponibilizados aos jornalistas. Assim, coletamos *folders*, vídeos, discursos, relatórios técnicos, conteúdos disponibilizados por sítios na Internet (ver Anexo IV), enfim, um conjunto de material que possibilitou maior objetividade na análise e uma compreensão mais enriquecedora dos acontecimentos relatados na cobertura dos *media*.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos e uma quinta parte, a guisa de conclusão. No primeiro capítulo, tratamos da discussão acerca do conceito de esfera pública — com base nas formulações iniciais de Jürgen Habermas e as elaborações correlatas de Hannah Arendt —, do seu desenvolvimento nas obras mais recentes daquele autor e da importância da esfera pública, especialmente no mundo contemporâneo. Em seguida, ainda a partir das matrizes teóricas habermasianas, destacamos o papel dos *media* na configuração da esfera pública, abordando o jornalismo como uma das instituições mais relevantes do sistema midiático, suas modalidades operatórias e as características peculiares de sua construção discursiva. Finalmente, encerrando o capítulo, discutimos, fundamentados nas contribuições de Habermas, Cohen e Bohman, o conceito de democracia deliberativa, as possibilidades e limites de seu uso na discussão dos processos de formação da opinião pública e da vontade

política e a pertinência da articulação entre tais formulações, o conceito de esfera pública e o sistema midiático.

No segundo capítulo, abordamos os temas relacionados aos direitos humanos — compreendidos como direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais — sua inserção na pauta de discussão política na atualidade e suas relações com o conceito de cidadania, especialmente no enfoque que lhe dá a matriz republicana e comunitarista. A questão da pobreza no Brasil foi abordada principalmente a partir das formulações de Vera da Silva Telles, com a contribuição de outros autores que têm desenvolvido esforços analíticos no sentido de compreender o enigma da persistência da pobreza no Brasil.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar, de forma detalhada e minuciosa, uma descrição do material empírico coletado, procurando construir uma visão de conjunto da maneira com que os *media* abordaram os eventos selecionados na nossa amostra de pesquisa.

E, finalmente, no quarto capítulo, desenvolvemos, com base nas categorias sustentadas pela construção teórico-metodológica apresentada no trabalho, a análise do material jornalístico coletado na pesquisa e descrito no capítulo anterior. Pobreza, discurso midiático e debate público são os termos que organizaram as nossas categorias analíticas e indicaram o percurso da discussão apresentada nessa parte da dissertação.

Esperamos que este trabalho possa representar uma contribuição para os estudos atuais acerca das relações entre comunicação e política, na medida em que procura identificar os mecanismos de construção de um espaço no qual os diversos interesses possam se manifestar e sujeitos possam se confrontar, disputando a legitimidade e reconhecimento e em que o sentido comum da vida social — em especial a garantia da vida digna — possa se tornar regra e prática de ação. Esperamos, também, que este estudo possa oferecer uma perspectiva nova ao conjunto de estudos sobre a questão da pobreza no Brasil, somando-se aos esforços que tantos empreendem na busca da superação desse problema. Enfim, temos a esperança de que, na nossa recente democracia, os *media* possam estar

a serviço do interesse público — não se submetendo em demasia ao interesse do público — e que palavras como direito e justiça possam se tornar realidades concretas e efetivas para todos os cidadãos desse País.

## CAPÍTULO I

### ESFERA PÚBLICA, MÍDIA E DEMOCRACIA DELIBERATIVA

*... sem o espaço da aparência e sem a confiança na ação e no discurso como forma de convivência, é impossível estabelecer inequivocamente a realidade do próprio eu, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante.*

Hannah Arendt

Estudos sobre o sistema dos *media* têm constatado sua relevância para a constituição da democracia, na medida em que os processos de formação da opinião e da vontade política, elementos fundantes das sociedades democráticas, estão associados de maneira substantiva ao funcionamento da esfera pública e, especificamente, à esfera de visibilidade mediada. Nesse sentido, examinar de forma mais detida o conceito de esfera pública e sua configuração na sociedade contemporânea — período em que a mídia assume característica de um sistema e funciona sob regras e valores que lhes são próprios — torna-se fundamental, para a compreensão da democracia, dos limites que lhes são impostos e das potencialidades que pode assumir, numa sociedade tomada pela “voragem do progresso”.<sup>7</sup>

Entretanto, como ensina a literatura acerca da democracia, as polêmicas a respeito desse conceito exigem sua apropriação mais refinada. A rigor, sob as críticas à democracia representativa e o temor a suas formas participativas mais radicais; em meio às polêmicas sobre os limites das matrizes do modelo liberal de democracia e às restrições ao modelo republicano pela sua dependência das virtudes dos cidadãos<sup>8</sup>, vai sendo constituído um terceiro modelo, de natureza

---

<sup>7</sup> Sobre o uso desse conceito ver: CASTRO, M.C.P.S. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 36

<sup>8</sup> “A diferença decisiva [entre os modelos liberal e republicano de democracia] reside na compreensão que cabe ao processo democrático. Na concepção ‘liberal’, esse processo cumpre a tarefa de programar o Estado para que se volte ao interesse da sociedade: imagina-se o Estado como aparato da administração pública, e a sociedade como sistema de circulação de pessoas em particular e do trabalho social dessas pessoas, estruturada segundo leis de mercado. (...) Segundo a concepção ‘republicana’, a política não se confunde com essa função mediadora; mais do que isso, ela é constitutiva do processo de coletivização social como um todo.” HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. In: ----- . *A inclusão do Outro: estudos de teoria política*.

discursiva, que recebe a denominação de *democracia deliberativa*. Nesse modelo, que iremos examinar mais adiante, os cidadãos trocam argumentos e razões em público, acerca de temas de interesse comum e buscam, dessa forma, um entendimento “*capaz de alterar os parâmetros constitucionais de formação da vontade política e de pressionar os parlamentos, os judiciários e os governos em favor de determinada política.*”<sup>9</sup>

## 1.1 - ORIGEM E ESTRUTURA DO CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

A presença de outros que vêem o que vemos e  
ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do  
mundo e de nós mesmos.  
Hannah Arendt

Os fundamentos teóricos acerca do conceito de esfera pública, utilizados neste trabalho, estão baseados na obra do filósofo alemão Jürgen Habermas. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*<sup>10</sup>, o autor analisou a esfera pública como categoria histórico-normativa e investigou a estrutura e as funções da esfera pública burguesa, descrevendo seu surgimento, triunfo e declínio. Ainda que suas reflexões acerca de tal modelo tenham sido alvo de reformulações posteriores, algumas delas expressas pelo próprio autor, parece-nos fundamental debruçar-nos sobre aspectos teóricos e normativos do conceito habermasiano de esfera pública.

As análises de Habermas partem do modelo grego de esfera pública e têm como núcleo central as noções acerca do público e do privado, que dialogam de forma interessante com as reflexões de Hannah Arendt, acerca desse tema.<sup>11</sup>

---

São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 277-305.

<sup>9</sup> HABERMAS, J. Apud, AVRITZER, L. & COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública. In : MAIA, R. & CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 70

<sup>10</sup> HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>11</sup> Sobre as influências intelectuais que recebeu na construção de sua obra, ver o interessante artigo do próprio autor. HABERMAS, J. O caos da esfera pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2006. Caderno Mais!, 3-5

Segundo Arendt<sup>12</sup>, a existência humana (vida humana ou *vita activa*) é caracterizada essencialmente por três condições: o *labor*, atividade ligada às necessidades de sobrevivência biológica, cuja condição humana é a própria vida; o *trabalho*, referente às atividades de criação do homem no seu contato com a natureza, cuja condição humana é a mundanidade; e a *ação* que, vista como a única atividade exercida entre os homens sem algum tipo de mediação, corresponde à condição humana da pluralidade.

A vida humana livre e, portanto, digna, só é possível se houver plena independência dos homens ante às necessidades de sobrevivência biológica, de subordinação ao outro e de exercício de comando. Conforme Arendt, o *bios politikos* refere-se somente à esfera dos assuntos humanos, com destaque para a *ação*, a *práxis*, necessária para estabelecê-la e mantê-la. Nem o labor nem o trabalho seriam suficientes para manter um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano, pois ao servir e produzir tão somente o que seria necessário e útil, não poderiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas.

Para os gregos, havia duas esferas básicas de existência: a esfera da necessidade — do labor e do trabalho —, que compreendia a esfera privada da casa e da família, e a esfera da liberdade, — e da ação humana como pluralidade —, correspondente à esfera pública na *polis*. A esfera pública grega, como esfera da vida pública, era constituída pelo exercício da cidadania, expressa na ação e no discurso. Nela, os cidadãos livres conviviam comunitariamente em torno de eventos culturais, esportivos e guerreiros e formulavam opiniões em reuniões informais, em tribunas, conselhos e assembléias. Em contraposição a essa esfera, havia a existência privada doméstica, do desempenho das funções de domínio voltadas para a reprodução das condições gerais de sobrevivência necessárias à manutenção das prerrogativas de cidadania pública. Na esfera pública, é que os assuntos podiam ser verbalizados e se configuravam; na disputa entre si, os melhores se destacavam e as virtudes eram passíveis de reconhecimento.

---

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

A ação política pressupunha os atributos inerentes ao conceito grego de liberdade (*status*, inviolabilidade pessoal, liberdade de atividade econômica e direito de ir e vir) e o reconhecimento comum da condição de igualdade entre os integrantes da esfera pública. Assim, a partir destas condições de igualdade e liberdade, a esfera pública era o lugar próprio da realização das qualidades individuais, da virtude, da coragem, da singularidade distintiva.

O núcleo central da distinção entre as dimensões do público e do privado nas cidades-estado gregas era constituído pela contraposição de duas condições de existência: a liberdade e a necessidade. A liberdade e a igualdade fundavam um modelo de ação política que, ao excluir a relação de domínio e subordinação, baseava-se no uso público da palavra, signo não-violento de expressão da dignidade humana. Neste sentido, o espaço público era concebido como um espaço de construção de sentido, de discurso e não da expressão da força ou da violência.

Ao analisar as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Europa e as suas implicações para a construção de um espaço em que pessoas privadas se reuniam para debater assuntos públicos, Habermas identificou o desenvolvimento do capitalismo europeu como aspecto sócioeconômico fundamental para uma nova configuração histórica das esferas pública e privada na sociedade europeia do século XVI ao XIX.

O Estado absolutista fez surgir a moderna oposição entre o setor público do Estado e o setor privado da sociedade. O sentido do “público” foi incorporado ao âmbito das instituições e ações estatais e corporificado nos funcionários da burocracia do Estado e, principalmente, no monarca. Em oposição, o sentido do privado passou a se referir à esfera social da produção e da vida familiar dos indivíduos que não faziam parte do Estado. Nessa perspectiva, o sentido clássico de esfera pública, na acepção de ação política, foi revisitado, ainda que com profundas diferenças.

Com o desenvolvimento do comércio, o capital comercial passou a ser empregado no processo de produção de mercadorias. A política intervencionista e

protecionista do Estado absolutista transformou a economia num assunto privado, de interesse público. Na análise de Habermas, a intervenção do Estado sobre um assunto da esfera do interesse privado atingiu principalmente os burgueses, produtores e proprietários de mercadorias, e, indiretamente, as pessoas privadas que viviam em função da venda da força de trabalho e do consumo de mercadorias. Assim, de acordo com o autor, em oposição à autoridade pública estatal, surgiu a sociedade civil burguesa, e a economia doméstica privada dos indivíduos ultrapassou a esfera domiciliar e passou a sofrer influência externa, sendo controlada publicamente. E, quando esses indivíduos, especialmente os burgueses, perceberam o interesse comum — ou na maioria dos casos, a oposição — entre eles e o Estado, formou-se um outro “público” no interior do setor privado: a esfera pública burguesa.

Desde o início, os principais protagonistas dessa esfera foram a camada mais esclarecida da burguesia: funcionários do Estado, profissionais autônomos, grandes proprietários e produtores de mercadorias. Esta camada foi o verdadeiro sustentáculo do público dessa esfera, que não pôde mais ser incorporada à cultura aristocrática. Pelo contrário, ela protagonizou uma tensão entre a cidade e a corte. Esta burguesia lia, julgava, emitia opiniões que tinham caráter de publicidade.

As primeiras instituições em que este público se fez presente foram os *salons* e os cafés, a imprensa de crítica da arte, de variedades e moralista. A corte monárquica foi perdendo espaço para as instituições públicas burguesas, que eram freqüentadas pela burguesia e, também, pelos nobres.

A manifestação literária foi a primeira expressão desta esfera pública burguesa. A burguesia tinha novos parâmetros de valor e comportamento públicos, como a sociabilidade, a polidez da igualdade, em que a lógica dos argumentos deveria se sobrepôr à hierarquia dos títulos de nobreza e das posses econômicas. A produção de obras filosóficas, literárias, artísticas para o mercado e a circulação cada vez maior de revistas e jornais de crítica de arte ampliaram a discussão e a problematização de temas universais que antes eram restritos à Igreja e ao Estado. Outra característica dessa esfera pública burguesa literária era

a acessibilidade, garantida desde que se tivesse conhecimento intelectual suficiente para participar das discussões, oferecendo razões e argumentos para os pontos de vista apresentados.

A esfera privada da sociedade burguesa do século XVII era a pequena família patriarcal. Ela era a fonte das experiências discutidas no âmbito da argumentação pública e, no seu interior, era reproduzida a separação entre o público e o privado. Essa tensão entre público e privado é explicada por Habermas a partir de um processo de emancipação psicológica dada na intimidade da vida familiar. Esse processo refere-se à idéia que a família burguesa tinha de si mesma como uma esfera emancipada e independente das determinações do trabalho e do mercado de trocas; como um lugar em que eles existiam como seres puramente humanos, regido por leis próprias e livre de finalidades externas de qualquer natureza. Dessa experiência familiar desenvolveu-se um conceito de humanidade que se expressava e se defendia no âmbito dos debates públicos.

À medida que esse processo de autonomia no plano de subjetividade consolidava-se, surgia uma segunda formulação do interesse público burguês de caráter político, que teve como foco as questões relacionadas às suas atividades econômicas, ao mercado de trocas. Segundo Ribeiro<sup>13</sup>, a crítica e o julgamento, amplamente exercidos na esfera literária, voltavam-se para a regulação da sociedade civil, num confronto com o setor público do Estado absolutista. Assim, a esfera da política, que era restrita ao Estado, foi ampliada, uma vez que um público constituído por pessoas privadas começava a reivindicá-la como sua própria esfera. Sem exercer o ato de governar, a burguesia debatia, criticava e julgava e, assim, exercia influência sobre o poder político.

Habermas denomina esse processo de emergência de uma “esfera social” da sociedade civil - esfera do trabalho e do mercado de trocas – no nível do interesse público burguês. Ao existir em função da esfera do trabalho e do mercado, a

---

<sup>13</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. *Comunicação e Sociedade – Cultura, Informação e Espaço Público*. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

configuração política da esfera pública burguesa é essencialmente distinta da formulação clássica, na qual a política situa-se numa esfera de ação própria.

De acordo com Habermas, a polêmica central travada na esfera pública política burguesa era o questionamento da forma política de regulamentação da sociedade civil. A esfera política burguesa acreditava que, sob condições de igualdade (livres das diferenças hierárquicas) e de liberdade de argumentação em público, a opinião pública - fruto do melhor argumento - possuía uma racionalidade moralmente pretensiosa que buscava aliar o certo com o correto. Ou seja, a burguesia formulava a pretensão de que a legitimidade da ação política do Estado estivesse baseada em leis genéricas, abstratas e permanentes, fundadas numa racionalidade, isto é, na opinião pública.

Ao longo desse processo, Habermas analisa a privatização da esfera pública burguesa, uma vez que o interesse privado foi progressivamente consolidando-se como interesse público, em razão da contraditória elevação da esfera social ao plano da esfera pública. A principal função política dessa esfera pública burguesa era ser o órgão de intermediação da sociedade burguesa com o poder do Estado, tornando-se um princípio organizativo. Outra função política dessa esfera era tornar a esfera social do trabalho e do mercado de trocas livre de qualquer ação estatal, tornando-a uma esfera da iniciativa privada.

Tais características constituem, na formulação de Habermas, o modelo liberal da esfera pública burguesa. Seus princípios consistem nos pressupostos de tomar iniciativas privadas na esfera social sem interferências externas e na capacidade de auto-regulação desta esfera. A função política da esfera pública liberal burguesa é buscar uma outra forma de governo que garanta as liberdades individuais dentro da esfera social do trabalho e do mercado, a não-intervenção arbitrária de agentes externos, isto é, a existência de leis para as funções do Estado e, principalmente, a institucionalização da esfera pública – formada por indivíduos privados – dentro do próprio Estado, como instância que irá garantir a racionalidade, por meio da opinião pública, das funções do Estado. No Estado de Direito burguês, a esfera pública atua politicamente como órgão do Estado para garantir institucionalmente o vínculo entre lei e opinião pública.

A fundação dessa nova ordem política mantém a contradição original inerente à essência privada da esfera pública burguesa. A esfera pública burguesa busca fazer do ato de legislar uma vontade política que se transforma em razão política. Compreendendo a sociedade formada por indivíduos que são, ao mesmo tempo, cidadãos e proprietários de mercadoria, a esfera pública burguesa faz dos seus princípios organizativos, princípios comuns ou aplicáveis a toda a sociedade, o que, segundo Habermas, não corresponderia inteiramente à realidade.

Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas descreve a falência desse modelo de esfera pública, a partir da sua inversão estrutural causada pela transformação do Estado Liberal de Direito em Estado do Bem-Estar Social e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de “massa”.

Para o autor, a decadência da esfera pública se deu quando a burguesia ascendeu ao poder político e passou a fazer uso instrumental do espaço público, furtando-lhe seu sentido original. Ele também identificou o rápido avanço da indústria cultural e a mercantilização promovida na esfera dos bens simbólicos como outros elementos responsáveis pelo declínio da noção burguesa de esfera pública.

De acordo com as análises do autor à época, os meios de comunicação de “massa” provocaram uma colonização do mundo da vida, fazendo com que as fronteiras entre mundo público e mundo privado ficassem bastante tênues. O autor acreditava, portanto, que não estava configurado o espaço de mediação, uma vez que havia ocorrido uma linearidade entre a mercantilização da cultura e a postura dos atores sociais.

## 1.2 – A DINÂMICA DA ESFERA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

*Sim, meu coração é muito pequeno  
Só agora vejo que nele não cabem os homens  
Os homens estão cá fora, estão na rua.  
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava  
Mas também a rua não cabe todos os homens  
A rua é menor que o mundo.  
O mundo é grande.*

Carlos Drummond de Andrade

Em trabalhos posteriores, Habermas teceu novas considerações sobre o conceito de esfera pública e revigorou o debate em torno do tema. Nas novas formulações sobre esfera pública, o cerne das preocupações do autor são os processos de construção de consensos e da formação da vontade coletiva, a partir da troca de razões em público. Sendo assim, ele não se deteve na construção de modelos atualizados de esfera pública e buscou localizar a origem dos seus fundamentos no campo das competências humanas.

Em *O Pensamento Pós-Metafísico*<sup>14</sup>, Habermas traça os conceitos centrais da sua Teoria do Agir Comunicativo e faz a distinção entre *agir* e *falar*. Segundo o autor, o *agir* corresponde à atividade não-lingüística, orientada para um fim, por meio da qual um ator intervém no mundo, a fim de realizar fins propostos, empregando meios adequados. O *falar* é o ato por meio do qual um falante deseja chegar a algum entendimento sobre algo do mundo com outro falante; corresponde, portanto, a uma ação de entendimento.

Enquanto as atividades não-lingüísticas são relacionadas à noção de racionalidade orientada para um fim, os atos de fala são ligados à idéia de racionalidade orientada para o entendimento. Assim, os atos de fala não podem ser realizados sem a cooperação e o assentimento do destinatário.

Ao tratar das interações mediadas pela linguagem, Habermas faz a distinção entre o *agir estratégico* – quando a linguagem natural é utilizada apenas como

---

<sup>14</sup> HABERMAS, J. *O Pensamento Pós-Metafísico – Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

meio para a transmissão de informações – e *agir comunicativo* – quando a linguagem é utilizada também como fonte de integração social.

No *agir comunicativo*, a coordenação bem sucedida da ação apóia-se no que Habermas denomina de força racionalmente motivadora de atos de entendimento. O *agir comunicativo* depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento e, portanto, os participantes precisam definir seus planos de ação de forma cooperativa, levando em consideração uns aos outros. Já no *agir estratégico*, a linguagem é reduzida a apenas um meio de transmissão de informações e, nesse caso, as pretensões de poder são colocadas no lugar das pretensões de validade.

*“O entendimento através da linguagem funciona da seguinte maneira: os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo. A oferta contida num ato de fala adquire força obrigatória quando o falante garante, através de sua pretensão de validez, que está em condições de resgatar essa pretensão, caso seja exigido, empregando o tipo correto de argumentos.”<sup>15</sup>*

De acordo com Habermas, apenas o *agir comunicativo* se submete aos critérios públicos da racionalidade do entendimento, somente ele pode conferir legitimidade à vida pública. E, sendo assim, a esfera pública seria a o espaço de formação da vontade coletiva, do confronto dos diversos sujeitos da sociedade e da disputa por sentidos. Na *Teoria do Agir Comunicativo*, Habermas considera o potencial político intrínseco nas práticas comunicativas cotidianas do mundo da vida.

Em *Further Reflections*<sup>16</sup>, Habermas esboçou um novo marco teórico em que se dá a redescoberta de atores da sociedade civil e aponta a possibilidade de existência de uma esfera pública com potencial político influente e dinâmico. No texto, o autor admite que avaliou de forma pessimista a capacidade de resistência e o potencial crítico de um público de massa, pluralista e diferenciado,

---

<sup>15</sup> HABERMAS, J. *O Pensamento Pós-Metafísico – Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 72.

<sup>16</sup> *Idem*. *Further Reflections on the Public Sphere*, in: Craig CALHOUN (org.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts / London, MIT Press, 1992.

negligenciando os diversos grupos da sociedade civil, seus conflitos, suas demandas e sua capacidade de organizar-se.

Na obra *Direito e Democracia*<sup>17</sup>, ele amplia a noção de esfera pública e faz as articulações necessárias entre o debate público – entendido como o processo de troca racional de argumentos orientado para o entendimento – e o processo democrático de deliberação. De acordo com Habermas, a esfera pública funciona como uma estrutura intermediária entre o sistema político e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação. Para Habermas, não se trata de um fórum único e totalizante e sim uma pluralidade de arenas em que diferentes públicos debatem temas específicos de interesse coletivo – superando, assim, a concepção restritiva registrada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

Essa concepção habermasiana acerca da esfera pública está ancorada numa noção mais complexa da sociedade, em que o autor abandona o modelo bipolar de Estado/Sociedade Civil. Ele procura compatibilizar a existência dos sistemas - entendidos como o terreno dos governos, das empresas, do mercado e de tudo aquilo que é “administrado e administrável” – e do mundo da vida – entendido como o terreno das interações e dos jogos sociais.<sup>18</sup>

É fato que as associações cívicas estão cada vez mais ligadas ao Estado e aos mercados. Nos últimos anos, por exemplo, vimos multiplicar a existência das chamadas “entidades do terceiro setor”, vinculadas a grandes corporações econômicas. Por outro lado, há governos que reconhecem e valorizam os espaços

---

<sup>17</sup> HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>18</sup> “Para compreender a importância desses dois processos é preciso retornar a distinção entre ‘sistema’ e ‘mundo vivido’, feita por Habermas, para melhor compreender a especificidade das sociedades contemporâneas. Os dois conceitos correspondem a uma diferenciação das sociedades em duas esferas (ou ‘mundos’: o mundo da reprodução material, do trabalho e o mundo da reprodução simbólica da interação). (...) O mundo vivido constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa calcada no diálogo e na força do melhor argumento, em contextos interativos, livres de qualquer coação. (...) O segundo conceito, o de sistema, não se opõe ao mundo vivido, mas o complementa (...) com o auxílio desse conceito é possível descrever aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado.” FREITAG, Bárbara. *Dialogando com Jurgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. p.164-165.

Cf. HABERMAS J. *Theory of Communication Action, vol 2, Lifeworld and System: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, 1989.

de participação social e estimulam a organização de fóruns destinados ao debate entre cidadãos e governantes; representados e representantes.

Nas sociedades contemporâneas, os cidadãos não se reúnem ao mesmo tempo e no mesmo lugar para debaterem assuntos de interesse comum. Assim, outra categoria importante dessa nova abordagem sobre esfera pública diz respeito à descentralização dos debates e à multiplicidade de públicos. O processo de debate é disperso e descentralizado, ocorrendo em diferentes arenas espalhadas pela sociedade. São teias discursivas em que diferentes públicos se reúnem para debaterem temas de interesse coletivo. Nelas, todos os assuntos que dizem respeito ao interesse coletivo são debatidos; opiniões são superpostas e posições, confrontadas. Daí é que podem surgir a formação das vontades e a construção da legitimidade para o exercício do poder político.

*“Ela (esfera pública) representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos etc..., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (...)”<sup>19</sup>*

### 1.3 – MÍDIA E ESFERA PÚBLICA

*Antes mundo era pequeno porque Terra era grande  
Hoje mundo é muito grande porque Terra é  
pequena  
Do tamanho da antena parabólicamará  
É volta do mundo camará,  
Antes longe era distante perto só quando dava  
Quando muito ali defronte e o horizonte acabava  
Hoje lá trás dos montes dendê em casa camará  
É volta do mundo camará,  
De jangada leva uma eternidade, de saveiro leva  
uma encarnação  
Pela onda luminosa, leva o tempo de um raio  
Tempo que levava rosa pra aprumar o balaio  
Quando sentia que o balaio ia escorregar  
É volta do mundo, camará  
Gilberto Gil*

---

<sup>19</sup> HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 107.

Num jogo rítmico e bem-humorado de palavras, o compositor Gilberto Gil chama a atenção para as relações entre o desenvolvimento do sistema midiático e as transformações no plano social, econômico e político no mundo atual. *Parabolicamará* destaca as alterações nas percepções de tempo e espaço com o advento das novas tecnologias de comunicação e possibilita-nos lançar luzes sobre a participação dos *media* na configuração da esfera pública contemporânea.

De caráter dinâmico, múltiplo e descentralizado, as esferas públicas contemporâneas são interconectadas e acessíveis para um número cada vez maior de pessoas por meio de linguagens comuns. Esta multiplicidade conforma verdadeiras teias discursivas, nas quais co-existem e se conectam arenas nacionais, supranacionais, regionais e locais, que são interligadas pela mídia, favorecendo a troca simbólica entre públicos distintos sobre os mais variados temas.

Nas suas formulações mais recentes sobre esfera pública, Habermas constrói uma tipologia de modalidades de esfera pública de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance<sup>20</sup>. De acordo com o autor, a esfera pública episódica é formada por bares, cafés, encontros na rua, em que a troca argumentativa é pouco densa, reúne poucos pontos de vista e tematiza assuntos ligados a experiências pessoais sob o ponto de vista dos afetados pela questão. Trata-se de um espaço protegido da publicidade e, assim, os sujeitos podem se sentir “mais confortáveis” para a manifestação de preconceitos e de hostilidades. A esfera pública de presença organizada é constituída de encontros de pais, teatros, reuniões de partido, congressos de igrejas, assembléias de associações cívicas, ou seja, ocasiões em que o debate é desenvolvido de acordo com regras mais formais. Já a esfera pública abstrata — na concepção de Habermas — é formada pelo sistema midiático, interligando seus leitores e espectadores ao redor do mundo. Dessa forma, o autor consolida uma nova visão sobre os meios de comunicação, superando o entendimento de que a mídia estaria a serviço da reprodução da

---

<sup>20</sup> HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1997.

ordem social, atuando como órgão de manipulação e representante de grupos poderosos.

Para Habermas, os *media* possibilitam retirar o processo comunicativo de contextos espacial e temporalmente restritos e, assim, permitem que as esferas públicas surjam como “*uma rede de conteúdos de comunicação, virtualmente presentes*”<sup>21</sup>. Tendo em vista o entendimento do autor formulado anteriormente em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, a concepção contemporânea de Habermas oferece-nos um quadro teórico mais apropriado para se pensar o sistema midiático atual e suas relações com os debates públicos e os processos de formação de vontade coletiva nas sociedades democráticas.

Contudo, consideramos adequado e prudente empreender um esforço analítico sobre esta compreensão habermasiana — de contornos ambíguos — acerca de uma esfera pública constituída pela mídia. O autor sugere que os *media* constituem um modelo de esfera pública, mas não chega a se deter de forma mais detalhada sobre as instituições midiáticas organizadas enquanto um sistema e nem sobre as interações sociais e as trocas simbólicas ocorridas nos processos de mediação protagonizados pela mídia.

Para os fins propostos neste trabalho, consideramos a centralidade dos *media* na configuração das esferas públicas contemporâneas, mas não é possível afirmar que tudo aquilo que é veiculado na mídia constitui elementos que participam da esfera pública. Ao garantirem visibilidade, interações simbólicas e aumento da reflexividade entre as produções simbólicas, os *media* são fundamentais para o agendamento e a problematização de temas na pauta social e política, embora não sejam suficientes para garantir a permanência das questões abordadas na esfera pública.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> HABERMAS, J. *Theory of Communication Action, vol 2, Lifeworld and System: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, 1989. p. 390

<sup>22</sup> “A última dimensão que gostaria desentranhar da noção de esfera pública é a *esfera de visibilidade pública* política. Trata-se do repertório de idéias, opiniões, noções, informações e imagens que constitui o conhecimento comum sobre a esfera política e os negócios públicos... [que] nem se orienta pelos valores democráticos nem pelo serviço ao interesse público, embora não lhe seja necessariamente contrária. A sua forma predominante é controlada pela indústria da informação, mas isso não impede a existência de esferas alternativas ou especializadas que podem ser igualmente muito importantes.” GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e*

Os *media* podem agir potencialmente na constituição de espaços para um debate pluralista, realizando a mediação entre o Estado e os cidadãos, e entre os diferentes grupos de interesse articulados na sociedade civil, por meio da divulgação de questões de interesse público. Entretanto, o acesso aos seus canais é fortemente regulado pelo próprio sistema, o que pode representar barreiras para a instauração de debates plurais, em que sejam possíveis a troca racional de argumentos e a participação igualitária dos agentes. Além disso, procedimentos operacionais, estratégias de funcionamento e regras discursivas próprias, muitas vezes, dificultam a constituição de um debate crítico racional<sup>23</sup>. Assim, do ponto de vista normativo do modelo habermasiano, a mídia pode constituir uma esfera pública política, entretanto, constrangimentos impostos pela realidade rompem determinados padrões exigidos pelo quadro teórico-normativo de Habermas.

Todos os espaços sócio-culturais da contemporaneidade e as interações sociais cotidianas estão permeados por elementos discursivos que transitam no sistema midiático. A produção de sentidos elaborados pela sociedade tem a participação ativa e crucial dos *media*. Segundo Thompson<sup>24</sup>, o sistema midiático amplia os espaços de visibilidade e acelera as trocas simbólicas. Como bem ilustra as metáforas da canção de Gilberto Gil, o que antes levava uma eternidade, com as novas tecnologias de comunicação leva-se o tempo de um raio e, assim, as distâncias são encurtadas e fica impressa a instantaneidade às trocas simbólicas e de mercadorias.

Evidentemente, os *media* não são o único espaço de publicização, mas são o que oferece maior visibilidade às questões, conduzindo temas para outras

---

*identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 58.

<sup>23</sup> Em *Direito e Democracia* (1997), Habermas aborda a necessidade de discutir estas estratégias de funcionamento para que a mídia tenha um comportamento mais democrático. A partir do conceito de política deliberativa, o autor indica princípios norteadores que poderiam neutralizar o “poder da mídia” e impedir que o poder administrativo ou social seja transformado em influência político-publicitária. Segundo Habermas, os *media* devem: ser agentes mandatários de um público esclarecido e crítico; ser independentes frente a atores políticos e sociais e aceitar imparcialmente as preocupações e propostas do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas. HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>24</sup> THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

esferas, incorporando novos sujeitos e possibilitando os contra-argumentos, de forma a ampliar o debate<sup>25</sup>. Segundo Gomes,

*“na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos mass media”<sup>26</sup>.*

Assim, nas sociedades democráticas contemporâneas, os *media* assumem uma posição central dentre os elementos participantes da configuração da esfera pública. Eles contribuem de maneira fundamental na organização da vida social, atuando de forma contundente na estruturação das esferas públicas, já que os debates travados e as controvérsias que demandam trocas argumentativas e busca de legitimidade são alimentados pelo material produzido no campo da mídia.

Habermas considera que nos *media* transitam fluxos comunicativos voltados tanto para o agir estratégico quanto aqueles voltados para o entendimento, de forma cooperativa, travados numa troca racional de argumentos. Nas formulações posteriores à obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o autor revê suas análises e elimina a imagem do consumidor/receptor passivo. Reconhece-se que o processo receptivo das mensagens midiáticas pode também estar submetido a procedimentos de reflexão e de crítica: as informações disponibilizadas pela mídia são processadas de formas distintas e são re-apropriadas e re-significadas pela audiência, de acordo com repertórios e experiências individuais próprios.

Assim, entre a experiência social cotidiana e a produção midiática há uma relação de reflexividade. Os discursos midiáticos fazem parte de um processo de reflexividade social, em que não se torna possível definir limites rígidos para a produção de sentidos. Este processo de reflexividade está presente até mesmo nas rotinas produtivas do jornalismo. A escolha das fontes e das entrevistas que

---

<sup>25</sup> MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. *Conversação Cívica e Deliberação entre fronteiras: Discursos da Mídia sobre o Fórum Social Mundial no Brasil*. Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA. v.2, nº 2, dez.2004. p.75-116.

<sup>26</sup> GOMES, Wilson. *Esfera pública política e media II*. In: Rubim, A.A.C.; Bentz, I. M. G. & Pinto, M.J. (orgs.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999. p.204.

irão compor uma reportagem, por exemplo, revela a existência de códigos, valores sociais e visões de mundo do próprio jornalista.

Assim, ao mesmo tempo em que os *media* têm como referências as construções de sentido realizadas pelos grupos e atores sociais, representantes do aparato estatal, do setor econômico, personalidades e sujeitos anônimos, eles são referências para os processos coletivos de produção de sentidos. Segundo Castro<sup>27</sup>, a comunicação midiática tem uma natureza paradoxal. Ela é, ao mesmo tempo, instituída e instituinte do social. Ela institui formas de interação social e por elas é instituída. Ao fazer circular os inúmeros discursos, a mídia provoca constante reorganização reflexiva da sociedade.

Esta noção cumpre um papel importante na dinâmica social. Os conflitos existentes no mundo da vida surgem na cena midiática e retornam à sociedade, onde são assimetricamente reordenados e reelaborados e, novamente, aparecem nos *media*, num processo contínuo e não-linear. Este processo de reflexividade é fundamental para a compreensão dos mecanismos de formação de vontades coletivas e de consensos nas democracias deliberativas, como veremos mais adiante.

O sistema midiático constitui, portanto, um espaço dinâmico, religando o sujeito ao coletivo, os grupos às esferas públicas, os grupos a outros grupos. Os *media* disponibilizam, assim, um mosaico de temas, atores e argumentos que compõem a sociedade e contribuem sobremaneira para a configuração de esferas públicas, em que se dá o debate crítico e racional de argumentos.

---

<sup>27</sup> CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

### 1.3.1- DISCURSO JORNALÍSTICO: MODOS DE OPERAÇÃO DA REALIDADE

O fato ainda não acabou de acontecer  
e já a mão nervosa do repórter  
o transforma em notícia.  
O marido está matando a mulher.  
A mulher ensangüentada grita.  
Ladrões arrombam o cofre.  
A polícia dissolve o meeting.  
A pena escreve  
Vem da sala de linotipos a doce música  
mecânica.

Carlos Drummond de Andrade

O jornalismo constitui uma maneira peculiar de fazer ver o mundo e de produzir inteligibilidade da realidade, por meio daquilo que lhe é próprio e característico: a produção de notícias.

*“Nessa perspectiva, a produção da notícia pode ser considerada um ‘fazer’ institucionalizado e sistemático, porque pressupõe o uso de estratégias para lidar com fatores como: exigüidade do tempo, fontes, valores-notícias, busca da objetividade.”<sup>28</sup>*

Consideramos que as notícias são narrativas. São realidades construídas, detentoras de validade própria. O acontecimento cria a notícia e ela também cria o acontecimento<sup>29</sup>; ao criar um acontecimento, a notícia constrói a realidade. O processo de construção da notícia é complexo e nele estão presentes diferentes elementos como a natureza do veículo de comunicação, rotinas produtivas, valores compartilhados entre os profissionais e procedimentos técnicos variados.

*“Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si ‘naturalmente’ noticiáveis. ‘As notícias’ são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.”<sup>30</sup>*

<sup>28</sup> MOURA, M. B. *Os nós da teia: Desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006. p.15

<sup>29</sup> TRAQUINA, Nelson. As Notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p. 167-176.

<sup>30</sup> Hall, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos medias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 224

Assim, para identificar os acontecimentos que têm potencial de notícia, os jornalistas mobilizam um conjunto de valores que definem os critérios de noticiabilidade. A noticiabilidade de um fato é constituída a partir de dois elementos fundamentais: a cultura profissional dos jornalistas e as rotinas produtivas. Tudo aquilo que não se adequar às rotinas produtivas ou aos valores culturais compartilhados entre os profissionais do jornalismo deixará de reunir o *status* de noticiabilidade e, portanto, não se transformará em notícia.

A seleção de um fato e a sua transformação em notícia são procedimentos norteados por um conjunto de valores, que se articulam de maneira própria e específica e interferem em todo o processo. Por ser um procedimento repetitivo e diário, a produção de notícias exige agilidade, os critérios de relevância para sua seleção têm de ser fáceis, rapidamente aplicáveis e devem ser incorporados às rotinas de trabalho. É importante notar, no entanto, que não se trata de procedimentos inflexíveis e de caráter impeditivo. Segundo Wolf, *“a importância destes critérios é sempre complementar a uma avaliação complexa que procura individualizar um ponto de equilíbrio entre múltiplos fatores.”*<sup>31</sup>

Ainda que sejam, de certa forma, homogêneos no âmbito da cultura profissional, os valores-notícia têm um caráter dinâmico, pois mudam no tempo, sendo influenciados por fatores sociais, culturais, tecnológicos, entre outros. Wolf também chama a atenção para a relação entre a especialização dos jornalistas e os valores-notícia. Para ele, os critérios que norteiam a produção de notícia são influenciados pela presença ou ausência de jornalistas especializados em determinados temas. Assim, a realização de um show de rock, por exemplo, dificilmente se transformará em notícia num jornal de economia — a não ser que a abordagem jornalística tenha o foco nos resultados produzidos pelo show no cenário econômico da cidade, como o aumento na vendagem dos discos e de outros produtos relacionados à banda de música.

Para que um acontecimento se transforme em notícia, ele deve articular as noções de importância e de interesse. Wolf estabelece quatro fatores que determinam a importância de uma notícia: 1) grau e nível hierárquico dos

---

<sup>31</sup> WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p.175.

indivíduos envolvidos; 2) impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3) quantidade de pessoas envolvidas ou afetadas; 4) relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

O acontecimento também precisa despertar e cativar o interesse da audiência. Assim, as histórias de interesse humano ou aquelas em que há alguma inversão de papel ou as histórias excepcionais expressam categorias importantes no que se refere aos critérios de noticiabilidade.

*“Há diversos registos de notabilidade dos factos. O registo do excesso é de todos o mais corrente, visto ser a irrupção por excelência do funcionamento anormal (...) Um outro registo da notabilidade do acontecimento é o da falha. Ao contrário do excesso, a falha procede por defeito, por insuficiência do funcionamento normal e regular dos corpos. (...) A inversão é outro registo da notabilidade do acontecimento.”<sup>32</sup>*

A disponibilidade da informação e/ou do acontecimento também exerce importante influência ao longo do processo. É claro que um acontecimento menos acessível aos jornalistas terá menos chances de se transformar em notícia. A disponibilidade refere-se tanto a questões relacionadas às rotinas produtivas quanto aos procedimentos técnicos. A noção de brevidade também integra as categorias de relevância para a produção de notícia. Assim, as notícias têm de tratar do essencial e prender a atenção. E, quanto mais um acontecimento subverter a ordem natural das coisas, maior relevância ele terá no processo de seleção e de produção do noticiário.

Da mesma forma, a atualidade também faz parte do conjunto de valores-notícia. É interessante registrar que a atualidade, neste caso, é submetida, de certa forma, a questões subjetivas. Os jornalistas avaliam a atualidade de um fato a partir da própria perspectiva e, muitas vezes, um acontecimento passa a ser considerado “atual” mesmo não sendo um fato novo ou recente.

O acontecimento deve também agregar categorias que garantam um padrão de qualidade à história. Uma boa história é ágil, dinâmica, com informações variadas e de fácil entendimento. A noção de equilíbrio integra também o conjunto

<sup>32</sup> RODRIGUES, A.D. *Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 99 -100.

de valores-notícias. Assim, mesmo que não seja tão importante ou até mesmo interessante, um acontecimento pode se transformar em notícia, visto que poderá equilibrar o noticiário, levando-se em conta critérios territoriais, ideológicos, sociais, entre outros.

Os valores-notícias referem-se também às características do meio de comunicação que veiculará a informação. Assim, critérios relacionados à qualidade de material visual, frequência e formato interferem na produção da notícia, tendo em vista as características discursivas próprias a cada meio, as exigências e constrangimentos que lhe são impostos. Além disso, segundo Wolf, a competição entre os veículos de comunicação também pode interferir na produção da notícia.

A rigor, os valores e critérios que norteiam o processo de construção do material informativo são incorporados à rotina de trabalho dos jornais e, nela, ganham significado. As três fases de construção da notícia (recolhimento, seleção e apresentação) possuem rotinas produtivas que são guiadas pela articulação e conexão dos valores-notícia. A primeira fase diz respeito à capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que devem se tornar notícia.

A segunda fase é formada pelos procedimentos que orientam o processo de recolhimento dos dados para elaborar a notícia: quais fontes serão ouvidas? Quais perguntas fazer? Quais dados serão utilizados? Já a terceira fase diz respeito à construção da narrativa noticiosa, em tempo hábil e de forma interessante, mobilizando a gramática discursiva própria do meio de comunicação. Entre os procedimentos que orientam a coleta de dados para a produção da notícia destacam-se aqueles referentes às fontes de informação. Para Wolf,<sup>33</sup> as fontes constituem um fator determinante para a qualidade da notícia produzida pelos jornais. Sem entrar na polêmica a respeito da distinção entre fontes de informação e agências especializadas de produção de informações, é possível aderir à definição de Gans<sup>34</sup> de que *fonte* seria todas as pessoas que o jornalista observa e entrevista e que lhe fornecem seja informações de base, seja

<sup>33</sup> WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>34</sup> GANS, 1979. *Apud* WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.233.

indicações de pauta para a apuração da notícia. Ainda, segundo Gans, entre as características que distinguem as fontes de informação destaca-se o fato de que elas fornecem informações tanto como membros de grupos organizados ou não quanto de representantes de interesses que se expressam na vida social. Para Wolf, as fontes podem ser classificadas de diversas maneiras, a depender do critério que se utiliza. Assim, elas podem ser oficiosas ou institucionais; estáveis ou provisórias, ativas ou passivas (conforme o grau de uso e o tipo de relação que são instituídas entre a fonte e os jornalistas).

*“Por conseguinte, nem todas as fontes são iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e seu acesso aos jornalistas não são distribuídas de maneira uniforme. (...)as redes de fontes que os aparatos de informação estabilizam como instrumento essencial para seu funcionamento reflete, de um lado, a estrutura social e de poder existente e, de outro, organiza-se na base das exigências colocadas pelos procedimentos de produção. As fontes que se concentram às margens dessas duas determinações muito dificilmente podem influir de maneira eficaz na cobertura informativa.”<sup>35</sup>*

É importante registrar o alerta formulado por Gans,<sup>36</sup> que destaca que fontes ligadas ao poder político ou econômico têm mais facilidade para ter acesso aos jornalistas ou para chamar atenção para as informações que estão dispostas a fornecer. Os indivíduos ou grupos que não dispõem de poder, continua Gans, é *“mais difícil que se tornem fontes e sejam procurados pelos jornalistas enquanto suas ações não produzirem acontecimentos noticiáveis por serem moral ou socialmente negativos”*.<sup>37</sup>

Estas práticas jornalísticas específicas compreendem — mesmo que implicitamente — suposições sobre a sociedade e o seu funcionamento. E, ao compartilharem construções culturais e simbólicas, os *media* organizam a desordem do mundo e contribuem para sua inteligibilidade.

*“Sobre essa intensa exposição das pessoas às notícias jornalísticas, Luiz Gonzaga Motta afirma que, na contemporaneidade, ela se transformou em*

---

<sup>35</sup> WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 235

<sup>36</sup> GANS, 1979. *Apud* WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.233.

<sup>37</sup> GANS, 1979. *Apud* WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.233.

*um ato ritualístico que se repete diariamente, através do qual o indivíduo e a sociedade retomam regularmente o contato com a realidade. Segundo ele, as notícias transformam-se em uma percepção que organiza o conhecimento social, dota a realidade de passado e de futuro, tece uma imagem menos caótica do mundo.*<sup>38</sup>

Assim, esta concepção acerca do processo de produção da notícia implica reconhecer a utilização de enquadramentos (*frames*), entendidos como “*um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia*”.<sup>39</sup> Segundo Traquina, os enquadramentos não são explícitos; não se constituem para o profissional e o público como construções sociais, mas sim como características naturais dos acontecimentos transmitidos pelo jornalista. Gamson e Modigliani<sup>40</sup> consideram que os enquadramentos são transmitidos pelos seguintes dispositivos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e as imagens.

No tratamento discursivo que dispensa aos acontecimentos, o jornalismo constrói modos de operação da realidade que lhe são próprios. Alguns desses modos operatórios produzem efeitos de realidade — alimentam a teia de faticidade de que nos fala Tuchman<sup>41</sup> —, investem em processos de ressignificação, criam personagens, antropomorfizam os fatos, em procedimentos lingüísticos fundamentados em uma gramática com regras e valores específicos.<sup>42</sup>

É fundamental, portanto, compreender a natureza do discurso jornalístico para que se possa apreender, de maneira adequada, seus modos de operação da realidade.

---

<sup>38</sup> MOURA, M.B. *Os nós da teia: Desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006. p.27.

<sup>39</sup> TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 28

<sup>40</sup> MOURA, M.B. Op. Cit. p. 99.

<sup>41</sup> TUCHMAN, G, 1978. Apud MOURA, M.B. *Os nós da teia: Desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.

<sup>42</sup> Como um exemplo desses modos operatórios, destacamos a formulação de Wolton a respeito da personalização. Segundo ele, os *media*, sintetizando os acontecimentos numa imagem ou figura ou personagem, contam uma história de forma mais simples, utilizando a metodologia do exemplo e resumindo, nos atributos pessoais daquelas figuras, os conteúdos pretendidos na veiculação do acontecimento. Ver: WOLTON, D. *La communication politique: la construction d'un modèle*. *Hermès*, Paris, n.4, p.27-42,1991. CASTRO, M.C.P.S. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p.127-128

As transformações tecnológicas por que passou a imprensa — primeiro suporte físico da atividade jornalística reconhecida como tal — impuseram um conjunto de alterações na estrutura discursiva do jornalismo, o que foi formulado por Rodrigues<sup>43</sup> como “modalidade performativa da instrumentalidade”, expressando, neste conceito, a penetração da técnica nos domínios da linguagem. Nessa condição transformada, o jornalismo permanece como um discurso que pretende representar “fiel e objetivamente” a realidade, daí sua necessidade de recorrer e se suportar na fatualidade.

Como um tipo de discurso — constativo, realista e objetivado — o jornalismo apresenta um conjunto de gêneros discursivos, todos eles apresentando uma característica comum: é um discurso sobre a realidade, que pretende ser avaliado pela sua adequação ou não aos fatos relatados ou interpretados.

*“Por se tratar, portanto, de uma ordem discursiva, que agencia signos na sua constituição, o jornalismo, ainda que avaliado em termos da ‘veracidade’ com que apresenta a realidade observada, nunca é da ordem do ‘reflexo’ da realidade — como pretendem, especificamente, as imagens geradas pela televisão — mas mostra-se como elemento participante da constituição da realidade. Ao pretender ser meramente constativo (...) o jornalismo (...) opera com essa pretensão de ‘mimese especular’ enquanto um recurso para reforçar sua credibilidade aos olhos de seus destinatários.”*<sup>44</sup>

Em outras palavras, ao se apresentar como um discurso sobre a realidade, o jornalismo afirma sua legitimidade institucional ao agenciar sentidos a partir de regras que lhe são próprias; reforça sua credibilidade por operar com critérios de fatualidade e objetividade; e amplia sua legitimidade por se apresentar como enunciador neutro da realidade que relata, distanciado dos interesses que produzem os acontecimentos.

#### **1.4 – DEMOCRACIA DELIBERATIVA E DELIBERAÇÃO PÚBLICA**

---

<sup>43</sup> “Por seu lado, a extensão da tecnicidade ao domínio da linguagem e da comunicação tem como consequência a sua conversão em processo informativo instrumental”. RODRIGUES, A.D. *Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 122.

<sup>44</sup> CASTRO, M.C.P.S. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 271

*Intervimos todos, pessoalmente, no governo da pólis, quer pelo nosso voto, quer pela apresentação de propostas. Pois não somos dos que pensam que palavras prejudicam a ação. Pensamos, ao contrário, que é perigoso passar aos atos antes que a discussão nos tenha esclarecido sobre o que se deve fazer.*

Péricles, A Guerra do Peloponeso

As transformações do mundo contemporâneo — especialmente aquelas ocorridas nas últimas décadas do século XX — têm impulsionado um significativo movimento teórico e analítico acerca do conceito de democracia. O esgotamento do modelo do socialismo real, materializado na queda do muro de Berlim; o fim de regimes ditatoriais em diversas partes do mundo, mas especialmente na América Latina; o fenômeno da globalização e a experiência do pensamento único expresso no chamado “Consenso de Washington”; a diluição das fronteiras nacionais e o re-surgimento dos nacionalismos e das lutas étnicas; a demanda por participação direta na condução dos projetos políticos, estimulando críticas severas às formas representativas da democracia, entre outras ocorrências, são exemplos de transformações, com caráter múltiplo e contraditório, experimentadas pela sociedade contemporânea. Tais transformações têm sido interpretadas como manifestações da urgência de se repensar a democracia seja como forma de governo, seja como norteadora de práticas sociais que poderiam contemplar as demandas por participação, a diversidade de grupos e de interesses, a luta por direitos e por reconhecimento, a busca pela justiça social.

É nesse cenário, portanto, que muitos estudiosos têm retomado o conceito de democracia, submetendo-o a questionamentos mais contundentes, buscando entendê-lo no contexto de tais transformações. Nessa revisitação ao conceito de democracia,<sup>45</sup> importantes pensadores – das mais diferentes matrizes teóricas – se debruçaram sobre essas questões, a fim de examinar os pressupostos, as formulações, os procedimentos que articulam a construção da democracia na sociedade contemporânea.

---

<sup>45</sup> Não sem razão, portanto, Sartori apresenta uma revisão dos conceitos e concepções fundamentais acerca da democracia. Cf. SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

Bobbio<sup>46</sup>, analisando as contradições do processo democrático, avalia ser fundamental respeitar as regras e as instituições da democracia. Numa perspectiva procedimentalista, o pensador italiano considera que, para a realização mínima da democracia, é preciso atribuir a um número elevado de indivíduos o direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, amparados por regras de procedimentos. E, assim, estes indivíduos têm que ser colocados diante de alternativas reais e postos em condição de escolher entre uma e outra.

Ao examinar as transformações da democracia e o caminho percorrido desde a concepção dos ideais democráticos e a sua efetivação cotidiana, Norberto Bobbio lista seis “*promessas não cumpridas*”<sup>47</sup>, que seriam, na realidade, irrealizáveis, já que o projeto político democrático foi desenhado para uma sociedade muito menos complexa que a atual.

O autor, entretanto, adverte que tais promessas não cumpridas não foram capazes de transformar regimes democráticos em autocráticos. A garantia dos principais direitos de liberdade, a pluralidade partidária, eleições periódicas e sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas – como resultado de um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalização de governo – garantem e sustentam o conteúdo mínimo do Estado democrático.

Contudo, as instituições da democracia representativa têm se mostrado insuficientes para dar expressão e forma às demandas por maior participação social nos processos de tomada de decisão, fomentando em alguns casos, a polêmica idéia de substituição da democracia representativa pela democracia direta. Essa polêmica aparece, especialmente, de um lado, na identificação de uma “indução totalitária” nas experiências de participação popular direta e, de

---

<sup>46</sup> BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>47</sup> As seis promessas não cumpridas analisadas por Bobbio são: a noção da sociedade pluralista em detrimento do ideal individualista da sociedade; a persistência das oligarquias; a supressão da representação política em contraposição à representação de interesses; a limitação do espaço de participação política; a sobrevivência do poder invisível, expresso pela falta de transparência e visibilidade e o fracasso da educação para a cidadania, evidenciado pela apatia política. *Ibidem*.

outro, na desqualificação das formas de intervenção direta ou, mesmo, no temor de que estas substituam o princípio básico da representação. Muitas são as contribuições<sup>48</sup> que nos permitem afirmar que a democracia representativa e a direta podem se interagir mutuamente, gerando resultados positivos.<sup>49</sup> Um desses resultados seria, inclusive, a expansão da democracia com a ampliação do poder ascendente, passando das esferas das relações políticas para o campo das relações sociais.

A discussão sobre as formas diretas da democracia, exigência do crescimento da demanda por participação direta nos processos decisórios, ainda que articulada aos mecanismos de representação, também tem sido alimentada pelas críticas às formas e procedimentos da democracia representativa. No bojo desse processo emerge a preocupação em ultrapassar esta visão mais procedimentalista, com vistas a contemplar formas ampliadas de democracia, presente em importantes formulações analíticas, tendo estimulado o pensamento de diferentes matrizes teóricas, especialmente no período do pós-guerra. Estas novas abordagens, nomeadas por Santos<sup>50</sup> de contra-hegemônicas, “*mantiveram a resposta procedimental ao problema da democracia, vinculando procedimento como forma de vida e entendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana.*”<sup>51</sup> O autor defende que o que está no cerne desta concepção é o entendimento de que a democracia é uma gramática social e da relação entre sociedade e Estado.

---

<sup>48</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. BENEVIDES, Maria Victória de M. *A cidadania ativa; referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. WEFFORT, Francisco. *O que é deputado*. São Paulo: Brasiliense, 1986. AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Editora Perspectiva e Editora da UFMG, 1996.

<sup>49</sup> Essa é uma discussão que se tornou tema de uma edição de Lua Nova. Como alertam seus organizadores na nota introdutória, “as sociedades contemporâneas, inclusive a brasileira, têm mostrado enorme versatilidade no sentido de construir modos alternativos, inéditos e até mesmo inesperados de representação. (...) sem desprezar a avaliação crítica e a inquietação sobre o futuro que elaboram [os textos publicados], os sinais de declínio da tradição não podem ser confundidos com o declínio da própria idéia de representação.” LAVALLE, A.G.; ARAÚJO, C. O futuro da representação: nota introdutória. *Lua Nova*. São Paulo, nº 67:13, 2006.

<sup>50</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.

<sup>51</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003. p. 15.

Entre os autores que revigoram o conceito de democracia a partir desta abordagem contra-hegemônica localiza-se Jürgen Habermas<sup>52</sup>. A partir do seu conceito de esfera pública e das formulações apresentadas na Teoria da Ação Comunicativa, Habermas defende a noção de publicidade como condição para gerar uma nova gramática da sociedade, postula um princípio de deliberação e introduz, assim, no debate democrático um procedimentalismo societário e participativo, amparado na pluralidade humana.<sup>53</sup>

Neste caminho, rumo à ampliação da compreensão do processo democrático, em que seja considerada a pluralidade das formas de vida, o conceito de democracia deliberativa vem se consolidando como uma nova abordagem teórica no campo das ciências sociais e tem mobilizado importantes pensadores que se preocupam com as formas e as possibilidades de construção da democracia<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Neste movimento contra-hegemônico, Santos relaciona ainda LEFORT, C. *Pensando o político*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. LECHNER, N. *Los patios interiores de la democracia. México: Fondo de La Cultura Económica*, 1988. NUN, J. *Democracia: gobierno de lo pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo da Cultura, 2000. BÓRON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. Podemos citar também outros intelectuais que realizam esforços teóricos importantes seja numa perspectiva mais liberal, como Rawls, in RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997; RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000, seja numa abordagem mais próxima da Teoria Crítica como BOHMAN, James. *Public Deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996; COHEN, Joshua. *Deliberation and Democratic Legitimacy*. In BOHMAN, James; REHG, William (eds). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: MIT Press, 1997 e BENHABIB, Seyla. *Toward a deliberative model of democratic legitimacy*. In: BENHABIB, Seyla (ed.) *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

<sup>53</sup> Essa discussão em Habermas torna-se bastante esclarecedora quando, no seu texto “Três modelos normativos de democracia” ele compara os modelos liberal e republicano (ou comunitarista) sob o ponto de vista “dos conceitos de ‘cidadão do Estado’ e ‘direito’, e segundo a natureza do processo político de formação da vontade”. Desenvolve, ainda, no mesmo artigo, “com base na crítica ao peso ético excessivo que se impõe ao modelo republicano, (...) uma terceira concepção, procedimentalista” que passa a denominar “política deliberativa”. Ver: HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 277-305

<sup>54</sup> No caso do Brasil, entre os estudos que se destacam podemos citar: AVRITZER, Leonardo. *Teoria democrática e deliberação pública*. *Lua Nova*. São Paulo, n.º 49, p. 25-46, 2000. MIGUEL, Luís Felipe. *Sorteios e Representação Democrática*. *Lua Nova*, São Paulo, n.º 49, pp 69-96, 2000, FARIA, Claudia Feres. *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. *Lua Nova*, São Paulo, n.º 49, p. 47-68, 2000 e AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. *Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina*. *Dados*, 2004, vol.47, p. 703-728. Destaca-se, ainda, a produção sobre mídia e democracia deliberativa do Grupo de Pesquisa sobre Mídia e Espaço Público (EME), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado pela Professora Rousiley Maia. Algumas das idéias que se seguem são também inspiradas nas formulações contidas em MAIA, Rousiley. *Democracia deliberativa: dimensões conceituais*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005. Mimeo; e MENDONÇA, Ricardo F. *Exclusão e deliberação: a superação dos obstáculos ao intercâmbio público de razões*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e

É preciso, entretanto, esclarecer o entendimento que se tem produzido sobre este conceito. Do ponto de vista semântico<sup>55</sup>, o verbo *deliberar* abriga tanto o sentido de decidir e resolver quanto o significado de discutir e refletir. Na teoria democrática,

*“alguns autores têm utilizado o termo com o significado de um processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas numa determinada questão (Habermas, 1994; Cohen, 1989); outros autores utilizam o termo tendo em vista o momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre (Rousseau, 1968; Schumpeter, 1942; Rawls, 1971).”*<sup>56</sup>

Segundo Avritzer, a concepção decisionística do termo — que tem suas origens em Rousseau e foi hegemônica por mais de 200 anos — tem dado lugar a uma concepção alternativa amparada na idéia de *“um processo de discussão e avaliação no qual os diferentes aspectos de uma determinada proposta são pesados.”*<sup>57</sup> Nessa concepção, todos os sujeitos interessados ou afetados por uma questão trocam seus argumentos em público, de forma racional, a fim de colaborarem mutuamente e produzirem decisões justas.

De acordo com Bovero<sup>58</sup>, mesmo quando o termo *deliberar* assume o sentido de procedimento decisório, está implícita a natureza colegiada pela qual se chegou a uma decisão. Assim, também nessa acepção, estão indicados como essenciais o debate entre as partes, a apresentação de argumentos e a busca de convencimento recíproco dos envolvidos.

*“O verbo latino ‘deliberare’ tem uma origem incerta. Alguns lingüistas supõem que derive do substantivo ‘libra’, a balança, e que por esta razão o verbo tenha assumido o significado predominante - figurado e metafórico - de pesar, ponderar. Na linguagem jurídica consolidou-se o uso*

---

Ciências Humanas da UFMG, s/d. Mimeo.

<sup>55</sup> “Deliberar – (do lat. *Deliberare*) V.t.d 1- Resolver após exame ou discussão; decidir, assentar (...) 2- Meditar no que se há de fazer, consultar a si mesmo ou a outrem; ponderar, refletir (...) 3- Decidir, resolver 4- Discutir, examinar (...) 5- Resolver-se consideradamente, decidir-se, determinar-se (...). FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

<sup>56</sup> AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova*. São Paulo, n 49, 2000. p. 25.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 26

<sup>58</sup> BOVERO, Michelangelo. *Contra o governo dos piores: uma gramática da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

*convencional de entender por "deliberação" pura e simplesmente a decisão de um órgão colegiado (...) Também na linguagem comum, o substantivo e o verbo correspondente indicam em certo sentido uma decisão. Portanto, os atos de deliberar e de decidir (...) parecem ao contrário estar tão ligados entre si a ponto de mal se distinguirem também no plano semântico. Mas exatamente a natureza colegiada do deliberar, enfatizada pelos juristas, sugere que consideremos este termo não como um simples sinônimo de "decidir" que se aplica restritivamente apenas e unicamente aos sujeitos coletivos, mas sim, como uma espécie qualitativamente distinta de procedimento decisório, cujos conotativos essenciais são propriamente inerentes ao momento que precede a decisão em sentido estrito."*<sup>59</sup>

Para Habermas<sup>60</sup>, a legitimidade do poder político é baseada na vontade coletiva, que — diferentemente das concepções teóricas liberais e elitistas — é formada nas esferas públicas, onde os indivíduos expressam suas opiniões e argumentos, de forma racional, buscando o entendimento. Na perspectiva do conceito de democracia centrado no discurso, Habermas analisa a operacionalização do procedimento que possa conciliar os interesses individuais e o alcance do bem-comum e identifica as pré-condições para a formação discursiva da vontade.

*"An element intrinsic to the preconditions of communication of all practices of rational debate is the presumption of impartiality and the expectation that the participants question and transcend whatever their initial preferences may have been. [...] These idealizing preconditions demand the complete inclusion of all parties that might be affected, their equality, free and easy interaction, no restrictions of topics and topical contributions, the possibility of revising outcomes, etc."*<sup>61</sup>

É desse processo discursivo que — ainda segundo Habermas — surge a opinião pública capaz de influenciar e direcionar o poder político na tomada de decisões sobre os mais diferentes temas. O poder comunicativo que advém da

---

<sup>59</sup> BOVERO, Michelangelo. *Contra o governo dos piores: uma gramática da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 62-63.

<sup>60</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997.

<sup>61</sup> "[...]Um elemento intrínseco às pré-condições da comunicação em todas as práticas do debate racional é a presunção da imparcialidade e a expectativa que os participantes questionem e superem as suas preferências iniciais. (...) Essa idealização das pré-condições supõe a inclusão de todos os afetados, a igualdade entre eles, a liberdade e a facilidade de interações, a não restrição de tópicos, a revisibilidade de posições etc". HABERMAS, Jürgen. *Further Reflections on the Public Sphere*. In: CALHOUN, Craig. (org.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts / London, MIT Press, 1992. p. 449 (tradução nossa). Sobre o tema, ver também MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Exclusão e deliberação: a superação dos obstáculos ao intercâmbio público de razões*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, s/d. Mimeo.

troca de razões em público, no entanto, não se confunde com o poder político/administrativo.

*“Essas comunicações destituídas de sujeito – que ocorrem dentro e fora do complexo parlamentar e de suas corporações – formam arenas nas quais pode acontecer uma formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de matérias relevantes para toda a sociedade e necessitadas de regulamentação. O fluxo comunicacional que serpeia entre formação pública da vontade, decisões institucionalizadas e deliberações legislativas, garante a transformação do poder produzido comunicativamente, e da influência adquirida através da publicidade, em poder aplicado administrativamente pelo caminho da legislação.”<sup>62</sup>*

Tendo como base as formulações de Cohen, Habermas identificou os postulados básicos do procedimento que legitima as decisões tomadas pelo sistema político. Segundo o autor, as deliberações se realizam de forma argumentativa; são inclusivas e públicas; livres de coerções externas e internas; podem abranger a todas as matérias passíveis de regulação; visam um acordo motivado racionalmente, podendo ser desenvolvidas sem restrições e retomadas a qualquer momento e incluem também interpretações de necessidades e a transformação de preferências e enfoques pré-políticos.<sup>63</sup>

Ainda que Habermas sustente uma concepção em relação ao direito positivo, em que a eficácia política das deliberações é limitada à regulamentação definida por lei, acreditamos adequado dimensionar melhor os ganhos epistêmicos resultantes dos processos de deliberação. Essa noção implica adotar uma concepção de deliberação que valorize o processo argumentativo e não simplesmente o momento de tomada de decisões.

Assim, na perspectiva que interessa ao nosso trabalho, o aspecto mais importante a ser considerado no processo argumentativo que fundamenta a formação da opinião pública e da vontade política em relação a um tema ou questão

---

<sup>62</sup> HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade, vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997. p. 22.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 29-31. As características da deliberação pública, seja no seu sentido de pré-condições para a formação discursiva, seja na concepção do sentido da normatividade formulada por Habermas, encontram tratamento interessante, que também contribuiu para o nosso entendimento acerca do tema. em MAIA, Rousiley *Democracia deliberativa: dimensões conceituais*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005. Mimeo.. Ver também: FARIA, Claudia Feres. *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. Lua Nova, São Paulo, n.º 49, pp 47-68, 2000.

em discussão na sociedade é o ganho epistemológico que daí pode resultar. Em outras palavras, ao permitir o confronto dos argumentos e a visibilidade dos sujeitos que os sustentam, a possibilidade de revisão de posições, a inclusão de todos que têm interesse no tema, a deliberação pública possibilita que o entendimento inicial sobre a questão em debate se modifique, agregue outros elementos, possa incluir outros interesses e articular outros temas. Enfim, o processo de deliberação pública faz com que o entendimento inicial que até então se tinha sobre a questão em debate atinja outro patamar, permitindo outros arranjos epistêmicos, outros percursos para a continuação do debate, outras alianças entre os sujeitos e os movimentos que estão envolvidos e, especialmente, amplia o universo dos afetados e concernidos.

Há, entretanto, que se diferenciar o processo de deliberação pública que fundamenta o conceito de democracia deliberativa que estamos aqui adotando das conversações ordinárias da vida cotidiana. Ainda que essas últimas possam ser fontes de construção de inteligibilidade social — nas tramas da sociabilidade e da convivência — elas não se caracterizam pela troca argumentativa baseada em razões que possam se sustentar publicamente, como é o caso do processo deliberativo. A construção de estratégias e até mesmo a constituição de constrangimentos podem emergir na deliberação pública, o que, se não a invalidam, colocam a exigência de se tratar publicamente tais elementos, submetendo-os ao crivo da publicidade.

Por tais razões, é importante notar que a normatividade do conceito de democracia corre o risco de se tornar uma forma de idealismo ou — como dizem os críticos da abordagem procedimentalista — de tornar-se uma outra espécie de democracia formal, que agora passaria a normatizar e regular o processo de formação da opinião e da vontade públicas. Mesmo que consideremos a normatividade como um “horizonte a ser seguido” é importante que as circunstâncias e os constrangimentos tenham força real na formulação teórica, pois deixar de levar em consideração os aspectos que rompem com o ideal normativo não contribui para a superação destes impedimentos e para a busca de alternativas que efetivem o processo democrático centrado na discursividade.

Há, ainda, um ponto a ser abordado que nos parece importante para a nossa discussão. Segundo os autores deliberacionistas já aqui citados, é fundamental que no processo deliberativo todos os afetados pela questão em debate possam dele participar, em igualdade de condições. Tal exigência implica dois elementos: o acesso à esfera pública ou, pelo menos, ao espaço de visibilidade mediada e as condições de publicização que se estabelecem no processo.

Ora, se o suposto é o de que todos os interessados — afetados e concernidos — possam participar, implica supor também simetrias entre os indivíduos e grupos na sociedade, o que, a rigor, é uma impossibilidade real e prática. Para que se atenuem ou se eliminem tais assimetrias — resultado das fortes desigualdades que ainda imperam, e têm sido acentuadas nesses tempos de globalização, nas sociedades contemporâneas — é preciso, de um lado, lutar pelo reconhecimento de grupos ou temas estigmatizados ou reduzidos ao apagamento simbólico na cena pública. Por outro lado, é importante que se articule a visibilidade construída nas tramas da sociabilidade, de maneira a penetrar o bloqueio que impede o acesso do tema ou dos sujeitos na esfera pública, com a aparição de elementos que podem contribuir para a deliberação no espaço da visibilidade mediada que se expressa na atuação dos *media*.

Finalmente, todas essas considerações indicam-nos a adequação da abordagem deliberacionista aos propósitos do nosso trabalho. Seja pela qualidade da fundamentação do modelo, seja pela possibilidade de compreender como a questão da pobreza emerge na esfera pública, nos últimos anos, e como se constrói a trajetória do entendimento público sobre essa questão e se desenvolvem as ações, os discursos e os argumentos na esfera da mídia. Aliás, esse aspecto se apresenta como particularmente rico para os nossos propósitos em razão das aproximações que o conceito de democracia deliberativa nos permite fazer com os estudos da comunicação e com as análises dos fenômenos midiáticos. Ao postular os procedimentos normativos do debate racional dos indivíduos sobre as questões que consideram importantes e por meio do qual compartilham o mundo social em que pretendem viver, a teoria deliberacionista — em especial a habermasiana — constrói os pressupostos teóricos para pensarmos o processo de construção

democrática, a partir da deliberação argumentativa e da formação de vontades coletivas nas redes discursivas das esferas públicas.

Como vimos, a comunicação midiática é, ao mesmo tempo, instituinte e instituída do social e, assim, compartilha sentidos e valores para a construção de sentidos comuns, como base para a inferência e a ação. Por meio de uma gramática própria, a comunicação midiática “interfere” na realidade por meio do discurso, operando uma construção discursiva do mundo. No seu processo de enunciação, os *media*, por seus modos operatórios próprios, dão existência a algo — temas, sujeitos, não importa —, possibilitam que ele seja visto e, em certa medida, obrigam a que seja reconhecido. Todas essas operações são realizadas no modo logo-técnico dos *media* e enquadradas de acordo com os valores e os sentidos que adquirem maior força real, mas todos esses procedimentos se fazem pela discursividade. O sistema midiático conforma, portanto, um espaço de aparência em que os indivíduos se vêem e são vistos, se reconhecem mutuamente e se relacionam com o mundo, sendo que essa conformação interage de forma significativa com as formulações, intervenções e discursividade que emergem na esfera pública, de tal maneira que, em muitos casos se torna difícil, senão impossível, distinguir a argumentação produzida por e no espaço de visibilidade mediada e aquela circulante na esfera pública “*de contraposição argumentativa*”, o *debate público* caracterizado pela “*disputa de interesses mediada pela linguagem*” e pelas “*interações lingüísticas competitivas sobre matérias de interesse público coletivo*”.<sup>64</sup>

Assim, podemos perceber e analisar as simetrias entre os modos de operação e de procedimento que caracterizam este modelo de democracia – cujo núcleo central é formado pela ação comunicativa voltada para o entendimento no terreno das esferas públicas discursivas – e a atuação do sistema midiático, que agencia, discursivamente, valores e regras nas interações sociais cotidianas. Mas, mais do que isso: ele (o conceito de democracia deliberativa) permite conceber a atuação da mídia como central no processo de deliberação pública, permitindo, ainda, que a democracia seja concebida como uma gramática social articulada de

---

<sup>64</sup> GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 58.

forma tensa e produtiva às transformações que se operam na armadura legal que ordena a sociedade e às alterações no entendimento social acerca dos problemas e questões que afligem os cidadãos.

## CAPÍTULO II

### DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POBREZA

*Tenho apenas duas mãos e  
o sentimento do mundo...*

Carlos Drummond de Andrade

A tradição democrática ocidental comporta três noções clássicas de cidadania.<sup>65</sup> A primeira é ancorada numa abordagem liberal que entende a cidadania como titularidade de direitos. Essa visão só concebe o indivíduo e seus interesses em detrimento da virtude cívica e do bem comum.

Uma segunda versão corresponde ao republicanismo clássico — ou do humanismo cívico — que enfatiza a preocupação com o bem coletivo, mesmo que isto represente o sacrifício do interesse individual. Esta abordagem introduziu a noção de virtude cívica expressa pela preocupação com o bem coletivo.

Já a terceira noção inclui características das outras duas formulações e constitui uma visão comunitária de cidadania. O que é colocado em relevo aqui é o pertencimento a uma comunidade política. Na análise de Carvalho, as culturas políticas reais combinam elementos destas três tradições, articulando-se a titularidade de direitos básicos à preocupação com justiça social e com a identidade coletiva — sempre numa concepção histórica.

Para os fins propostos neste trabalho, partimos do suposto de que a cidadania não é um objeto, algo concedido aos indivíduos. A cidadania é uma possibilidade em permanente construção; uma condição que se alcança — sempre provisória — que diz respeito à possibilidade de interferência na ordem social em que se vive.

A cidadania não se efetiva apenas no chamado direito positivo, com a sua inscrição no terreno legal de normas e regras jurídicas. Obviamente, esta

<sup>65</sup> CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.

condição é essencial, mas não suficiente. A cidadania só se realiza plenamente no momento em que os sujeitos têm consciência dessas possibilidades e reconhecem uns aos outros como sujeitos de direitos. Reconhecendo-se como pertencentes ao mesmo reino político, os sujeitos se vêem como iguais — mesmo que esta igualdade não esteja refletida na trama social — e, assim, podem ser agentes da própria história e construir novas possibilidades de atuação na ordem social.

O senso de igualdade política e a garantia de reconhecimento social são essenciais para a geração da cidadania. E, ao mesmo tempo em que constituem uma potência cívica, os sujeitos e grupos sociais têm melhores chances de se apresentarem nos processos de deliberação pública. Esse movimento envolve a formação de vínculos de co-responsabilidade com os destinos da vida coletiva e a configuração de novos argumentos e contra-argumentos nas polêmicas acerca dos modos de vida em sociedade que interessam a cada um e a todos os cidadãos.

É essa igualdade, portanto, que possibilita aos sujeitos participarem dos processos de deliberação e lhes confere legitimidade de interlocução pública. E, assim, instaurar o conflito, reconhecer o dissenso, subverter as hierarquias simbólicas, construir acordos, estabelecer negociações e, no exercício de direitos já constituídos, inventar e reivindicar novos direitos.

A luta pela cidadania é, portanto, a luta pela inclusão na comunidade política e, nesse sentido, busca garantir que o seu exercício seja universal, acessível a todos. A consciência acerca da cidadania e do exercício dos direitos — construída historicamente — está relacionada à capacidade de organização e mobilização dos atores sociais e a sua participação na esfera pública, entendida como o terreno da formação da vontade coletiva, do embate dos diversos atores e da disputa pela imposição de sentidos considerados legítimos.

Dessa forma, o exercício efetivo da cidadania realiza-se com a configuração de esferas públicas não-coercitivas, de participação igualitária, em que seja possível a troca de razões em público e que possibilite que os sujeitos criem

autonomamente as condições para o exercício das suas possibilidades cívicas. A cidadania só se torna plena, portanto, no ambiente pluralista e agonístico da esfera pública. Elas (cidadania e esfera pública) se concretizam mutuamente pois, na esfera pública, os sujeitos se inscrevem como portadores de direitos, se interligam, manifestam vontades e reivindicações, em debates múltiplos, dispersos, descentralizados e não-lineares.

Diante desse cenário e considerando os mecanismos, já apontados neste trabalho, de configuração da esfera pública, estamos supondo que o sistema midiático pode cumprir relevante papel na efetivação da cidadania. Afinal, como já dissemos, os *media* interconectam redes discursivas, criam possibilidades de produção de visibilidade, de reconhecimento social e de construção de identidades e, assim, reforçam o sentimento de pertencimento à comunidade política de um determinado território ou país.

Além disso, ao realizar a mediação entre o Estado e a sociedade civil, entre grupos e esferas da ordem social, e até mesmo entre indivíduos de diferentes grupos sociais, o sistema da mídia pode contribuir para a formação de espaços de debate pluralista em que se dão as lutas por reconhecimento de identidades e de interesses, pela legitimação de demandas e de perspectivas coletivas.

Por meio de diferentes maneiras, conflitos existentes na sociedade são incorporados à cena midiática, são reordenados e (re)significados num processo de mão dupla, interferindo na ordem social e fazendo com que esta ordem social também se manifeste nos processos de disputas de sentido travados na arena midiática. E, assim, numa sociedade marcada pela presença da comunicação midiática e pela atuação dos *media* na conformação da esfera pública contemporânea, fica impressa uma dinâmica social e histórica em que se torna possível o exercício de direitos, a invenção e conquistas de novos direitos. Certamente é nessa dinâmica — de interlocução, de debates, de luta — em que a mídia comparece de forma expressiva e extensiva, que pode ocorrer a multiplicação dos direitos humanos, emergir a constituição renovada das noções de cidadania e ampliar-se a visibilidade dos direitos alcançados.

Articular a mídia, suas potencialidades e limites na constituição de uma cidadania ativa, em que os direitos possam se afirmar como fundamento da vida social, na esperança de superação das condições precárias de vida — as condições da pobreza como denegação de direitos — de expressivo contingente da população brasileira é uma das formulações mais importantes a ser feita.

## 2.1 – DIREITOS HUMANOS E POBREZA

É  
a gente quer viver pleno direito  
a gente quer viver todo respeito  
a gente quer viver uma nação  
a gente quer é ser um cidadão.

Gonzaguinha

O fundamento dos direitos humanos remonta ao século XVIII, a um marco inexorável da história mundial em que a afirmação dos direitos do homem deixa de ser a “*expressão de uma nobre exigência, mas o ponto de partida para a instituição de um autêntico sistema de direitos*”.<sup>66</sup> As Declarações dos Direitos dos Estados Norte-Americanos e da Revolução Francesa<sup>67</sup> promoveram profundas alterações nas noções de soberania e de cidadania e constituíram um marco na nova concepção de indivíduo, considerado cidadão, portador de direitos.

Organizador das relações econômicas, o Estado Liberal favorecia, em grande medida, os interesses da nova classe, a burguesia. Nesse contexto, a garantia dos direitos constituía os pilares para a produção do modo capitalista. O foco era, portanto, nos direitos civis e políticos.

Os direitos civis garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Referem-se à liberdade individual, à garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, manifestar o pensamento, não ser condenado sem o devido processo legal etc. Já os direitos políticos estão relacionados com a participação do cidadão no governo,

<sup>66</sup> BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 29.

<sup>67</sup> Não se trata aqui de ignorar as particularidades e as diferenças na enunciação de direitos entre estes dois momentos da história, mas sim de assinalar a importância destes dois acontecimentos para a instauração de uma nova era marcada pelo reconhecimento dos direitos do cidadão. Sobre esta discussão, ver BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

organização de partidos, votar e ser votado. Têm como instituição principal os partidos políticos e um Parlamento livre e representativo.

Com o desenvolvimento da classe operária, diferentes grupos sociais reivindicaram a sua inscrição no terreno da cidadania e o direito de usufruir dos benefícios da ordem econômica. A luta pela participação na riqueza coletiva deu origem aos direitos sociais, que se referem ao direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria etc.

Foi, contudo, após a Segunda Guerra Mundial que a questão dos direitos passou da esfera nacional e interna a uma dimensão internacional, envolvendo todos os povos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída em 1948 pela Organização das Nações Unidas com a adoção de 48 Estados e oito abstenções, foi resultado do movimento de internacionalização dos direitos humanos, fazendo frente às experiências catastróficas do século XX. A Declaração surgiu, assim, como marco do processo de reconstrução dos direitos humanos, inaugurando sua concepção contemporânea, reforçada posteriormente pela Declaração de Viena (1993), caracterizada pelos princípios de universalidade e de indivisibilidade dos direitos.

*“Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a dignidade e titularidade de direitos. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada...”*<sup>68</sup>

Em 1993, a Declaração de Direitos Humanos de Viena reiterou esta dimensão instaurada em 1948.

*“Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase”*.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> PIOVESAN, Flavia. Pobreza como violação de direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003. p.137.

<sup>69</sup> Artigo 5º da Declaração de Direitos Humanos de Viena.

Subscrita por 171 Estados, a Declaração de Viena significou mais do que uma reiteração da perspectiva contemporânea dos direitos humanos e, sim, a sua ampliação no sentido de reforçar sua legitimidade. A Declaração de Viena reafirmou, ainda, a interdependência entre os valores dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento.

No Brasil, a emergência de um movimento em prol dos direitos humanos está relacionada com a mobilização de grupos de políticos, estudantes e operários contrários à ditadura militar, na década de 70. Esvaziados os espaços públicos e proibida a atuação de atores sociais na política partidária, o período foi marcado pela emergência de movimentos sociais temáticos. Entretanto, a tônica maior destes grupos era voltada para a mudança da situação política e, principalmente, para a proteção dos direitos humanos dos militantes de movimentos e de partidos de oposição ao regime autoritário, que estavam sistematicamente submetidos à violência estatal. Foi o caso do movimento pela Anistia que mobilizou no Brasil milhares de pessoas pela redemocratização do País e pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos dos militantes de esquerda, resultando na aprovação da Lei de Anistia em 26 de agosto de 1979.

O processo de transição para a democracia foi, aos poucos, significando algumas vitórias no que se refere ao controle da violência estatal contra militantes de esquerda. Diante do cenário que começava a se descortinar, o movimento de direitos humanos ampliou seus objetivos, que passaram a incluir a proteção dos direitos humanos dos cidadãos que não estavam envolvidos naquelas atividades políticas, principalmente os grupos minoritários e aqueles formados por pessoas de baixa renda.

Dessa forma, o movimento de direitos humanos transformou-se num movimento social, de “massa”.<sup>70</sup> Assim, foi ampliada a sua base de sustentação. Foram criadas formas de organização independentes de partidos políticos e de

---

<sup>70</sup> NETO, Paulo de Mesquita. O papel do governo federal no controle da violência: O programa nacional de direitos humanos, 1995-1997. In: AMARAL JÚNIOR, Albertol e MOISÉS, Claudia Perrone. (Orgs). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

organizações governamentais e formadas alianças com organizações internacionais, comunitárias e populares. Um marco deste novo momento foi o surgimento em 1982 do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Articulando, inicialmente, 30 organizações não-governamentais, o MNDH possui hoje mais de 300 organizações cobrindo todo o território nacional.

O desenvolvimento do movimento pelos direitos humanos começou a introduzir na agenda pública nacional o combate à violência estatal, de forma mais ampla, e à violência social contra trabalhadores, desempregados, analfabetos, negros, mulheres, indígenas e jovens. É importante registrar que a reação dos setores mais conservadores da sociedade, liderados pelos grupos que davam sustentação ao regime autoritário, buscava desqualificar e deslegitimar os esforços, associando o movimento em favor dos direitos humanos à defesa de criminosos.

Independentemente das idas e vindas deste processo, o Brasil seguiu a tendência internacional de fortalecimento dos movimentos pela defesa dos direitos humanos e pela construção de políticas públicas para a sua garantia. O ordenamento jurídico brasileiro do fim da década de 80 refletiu este momento, tendo como marco a Constituição de 1988. A Constituição Federal contemplou todos os modernos direitos da cidadania e expressou o compromisso do Estado brasileiro de guiar-se pelos valores fundados na concepção dos direitos humanos.

O Brasil já assinou a grande maioria dos tratados e convenções internacionais referentes ao tema. A Câmara dos Deputados instalou, em 1995, a Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Minorias. Em 1997, foi criada a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, transformada posteriormente em Secretaria de Estado, em 1999. Em 2003, a estrutura existente foi ampliada e transformada em Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com *status* de Ministério, ligada diretamente à Presidência da República.

É importante registrar uma significativa ampliação das organizações sociais de defesa dos direitos humanos que atuam nas mais diversas frentes. Neste contexto, observa-se uma mobilização cada vez maior da sociedade civil em torno

dos direitos econômicos, sociais e culturais. Um marco importante desta mobilização foi a criação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Sociais, Econômicos e Culturais. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil, criada em 2003 e inspirada nas Relatorias da ONU, que monitora, analisa e difunde informações sobre a situação dos direitos humanos no âmbito nacional e local. Tem por objetivos inserir os temas na esfera pública; criar mecanismos de monitoramento; ampliar o conhecimento e a difusão dos direitos; e fortalecer a ação da sociedade no exercício desses mesmos direitos. O projeto consiste em seis Relatorias Nacionais (Moradia Adequada e Terra Urbana; Saúde; Trabalho; Meio Ambiente; Educação; Alimentação, Água e Terra Rural), que realizam missões *in loco*, registram denúncias de violações, realizam encontros de diálogo com os diferentes órgãos do Estado e produzem relatórios e recomendações para a superação das violações identificadas.

Paradoxalmente, a luta pela efetivação dos direitos humanos e a criação de novos direitos e de novos instrumentos para sua efetivação, como apontamos, ocorrem em paralelo com a característica mais marcante da civilização contemporânea que é a persistência e agravamento da pobreza e das desigualdades sociais. A pobreza afeta metade da população do mundo. “A grande maioria dos dois ou três bilhões de seres humanos que se acrescentarão à população do mundo antes do fim deste século estará exposta à pobreza”.<sup>71</sup> Os números são alarmantes e apontam que oito milhões de crianças morrem a cada ano em razão da pobreza, 150 milhões de crianças com menos de cinco anos sofrem de desnutrição extrema, 100 milhões de crianças moram nas ruas.

A questão da pobreza constitui, portanto, um dos mais importantes desafios para a humanidade. O debate acerca da sua superação, na maioria das vezes, é voltado para a instauração de medidas econômicas e sociais. Neste sentido, a pobreza é entendida como um déficit quantitativo e natural a ser superado por meio de políticas econômicas e sociais.

---

<sup>71</sup> SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.). *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003. p.27.

Entretanto, os últimos anos viram desenvolver um outro debate que visa incluir a questão da pobreza como violação dos direitos humanos. Além do marco da Conferência de Viena, em 1993, que ampliou a noção dos direitos humanos, incorporando as dimensões sociais, econômicas e culturais, esta perspectiva implica abordar o direito ao desenvolvimento, conceito que surgiu na década de 60.

*“Para desvendar o alcance do direito ao desenvolvimento, importa realçar, como afirma Celso Lafer, que, no campo dos valores, em matéria de direitos humanos, a consequência de um sistema internacional de polaridades definidas – Leste/Oeste, Norte/Sul – foi a batalha ideológica entre os direitos civis e políticos (herança liberal patrocinada pelos Estados Unidos) e os direitos econômicos, sociais e culturais (herança socialista, patrocinada pela então URSS).”<sup>72</sup>*

Assim, o direito ao desenvolvimento surgiu dos esforços dos países do Terceiro Mundo de elaborar uma identidade cultural própria. Adotada pela ONU em 1986, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento obteve adesão de 146 Estados, com um voto contrário (EUA) e oito abstenções. A Declaração inaugurou uma nova concepção, que implica a importância da participação e a necessidade de adoção de programas e políticas nacionais, como cooperação internacional.<sup>73</sup>

Sané<sup>74</sup> defende a necessidade de incluir a pobreza na perspectiva dos direitos humanos, inserindo-a no contexto de uma justiça global, que determina a prioridade de sua superação e cria as responsabilidades necessárias. Na sua concepção, portanto, declarar a abolição da pobreza é o ponto de apoio para impulsionar sua erradicação.

*“Fundamentalmente, a pobreza não pode ser definida como um padrão de vida, ou como determinados tipos de condições de vida: ela é simultaneamente, a causa e o efeito da sonnegação, total ou parcial, dos direitos humanos”.*<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> PIOVESAN, Flavia. Pobreza como violação de direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003. p. 144.

<sup>73</sup> PIOVESAN, Flavia. Pobreza como violação de direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.

<sup>74</sup> SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.

<sup>75</sup> SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003. p.29.

Na concepção de Sané, decretar a abolição da pobreza seria propiciar que investimentos, reformas e políticas (de alcance nacional e internacional) pudessem ser canalizados para romper com as deficiências que compõem o pano de fundo do problema. Esta perspectiva parte do pressuposto de que a pobreza não é uma característica natural da civilização e, sim, uma negação da justiça. E, assim, a pobreza – declarada abolida – seria levada à condição de prioridade mais alta e de interesse comum a todos.

*“Os pobres, uma vez reconhecidos como parte prejudicada, obteriam o direito de indenização, pela qual os governos, a comunidade internacional e cada cidadão seriam conjuntamente responsáveis”<sup>76</sup>. Dessa forma, o princípio da justiça global estabeleceria as condições para uma distribuição de riqueza mais justa entre seus habitantes.*

Para Campbell,

*“a proposta de que a persistência da extrema pobreza tem que ser concebida como uma violação dos direitos humanos tem o mérito de priorizar a erradicação da pobreza, de forma compatível com os direitos civis e políticos fundamentais, sugerindo o emprego de instrumentos de natureza equivalente, tais como o uso de coerção, inclusive de sanções penais e de intervenção armada, de forma a garantir a abolição da pobreza”<sup>77</sup>.*

---

<sup>76</sup> SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.). *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.p.30.

<sup>77</sup> CAMPBELL, Tom. A pobreza como violação dos direitos humanos: justiça global, direitos e as empresas multinacionais. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003. p.89.

## 2.2- CIDADANIA NO BRASIL E A PERSISTÊNCIA DA POBREZA

*Já nem se lembram  
Que existe um Brejo da Cruz  
Que eram crianças  
E que comiam luz.*

Chico Buarque de Holanda

Como vimos, a noção de cidadania é um fenômeno complexo e historicamente definido, possuindo diversas dimensões sendo que algumas podem estar presentes sem que as outras se exerçam. A efetivação plena da cidadania alia liberdade, participação e igualdade para todos.

Marshall esboçou um quadro teórico sobre as dimensões da cidadania, em que estão presentes os direitos civis, políticos e sociais. Ao analisar o processo de construção da cidadania na Inglaterra, ele identificou - numa perspectiva histórica - que os direitos civis serviram de base para a conquista dos direitos políticos. E os direitos sociais, por sua vez, resultaram da mobilização proporcionada pela participação política de movimentos da sociedade, especialmente os sindicatos.

De acordo com Carvalho<sup>78</sup>, o surgimento seqüencial dos direitos reforça a noção de cidadania como processo histórico, entretanto, ele pondera que os caminhos percorridos pelas diferentes sociedades podem, também, se apresentar muito diversos. No caso brasileiro, o autor destaca duas diferenças importantes em relação ao modelo clássico de Marshall. No Brasil, o processo foi marcado por uma maior ênfase aos direitos sociais, que precederam à instituição dos demais direitos de cidadania. Essa inversão teria afetado a natureza da cidadania. Daí decorre, por exemplo, uma forte concepção, presente no País, de cidadania regulada, expressa numa supervalorização do agente estatal, em que os sujeitos são vistos como passivos e objetos de ação do Estado. Essas constatações indicam que os caminhos da cidadania no Brasil revelam questões importantes para se pensar a questão da pobreza e sua persistência na sociedade brasileira.

---

<sup>78</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Na década que antecedeu a entrada no século XX, marcada pelo mito fundador da República<sup>79</sup>, a pobreza urbana surgiu como um problema maior aos olhos das elites nacionais – ainda que como uma questão de polícia que precisava ser reprimida - e foi registrada como preocupação nos discursos da época. Os primeiros anos da República foram palco de um discurso sanitarista e higienista, tendo como objetos principais os cortiços e a população que ali vivia. Assim, a propagação de doenças relacionadas às condições de higiene da população acabou por evidenciar as precárias condições de vida a que eram submetidos alguns segmentos da sociedade. Nesse contexto, a pobreza era assimilada à doença e à insalubridade. O cortiço passou a motivar também o discurso político do período, que pregava o estabelecimento da ordem social. A rigor, a população dos cortiços era tida como “*as classes perigosas*”<sup>80</sup>. E assim, fazia-se uma relação cognitiva entre os pobres e o perigo que eles representavam para a sociedade.

As revoltas populares do final do século XIX e início do século XX parecem ter sedimentado a noção de periculosidade associada às camadas populares<sup>81</sup>. Uma operação simbólica particular destituía esses acontecimentos de qualquer valor positivo e, desfigurados na sua dimensão histórica, eram apreendidos no registro da natureza. Nesse contexto, o pobre era o vadio, aquele que não se

---

<sup>79</sup> Sobre esta questão estamos nos apoiando nas formulações de CHAUI (2000) que, assim, define o *mito fundador* “aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição do mesmo”. Para a autora, “diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado e imaginário, tido como um instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo (...) pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar.” Não estamos propondo trabalhar com o conceito de mito. Ao lançarmos mão do termo, na acepção usada por Chauí, estamos nos referindo à dificuldade de constituição dos valores republicanos, quando o mito fundador da república, seria para Marilena Chauí, a igualdade. Sobre esta questão ver também STARLING, Heloisa M. M. *Lembranças do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999. Especialmente as partes p. 41-91 e CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>80</sup> VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R.R. (Org.) *Corporativismo e Desigualdade – A constituição do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1991. p. 81-110. Sobre esta questão, ver também CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar, botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>81</sup> Esta questão pode ser identificada na Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro em 1904. A negação da participação operária no movimento expressava a força do discurso ideológico sobre o comportamento político das camadas populares. Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

transformava em trabalhador, construindo assim uma matriz ideológica baseada na oposição trabalhador *versus* vadio.

Motivada pela emergência dos direitos trabalhistas e pela introdução de um aparato de Previdência, a construção de uma cidadania corporativa no Brasil marcou a década de 30.<sup>82</sup> O trabalhador foi retirado do arbítrio do poder patronal e levado para a tutela do Estado. Na concepção de Telles, — ao analisar a chamada “cidadania regulada”, conforme os termos de Wanderley Guilherme dos Santos<sup>83</sup> — trata-se de um modelo de cidadania singular, dissociado dos direitos políticos e das regras da equivalência jurídica. A condição cívica estava vinculada, portanto, ao pertencimento corporativo, o que fazia com que o cidadão não fosse tido como sujeito moral e soberano. Fora do espaço normativo do trabalho, o indivíduo pobre não tinha sua cidadania reconhecida e a pobreza se tornava uma categoria que escapa do contrato institucional que cria os direitos.

Para Telles, a definição da justiça social como tarefa do Estado neutralizou a questão da igualdade, uma vez que os direitos não estavam relacionados ao pertencimento do indivíduo à sociedade, mas sim ao espaço normativo do trabalho. Os pobres — fora do espaço de constituição de direitos — eram alvo da assistência social, ou seja, de políticas que não tinham o objetivo de elevar as condições de vida, mas sim o de ajudar o desvalido a sobreviver na miséria. Os significados foram constituídos de forma errônea: pobreza se tornou sinônimo de carência; justiça, de caridade e direito passou a ser entendido como ajuda.

A partir dos anos 30, o País iniciou um processo de urbanização vigoroso e nos anos 50 e 60 foram observadas mudanças estruturais do emprego. Entretanto, a dinâmica econômica era insuficiente para acompanhar e atender ao processo demográfico, o que corroborou para uma degradação das condições de vida nas cidades. Nesse contexto, a pobreza urbana passou a ser tida como uma questão social. Em vez dos cortiços, a matriz espacial dos pobres eram as favelas, que invadiam as paisagens urbanas, evidenciando a pobreza que passou,

---

<sup>82</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>83</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça – A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1970.

nos anos 50 e 60, a fazer parte do primeiro plano dos debates da política econômica do país.

Se nas décadas anteriores, a noção de pobreza estava ligada a uma responsabilidade individual, nesse período, passaram a ser considerados fatores externos à condição do indivíduo como determinantes da pobreza, uma vez que o trabalho já era revestido de uma valoração positiva. Assim, a responsabilidade sobre a condição do pobre passou a ser relacionada mais à sociedade do que ao próprio indivíduo.

Segundo Valladares<sup>84</sup>, a teoria da marginalidade nos anos 60, que reconhecia a marginalidade inerente ao sistema capitalista e às sociedades dependentes, reconheceu a pobreza como um fenômeno decorrente da natureza estrutural do capitalismo. A condição de ser pobre não partia mais do indivíduo, mas sim do mercado de trabalho que não conseguia absorver toda a mão-de-obra. As representações acerca dos pobres deixaram de estar coladas às imagens dos “ociosos e vadios” e passaram a assimilar a idéia de excluídos, marginalizados, localizados nas franjas do sistema econômico. O termo “favelado” tornou-se sinônimo de “pobre” e a favela ganhou os mesmos atributos do cortiço do final do século XIX: local insalubre, com moradias precárias, enfim, uma região malquista pela sociedade.

As décadas de 70 e 80 assistiram ao fenômeno de “*generalização e sedimentação da pobreza*.”<sup>85</sup> Nessa época, ocorreu um incremento do processo de industrialização, mas o período do “milagre econômico” registrou elevados índices de desigualdade social, ocorrendo também a ampliação da pobreza. Ao lado do processo de metropolização houve o de periferização, uma segregação espacial da classe trabalhadora, colocada cada vez mais distante da área central das cidades. Assim, a periferia tornou-se o principal destino dos pobres e se constituiu na nova territorialidade da pobreza.

---

<sup>84</sup> VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade – A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. p. 81-110.

<sup>85</sup> *Ibidem*. p. 101.

Na análise de Valladares, a mudança territorial foi acompanhada de uma transformação ideológica. A vivência em comum da segregação levou os moradores da periferia à construção de identidades coletivas, provocando uma consciência de interesses comuns pelos direitos da cidadania. Nessa época, o trabalhador e o pobre não eram mais categorias distintas. Passava a ser considerado “trabalhador pobre” e generalizada a idéia de pobreza ligada à carência, além do retorno da associação entre pobreza e criminalidade.

A década de 80 foi marcada por esforços significativos de organização por parte dos movimentos sociais e os sindicatos ocuparam um importante lugar nas lutas travadas pela redemocratização e por uma sociedade mais justa e igualitária. Foram alcançadas importantes conquistas, expressas principalmente na promulgação da Constituição de 1988, que ampliou e tornou claros os direitos do cidadão nos diversos âmbitos da vida social. No entanto, exatamente nesse período, a sociedade experimentou índices alarmantes de desigualdade. Se de um lado, as leis definiram os direitos do cidadão, do outro, eles eram denegados no plano da trama social e os indivíduos pobres não eram considerados como sujeitos de direitos, portanto eram excluídos do território da cidadania.

Assim, numa sociedade que passou pela experiência de diversos conflitos, mobilizações e reivindicações populares, que vivenciou mudanças de regime político – *“uma sociedade que não apenas se quer moderna como, em alguma medida, se fez moderna”*<sup>86</sup> - a pobreza persistente inquieta e incomoda, pois denuncia a falha na universalidade dos direitos.

Esse é o “enigma da pobreza brasileira”, nos termos de Telles, sintetizado na sua persistência ao longo dos anos. A pobreza, sempre presente na história brasileira e tratada por diversos tipos de discursos, continua como um dos dilemas de instauração de um projeto nacional, de uma sociedade obcecada pela idéia de progresso.

---

<sup>86</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 80

De acordo com a autora, os direitos sociais, entendidos como uma determinada forma de contrato social definidor dos termos das relações de reciprocidades entre as classes e entre elas e o Estado, não se constituem no Brasil. Nesse contexto, a pobreza, como representação máxima de uma população destituída de direitos, torna-se um “enigma”, pois revela a incapacidade de uma sociedade de traduzir os direitos definidos por lei em condições igualitárias de vida e de ação.

Como espetáculo, a pobreza é transformada em paisagem que relembra um passado de atraso — que se pretende esquecer —, mas remete à idéia de uma possibilidade de sua eliminação por meio de um crescimento econômico capaz de extinguir as “mazelas” sociais. Entre imagens do passado marcado pelo atraso e o sonho de um futuro promissor, a pobreza desaparece como atualidade e não chega a ser notada como problema que diz respeito aos parâmetros que regem os padrões de acumulação, as relações sociais e as regras que efetivam a sociabilidade.<sup>87</sup>

A partir de uma figuração pública da questão social e de seu horizonte simbólico, a pobreza é registrada como uma forma de paisagem, capaz de incomodar a todos, mas como natureza, é constituída “*fora e por fora da trama das relações sociais*”.<sup>88</sup> Assim, conceber a pobreza como paisagem e livre de dimensão ética, implicaria abandonar o julgamento e a reflexão sobre a estrutura social brasileira.

As bases do “enigma da pobreza brasileira” estão fundadas nas relações entre os indivíduos e entre esses e o Estado. Telles chama a atenção para o papel que o Estado moderno desempenhou na construção da “*sociedade dos iguais*”, nos termos de Tocqueville<sup>89</sup>, onde a dinâmica igualitária fora instaurada tendo como referência o próprio Estado, para que os indivíduos se concebiam como iguais. O Estado emerge como referência simbólica a partir da qual os indivíduos passam a se reconhecer como iguais, independentemente de outras

<sup>87</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>89</sup> GAUCHET, Marcel. Apud TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.98.

ligações afetivas, de suas condições de vida, de suas possibilidades culturais, de suas características étnicas ou de gênero.

*“A igualdade é fonte de um imaginário igualitário que mostra seus efeitos no modo como os indivíduos se percebem e são percebidos nas relações da vida em sociedade”.*<sup>90</sup> Construída ao revés da *“revolução igualitária”*<sup>91</sup>, a experiência brasileira de justiça social foi concebida no interior de um imaginário tutelar e, então, as hierarquias são repostas, os direitos denegados, a desigualdade e a pobreza mantidas.

Dessa maneira, os caminhos da cidadania brasileira foram trilhados de modo diferente das experiências clássicas conhecidas, bloqueando os efeitos igualitários que os direitos e as leis, em princípio, deveriam ter. Entendemos, portanto, que o “enigma da pobreza brasileira” não poderia ser explicado — e sequer resolvido— mediante a compreensão das diversas imagens acerca da pobreza no Brasil e nem superado por um vigoroso crescimento econômico, ainda que em bases mais justas. Obviamente, tal crescimento seria necessário, mas certamente não seria suficiente.

Se nos detivermos alguns minutos por dia na frente dos noticiários da televisão ou nas páginas dos jornais e revistas, seremos surpreendidos com fatos e, especialmente, com imagens de milhões de pessoas em várias partes do mundo que são caracterizados como “refugiados políticos”. Tais figuras apresentam-se seja em levas de clandestinos, em navios chegados aos portos de países europeus, seja nos milhares de pessoas se deslocando nas estradas da Bósnia ou ainda nos campos do Timor Leste. Imagens que nos chocam, mas acabam por se perderem, moídas por um cotidiano que nos impele a considerar irrelevante tudo aquilo que parece acontecer em locais longínquos.

Esta figura do “refugiado político”, este ser sem pátria, sem identidade a não ser a *“de um ser humano que perdeu seu lugar numa comunidade, seu status*

---

<sup>90</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 99.

<sup>91</sup> Neste aspecto, TELLES (1991) está se referindo especificamente às formulações de Gauchet, em análise sobre o trabalho de Tocqueville.

*político na luta de sua época e sua personalidade legal que faz de suas ações e de parte de seu destino um conjunto consistente*<sup>92</sup>, informa bem o suposto de nossa noção de direitos. Pois tais indivíduos, na sua situação limite e insólita,

*“demonstram a inviabilidade da existência de direitos independentemente de um corpo político constituído, entendido este enquanto espaço de existência cidadã. O problema de tais indivíduos não está na garantia do trabalho, da residência ou mesmo da vida, pois tudo isso poderia ser resolvido fora dos marcos legais por conta da caridade de uns, da solidariedade de outros ou mesmo da condescendência das instituições. O problema de fundo é ter acesso às condições de lutar por tudo isso, escapando, portanto, da contingência de circunstâncias sobre as quais não se pode ter o controle.”*<sup>93</sup>

Enquanto homens e mulheres destituídos da sua condição de cidadãos, os apátridas, os refugiados não estão inscritos na ordem do direito. Ou seja, são pessoas que não têm o “direito a ter direitos”<sup>94</sup>, não podem exercer o direito de, por suas ações e opiniões, se tornarem sujeitos de direito, ter direito a reivindicar, a lutar por seus direitos, a criar novos direitos.

Entretanto, se aquelas imagens nos comovem, mas perdem seu impacto por sua relação distanciada do nosso cotidiano, imagens muito semelhantes também invadem o espaço da mídia e mesmo o nosso mundo da experiência cotidiana, vindas de muito mais perto e com relações de vizinhança com o nosso mundo. São os jovens e adolescentes da Febem, os pobres na sua luta diária pela sobrevivência; são as crianças de rua famintas, espoliadas e violentadas; são os excluídos de toda ordem que nos rodeiam e fazem apelo ao nosso sentimento de civilidade e demonstram pela sua própria existência, a existência de refugiados na sua própria pátria, no solo da mesma sociedade que em vez de acolhê-los e

---

<sup>92</sup> TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 2(1):23-48, 1.sem.1990. p.29.

<sup>93</sup> *Ibidem*. p.29

<sup>94</sup> “Ter direitos significa, portanto, no dizer de Hannah Arendt, pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos. É isso que ela quer dizer quando afirma a exigência de um espaço no qual cada um pode ser julgado por suas ações e opiniões, e não pelo são, enquanto classe, origem ou raça. ‘Ter direito a ter direitos’ é a expressão que sintetiza a questão proposta por Hannah Arendt.” TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 2(1):23-48, 1.sem.1990. p.40

incluí-los no terreno da cidadania, retira deles a condição de sujeitos e lhes nega o exercício dos direitos.

A esse suposto soma-se a perspectiva defendida por Bobbio<sup>95</sup>, e que aqui já apontamos, que considera os direitos do homem como direitos históricos. Resultado de uma construção histórica, os direitos nascem em certas circunstâncias, de modo gradual. A cada dia ou a cada luta em defesa de novas liberdades são conquistados novos direitos. É dessa forma que ocorre uma multiplicação dos direitos humanos e a ampliação da visibilidade dos direitos alcançados, especialmente numa era marcada pela presença massiva da comunicação e pela atuação dos *media* na conformação da esfera pública. Nessa perspectiva, a democracia é fundamental para o surgimento de novos sujeitos, a construção de novos direitos e a legitimação de novos atores e a cidadania está relacionada à capacidade destes atores articularem demandas, tornarem-nas (re)conhecidas e apresentarem soluções.

Se não nascemos iguais, nós nos tornamos iguais e é no terreno dessa igualdade fundamental — cidadãos, sujeitos de direitos — que podemos inscrever a diferença que singulariza e particulariza cada um de nós como ser humano único. É a igualdade política, enquanto o direito a lutar por ter direitos, que cria a possibilidade de sermos diferentes, na ordem da singularidade e não na ordem da desigualdade. É por sermos cidadãos, sujeitos de direito, que podemos ter o direito à liberdade de opinião e de expressão; o direito a uma vida digna, o direito de ir e vir, o direito ao trabalho, o direito à educação, entre outros direitos. Sabemos, como já foi abordado anteriormente, que na experiência histórica, os chamados *direitos civis* surgiram antes dos chamados *direitos políticos* e que estes últimos fundaram a possibilidade da emergência dos *direitos sociais* e que todo esse conjunto, bem como os chamados direitos de quarta geração, relacionados, por exemplo, com o direito ao patrimônio genético, são criações dos homens.

Sujeitos de direito, os homens e mulheres no seu tempo criam, inventam os direitos numa dinâmica societária que tem por fundamento a democracia. Pois “o

---

<sup>95</sup> BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

direito a ter direitos” refere-se tanto à capacidade cidadã de fazer valer os direitos já estabelecidos na ordem legal de uma sociedade quanto às ações que transformam, através de lutas e polêmicas que se dão no terreno social, determinadas demandas reconhecidas publicamente como relevantes e universais, em novos direitos consagrados na armadura institucional. Em suma, “o direito a ter direitos” – garantido pelo pertencimento a uma comunidade política (o País, a Nação) — é a capacidade de exercer os direitos já constituídos, bem como a possibilidade de construir novos direitos.

Dessa forma, tratar a pobreza – e a possibilidade de sua superação - numa perspectiva emancipatória significa inscrever essa questão no terreno dos direitos. Compreender, portanto, que a pobreza não se dá por fora da trama social, mas está, sim, relacionada aos princípios reguladores da vida social. Inscrever a questão no universo dos direitos implica abandonar a compreensão de que a pobreza é lamentável, mas inevitável, uma vez que é ou resultado do atraso dos tempos passados ou consequência da modernização tecnológica.

Para Telles, inserir os direitos na perspectiva dos que os pronunciam significa recusar a noção de que direitos não são mais do que respostas a um conjunto de necessidades e carências, significando, também, reconhecê-los como invenção das regras da civilidade e da sociabilidade democrática.

*“Pois essa palavra que diz o justo e o injusto está carregada de positividade, é através dela que os princípios universais da cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais”.<sup>96</sup>*

E é exatamente a noção de pobreza afastada de dimensão ética e naturalizada como paisagem que é questionada quando se está em jogo a dimensão transgressora da palavra. É nesse sentido que se faz a diferença entre a gramática de direitos e o discurso assistencialista e caritativo. Na medida em que os sujeitos se apropriam da palavra que define o justo e o injusto, eles se reconhecem como iguais – ainda que esta igualdade não esteja escrita na

---

<sup>96</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.178.

realidade cotidiana. Pois é esta igualdade que lhes confere a possibilidade e a legitimidade de interlocução pública, de apresentarem seus anseios e exigirem mudanças nas questões que lhes são relevantes.

A rigor, tratar a questão da pobreza inserida no universo dos direitos humanos e relacionada à cidadania e à noção de direitos significa considerar esta dimensão transgressora da palavra. E possibilita a instauração de uma perspectiva emancipatória, rompendo com a visão do pobre sempre como objeto do Estado ou da sociedade civil e buscando vê-lo como sujeito de direitos, capaz de elaborar politicamente suas diferenças, colocando à prova os princípios universais dos direitos, desestabilizando os lugares e consensos estabelecidos e ampliando as possibilidades para além da nossa paisagem cotidiana.

## CAPÍTULO III

### A PALAVRA IMPRESSA

*A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda viva  
E carrega o destino pra lá*

Chico Buarque de Holanda

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma descrição das coberturas jornalísticas, apontando os elementos que serão retomados, posteriormente, tendo em vista as categorias analíticas e o arcabouço teórico-metodológico utilizados no nosso estudo. Além da descrição do noticiário, faremos a contextualização da cobertura, localizando, no espaço e no tempo, o fato noticiado.

#### 3.1- NATAL SEM FOME

O final da década de 1980 e o início da década de 1990 expressam um momento histórico extremamente rico em transformações sociais e políticas. A queda do Muro de Berlim, como emblema da transformação radical na União Soviética, e o início, ainda que tímido, da abertura econômica da China ao mundo ocidental são alguns dos fatos que marcaram a memória e a história daqueles anos. No Brasil, em especial, a aprovação em 1988 da Nova Constituição Brasileira — a chamada “Constituição Cidadã” —, a primeira eleição direta para Presidente da República, em 1989, após quase 40 anos, e o *impeachment* do Presidente Collor, em 1992, foram acontecimentos marcantes da vida nacional que envolveram movimentos sociais, a sociedade civil organizada e expressaram grande participação dos cidadãos na vida política.

Foi nesse contexto de intensa mobilização política, de conquista da democracia e da (re)descoberta da exigência ética na ação política que surgiu o

movimento denominado Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Segundo Stacciarini<sup>97</sup>, não há como compreender as origens dessa organização social sem que se entenda o *impeachment* do Collor, o “Mapa da Fome” elaborado pelo IPEA e o trabalho realizado pelo sociólogo Herbet de Souza, o Betinho.

A intensa mobilização de diferentes forças sociais, indignadas com as denúncias de corrupção no Governo Federal, envolveu um conjunto muito diferenciado de organizações e associações, numa demonstração de civismo que desde a campanha da “Diretas Já” não se via no País. Nas palavras de Rubim<sup>98</sup>, “*um momento privilegiado de realização da política*”, ao configurar uma mudança na Presidência da República que resultou, pela primeira vez na história do País, de uma mobilização do poder civil, estritamente dentro das regras legais, recentemente definidas. Além disso, continua Rubim, essa alteração na chefia do Governo Federal, processou-se pelo re-credenciamento do poder parlamentar, sustentado em ampla mobilização política de segmentos da população, alguns deles em sua primeira experiência política — os “Caras Pintadas”. Mas para a compreensão do surgimento da Ação da Cidadania contra a Fome talvez o elemento mais significativo tenha sido a dimensão ética que a mobilização pelo *impeachment* de Collor adquiriu. O Movimento pela Ética na Política, do qual o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, organização criada por Herbet de Souza, participava ativamente, organizou ações, vigílias, publicou declarações, enfim, fez com que a conduta ética no trato da coisa pública e a noção republicana de virtude cívica na ação dos cidadãos se mostrassem na ordem do dia. Foi nesse contexto que ocorreu a criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que também ficou conhecida como a “Campanha do Betinho”.

Nessa mesma época, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou um trabalho denominado “Mapa da Fome”, em que, com base nas

---

<sup>97</sup> STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. *Ética, humanidade e ações pela cidadania*. [http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/18\\_Etica\\_\\_humanidade\\_e\\_acoes\\_por\\_cidadania.pdf](http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/18_Etica__humanidade_e_acoes_por_cidadania.pdf)

<sup>98</sup> RUBIM, A. Política em tempos de ‘Media’: Impressões da Crise. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder & FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e Cultura Contemporâneas*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993. p. 158-168

informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornou-se evidente a condição de pobreza de cerca de 32 milhões de pessoas no País.

*“Segundo Betinho, ‘a motivação fundamental da Ação da Cidadania era a certeza de que democracia e a miséria eram incompatíveis. A indignação havia alcançado níveis alarmantes, agravando ainda mais o quadro de pobreza que sempre caracterizou a realidade brasileira’”.*<sup>99</sup>

Assim, combater a miséria e mitigar a fome dos excluídos tornou-se, no entendimento da Ação da Cidadania, um imperativo ético. Nesse sentido, colocava-se como principal desafio chamar a atenção da sociedade brasileira para a problemática da fome e da miséria, buscando co-responsabilizar a sociedade civil pela construção de alternativas para combater a desigualdade social. Foram desenvolvidas várias atividades, com artistas e intelectuais, no sentido de estimular a sociedade brasileira a se envolver na luta contra a fome. Em 24 de abril de 1993, em solenidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com a participação dos *“mais expressivos nomes da sociedade brasileira”*<sup>100</sup> foi criada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Em 1993, foi realizado o primeiro Natal Sem Fome, campanha da Ação da Cidadania para arrecadar alimentos a serem distribuídos à população pobre. Segundo as informações da própria organização, nesse ano foram arrecadadas 580 toneladas de alimentos que beneficiaram 290 mil pessoas em situação de miséria. Os alimentos foram distribuídos entre os 75 comitês cadastrados na Ação da Cidadania em 1993.<sup>101</sup>

A amostra da cobertura jornalística sobre a campanha Natal Sem Fome foi composta de 65 matérias (reportagens, notícias, artigos, entrevistas e colunas) publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo e pelas revistas Veja e Isto É, no período compreendido entre 19 a 29 de dezembro de 1993. Deste total, 17 matérias foram publicadas no “Caderno Especial sobre Fome” da Folha de São Paulo, em 19 de dezembro de 1993. Tais reportagens buscaram, em certa medida, dimensionar algumas variáveis próprias do problema da fome no Brasil.

---

<sup>99</sup> História da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Site da organização. [http://www.acao dacidadania.com.br/templates/acao/novo/publicacao/publicacao.asp?cod\\_Canal=2&cod\\_Publicacao=299](http://www.acao dacidadania.com.br/templates/acao/novo/publicacao/publicacao.asp?cod_Canal=2&cod_Publicacao=299)

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Idem.

Por ser um caderno especial, temático, as matérias escaparam do padrão factual típico das coberturas jornalísticas e foram marcadas por maior presença de fontes e de personagens e maiores possibilidades de reflexão sobre as questões. A realização do caderno especial mobilizou diferentes sucursais do jornal, espalhadas de norte a sul do País. A cobertura buscou traçar um “retrato da fome” no Brasil, deslocando repórteres para as mais distintas regiões do País, em zonas rurais e urbanas. Em geral, ao final de, praticamente, cada reportagem era publicado um infográfico com dados da região abordada no texto e o número de indigentes<sup>102</sup>.

No conjunto do material publicado no caderno especial predominou o tratamento do tema da pobreza restrita ao problema da fome. A maioria do material analisado não apresentou o registro das palavras *pobreza* ou *miséria*. A condição de pobreza foi apresentada como falta de acesso às quantidades mínimas de calorias diárias, em razão do baixo patamar de renda. As matérias, no entanto, não se aprofundaram na questão da distribuição de renda e outros possíveis indicadores para a compreensão da questão da pobreza. Dessa maneira, a cobertura não aprofundou a discussão sobre as desigualdades sociais e a má distribuição de renda no País e tratou o problema da fome a partir do alto volume de desperdício de alimentos no Brasil. Assim, ainda que o sentido predominante da pobreza tenha sido o da falta de acesso a alimentos em decorrência do baixo patamar de renda, a cobertura privilegiou o enfoque sobre o desperdício de alimentos causado por inúmeros fatores, desde as precárias condições de armazenamento até mesmo as condições climáticas. Assim, sob esta ótica, a fome – e, na cobertura, a pobreza - passou a ser vista como problema possível de ser superado<sup>103</sup>, ainda que reportagens não tenham utilizado fontes e dados para mostrar possíveis caminhos para o enfrentamento do problema do desperdício e, conseqüentemente, da fome.

---

<sup>102</sup> Os jornais do período se referiam ao pobre como indigente, em conformidade com a metodologia utilizada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Segundo a metodologia científica utilizada, indigente é a pessoa que não tem renda suficiente para adquirir a quantidade mínima de calorias, proteínas e gorduras. Ver: Desnutrição diminui com educação, diz Peliano. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 dez. 1993.

<sup>103</sup> Brasil desperdiça US\$ 5,4 bi em alimentos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

A reportagem “*Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco*”<sup>104</sup> apresentou um dos poucos registros da palavra miséria. Se, na maioria dos textos, a fome foi apontada como a face mais cruel da pobreza, essa matéria revelou outra face também trágica: o sofrimento mental por falta de alimentação adequada. Mas, ainda assim, o tema foi tratado como uma espécie de “desdobramento” da fome. De acordo com o texto,

*“A situação de miséria que atinge cerca de um quarto da população de Ouricuri (PE) fez surgir no município casos de demência atribuídos à má alimentação. Os ‘loucos da fome’, como eles são conhecidos, concentram-se na zona rural, onde os efeitos da seca se multiplicam diante da falta de infra-estrutura”*<sup>105</sup>.

Algumas qualificações mais abrangentes da pobreza foram registradas em reportagens publicadas no “*Caderno Especial Fome*”, especialmente em espaços ocupados por especialistas do tema e/ou dedicados à manifestação de opiniões. Na entrevista com a economista Ana Peliano<sup>106</sup>, coordenadora de Política Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o tratamento da questão da pobreza ultrapassou a perspectiva da fome no seu viés economicista e foi relacionada ao terreno dos direitos sociais: acesso ao mercado de trabalho, à renda, à educação, à saúde, à moradia. E, ainda nesse caso, ficou mais evidente a relação entre pobreza e educação, o que ainda não tinha ocorrido na cobertura. A entrevista, no entanto, apenas tangenciou uma concepção de cidadania. Apesar de a economista ter tecido interessantes considerações sobre o tema dos direitos, não se estabeleceu uma ligação entre direitos e o exercício da cidadania. Assim, o entendimento acerca da cidadania parece ter ficado restrito à questão da superação da fome. Ao descrever a metodologia utilizada para a definição do número de pessoas que passam fome no Brasil, a especialista restringiu a noção de cidadão tão somente à capacidade de o indivíduo conseguir adquirir as calorias necessárias para viver.

*“A metodologia é a da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) que caracteriza a indigência como a situação em que o cidadão gasta todo o seu dinheiro e consegue, na melhor das hipóteses, pagar só a*

<sup>104</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>105</sup> *Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco. Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>106</sup> *Desnutrição diminui com educação’, diz Peliano. Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

*alimentação. O estado de indigência mostra que, quando parte da renda é comprometida com a alimentação, sem contar aluguel, transporte e roupa, o cidadão não está conseguindo se alimentar como deveria.”<sup>107</sup>*

O *Caderno Especial* também registrou a presença de outras associações relacionadas à pobreza. Houve, por exemplo, uma associação entre pobreza e fatores climáticos. A matéria “*Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco*<sup>108</sup>” considerou que a fome é mais grave na zona rural, onde os efeitos da seca se multiplicam diante da falta de infra-estrutura. Entretanto, esta associação foi superficial e não chegou a ser apontada como uma questão importante a ser discutida pela cobertura jornalística. A reportagem “*País pesca 700 mil toneladas/ano, mas tem potencial para 2 milhões*<sup>109</sup>” apresentou uma compreensão da pobreza como paisagem, influenciada pelas forças da natureza. Ao relatar que os cardumes de peixes mais caros são mais freqüentes nas regiões mais pobres do País e os pescados com valor de mercado menor são abundantes nas regiões mais ricas do Brasil, a reportagem chegou a afirmar que os cardumes “*erram de região*” e “*a natureza também não colabora para harmonizar os mapas da fome e da pesca no Brasil*”. Sob esta perspectiva, a pobreza e a fome não foram consideradas como questões que dizem respeito aos padrões de acumulação e de produção, construídas e regidas pelos homens e pelas relações por eles estabelecidas.

Em nenhum momento o material publicado no *Caderno Especial* abordou o papel do Estado na superação da pobreza ou fez alguma conexão entre a questão e o campo das políticas públicas. As matérias sobre desperdícios de alimentos foram baseadas em dados estatísticos oficiais, especialmente da Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Entretanto, não houve referência ao papel do Poder Público, seja para implementar ações de combate ao desperdício, seja para explicar a situação relatada. As fontes<sup>110</sup> oficiais presentes nas reportagens limitaram-se a atestar as informações contidas no texto. Durante a cobertura não foi possível identificar fontes governamentais que tenham fornecido informações relevantes sobre o

---

<sup>107</sup>Desnutrição diminui com educação, diz Peliano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>108</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>109</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial 19 dez. 1993.

<sup>110</sup> Ver, no Cap. I, a discussão sobre fontes de informação no jornalismo.

assunto. A fonte institucional apontada como a que teria maior legitimidade para tratar do tema é a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>111</sup>. Ou seja, o Estado brasileiro – nas diferentes instâncias e esferas – ficou à margem da cobertura sobre a questão da pobreza e da fome durante o período analisado.

Uma característica marcante do material analisado do *Caderno Especial* foi a tentativa de “humanizar” o problema da fome, aproximando-o do leitor, a partir da elaboração das chamadas reportagens de interesse humano<sup>112</sup>. Os textos destacaram as tragédias pessoais daqueles que sofrem com a fome e contaram as histórias dos “*loucos da fome*”<sup>113</sup>, das crianças que “*não crescem por falta de comida*.”<sup>114</sup>. Dessa forma, os pobres estiveram presentes nas matérias, seja como personagens, seja como fontes de informação. A maioria do material referiu-se a eles como “*indigentes*”, em razão da metodologia utilizada na época para a definição de pobreza. Entretanto, ainda que presentes nas matérias, os pobres ocuparam um lugar esvaziado de sentido. Quando foram fontes de informação nas reportagens, suas falas foram utilizadas como testemunhos da situação vivida, validando o relato do repórter e legitimando a ação filantrópica realizada.

“O importante é que os alimentos chegaram e, com certeza vão proporcionar um Natal sem fome no acampamento”, disse Luiz Carlos Lopes, um dos coordenadores do Movimento dos Sem Terra (MST).”<sup>115</sup>

<sup>111</sup> FAO estima que no mundo 786 milhões de pessoas passam fome. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>112</sup> “Já foi dito anteriormente que os critérios substantivos [para estabelecer o valor-notícia de um acontecimento] são dois: a importância e o *interesse* da notícia. Enquanto as notícias consideradas importantes são, num certo sentido, selecionadas ‘obrigatoriamente’, o elemento do interesse dá lugar a uma avaliação mais heterogênea, mais aberta às opiniões subjetivas, menos vinculadora para todos. O interesse da história está diretamente ligado às imagens que os jornalistas fazem do público e também ao valor/notícia que Golding-Elliot definem como ‘capacidade de entretenimento’. Interessantes são as notícias que buscam dar ao evento uma interpretação baseada no lado do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção. (...) Gans expõe algumas categorias normalmente usadas para identificar os acontecimentos que respondem a esse requisito de noticiabilidade: a) histórias de pessoas comuns que passam a agir em situações insólitas, ou histórias de homens públicos, observados em sua vida privada cotidiana; b) histórias em que há uma inversão de papéis (‘o homem que morde o cão’); c) histórias de interesse humano; d) histórias de feitos excepcionais e heróicos.” WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 213-214.

<sup>113</sup> Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>114</sup> Má alimentação causa atraso no crescimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

<sup>115</sup> Sem-terra recebem cestas em cima da hora em Getulina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

Como personagens de uma história, eles não tiveram voz na grande parte dos textos. Suas histórias foram contadas por meio do relato de outros, muitas vezes a partir do olhar do próprio repórter. As experiências vividas pelos pobres foram relatadas de maneira superficial com o intuito de tornar o problema da fome mais próximo do cotidiano do leitor, captando sua atenção e interesse.

A partir do dia 20 de dezembro de 1993, o noticiário foi marcado principalmente pela fatorialidade, pelos relatos mais curtos e objetivos que faziam referência, na maioria das vezes, a algum evento pré-programado ou planejado acerca da distribuição de alimentos. Foi especialmente dessa forma que a convocação da Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida para a realização de um "Natal sem Fome" teve repercussão significativa nas páginas dos jornais. Os textos divulgaram iniciativas – especialmente na cidade do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo – de doação de alimentos à população pobre. A forte presença de matérias referentes a estas atividades revelou que os jornais – especialmente a Folha de São Paulo<sup>116</sup> – atenderam ao chamado da Campanha e procuraram contribuir para a criação de um ambiente de mobilização. A cobertura procurou também dar credibilidade e legitimidade à iniciativa da sociedade civil, destacando informações e dados sobre o número de alimentos coletados e distribuídos e a quantidade de pessoas alcançadas.

*“Desde abril, quando começou a campanha contra a fome em São Paulo, até ontem, foram distribuídas 1.000 toneladas de alimentos na Grande São Paulo. A primeira distribuição em massa de alimentos ocorreu nos dois dias que antecederam o Natal, numa iniciativa que contou com a participação da Folha da Manhã S. A. que edita a **Folha**.”<sup>117</sup>*

A questão da pobreza continuou a ser tratada sob a perspectiva da fome sem fazer qualquer tipo de relação ao direito humano à alimentação.

---

<sup>116</sup> A empresa Folha da Manhã, que edita o jornal Folha de São Paulo, aderiu à Campanha Natal sem Fome, desenvolveu campanha publicitária e destinou à campanha o resultado das vendas do jornal nas bancas do dia 25 de dezembro de 1993.

<sup>117</sup> Campanha já doou 1.000 t de comida em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

A relação entre pobreza e violência pôde ser apreendida em matérias que relatavam atividades de distribuição dos alimentos doados. Notícias publicadas sobre atividades de distribuição de alimentos aos pobres registraram o “clima tranqüilo”<sup>118</sup> durante a iniciativa. Os textos sugeriam uma expectativa segundo a qual a reunião de um grande número de pobres ocasionaria, necessariamente, tumulto ou baderna. Assim, diante do “clima tranqüilo”, foi preciso recorrer a uma fala autorizada explicando o motivo da ausência de baderna. Muitas vezes, as matérias apresentaram fontes carregadas de legitimidade, como os organizadores das atividades, para explicar e justificar a ausência de tumulto no local. *“Nossas ações, pelo conteúdo político de solidariedade, se diferenciam do assistencialismo. Em dez meses, distribuimos cerca de cem mil cestas e nunca houve um tumulto.”*<sup>119</sup>

Em algumas matérias, a desordem ocupou o lugar da notícia, quando o assunto era a ação de distribuição de comida. A matéria *“Termina em tumulto distribuição de comida no Rio”*<sup>120</sup> relatou a distribuição de cestas de alimentos feita por um empresário carioca. O foco da matéria, no entanto, foi o cenário de “tumulto”, da “batalha” que teriam sido ocasionados pelas pessoas que recebiam as doações. De um lado, havia o “Papai Noel da Zona Oeste” como o texto identificou o empresário Édio Costa, que há 35 anos realizava o “evento” e naquele ano teria gasto US\$ 100 mil para realizar a “festa”. Do outro, estavam 3.500 pessoas, organizadas em fila para receber a comida. Entretanto, de acordo com a matéria, *“aos poucos, a área reservada à organização do evento foi sendo invadida por pessoas que buscavam algo para comer”* e às 15h30 *“os guardas municipais e seguranças não conseguiram mais contê-las”*. A matéria destacou: *“os organizadores ainda tentaram levar o bolo para dentro do caminhão que trouxera os alimentos, mas as pessoas romperam o cerco e o bolo virou matéria-prima para a batalha”*.<sup>121</sup> Como a matéria indicou, quando o Estado apareceu no noticiário, ele se fez presente sob a forma de forças coercitivas no aparato policial

---

<sup>118</sup> Superceia distribui 20 mil pães e vinhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1993.

<sup>119</sup> Maurício Andrade, um dos coordenadores do Comitê Rio. Superceia distribui 20 mil pães e vinhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1993.

<sup>120</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1993.

<sup>121</sup> Termina em tumulto distribuição de comida no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1993.

para garantir a ordem pública, reforçando a percepção social que articula a noção de pobreza com tumulto, violência e incivilidade.

Assim, ao tratar da ação solidária do empresário, o jornal caracterizou o evento como “ *festa* ”. E ao se referir à ação dos pobres, a matéria caracterizou o fato como “ *tumulto* ”, “ *batalha* ”, “ *invasão* ”. Dessa forma, fora do espaço tutelar da pobreza (nas filas, aguardando a distribuição de comida etc), os pobres foram vistos como baderneiros e agentes do tumulto.

Algumas concepções mais abrangentes da pobreza foram registradas na cobertura, especialmente, nas matérias que relataram histórias dramáticas vividas por famílias, homens, mulheres e crianças abandonadas nas ruas, que não tiveram o que comer na noite do Natal, mesmo num ano em que o Brasil havia se mobilizado em torno do ideal de um “Natal sem Fome”. Ao contar a vida dessas pessoas, o foco central dos textos continuou sendo a falta de comida, mas o relato sobre a experiência vivida pelos personagens evidenciava um quadro de precárias condições de vida, como moradias insalubres, falta de acesso à educação e à saúde. Não foi feita, no entanto, nenhuma relação entre este quadro e uma compreensão acerca da denegação e da violação de direitos. A necessidade de políticas públicas de combate à miséria e o papel do Estado como garantidor de direitos sociais também não foram mencionados no noticiário. Com tais omissões, a pobreza foi registrada como pano de fundo, como paisagem e moldura de histórias dramáticas.

*“Uma lata de carne com farinha. Este foi o cardápio da ceia de Natal, em Belém, do casal de adolescentes de rua A.C.S.O, 17, e E.C.R.P, 16. O jantar foi degustado no chão, em frente às portas da Central de Habitação da Caixa Econômica Federal, em Nazaré, bairro nobre de Belém. Deitados em um colchão que dividem há seis meses, eles disputavam o espaço com outros cinco meninos de rua e um mendigo adulto. O dia de Natal foi ruim para todos. É que a maioria sobrevive com os trocados dos donos de carros que estacionam na área. ‘Como a Caixa não funcionou, não apareceu ninguém para dar um trocado’, disse. ‘Não apareceu ninguém para dizer que estavam distribuindo alimentos’, disse E.C.R.P. (...) Na invasão da Perimetral, ao lado do Campus da Universidade Federal do Pará, a ceia de Natal foi dividida entre os que conseguiram ganhar cestas básicas e os vizinhos não contemplados (...)”<sup>122</sup>*

---

<sup>122</sup> Meninos de rua desconhecem campanha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

No noticiário que teve a campanha do “Natal sem Fome” como elemento central, a questão da pobreza também foi qualificada a partir do espaço ocupado pelo indivíduo pobre: o espaço em que ele era alvo e destinatário de ações caridosas, filantrópicas, assistenciais, lugar em que não estava presente a reflexão sobre os direitos fundamentais do indivíduo e, em consequência, suas violações não foram percebidas ou denunciadas. Esse sentido atribuído à pobreza revelou uma construção simbólica da questão como algo definido exteriormente, a partir do não-lugar ocupado pelo indivíduo pobre, construído fora das teias das relações sociais.

A quase totalidade dos textos tratou os pobres apenas como os destinatários das doações. Mesmo quando foram fontes de informação ou personagens das matérias, as suas vozes reforçavam o quadro de pobreza enfrentada e, assim, justificavam a necessidade, a validade e a importância da ação caridosa. Muitas das matérias recorreram ao uso de personagens para contar histórias dramáticas de famílias pobres que aguardavam a doação de alimentos para passar um “Natal sem Fome”. Nesses casos, os pobres foram os sujeitos principais dos textos e suas vozes, destacadas. Entretanto, eles continuaram a ocupar o espaço tutelar da pobreza: os pobres “*aguardavam as cestas*”, esperavam uma ajuda para saciar a fome na noite de Natal. As falas dos pobres também não chegaram a questionar a condição vivida por eles. Testemunhais e com forte traço factual, as falas validavam e comprovavam a condição de miséria enfrentada por eles. Mesmos nas matérias, que foram exceção na cobertura, em que os pobres expressaram seus desejos, eles continuaram a ocupar um lugar passivo, de alvo de caridades, no terreno do assistencialismo, sempre à espera de “presentes”, o não-lugar na vida cidadã: “(...) *Além de comida, nós também estamos precisando muito é de roupa e cobertor pra proteger a gente do frio*”.<sup>123</sup>

Até mesmo um emprego no mercado de trabalho, mesmo que informal, chegou a ser associado à noção de presente, benevolência, caridade: “*O melhor presente de Natal que recebemos foi a chuva que está dando mais emprego*”.<sup>124</sup> Os pobres, os indigentes eram definidos como aqueles que não ocupavam o lugar

<sup>123</sup> Luzia Maria dos Santos, que passou a noite de Natal debaixo da ponte onde mora, a 30 quilômetros de Brasília. Família sofre fome e chuva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

de cidadão e não teriam o direito de fazê-lo ou pleiteá-lo. Como revelou a matéria “*Mendigos conseguem comer no centro do Rio e pedem emprego*”<sup>125</sup>, os mendigos não ocupavam o espaço de cidadania, onde seriam reconhecidos como sujeitos portadores de direitos. A eles reservava-se o espaço da ausência total de direitos, em que a caridade é o instrumento com que devem contar. Neste espaço, parecia natural, portanto, do que se alimentar de restos de alimentos doados pelos cidadãos de bom coração.

Esse lugar destinado ao pobre acabou por definir também os contornos da noção de cidadania construída no noticiário. As matérias registraram a doação de alimentos para a Campanha Natal Sem a Fome como um ato de cidadania. O lugar da cidadania, portanto, foi reservado para os homens e mulheres, de bom coração, que, voluntariamente, prestavam ações de caridade para ajudar os pobres, os carentes, os necessitados.

A matéria “*Mendigos conseguem comer no centro do Rio e pedem emprego*”<sup>126</sup> sintetizou a construção de sentido acerca da noção de cidadania que predominou na cobertura jornalística. O texto relatou a noite de Natal de 70 moradores de rua, que sob marquises do centro do Rio de Janeiro, protegiam-se da chuva fina e “*improvisavam ceias com restos de comida e alimentos doados por restaurantes e moradores*”. O que deveria ser um ato de rotina – já que se trata de um dos direitos fundamentais do indivíduo, o direito à alimentação, sem o qual não se garante a sobrevivência – transformou-se em título da matéria (“*Mendigos conseguem comer no centro do Rio e pedem emprego*”) e expressou uma situação de denegação de direitos na trama cotidiana e de fracasso da sociedade brasileira em estabelecer padrões éticos mínimos de dignidade e sociabilidade. A questão, no entanto, não foi inserida no terreno da cidadania, nem registrada na gramática dos direitos.

---

<sup>124</sup> Ana Pereira, moradora do povoado de Borges, no Vale do Jequitinhonha (MG). Macarrão sem molho é a ceia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

<sup>125</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

<sup>126</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

Esta concepção acerca de cidadania – e sua relação com a pobreza – também foi bastante evidenciada na reportagem de capa da revista *Veja*<sup>127</sup>. Ao construir o “Cidadão Betinho”, ao relacionar o ideal de cidadão à figura do Betinho, a matéria configurou um sentido próprio de cidadania. De acordo com a matéria, “cidadão” seria o homem que - independente dos dramas pessoais – seguiu determinado para acabar com a aflição dos pobres. Exercer a cidadania, neste sentido, era ajudar o pobre. Assim, o texto articulou elementos que inseriam a questão da cidadania no terreno do voluntarismo, das caridades, das filantropias. Ao pobre estava assegurado o lugar da tutela, da proteção e não o da autonomia e da cidadania. Conforme a reportagem, *“Qual o ministro de Brasília que arriscaria se medir em público com uma figura que metade do Brasil quer proteger e a outra metade por ele quer ser protegida?”*.<sup>128</sup>

De acordo com o texto, Betinho “vendeu” a idéia da cidadania, que era, na realidade, convencer os “cidadãos” a ajudar a quem precisa. A rigor, a cidadania foi definida e qualificada a partir do não-lugar ocupado pelo pobre. A noção de cidadania não se aplicava ao pobre. A partir do lugar ocupado por ele – na verdade, um não-lugar, o lugar do não-direito, da não-pessoa – fundava-se a noção de cidadania. Esta relação ficou ainda mais clara no trecho da matéria de *Veja* que relatou a participação de detentas de um presídio na campanha do Natal sem Fome. As 279 detentas de Tavaleiro ficaram sem uma refeição por semana para “doar” à campanha. A matéria destacou que elas estavam *“fazendo a sua parte e exercendo sua cidadania”*.

O sentido predominante na cobertura acerca da cidadania tutelada, inscrita no terreno do assistencialismo e da caridade, também foi reforçado pela ausência de referência ao papel e às responsabilidades do Estado na questão da pobreza. As matérias priorizaram as iniciativas do voluntariado, como a Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida, e ignoraram os entes públicos, suas tarefas e suas responsabilidades éticas e constitucionais relacionadas ao problema da pobreza e à necessidade de sua superação. Na cobertura, o papel do Estado

---

<sup>127</sup> Betinho - O grão da cidadania. *Veja*, São Paulo, 29 dez. 1993.

<sup>128</sup> Betinho - O grão da cidadania. *Veja*, São Paulo, 29 dez. 1993.

limitou-se a apoiar as ações de distribuição de alimentos, garantindo a ordem pública, por meio das forças policiais. A questão da pobreza foi descaracterizada como um problema político. Essa descaracterização da luta contra a pobreza e pela cidadania como uma ação própria do campo da política ficou evidenciada na reportagem da revista Veja. Segundo o texto:

*“Com o cerco da ditadura se fechando sobre a AP, Betinho se viu sozinho com os farrapos de uma epopéia ideológica. Vários companheiros haviam morrido, muitos mais estavam presos sob tortura. Chegara a hora de Betinho seguir por outra estrada. A da política nunca mais. (...) ‘Minha batalha hoje é pela cidadania. O fundamento da sociedade democrática reside nisso. Um cidadão pode exercer sua cidadania política sem ser convidado a nada, sem ser militante de nada, guiando-se pelos seus valores. Partido, na verdade, é proposta, e todo cidadão que tem uma proposta é um partido’. Está formado o partido do Betinho, que no momento atende pelo nome de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”.*<sup>129</sup>

Ainda que não tenham sido predominantes na cobertura da imprensa, noções mais ampliadas sobre a pobreza e algumas tentativas de inseri-la no terreno da cidadania e dos direitos foram registradas no noticiário. Estas concepções estiveram presentes em espaços privilegiados dos jornais, como artigos e entrevistas, ou em matérias que repercutiam alguma atividade marcada pela pluralidade de análises sobre o tema, como debates e seminários. A matéria *“Fome só acaba com riqueza distribuída”*<sup>130</sup>, referente ao debate *“O Brasil que passa fome”*, promovido pela Folha de São Paulo, foi uma das poucas ocorrências de referência ao papel do Estado para a superação da pobreza. O texto teve como fontes os participantes do evento e buscou aprofundar a questão, analisando a atual situação, as principais causas do problema e alternativas para sua superação. A pobreza foi entendida como privação do direito à alimentação, em função do baixo patamar de renda, e foi associada às desigualdades econômicas.

Foi feita também uma ligação entre pobreza e educação e entre pobreza e falência do Estado, que deveria distribuir melhor a renda para evitar as disparidades. Entretanto, mesmo quando o papel do Estado foi apresentado na

<sup>129</sup> Betinho – O grão da cidadania. *Veja*, São Paulo, 29 dez. 1993.

<sup>130</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

reflexão sobre a pobreza, não houve ruptura com a noção caritativa e os pobres continuaram sendo vistos apenas como destinatários da ação do Estado<sup>131</sup>. Na retransmissão que abordou a participação de Jair Meneguelli, então presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT, no debate promovido pela Folha de São Paulo<sup>132</sup>, ficou implícita uma compreensão da pobreza envolvendo as relações sociais. Ainda que tenha sido feito um esforço de reflexão sobre a pobreza e suas causas, não foi feita nenhuma referência à pobreza como denegação dos direitos sociais, como um problema que se refere ao campo da cidadania.

No artigo *“Resgate da consciência nacional”*<sup>133</sup>, o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fernando de Holanda Barbosa, associou a superação da pobreza com a construção de marcos éticos pela sociedade, em que a pobreza deveria ser abolida. Ainda que ele tenha dado maior ênfase ao papel do Estado como garantidor de justa distribuição de renda, ele expressou uma compreensão da pobreza como uma falha nos padrões de sociabilidade, revelando *“descaso e insensibilidade da sociedade brasileira”*. Ao mesmo tempo, o economista defendeu a responsabilidade do Estado de acabar com a miséria, a partir de políticas de transferência de renda, sugerindo, assim, uma compreensão limitada de cidadania. Dessa forma, o autor parece ter retirado da sociedade as responsabilidades para a superação do problema.

Em entrevista concedida ao jornal O Globo<sup>134</sup>, o sociólogo Herbet de Souza qualificou a pobreza prioritariamente como fome, uma vez que o destaque foi feito ao número de 32 milhões de indigentes no país. Mas foram registrados sinais de entendimento de que a pobreza estaria relacionada a questões mais estruturais como políticas agrárias e educação.

*“A nível federal, o governo tem que passar, efetivamente, da definição de prioridade da política econômica, a incorporar a luta contra a miséria e a fome na política econômica de todos os ministérios.(...)O Brizola como todo mundo sabe é uma pessoa fixada na questão da educação. E, dessa*

---

<sup>131</sup> Amadeo quer mais imposto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

<sup>132</sup> Meneguelli ataca as elites. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

<sup>133</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

<sup>134</sup> Sociedade tem que aprender a pressionar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1993.

*forma, ele está colaborando para resolver a questão da fome e da miséria.*<sup>135</sup>

Em alguns momentos da cobertura foi possível perceber elementos que associavam a superação da pobreza à necessidade de formação de consensos na sociedade. A matéria *“Todos contra a fome”*<sup>136</sup>, publicada na revista Isto É, citou momentos da história nacional de forte mobilização social, que teriam sido fundamentais para a ruptura de algum tipo de situação marcada pela iniquidade ou injustiça, como a condenação dos 14 “chefes” do jogo do bicho pela juíza Denise Frossard. A matéria enfatizou a importância da mobilização da sociedade para incluir o tema da miséria *“no centro da agenda política nacional”* e encontrar soluções para os seus problemas. A necessidade de se inserir a fome num debate público para a formação de um consenso ético de que ela é inaceitável também foi tratada, mesmo que de forma implícita, em reportagem de Veja<sup>137</sup>. Ao buscar explicar o êxito da Ação da Cidadania no país, o *“sobrinho-afilhado”* de Betinho e coordenador dos comitês contra a fome do Banco do Brasil em Minas Gerais, Rogério de Souza, afirmou:

*“O que mudou foi a percepção. Quando eu era garoto eu matava passarinho numa boa. Se eu contasse isso para minha filha de 15 anos, ela me olharia com horror. Com a questão da fome, será igual.”*<sup>138</sup>

Outra associação interessante foi feita na mesma reportagem de Veja por uma fonte de informação, identificada como consultora corporativa para assuntos assistenciais. Segundo ela, *“Betinho humanizou a fome, no sentido de torná-la atacável”*. Esta formulação parecia implicar a compreensão de que a percepção social da pobreza era da ordem da paisagem, fenômeno da natureza, e apontava a iniciativa do Betinho como uma tentativa de retirá-la dessa condição. Ao *“humanizar a fome”*, a iniciativa procurava instalar esta questão na discussão própria da construção coletiva de marcos éticos para uma vida comum e mais digna; propunha o reconhecimento da igualdade e da justiça.

---

<sup>135</sup> Herbet de Souza. Sociedade tem que aprender a pressionar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1993.

<sup>136</sup> Todos contra a fome. *Isto É*, São Paulo, 29 dez. 1993.

<sup>137</sup> Betinho – O grão da cidadania. *Veja*, São Paulo, 29 dez. 1993.

<sup>138</sup> Rogério de Souza Oliveira, sobrinho-afilhado de Betinho e funcionário do Banco do Brasil, fundador do primeiro comitê do Banco do Brasil em Lavras (MG). Betinho – O grão da cidadania. *Veja*, São Paulo, 29 dez. 1993.

Dessa forma, no conjunto do material pesquisado, relações e associações entre pobreza e cidadania, em uma perspectiva emancipatória, foram pontuais e registradas de forma superficial no noticiário, tendo ocorrido principalmente nos espaços dedicados ao gênero opinativo e nas reportagens das revistas semanais, caracterizadas pela maior capacidade de análise e pelo aprofundamento de questões. Ainda que seja importante apontar a presença dessas concepções, elas não chegaram a indicar uma ruptura do sentido predominante acerca da pobreza e da cidadania no noticiário.

### **3.2 - LANÇAMENTO DO PROJETO FOME ZERO**

A Primeira Guerra Mundial é tomada por muitos estudiosos como a verdadeira marca inicial do Século XX, pois o passar continuado dos anos criava nas pessoas o sentimento de que ainda se vivia na *belle époque* do século XIX. O terror do conflito mundial iniciado em 1914 instalou a ruptura temporal e indicou ao mundo que uma nova era se iniciava. De certa maneira, parece ser o que também aconteceu em 11 de setembro de 2001. Os ataques contra as torres do *World Trade Center*, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington, nos Estados Unidos, mostraram ao mundo que o século XXI se iniciara e que também ali, naquele momento, se marcava um novo tempo. Um tempo em que a vulnerabilidade a esse tipo de violência, contra a maior potência bélica do planeta, questionava a eficácia dos métodos tradicionais de defesa e indicava que a reação de parte do mundo à arrogância americana, à enorme desigualdade entre os países, à trágica miséria de muitos povos poderia provocar terríveis conflitos. Tornou-se, então, prioridade para diversas organizações governamentais e não-governamentais a formulação de planos e projetos para que, combatendo a pobreza e a fome no mundo, fosse possível ter chances de se construir a paz.

No Brasil, setembro havia chegado ainda marcado pelo impacto do racionamento de energia que, desde maio, fora anunciado pelo ministro Pedro

Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise da Energia Elétrica, no governo Fernando Henrique Cardoso. No anúncio das medidas, os consumidores residenciais das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (exceto o Maranhão) teriam de reduzir 20% do consumo médio dos meses de maio, junho e julho. No caso de não atingirem a meta, poderiam ter cortado o fornecimento de energia. Uma situação que chocou a população brasileira e comprometeu a imagem do governo federal. Um “apagão” às vésperas de um ano eleitoral, com o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, já aparecendo nas pesquisas de sondagem eleitoral com mais de 30%, média histórica do Partido dos Trabalhadores (PT), parecia deveras preocupante.

No mesmo período, o Parlamento brasileiro vivia uma crise interna, com a renúncia, em 10 de outubro, do presidente do Senado, Jáder Barbalho, acuado por denúncias de corrupção. Uma crise que já vinha se aquecendo desde o episódio da violação do painel do Senado, quando o senador José Roberto Arruda (PSDB/DF) havia renunciado ao mandato para escapar do processo de cassação. No mesmo episódio viu-se também envolvido o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA) que também renunciou ao mandato, na tentativa de evitar o processo de cassação que poderia ser instalado pela Comissão de Ética do Senado. Assim, dois eminentes políticos da base governista se viram envolvidos na crise interna do Parlamento, enfraquecendo o Executivo Federal que já estava enfrentando, além do “apagão”, um surto de febre aftosa no rebanho bovino brasileiro, que comprometia a pauta de exportações.

Foi nesse contexto que a organização não-governamental Instituto Cidadania – vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) – lançou, em 16 de outubro de 2001, Dia Mundial da Alimentação, o Projeto Fome Zero. Construído ao longo do ano 2000, a partir de seminários e debates com a participação de centenas de especialistas brasileiros, o Projeto foi apresentado ao país pelo seu coordenador-geral e presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade realizada no Senado Federal, como “*uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.*”<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> INSTITUTO CIDADANIA, *Projeto Fome Zero*. São Paulo: 2001.

Segundo o texto apresentado – que teve entre seus formuladores o professor do Instituto de Economia da Unicamp, José Graziano - “a alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele<sup>140</sup>”. O documento partia da concepção de que o combate à fome e à pobreza deveria ser inserido numa agenda de promoção dos direitos humanos e relacionado à conquista dos direitos sociais e ao exercício da cidadania. A proposta do Instituto Cidadania previa uma série de iniciativas articuladas em três dimensões: políticas estruturais, como reforma agrária, geração de emprego e fomento à agricultura familiar; políticas emergenciais, como a distribuição de cartões-alimentação; políticas locais, como a criação de bancos de alimentos e implantação de restaurantes populares.

A amostra da análise da cobertura jornalística referente ao lançamento do Projeto Fome Zero foi composta de oito matérias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo e na revista Veja, no período compreendido entre 14 e 24 de outubro de 2001. Todas expressaram, em alguma medida, noções referentes à questão da pobreza. Três delas também tangenciaram noções de cidadania e apenas uma matéria articulou concepções referentes à pobreza e à cidadania. O noticiário foi marcado pela fatualidade. O lançamento do Projeto de combate à fome não chegou a estimular a elaboração de reportagens sobre o problema da fome e da pobreza no Brasil. As notícias publicadas referiram-se estritamente ao evento de lançamento da iniciativa do Instituto Cidadania. A superficialidade no tratamento da questão da pobreza – tendo como elemento central o lançamento do Projeto Fome Zero, no Congresso Nacional em Brasília – também foi marcada pela ausência de pluralidade de fontes de informação. As vozes presentes na cobertura jornalística eram ou de autores da proposta e seus apoiadores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), ou de críticos do Projeto, representados por opositores do PT.

Praticamente todas as matérias reduziram a proposta do Instituto Cidadania à figura de Luiz Inácio Lula da Silva, identificado como “*provável candidato do PT*”

---

<sup>140</sup> *Idem.* p. 5.

às eleições presidenciais”.<sup>141</sup> Dessa forma, o Projeto deixou de ser visto como uma proposta construída coletivamente e passou a ser identificado como uma “peça de campanha” do candidato Lula.

*“O pré-candidato a presidente da República pelo PT Luiz Inácio Lula da Silva lança hoje, em Brasília, a terceira versão do ‘Projeto Fome Zero’, a principal peça de campanha petista para as eleições do ano que vem.”<sup>142</sup>*

A cobertura midiática do lançamento do Projeto Fome Zero apenas tangenciou, de forma superficial, as categorias referentes à pobreza e à cidadania. Tal como em 1993, no Natal sem Fome, predominou na cobertura uma noção de pobreza relacionada, exclusivamente, a uma questão de acesso aos alimentos em razão do baixo patamar de renda dos brasileiros. Essa concepção esteve baseada no enfoque dado pela cobertura à proposta de distribuição de cupons de alimentação para a população pobre. A cobertura reduziu o Projeto à proposta da distribuição de cupons de alimentação – uma das 60 ações do Fome Zero –, e a questão da pobreza foi reduzida à dificuldade de acesso a alimentos sem levar em conta, por exemplo, os processos de acumulação de riqueza, de distribuição de renda e até mesmo da cultura política no Brasil. Assim, as matérias não chegaram a problematizar a questão e não realizaram uma reflexão sobre as causas da pobreza e as formas de sua superação — ainda que o texto do Projeto produzido pelo Instituto Cidadania apresentasse tais causas e caminhos para superação e tenha sido amplamente distribuído. A única polêmica presente no noticiário sobre a questão da pobreza manifestou-se por meio de discordâncias em relação ao número de pobres no Brasil e que deveriam ser alvo da política pública. As matérias deram ênfase às críticas de especialistas e de representantes do governo à metodologia utilizada pelo Instituto Cidadania para calcular o número de brasileiros pobres.

*“Mas o programa ainda nem foi lançado e a polêmica já começou. O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins, discorda dos números de pobreza apresentados no projeto. Para o Fome Zero, entre 1995 e 2000, houve um aumento da pobreza, especialmente nas regiões metropolitanas. ‘Não são 44 milhões abaixo da*

---

<sup>141</sup>Lula modera discurso e lança a 3ª versão do ‘Fome Zero’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001.

<sup>142</sup> Lula lança 3ª versão do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 2001.

*linha da pobreza e nós usamos critérios mais rígidos do que o Banco Mundial’ – disse Martins”.*<sup>143</sup>

No noticiário - que tratou o problema da pobreza brasileira como pano de fundo -, o primeiro plano foi marcado por aspectos referentes à disputa política em que, de um lado, figuravam o governo e seus defensores e, do outro, apresentava-se a oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Na verdade, a polêmica e a disputa de sentidos sobre o conceito de pobreza que deveriam nortear uma política pública destinada a resolver o problema no Brasil foram substituídas – nas páginas dos jornais – pela disputa política, tendo como diretriz as eleições presidenciais e as respectivas pretensões eleitorais de dois grupos políticos. Assim, o clima eleitoral predominou na cobertura jornalística, em detrimento do debate e da troca de argumentos referentes à pobreza e à fome no Brasil.

*“Em mais uma tentativa de moderar o discurso e ser aceito pelo ‘establishment’, o Partido dos Trabalhadores lançou ontem em Brasília seu projeto de combate a fome no País, cujo modelo é um sistema utilizado pelo governo dos Estados Unidos”.*<sup>144</sup>

Além das controvérsias a respeito do número de pobres no Brasil, o noticiário registrou divergências em relação ao modo de funcionamento do Projeto. A proposta do Instituto Cidadania de distribuição de cupons que deveriam ser trocados apenas por gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais previamente cadastrados pelo governo despertou críticas<sup>145</sup> de um dos membros do próprio PT, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP)<sup>146</sup>.

*“O projeto foi criticado dentro do próprio PT. Defensor incansável do programa de renda mínima, o senador Eduardo Suplicy (SP) disse que seu projeto é melhor porque dá a oportunidade de escolha para o beneficiário. ‘A renda mínima é melhor porque dá mais dignidade às pessoas e permite que eles façam uma escolha de acordo com suas necessidades. Além do*

---

<sup>143</sup> Lula lança projeto para combater a fome. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 out. 2001.

<sup>144</sup> Lula modera discurso e lança a 3ª versão do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001.

<sup>145</sup> Ver De sandália, Suplicy faz crítica a projeto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001; Lula modera discurso e lança a 3ª versão do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001; Lula: ‘Enquanto faltar comida na mesa dos brasileiros, não dá para exportar’, *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 out. 2001.

<sup>146</sup> Em 2001, o senador Eduardo Suplicy lançou-se pré-candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, colocando-se como concorrente de Luiz Inácio Lula da Silva, nas prévias partidárias.

*mais, não está descartada a possibilidade de se criar um mercado paralelo de venda de cupons de alimentação , criticou Suplicy.”<sup>147</sup>*

Estas divergências pareciam implicar duas concepções distintas acerca da cidadania – ainda que a cobertura não tenha tratado a questão sob esta ótica. De um lado, as matérias apresentaram um entendimento de cidadania que não se levava em conta a autonomia do sujeito, em que o Estado era visto como regulador e definidor das relações sociais e determinava o que era melhor para o cidadão. Esta noção de cidadania esteve vinculada à concepção do Projeto Fome Zero e foi defendida por seus apoiadores, especialmente o senador Aloísio Mercadante (PT/SP).

*“O programa de cupons de alimentação dá certo nos EUA, onde existe há 72 anos. Além disso, hoje em dia está muito fácil informatizar. Em vez de cupons, podem ser dados cartões magnéticos. Os beneficiados trocariam o crédito em estabelecimentos que só aceitariam o pagamento para alimentos”<sup>148</sup>*

Já as críticas ao Projeto Fome Zero, manifestadas pelo senador Suplicy (PT/SP), pareciam trazer implícita uma noção de cidadania ativa, em que o cidadão deixava de ser objeto de ações do Estado e passava a assumir um papel de sujeito e de protagonista. Entretanto, essa troca de argumentos não foi inscrita na gramática dos direitos, nem inserida no campo da cidadania. Assim, ainda que tenha sido possível perceber elementos de um debate acerca das noções de cidadania e de sua relação com a superação da pobreza, o sentido que predominou no noticiário foi o da disputa político-eleitoral - seja no âmbito interno do PT, em que dois pré-candidatos disputavam a indicação pelo partido para as eleições presidenciais, seja no âmbito externo, em que duas forças políticas (PSDB e PT) disputavam projetos de governo tendo em vista as eleições presidenciais para o ano seguinte.

A seleção de fontes de informação, a falta de dados contextualizados, a ausência de personagens e a forte personificação indicaram um processo de ressignificação ao longo da cobertura do lançamento do Projeto Fome Zero. O

---

<sup>147</sup> Lula: ‘Enquanto faltar comida na mesa dos brasileiros, não dá para exportar’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 out. 2001.

<sup>148</sup> Senador Aloísio Mercadante (PT/SP). De sandália, Suplicy faz crítica a projeto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001

sentido predominante adquirido pela cobertura do fato foi o da disputa política em torno de projetos de governo para a eleição presidencial – que se realizaria no ano seguinte – no lugar da discussão aprofundada sobre o problema da pobreza e da fome no Brasil, a necessidade de sua superação e os mecanismos mais eficazes para tal.

Ainda que a noção de cidadania e sua relação com a pobreza não tenham sido registradas na cobertura, foi possível observar algumas tentativas isoladas de reflexão nessa direção. O tema da cidadania foi alvo de consideração e relacionado com o problema da pobreza na coluna Panorama Econômico, do jornal O Globo<sup>149</sup>. O texto da colunista Miriam Leitão combateu as propostas apresentadas no Projeto Fome Zero, a partir de reflexões acerca da pobreza e da cidadania. Este foi o único momento da cobertura em que ocorreu uma articulação entre essas noções, aprofundando a análise sobre o problema no Brasil, sua necessidade de superação e as propostas para alcançá-la. As críticas da jornalista basearam-se em dois pontos principais: maior precisão acerca do público-alvo do programa e melhor mecanismo de combate à fome. Ela criticou o formato de cupons de alimentação, tendo como base noções de cidadania e democracia. Segundo ela,

*“Distribuição de selos para a compra de comida é uma forma de tornar indireto, burocrático e autoritário o que pode ser direto, simples e democrático. (...) O programa do selo para a compra de comida parte do pressuposto de que o Estado sabe melhor o que deve ser feito com o dinheiro do pobre. (...) O melhor selo chama-se dinheiro. E a forma mais respeitosa de distribuí-lo é com cartão magnético na Caixa Econômica Federal”.*<sup>150</sup>

Com tais argumentos, o lançamento do Projeto Fome Zero despertou, no espaço dedicado à coluna econômica, uma abordagem diferente daquela registrada nas notícias. A jornalista — dentro dos limites impostos pelas regras e pela gramática do jornalismo — buscou inserir a polêmica sobre o formato do programa num debate sobre direitos, a partir da necessária articulação entre cidadania e pobreza.

---

<sup>149</sup> LEITÃO, Miriam. Imaginação Zero. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 out. 2001.

<sup>150</sup> LEITÃO, Miriam. Imaginação Zero. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 out. 2001.

### 3.3 - POSSE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

1º de janeiro de 2003. O tempo nublado na capital federal não foi capaz de desanimar as 200 mil pessoas que ocuparam os gramados da Esplanada dos Ministérios para ver — e, principalmente, comemorar — a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O verde dos gramados, confundido com as cores das mais diferentes bandeiras, era palco de um momento histórico do país. Após participar de três eleições presidenciais, Lula, um político de origem popular e formado na luta sindical, assumia o poder da República. Sob todos os aspectos, uma figura de experiência bem diversa daqueles que até então haviam ocupado o mais alto cargo da hierarquia política, representando a Nação brasileira. Uma representação legitimada pela votação expressiva recebida nas urnas e que a festa na Praça confirmava. A diversidade dos participantes e o clima festivo que marcavam as comemorações indicavam que a população brasileira se reconhecia na figura daquele homem de barba, um pouco mais branca, e de tom de voz mais suave, do que quando o Brasil o conheceu nas greves metalúrgicas do Grande ABC, na década de 70.

Como disse Artur Xexéu,

*“Lula é, sem dúvida, o presidente do Brasil mais parecido com a massa que elege presidentes no Brasil. Nunca a maioria se identificou tanto com o eleito. Lula não fala bem português, erra concordâncias — verbais e nominais — tem problemas de dicção, parece que está sempre pouco à vontade dentro do terno e gravata. Enfim, é um presidente do Brasil com cara de brasileiro. (...)A festa de domingo à noite foi a festa da identificação. Se Narciso acha feio o que não é espelho, o povo brasileiro, que está sempre enamorado de si mesmo, foi para as ruas celebrar a vitória do mais bonito dos brasileiros. O bloco dos sujos, desta vez, escolheu um de seus pares.”<sup>151</sup>*

Eleito com mais de 52 milhões de votos, em uma disputa acirrada com os partidos de centro-direita, Lula tornou-se Presidente de um País que apresentava uma das dez maiores economias do mundo, sendo o terceiro em desigualdade social. Para muitos,

---

<sup>151</sup> Bloco de sujos elege seu folião mais bonito. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º nov. 2002

*“depois da queda do Muro de Berlim, em 1989 (quando Lula também foi candidato, tendo sido derrotado, no segundo turno das eleições, por Fernando Collor de Melo), era a primeira vez que a estrela, um dos símbolos da esquerda — presente na bandeira da China, de Cuba e do PT — fazia uma curva ascendente”<sup>152</sup>.*

Ainda de acordo com Frei Betto, *“a esquerda reviu seus erros, tentou rearticular-se em novos partidos”<sup>153</sup>*, manifestou-se contra a globalização econômica e a tendência ao pensamento único do neoliberalismo e, *“no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, tentou vislumbrar um outro mundo possível”*.<sup>154</sup>

Nesse período, agravou-se muito a questão social, aumentando ainda mais a distância entre os países ricos e aqueles emergentes, entre eles o Brasil, e acentuando-se de maneira ainda mais visível o *gap* entre pobres e ricos. Foi no bojo do agravamento da questão social, em que a adoção estrita das teses do chamado *Consenso de Washington* teria produzido, que, segundo alguns analistas, Lula ganhou a eleição. O desemprego, a fome, a má qualidade da saúde e da educação — problemas já seculares no país — teriam se agravado com a concepção de Estado e de relação entre sociedade e mercado que prevalecia no ideário e nas ações do governo do presidente anterior, presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lula ganhou as eleições com a promessa de mudanças — *“a esperança vencendo o medo”*, como afirmava um dos slogans finais da campanha eleitoral, quando a tática de infundir receio às camadas médias, em decorrência de uma suposta radicalização política, manifestou-se na propaganda do candidato opositor na campanha presidencial, José Serra — e com uma enorme expectativa popular de que a partir dali tudo seria diferente. Mas, segundo o programa de governo apresentado por Lula e, especialmente, segundo a *Carta aos Brasileiros* divulgada em junho de 2002, a proposta seria a de modernizar o capitalismo, tornando-o menos “selvagem”, aumentar a capacidade produtiva de maneira a reduzir o desemprego e formular e efetivar uma política social capaz de combater a fome e diminuir a pobreza e a miséria no Brasil. Não faria o desejável, mas o

---

<sup>152</sup> BETTO, Frei. O significado da vitória de Lula para a esquerda. [www.midiaindependente.org.br](http://www.midiaindependente.org.br) (03/01/2003)

<sup>153</sup> *Ibidem.*

<sup>154</sup> *Ibidem.*

possível. Não inventaria a roda, mas imprimiria a ela velocidade suficiente para atenuar a dívida social.<sup>155</sup>

Assim, a posse de Lula, cuja cobertura pela imprensa constituiu um dos objetos de nossa análise, foi esperada e preparada como um acontecimento de alta significação política. Na cerimônia oficial, ele fez dois discursos. O primeiro, no Congresso Nacional, quando foi empossado no cargo. Esse discurso foi lido como uma mensagem à Nação brasileira<sup>156</sup>. O segundo discurso foi feito no parlatório do Palácio do Planalto quando da transmissão do cargo, simbolicamente representada pela transmissão da faixa presidencial, do presidente Fernando Henrique Cardoso ao novo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

A amostra da cobertura da posse do novo Presidente do Brasil foi composta por 26 matérias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo e nas revistas Veja e Carta Capital, no período compreendido entre 1º e 10 de janeiro de 2003. A cobertura jornalística ofereceu importante destaque ao significado e ao “ineditismo” da chegada do primeiro metalúrgico à Presidência da República do Brasil. Os significados políticos da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a festa popular da posse, os discursos do novo presidente e de seus principais auxiliares foram os temas predominantes nos jornais e revistas analisados.

A questão da pobreza foi mencionada em aproximadamente metade do material analisado e esteve presente de forma diluída com outras questões, como política econômica e as reformas trabalhista, previdenciária, política e tributária. Nas matérias publicadas no dia da posse<sup>157</sup> - 1º de janeiro de 2003 - o tema da pobreza foi citado em referência ao Programa Fome Zero, apontado como uma das prioridades da nova gestão. A questão não ocupou o primeiro plano da cobertura e foi tratada de forma superficial e fragmentada, sob a perspectiva do combate à fome. A matéria “*Câmara vai coordenar área social*”<sup>158</sup> tratou da criação, na estrutura do Poder Executivo, de uma Câmara Setorial destinada a coordenar as ações na área social. A nova ministra da Assistência e Promoção

<sup>155</sup> BETTO, Frei. O significado da vitória de Lula para a esquerda. [www.midiaindependente.org.br](http://www.midiaindependente.org.br) (03/01/2003).

<sup>156</sup> Discurso disponível em: [www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br)

<sup>157</sup> Lula pede a Furtado para recriar Sudene. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º jan. 2003.

<sup>158</sup> Câmara vai coordenar área social. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 1º jan. 2003.

Social, Benedita da Silva, destacou que o Programa Fome Zero seria a diretriz principal do governo. No texto, apareceu uma referência à educação, especialmente, ao Ensino Superior. Ao sair da reunião, o novo ministro da Educação, Cristovam Buarque, informou que havia recebido “a determinação do presidente para que não haja vagas ociosas nas universidades federais”. A matéria “Lula assume o Brasil”<sup>159</sup> antecipou o tom do discurso de posse do novo presidente e fez referência ao tema da pobreza:

*“Ao longo do processo de elaboração do discurso, Lula e seus aliados se esforçaram para evitar que o tom tranqüilizador – de mudança sem atropelos ou precipitações – esvazie a promessa tipicamente petista de inclusão social, redistribuição de renda e combate à miséria.”*<sup>160</sup>

As matérias publicadas nos dois dias que se seguiram à posse do novo Presidente da República enfatizaram o caráter popular da “ *festa da posse* ”, registrando a presença expressiva de populares na Esplanada dos Ministérios.<sup>161</sup> O noticiário destacou também a “ *promessa de mudança* ” contida no discurso feito no Congresso Nacional por Luiz Inácio Lula da Silva.

*“No discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva trocou a ênfase na estabilidade da economia pela volta à retórica da mudança, mas deixando claro que elas não virão de um ‘arroubo voluntarista’, mas com ‘paciência e perseverança’, com ‘coragem e cuidado’. (...) A ênfase na mudança, tema de sua campanha e suposta ou real razão de sua vitória, não impediu a cautela de ressaltar que é necessário ‘manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo’.”*<sup>162</sup>

Nessas matérias que repercutiam o discurso do Presidente eleito, o tema da pobreza esteve presente. Com o discurso oficial do novo mandatário do País, a questão da fome, a necessidade emergente de sua superação e a convocação para que a população participasse desse movimento foram inseridos na esfera pública e ganharam visibilidade na esfera midiática. Entretanto, a abordagem foi superficial, fragmentada e diluída com outros assuntos. O destaque dado ao tema da fome e da pobreza no discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva – o termo *fome* foi citado 13 vezes – não foi suficiente para que o assunto ocupasse o primeiro plano da cobertura. Na maioria das matérias, o tema só foi mencionado,

<sup>159</sup> Lula assume o Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jan. 2003.

<sup>160</sup> Lula assume o Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jan. 2003.

<sup>161</sup> A festa popular da mudança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003.

<sup>162</sup> Lula prega mudança ‘com coragem e cuidado’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2003.

a partir da reprodução de trechos do discurso feito por Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional.

*“No discurso no Congresso, Lula (...) convocou todos os brasileiros para um grande mutirão para acabar com a fome. Disse que essa é uma tarefa ética que deve ser de todas as forças políticas do país. (...) ‘Eu, desejo antes de qualquer coisa, convocar o meu povo para um grande mutirão cívico. Para o mutirão nacional contra a fome. Hoje eu conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país! Transformemos o fim da fome numa grande causa nacional como foram, no passado, a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país. Esta é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia’”.*<sup>163</sup>

A matéria de *Veja*<sup>164</sup> ressaltou que, apesar da promessa de mudança, o discurso feito pelo novo Presidente indicava que o governo iria “*continuar, aprimorar e aprofundar as reformas econômicas e sociais iniciadas por Fernando Henrique*”. Foi único texto da edição da revista semanal que citou a questão da pobreza. A referência foi feita no *lead*: “*Nos 45 minutos do seu discurso de posse, no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empregou catorze vezes a palavra mudança e treze vezes o termo fome*”. Apesar de o texto ter indicado o destaque dado ao tema da fome no discurso do novo Presidente, a edição de *Veja* não abordou o assunto.

No discurso, foi feita uma relação entre pobreza – tratada prioritariamente sob a perspectiva da fome – e a necessidade de “*uma conciliação nacional*” para superá-la. Segundo a matéria de *O Globo*<sup>165</sup>, “*a promessa de mudança e o apelo à conciliação nacional para superar problemas sociais e fazer o país voltar a crescer deram o tom do discurso de posse no Congresso*”. Essa articulação, ainda que tenha sido pouco explorada no texto, ainda não havia sido registrada na cobertura da mídia, especialmente no gênero informativo, sobre a questão da pobreza. De maneira implícita, a relação entre a pobreza e a necessidade de uma “*conciliação nacional*” inseriu a questão como um problema político, que não diz respeito somente a fatores econômicos.

O jornal *O Globo* de 2 de janeiro de 2003 publicou o que chamou de “*principais trechos*” do discurso feito de improviso pelo Presidente no parlatório do

<sup>163</sup> A festa popular da mudança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003.

<sup>164</sup> Ele falou em mudar 14 vezes. *Veja*, São Paulo, 08 jan. 2003.

<sup>165</sup> A festa popular da mudança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003.

Palácio do Planalto. Entre os trechos destacados pelo jornal estão aqueles em que Luiz Inácio Lula da Silva abordou a questão da fome como prioridade ética e moral e obrigação legal, determinada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*“Tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa, está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos.”<sup>166</sup>*

Assim, pela primeira vez na cobertura analisada sobre o tema, desde 1993, foi feita uma relação entre a pobreza – entendida como fome – e os direitos humanos. Essa articulação foi registrada pelo jornal, no entanto, tão somente a partir da reprodução do discurso do Presidente eleito, mantendo-se de forma pontual e superficial.

A prioridade ao combate à pobreza, definida na fala presidencial, também obteve eco – ainda que fraco – na cobertura das posses dos principais ministros do novo governo. Das quatro matérias publicadas sobre as posses de ministros (Cultura, Fazenda, Desenvolvimento Agrário e Controladoria-Geral da União), duas mencionaram o tema da pobreza, a partir dos discursos feitos pelas autoridades na ocasião. A matéria “*Rodrigues: Fome Zero vai impulsionar agronegócio*”<sup>167</sup> fez menção à questão da pobreza, na perspectiva da fome, ao reproduzir trechos da fala do novo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Em entrevista publicada na revista *Carta Capital*, o novo ministro da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, também citou o combate à pobreza:

*“Uma das esperanças é que, caso a sociedade se disponha a enfrentar a corrupção, haja uma redução maciça de desvios e, por consequência, acúmulo de poupança bem significativa para enfrentar o problema da fome, do desemprego.”<sup>168</sup>*

Diferentemente dos outros períodos analisados da cobertura jornalística, em que houve uma presença significativa da questão da pobreza nos espaços destinados ao gênero opinativo do jornalismo, o tema ficou à margem desses

<sup>166</sup> A festa popular da mudança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003.

<sup>167</sup> Rodrigues: Fome Zero vai impulsionar agronegócio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2003.

<sup>168</sup> De volta à estrada perdida. *Carta Capital*, São Paulo, 08 jan. 2003.

espaços no noticiário sobre a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo sendo alçada pelo novo Presidente do Brasil à prioridade máxima do país — como expressou no discurso feito —, num momento de relevante carga simbólica e política que é a posse de um presidente da República, o tema da pobreza não entrou na pauta dos colunistas políticos. As três colunas políticas publicadas no período<sup>169</sup> detiveram-se nas análises dos significados políticos e históricos da chegada do líder sindical à Presidência da República. Mesmo quando os colunistas se dedicaram a analisar algumas das principais prioridades da nova gestão, o tema da pobreza permaneceu ausente das reflexões. O único artigo publicado<sup>170</sup>, em que o tema apareceu, foi assinado por um representante da Igreja Católica, Dom Mauro Morelli, bispo da Diocese de Duque de Caxias. No texto em que ele se propôs a fazer a homilia do primeiro dia de Lula como Presidente do Brasil, a pobreza foi qualificada como *“um problema político, pois somos uma das maiores economias do planeta e grande produtor e exportador de alimento”*. Foi registrada também uma noção mais abrangente acerca da pobreza, tratando-a não apenas sob a perspectiva da fome, mas também como falta de acesso à educação e precárias condições de moradia. A superação do problema foi tratada sob a gramática do direito, associando-a à noção de cidadania: *“Quando a política iluminada pela ética comandar a economia, o Brasil será livre e forte. A cidadania do povo deve ser a razão e o alicerce do progresso para que entre nós reine a paz.”*<sup>171</sup>

Assim, a presença do tema da pobreza no noticiário referente à posse de Luiz Inácio Lula da Silva decorreu, na totalidade das matérias, da referência a trechos de discursos políticos proferidos pelas autoridades públicas. Tal característica revelou, de um lado, o tratamento superficial dedicado ao tema. Mas, de outro lado, indicou um novo elemento que até então não tinha sido percebido nas demais coberturas analisadas. O tema da pobreza foi abordado — com uma única exceção — exclusivamente por fontes de informação ligadas ao governo, marcando a emergência do Estado como fonte de informação relevante

---

<sup>169</sup> ALVES, Marcio Moreira. Festa popular. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003; CRUVINEL, Tereza. Depois da catarse. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003; CRUVINEL, Tereza. As muitas faces do novo governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2003.

<sup>170</sup> MORELLI, Mauro. Presidente Lula, boa viagem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 jan. 2003.

<sup>171</sup> MORELLI, Mauro. Presidente Lula, boa viagem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 jan. 2003

sobre o assunto, que antes era abordado apenas a partir das perspectivas da sociedade civil.

### 3.4- LANÇAMENTO DO PROGRAMA FOME ZERO

Ao assumir a sua vitória no segundo turno das eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva fez, na noite de 27 de outubro, seu primeiro pronunciamento na condição de presidente eleito. Ali, ele confirmou o desafio que se havia imposto: fazer com que, em quatro anos, cada brasileiro tivesse o direito a três refeições diárias. *"Se ao final de meu mandato todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar terei cumprido a missão de minha vida"*, repetiu o Presidente em seu discurso de posse.

Durante o primeiro mês de seu governo, Lula foi ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, tornando-se o primeiro Presidente da República a visitar o evento. No seu discurso, ele foi aplaudido pelo público que lotava o anfiteatro "Pôr do Sol", na capital gaúcha. Entretanto, o momento também foi marcado por críticas ao anúncio de que iria também a Davos, no Fórum Econômico Mundial. É preciso ressaltar que o Fórum Social Mundial foi criado como um

*"encontro, de dimensão mundial e com a participação de todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa, voltado para o social — Fórum Social Mundial. Esse encontro teria lugar, para se dar uma dimensão simbólica ao início dessa nova etapa, nos mesmos dias do encontro em Davos em 2001, podendo se repetir todos os anos, sempre nos mesmos dias em que os grandes do mundo se reunissem em Davos"*<sup>172</sup>

Nesse discurso, em Porto Alegre, o Presidente afirmou que não foi eleito por um canal de televisão, pelo sistema financeiro nem pelos grandes grupos econômicos, mas sim pelo alto grau de consciência política dos brasileiros, no mês de outubro anterior. E que iria a Davos para mostrar que um outro mundo era

---

<sup>172</sup> WHITAKER, F. *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/main>

possível e que era necessário que o Fórum Econômico Mundial ouvisse Porto Alegre. Além disso, o Presidente afirmou que iria dizer em Davos que não era possível continuar uma ordem econômica em que *“uns comem cinco vezes por dia e outros ficam cinco dias sem comer”*. Por outro lado, em discurso no Fórum Econômico Mundial, conclamou os países industrializados a construir um novo fundo internacional para combater a pobreza no mundo, tendo sido fortemente aplaudido pela platéia. Lembrou, ainda, que é longo o caminho para a construção de uma sociedade justa, que a fome não pode esperar, reafirmando o compromisso do governo brasileiro de priorizar o combate à pobreza. Repetiu, para uma platéia formada por empresários, autoridades políticas, pesquisadores e jornalistas, uma das frases de seu discurso de posse: *“Quero que os brasileiros possam todo o dia tomar café, almoçar e jantar”*.

No Brasil, esse compromisso do novo governo ganhou forma no programa Fome Zero, com apoio garantido de organismos internacionais e a expressiva solidariedade de vários setores da sociedade. Enquanto o presidente Lula marcava a sua estréia no Fórum Econômico Mundial com o discurso de combate à fome, era grande a movimentação para o lançamento do Programa Fome Zero, no Brasil. Definições relativas ao orçamento, acordos com organismos internacionais, reuniões de ministros, tudo isso indicava a prioridade que a iniciativa governamental assumia naquele momento. O Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, alertava, frente às doações de alimentos que setores empresariais destinavam ao Programa, que seu objetivo não era apenas arrecadar e redistribuir alimentos. Segundo o ministro, o Programa pretendia acabar com o modelo assistencialista, que sempre desembocava na exclusão social. A idéia era promover o fim da pobreza, por meio da inclusão econômica, inserindo todos os cidadãos num mesmo processo de desenvolvimento, num projeto que contemplasse a participação de toda a sociedade. O empresário Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, um dos maiores entusiastas do Fome Zero e que ocupou o cargo de assessor especial do Presidente da República, defendeu um amplo debate, envolvendo todos os setores sociais, para elaborar o programa de segurança alimentar. *“O Fome Zero é um dos melhores projetos dos últimos anos porque abre a possibilidade para a*

*realização do mais importante pacto entre o governo e a sociedade, que é o pacto contra a pobreza".*<sup>173</sup>

O lançamento do Programa Fome Zero ocorreu em Brasília no dia 30 de janeiro de 2003, no Palácio do Planalto, em cerimônia que teve a presença de aproximadamente 500 pessoas. Composto por cerca de 60 ações, com o objetivo de combater a fome e oferecer projetos de promoção social às famílias atendidas, como geração de renda e apoio à agricultura familiar, o Programa foi lançado pelo presidente Lula — segundo a cobertura jornalística - com o anúncio de cinco propostas: reforço da merenda escolar para crianças de 0 a 6 anos; participação das famílias em cursos de alfabetização; mutirão contra a fome para receber doações de alimentos, dinheiro e trabalho voluntário; criação de restaurantes populares em regiões metropolitanas com refeição por R\$ 2 e R\$ 3 e implantação de bancos de alimentos nas grandes cidades. Na ocasião, o Presidente da República anunciou uma medida de efeito imediato: iria dobrar os recursos destinados à merenda escolar das 4,6 milhões de crianças de 4 a 6 anos matriculadas na pré-escola.

A amostra da cobertura jornalística referente ao lançamento do Fome Zero compreendeu 56 matérias publicadas entre os dias 25 de janeiro e 05 de fevereiro de 2003, nos jornais Folha de São Paulo e O Globo e nas revistas semanais Carta Capital e Veja.

A presença expressiva de representantes do Poder Público como fontes de informação nas matérias foi uma característica marcante do noticiário, diferentemente da cobertura jornalística da campanha Natal sem Fome, em 1993, e do lançamento do Projeto Fome Zero, em 2001. Observamos que o Poder Público, em especial, o governo federal ocupou a centralidade da cobertura jornalística referente ao lançamento, em janeiro de 2003, do Programa Fome Zero, apontado como o principal programa social do governo que se iniciava. Assim, a questão da pobreza foi pautada nos jornais e revistas a partir da iniciativa do governo brasileiro, que atuou como uma espécie de catalisador do

---

<sup>173</sup> Agência Brasil cria link para acompanhar ações do Programa Fome Zero. *Agência Brasil*, Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/fomezero/fomezero.html>

debate sobre o tema. A rigor, a centralidade conferida ao tema pelo governo federal encontrou reciprocidade nas páginas dos jornais e revistas.

Representantes do governo ou elementos do discurso oficial estiveram presentes na totalidade do material publicado<sup>174</sup>, apresentando-se como fontes legítimas de informação. Nas matérias em que o governo não se constituiu na principal fonte de informação, as fontes ouvidas fizeram, necessariamente, referência ao programa governamental e à política social anunciada pelo novo governo<sup>175</sup>. A cobertura foi marcada, principalmente, pela fatualidade, pela baixa diversidade de fontes de informação e ausência de personagens. Foi irrisório o número de reportagens, no material analisado, que procuraram aprofundar o debate sobre a pobreza no Brasil, investigar as causas e as formas de superação do problema. Assim, mesmo concedendo espaço significativo às inúmeras críticas feitas ao programa social, a cobertura foi marcada por um “tom oficial”. Não no sentido de uma parcialidade pendente para o governo – uma vez que parte importante do noticiário foi dedicada às severas críticas feitas à proposta governamental por especialistas, políticos e membros da Igreja Católica. Mas a cobertura não chegou a se distanciar do tom burocrático do discurso oficial e se restringiu a tratar da pobreza somente dentro de uma perspectiva retórica e superficial.

A tematização da questão da pobreza ficou mantida à perspectiva da fome. A quase totalidade das matérias referiu-se ao problema da fome e não fez referência à palavra pobreza – categoria que praticamente não apareceu no noticiário. Como em 1993, no Natal sem Fome, em 2001, no lançamento do Projeto Fome Zero, e em 2003, na posse do novo Presidente da República, a questão foi tematizada sob a ótica da fome, entendida como falta de acesso a alimentos em razão do baixo patamar de renda. Essa concepção foi registrada, a partir da cobertura dos jornais sobre o Programa, especialmente, em relação à

---

<sup>174</sup> Palocci amplia atuação da Fazenda para área social. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jan. 2003; Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003; Governo faz selo para atrair empresas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003; Fome Zero começa pela escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003.

<sup>175</sup> Suplicy insiste em desvincular gasto de alimentação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003; Tucanos elogiam cartão-alimentação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003; Economista acha estratégia do Fome Zero ‘ultrapassada’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003.

distribuição de cartões-alimentação e à realização de mutirões da sociedade civil para doações de alimentos<sup>176</sup>. Uma variante do conceito de pobreza que também surgiu no noticiário foi a noção de desnutrição, que também foi vinculada à dificuldade de acesso a alimentos.

As qualificações acerca da fome foram feitas, na maioria dos textos analisados, de forma subliminar e superficial, tendo como âncora principal o discurso oficial do governo de combate à fome e, principalmente, a iniciativa governamental de distribuição de cartões-alimentação às famílias pobres. As matérias abordaram o problema da pobreza e da fome em segundo plano, uma vez que o programa governamental Fome Zero ocupou o primeiro plano do noticiário.

Ainda que tenha predominado o sentido da pobreza vinculado ao problema da fome e o da falta de acesso a alimentos em decorrência do baixo patamar de renda, é fundamental destacar que em alguns momentos da cobertura foi possível notar outros registros acerca da noção de pobreza, que tiveram como ponto central os critérios anunciados pelo governo para a implantação do Programa. De acordo com o noticiário, o governo decidiu iniciar a implantação do Fome Zero nos municípios em estado de emergência em razão da seca:

*“Ao explicar o programa, o ministro extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano, disse que foram escolhidas as cidades que decretaram estado de emergência por causa da seca. Na lista preliminar, com 957 municípios, esse método incluía municípios em oito estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, mas não incluía nenhum do Maranhão, onde este ano está chovendo com regularidade”.*<sup>177</sup>

Essas localidades receberiam os alimentos doados pela população e os cartões-alimentação distribuídos pelo Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Assim, na cobertura jornalística, percebia-se que além de restringir a noção de pobreza à perspectiva da fome, o discurso governamental pressupunha uma concepção da questão relacionada a fatores climáticos e

---

<sup>176</sup> Mesa, Prato, Copo, Sal e Talher contra a fome. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003.

<sup>177</sup> Municípios do Maranhão devem ficar fora da lista de beneficiados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003.

geográficos. De acordo com o noticiário, o critério definido pelo governo para a implantação do Programa Fome Zero “*causaria distorções*”:

*“Boa parte dos municípios mais pobres do país ficou fora da relação dos primeiros beneficiados do programa Fome Zero simplesmente porque não sofre com a seca. Das 20 cidades com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – ou seja, reconhecidamente com maiores problemas de miséria – apenas quatro estão na lista preliminar das cerca de mil que serão atendidas pelo programa.”*<sup>178</sup>

Sem citarem fontes de informação, as matérias apresentaram críticas feitas ao critério anunciado pelo governo, que denunciavam as conseqüências dessa definição: o não-atendimento de cidades com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>179</sup>. Ainda que rompendo com algumas regras do trabalho jornalístico, as matérias acabaram por reivindicar uma noção mais abrangente acerca da pobreza, que considerasse o IDH, incorporando, assim, o acesso à educação, à saúde e as condições econômicas mais gerais da população. Dessa maneira, ainda que como pano de fundo do debate sobre o critério administrativo de implantação da política pública anunciada pelo governo, foi travada, nas páginas dos jornais, uma polêmica acerca da concepção sobre a pobreza. De um lado, o critério governamental parecia expressar uma noção de pobreza restrita ao problema da dificuldade do acesso aos alimentos, em decorrência do baixo patamar de renda da população, e que implicava fatores climáticos, ambientais e geográficos. Em conseqüência, as matérias pareciam indicar que as ações governamentais, nessa perspectiva, estariam reduzidas ao assistencialismo. De outro lado, os jornais registravam críticas a esses critérios e à natureza dessas ações e, ao denunciarem que a iniciativa do governo estaria excluindo cidades com os mais baixos IDH's do Brasil, expressavam uma

---

<sup>178</sup> Chuva tira municípios da lista do Fome Zero. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jan. 2003.

<sup>179</sup> “O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.(...) Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.”. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>

expansão do conceito de pobreza, em que fossem considerados indicadores sociais como saúde, educação e moradia. Entretanto, o noticiário não chegou a aprofundar e problematizar essa questão como uma polêmica referente à noção de pobreza propriamente dita. A cobertura jornalística registrou este debate no terreno da gestão do programa, como uma polêmica relativa a critérios técnicos.

Outros elementos da polêmica sobre o conceito de pobreza também estiveram presentes no noticiário, de maneira dispersa e pontual. A reportagem *“Além da fome, Guaribas sofre com corrupção”*<sup>180</sup> fez uma associação – até então inédita na cobertura jornalística analisada sobre o tema – entre a questão da pobreza e a corrupção na administração pública. Segundo a reportagem,

*“o mal que assola Guaribas, a terceira mais pobre cidade do país, é o mesmo que há séculos infesta a administração pública brasileira: a corrupção. O município onde hoje o governo lançará o projeto-piloto do Fome Zero recebe mensalmente R\$ 160 mil de repasses federais e só no ano passado recebeu, por convênios, R\$ 191 mil para a construção de poços artesianos e de sistema de abastecimento de água. Apesar disso, os moradores continuam carregando baldes com água na cabeça por longos quilômetros, depois de fazer fila diariamente na única mina da cidade”*.<sup>181</sup>

A reportagem descreveu o cenário de miséria enfrentado pela população de Guaribas (PI) - falta de saneamento básico, de moradia, atenção à saúde e acesso à educação - e apresentou indícios de esquemas de corrupção na administração pública municipal, com suspeitas de envolvimento do prefeito. A reportagem associou as dificuldades para a superação da pobreza - qualificada como uma situação marcada por precárias condições de vida, tendo em vista a moradia, acesso à educação e à saúde, principalmente - ao descaso, à ineficiência e à corrupção do poder público municipal. Dessa forma, a matéria indicou — ainda que de forma superficial e inscrita em negativo — a importância do papel do Estado para a superação da pobreza.

As páginas dos jornais também estamparam um intenso debate acerca dos métodos de funcionamento do Programa Fome Zero. Análises, declarações e críticas referentes à distribuição do cartão-alimentação – ao invés da entrega de

<sup>180</sup> Além da fome, Guaribas sofre com corrupção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 fev. 2003.

<sup>181</sup> Além da fome, Guaribas sofre com corrupção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 fev. 2003.

dinheiro ou de cestas básicas - e à exigência feita às famílias para comprovação de que os recursos recebidos seriam utilizados para a compra de itens alimentícios pré-definidos pelo governo ocuparam as páginas dos jornais durante todo o período analisado.<sup>182</sup> Matéria publicada no dia seguinte ao lançamento do Programa apresentou os argumentos do governo:

*“O ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, disse ontem que exigir dos beneficiados pelo Fome Zero comprovantes confirmando o gasto em alimentos será importante para garantir que o dinheiro não seja usado de outra forma. (...) ‘A comprovação pode ser feita de qualquer forma: cadernetas, conta do verdureiro. Em casos excepcionais, onde há muito analfabetismo, pode até valer o testemunho’, disse Graziano (...)”*<sup>183</sup>

De um lado, as matérias registraram a decisão do governo de restringir o uso do dinheiro repassado às famílias à compra de alimentos pré-determinados (era proibido comprar cigarro, bebida alcoólica e refrigerante) e de excluir do Programa as famílias que desrespeitassem tais normas. O argumento principal era o de que os recursos repassados às famílias deveriam ser utilizados para saciar a fome e garantir a segurança alimentar das pessoas. De outro lado, a cobertura jornalística concedeu significativa visibilidade às críticas feitas por especialistas e representantes da Igreja Católica às medidas anunciadas pelo governo – muitas delas atacavam a “funcionalidade” do método do programa; outras tinham como alvo o próprio formato do programa. Lauro César de Abreu, enfermeiro do Programa Saúde da Família e integrante do Comitê de Segurança Alimentar de Guaribas, foi um dos críticos do método proposto pelo governo: *“A pessoa pode comprar cigarro com o dinheiro do Fome Zero e o dono da venda marcar arroz no recibo. Muitos não vão comprar leite”*.<sup>184</sup> O mesmo tipo de argumento foi utilizado pela coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, uma das principais críticas do Programa:

*“(...)Para a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, a obrigatoriedade de as famílias apresentarem notas fiscais ou recibos ‘não*

---

<sup>182</sup> Tucanos elogiam cartão-alimentação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003; Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003; Graziano volta a defender exigência de notas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003; Suplicy insiste em desvincular gasto de alimentação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003.

<sup>183</sup> Graziano volta a defender exigência de notas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003.

<sup>184</sup> Fome Zero é ‘fácil de burlar’, dizem membros de programa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 fev. 2003.

*vai durar um ano'. “Muitos beneficiados são analfabetos e não terão como controlar o que o comerciante discriminou no documento”, disse.(...)”<sup>185</sup>*

Os argumentos registrados no noticiário contra a concepção do formato do Programa, que tangenciavam uma noção de cidadania, foram expressos principalmente pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP): “O senador Eduardo Suplicy, por exemplo, diz que as famílias deveriam ter autonomia para decidir o que fazer com o dinheiro.”<sup>186</sup>

Dessa forma, as críticas foram baseadas, principalmente, em dois argumentos: a família deveria ter autonomia para escolher o que comprar com o dinheiro recebido e não haveria forma de realizar uma fiscalização eficiente dos gastos da família. Assim, a decisão do governo de vincular o dinheiro proveniente do cartão-alimentação do Fome Zero exclusivamente à compra de comida e a determinação de que as famílias atendidas pelo Programa precisariam comprovar os gastos provocaram nos jornais uma polêmica – ainda que de forma subliminar – acerca das concepções de cidadania e a sua relação com a pobreza.

O “*Mutirão contra a Fome*” - outra ação do Fome Zero, desenvolvida pelo governo - também pautou a cobertura jornalística. As matérias noticiaram que uma das principais ações do programa governamental seria o recebimento de doações de alimentos, dinheiro e trabalho voluntário e destacaram ações de adesão por parte de personalidades e empresas ao chamado do governo. Foram os casos da modelo Gisele Bündchen, dos perueiros cariocas, da Organização das Cooperativas de Crédito, do Instituto Ethos, da Nestlé<sup>187</sup> e do jogador de futebol Kaká<sup>188</sup>, entre outros, que anunciaram formas de participação no Programa. A importância do *mutirão contra a fome* foi ressaltada pelo Presidente da República, na solenidade de lançamento do Programa:

*“(...) O presidente reafirmou o compromisso do governo com a distribuição de renda e disse estar confiante de que, com o apoio da sociedade, será possível mudar a situação do país. (...) O presidente convocou os governadores e prefeitos a se engajarem no combate à fome. Sem a*

<sup>185</sup> Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003.

<sup>186</sup> Os problemas na implantação do programa Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 fev. 2003.

<sup>187</sup> Doação ao Fome Zero serve de vitrine. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jan. 2003.

<sup>188</sup> Jogador quer participar do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 fev. 2003.

*participação decidida dos governos estaduais e das prefeituras, será impossível montar a rede de coleta e distribuição de alimentos que os brasileiros de todo o país estão querendo doar (...). O governo deve anunciar em breve a abertura de duas contas bancárias para receber doações. Também vai criar um site para arrecadar donativos. Para eliminar entraves jurídicos, o governo deve priorizar a aprovação do Estatuto do Bom Samaritano. O estatuto prevê a isenção fiscal e regulamenta a doação de alimentos. Hoje, há cobrança de impostos e restrições criminais.”<sup>189</sup>*

Dessa forma, a partir dessa iniciativa governamental, a noção de pobreza manteve inserida no terreno das caridades e das filantropias – registro que marcou também a cobertura relacionada ao Natal sem Fome. Essa noção caritativa sobre a pobreza observada no discurso governamental foi reforçada pela campanha publicitária do Programa. A matéria *“Um prato na bandeira do Brasil: o símbolo do Fome Zero”*<sup>190</sup> tratou do lançamento, realizado em Brasília pelo publicitário Duda Mendonça, da campanha publicitária do Programa Fome Zero. A partir da exposição dos conceitos da campanha, a matéria deu visibilidade a uma noção de pobreza restrita à fome e à falta de alimentos em decorrência do baixo patamar de renda. Ainda que o texto tenha reproduzido um trecho do *jingle* da campanha que se referia à noção de direitos (*“porque todo mundo tem o direito de comer”*), a questão da pobreza foi tratada numa perspectiva caritativa. Essa noção da pobreza relacionada à gramática da filantropia ficou evidente no *slogan* da campanha: *“O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome”*. A matéria não problematizou a questão e informou que o objetivo da música dos filmes era o de estimular as doações.

Outra característica marcante da cobertura jornalística do lançamento do Programa Fome Zero foi a ausência dos pobres, da sua voz, da sua visão, anseios e desejos. Ou seja, o noticiário tratou da questão da pobreza a partir das perspectivas do “não-pobre”. O destinatário do programa social não foi incluído nas discussões acerca da questão da pobreza e das formas de sua superação. Também foi insignificante, no conjunto do material analisado, a presença dos pobres nas discussões e polêmicas acerca dos critérios e métodos de funcionamento do Programa Fome Zero. Dessas polêmicas, participaram como fontes de informação gestores públicos, especialistas e representantes de Igreja

<sup>189</sup> Fome Zero começa pela escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2003.

<sup>190</sup> Um prato na bandeira do Brasil: o símbolo do Fome Zero. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º fev. 2003.

Católica, especialmente membros da Pastoral da Criança. Apenas duas reportagens marcaram uma diferença nesse comportamento padrão do noticiário e deram visibilidade às perspectivas de pessoas pobres, moradores das cidades em que o Fome Zero seria implantado.

A reportagem “*Cidade-piloto não vê fome como prioridade*”<sup>191</sup> relatou que as autoridades locais e os moradores não identificavam a fome como o principal problema da cidade. Para eles, a falta de água potável, saneamento básico e infra-estrutura eram problemas mais graves que a fome. A matéria traçou um quadro marcado por condições precárias vividas pela população local, ainda que não tenha inscrito a questão no terreno dos direitos e da cidadania. Moradores de Guaribas também contestaram a imagem de “*famintos*” que estava sendo associada a eles, em razão da implantação do Fome Zero na cidade. Gilvanda Alves da Silva, 34, uma das atendidas pelo Programa, foi enfática: “*É mentira que a gente morre de fome aqui. A gente não tem é verdura, mas comida no prato tem todo dia*”.<sup>192</sup>

O lançamento do Programa Fome Zero também ocupou os espaços destinados ao gênero opinativo nos jornais analisados. Foram publicados um artigo<sup>193</sup> e cinco colunas<sup>194</sup> sobre a questão. O artigo do governador de Goiás, Marconi Perillo,<sup>195</sup> tratou da experiência do governo goiano no combate à fome e expressou uma concepção de pobreza relacionada à falta de acesso a educação e a saúde. O governador articulou combate à pobreza, inclusão social e conquista da cidadania, mas defendeu a fiscalização dos gastos das famílias e denominou a renda repassada de “*benefício*”. Já o jornalista Elio Gaspari, na Folha de São Paulo, criticou o formato de funcionamento do Fome Zero, que restringiu o uso de dinheiro a certas categorias de alimentos e impôs a necessidade de as famílias

---

<sup>191</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

<sup>192</sup> ‘A gente não morre de fome’, diz beneficiada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 fev. 2003.

<sup>193</sup> PERILLO, Marconi. O Combate à fome. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 fev. 2003.

<sup>194</sup> GASPARI, Elio. Os eventos da fome e a fome de eventos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jan. 2003; CANTANHEDE, Eliane. O Fome abaixo de Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2003; NASSIF, Luis. A tutela do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2003; ANGEL, Hildegard *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 fev. 2003; GARCIA, Luiz. Fome Zero: primeiras mordidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 fev. 2003.

<sup>195</sup> PERILLO, Marconi. O Combate à fome. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 fev. 2003.

comprovarem a compra de alimentos com o dinheiro do programa. Ele denominou estas questões de “*problemas de método do programa*”:

*“Dói na alma ver que se discute se os miseráveis de Guaribas, no interior do Piauí, deverão tentar obter notas fiscais das rapaduras que vierem a comprar na feira e que a família apanhada como reincidente na compra de iogurte com os R\$ 50 da Viúva terá o benefício cortado (...) Uma coisa é certa: se um miserável de Guaribas pegar os R\$ 50 do Fome Zero e se empanturrar de iogurte, o governo deve homenageá-lo. Terá sido o primeiro caso de desvio de verba para os pobres do Nordeste que, tendo sido praticado por um pobre, beneficiou um faminto”.*<sup>196</sup>

Já Luís Nassif dedicou a sua coluna econômica para analisar o que chamou de “*tutela do Estado*” no Programa Fome Zero.<sup>197</sup> A coluna teve como fonte principal o economista da Unicamp e novo Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Luiz Carlos Guedes Pinto. Segundo o economista, a Organização das Nações Únicas para Agricultura e Alimentação (FAO) exigiria que, num programa de combate à fome, os recursos entregues às famílias fossem utilizados para a compra de alimentos e defendeu, portanto, a necessidade de se “*fazer algum tipo de acompanhamento.*” Para oferecer um contra-ponto à noção de tutela do Estado, Luís Nassif citou um estudo da Unicamp - “*As estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo Renda Mínima de Campinas*”- que mostrou que – sem nenhum tipo de tutela – os alimentos correspondiam por 43% do dinheiro recebido de todas as famílias. Bebidas e cigarros representavam apenas 2% dos gastos das famílias. É importante notar que embora o colunista tenha questionado a tutela do Estado no Fome Zero, ele não inscreveu sua crítica no terreno da cidadania ou dos direitos.

Os espaços destinados ao gênero opinativo, portanto, condensaram tentativas de tratamento da questão da pobreza de maneira mais aprofundada e analítica, distinguindo-se da abordagem pontual e superficial do noticiário informativo. Entretanto, essas iniciativas nem sempre significaram uma ruptura nos registros predominantes na cobertura acerca da pobreza e da cidadania e não foram suficientes para inscreverem a questão no terreno dos direitos.

---

<sup>196</sup> GASPARI, Elio. Os eventos da fome e a fome de eventos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jan. 2003.

<sup>197</sup> NASSIF, Luis. A tutela do Fome Zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2003.

### 3.5- SANÇÃO DA LEI DA RENDA BÁSICA DA CIDADANIA

Do ponto de vista conceitual, a Renda Básica (também chamada de Renda Mínima) significa um valor monetário pago pelo Estado, como direito de cidadania, a cada pessoa de pleno direito na sociedade. No Brasil, a discussão sobre o assunto confunde-se com a trajetória política do senador Eduardo Suplicy (PT/SP). O primeiro a propor a garantia de uma renda mínima através do imposto de renda negativo foi Antonio Maria da Silveira, em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em 1975. Em seguida, na década de 80, a discussão foi levada para o Partido dos Trabalhadores pelos economistas Paul Singer e Eduardo Suplicy, que buscavam inserir no programa nacional do Partido a garantia da renda mínima.

No primeiro ano do mandato de senador, em 1991, Eduardo Suplicy apresentou um projeto de lei para a introdução de uma garantia de renda mínima através do imposto de renda negativo. De acordo com a proposta, cada pessoa com 25 anos ou mais, com renda mensal abaixo de US\$ 150, teria o direito a receber uma renda complementar igual a 30% da diferença entre aquele valor e o seu nível de renda. A proposição foi aprovada em 16 de dezembro de 1991, depois de quatro horas de debates, com o voto de senadores de todos os partidos. Apenas quatro dos 81 senadores se abstiveram. O projeto de lei foi para a Câmara dos Deputados, onde permaneceu por 11 anos para ser votado.

Apesar disso, a discussão sobre renda mínima estimulou a implantação de diversos programas de transferência de renda para famílias pobres, tanto na esfera federal quanto nos estados e municípios, principalmente na área da Educação. Esses programas, por sua vez, estimularam um outro debate acerca do risco de a forma do pagamento do benefício, feito por meio de cartão magnético, tornar-se um símbolo de não-cidadania. Segundo Eduardo Suplicy,

*“Após considerar exaustivamente a melhor forma de garantir uma renda para todos (...), fiquei convencido de que a melhor forma e o melhor plano para evitar o risco é uma renda de cidadania básica incondicional paga*

*igualmente a todos, independentemente da origem, raça, sexo, idade, estado civil ou condição sócio-econômica*".<sup>198</sup>

A partir desse entendimento, o senador Suplicy apresentou ao Senado Federal, em dezembro de 2001, projeto de lei para criação de uma renda básica de cidadania a partir de 2005 a todos os brasileiros residentes e estrangeiros residentes no Brasil há mais de cinco anos, não importando a sua situação econômica, paga em prestações iguais, anualmente, e se possível mensalmente. A proposta foi aprovada, por unanimidade, no Senado em dezembro de 2002. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi alterado pelo relator Francelino Pereira (PFL/MG), em acordo com Suplicy, para garantir a implementação gradual da Renda Básica, segundo as possibilidades do Estado. Foi esse o formato final do projeto de lei sancionado pelo presidente Lula, em 8 de janeiro de 2004, em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Segundo o presidente Lula, a aprovação da Renda Mínima seria parte de um processo da política social que o governo visava a implementar no país, como ressaltou no seu discurso no ato de sanção da lei:

*"O governo assim como o país é uma convergência de sonhos, projetos e atos renovadores e, diante de um cenário de exclusão social, é que estamos aqui para sancionar a Lei de Renda Básica de Cidadania que o Estado brasileiro passa a incorporar ao seu leque de políticas sociais"*.<sup>199</sup>

De acordo com o texto legal, a medida deveria ser, a partir de 2005, implantada gradualmente. Até então todos os programas de transferência de renda existentes no país associavam o benefício recebido a uma determinada contrapartida, como manter os filhos na escola, no caso, por exemplo, do Programa Bolsa-Escola. O elemento novo no projeto de Renda Básica foi o fato de o indivíduo destinatário do benefício ser tratado como cidadão, independentemente de ter algum familiar ou outro indivíduo que dele dependa morando sob o mesmo teto. Segundo o IBGE, há um conjunto significativo de casais, sem filhos ou cujos filhos já ultrapassaram a idade escolar, pobres, e que necessitam da Renda Básica como condição de sobrevivência. Para o senador

---

<sup>198</sup> SUPLICY, Eduardo M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as Perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. In: *Econômica* v. 4, n. 1, p. 95-115, junho 2002 – impressa em outubro de 2003. p. 109. Disponível em <http://www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/suplicy.pdf>

<sup>199</sup> Discurso disponível em [www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br)

Suplicy, este é um direito que deve prevalecer para todos os cidadãos do país. Com a alteração da lei na Câmara dos Deputados, que determinou a implantação da Renda Mínima em conformidade com a disponibilidade orçamentária do Estado, o governo fez do Programa Bolsa Família – destinado a famílias com renda per capita de até R\$ 50 - a primeira etapa do Renda Básica de Cidadania.

A amostra do noticiário referente à sanção presidencial da lei que criou a Renda Básica de Cidadania foi composta de sete matérias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, de 2 a 12 de janeiro de 2004. Nesse período, não foram registradas matérias referentes ao assunto nas revistas semanais analisadas – Veja e Carta Capital. A característica mais marcante da cobertura foi o tratamento superficial e pontual dado ao assunto. A esperada sanção presidencial da lei que tramitou no Congresso Nacional por mais de dez anos não foi suficiente para estimular um debate nas páginas dos jornais sobre o problema da pobreza no Brasil. Não foi publicada nenhuma reportagem sobre a pobreza, suas causas e formas de superação.

As três notícias publicadas no período fizeram referência direta à solenidade de sanção presidencial da lei, no Palácio do Planalto. A pobreza e a desigualdade social – principais alvos da medida sancionada pelo Presidente – não foram mencionadas pelas matérias. A palavra cidadania só foi citada no noticiário, em função do nome da lei, batizada de Renda Básica da Cidadania. Ao invés da questão da pobreza, da nova lei e dos seus objetivos como um instrumento de combate à desigualdade social no Brasil, o primeiro plano da cobertura foi ocupado pelos significados da sanção presidencial na trajetória do senador Suplicy. As matérias destacaram os detalhes e as curiosidades do evento realizado no Palácio do Planalto, apontado como a realização de um sonho do senador petista<sup>200</sup>, principal personagem de todas as notícias publicadas.

A matéria *“Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei”*<sup>201</sup> destacou o processo de articulação e obstinação política do senador– visto como *“insistência”* e *“idéia fixa”* – para a aprovação da lei. Os aspectos relacionados à

---

<sup>200</sup> Lula torna real hoje um antigo sonho de Suplicy. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 jan. 2004.

<sup>201</sup> Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jan. 2004.

emoção experimentada pelo senador Suplicy foram os mais destacados significados da sanção da lei apontados na matéria.

*“Ontem, muito emocionado, Suplicy viu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionar o projeto que institui a renda básica de cidadania: ‘Posso lhe dar um beijo, presidente?’, pediu o senador, depois de discursar. Suplicy comemorou efusivamente e em família a transformação de seu projeto em lei. Já na chegada ao Palácio do Planalto, poses para o álbum de fotografias. O senador sorriu ao lado da ex-mulher, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (...). Abraçou os irmãos Besita, Vera e Roberto e a mãe, dona Filomena Suplicy, de 95 anos e olhar embevecido. Beijou o filho João Suplicy, e a nora, a atriz Maria Paula, do Casseta & Planeta (...). Suplicy já chegou ao microfone com lágrimas nos olhos. O senador disse que era um dia especial (...).”<sup>202</sup>*

Num tom menos emocional, mais objetivo e mais crítico, a matéria *“Projeto de Suplicy é criado sem verba”<sup>203</sup>* ateu-se à sanção da lei e chamou a atenção para a implantação gradual da renda básica:

*“Depois de sancionar o projeto, Lula avisou que não há recursos para sua implantação imediata. ‘Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a implantação da lei. E todos nós temos de trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo de política social que nos queremos implantar no Brasil’, disse Lula, sem determinar prazos.”<sup>204</sup>*

Mais da metade do material publicado tratou do tema em espaços dedicados ao gênero opinativo. A sanção presidencial da nova lei foi tema de três colunas políticas<sup>205</sup> e de um artigo<sup>206</sup>. Entretanto, diferentemente do que foi observado nas coberturas anteriores, esses espaços não foram marcados por uma análise mais detalhada do tema da pobreza. A não ser no artigo – em que Eduardo Suplicy (PT/SP) buscou discutir alguns avanços e desafios impostos ao Brasil para a superação da pobreza —, o tratamento dado à sanção da nova lei e a sua relação com o problema da pobreza foi pontual e superficial. No artigo, ao defender que os anseios do povo brasileiro, com a posse do presidente Lula, estavam prontos para serem realizados, o autor do projeto de lei da Renda Básica de Cidadania

<sup>202</sup> Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jan. 2004.

<sup>203</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 jan. 2004.

<sup>204</sup> Projeto de Suplicy é criado sem verba. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 jan. 2004.

<sup>205</sup> CRUVINEL, Tereza. Ao rei e ao mendigo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jan. 2004; CRUVINEL, Tereza. Uma boa idéia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 jan. 2004; CRUVINEL, Tereza. Dia de Suplicy. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 jan. 2004.

<sup>206</sup> SUPLICY, Eduardo M. Anseios para serem realizados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jan. 2004.

relacionou a questão da pobreza à falta de distribuição de renda e de crescimento econômico e inseriu o tema no terreno dos direitos. A questão foi tratada no artigo tendo como foco central as iniciativas do governo brasileiro.

*“Até 2006, prevê-se que 11,3 milhões de famílias estarão sendo beneficiadas por esse programa [Bolsa Família]. Ele pode ser visto como um passo na direção de prover o direito inalienável de todas as pessoas de efetivamente participarem da riqueza da nação. Quando esse passo for dado, conforme prevê a lei recém-aprovada pelo Congresso Nacional, que institui uma renda básica de cidadania, estar-se-á instituindo o instrumento que mais e mais economistas apontam como o que atenderá mais eficazmente os objetivos almejados: o pleno emprego com a erradicação da fome e da pobreza absoluta”.*<sup>207</sup>

Nas três colunas políticas em que a sanção da nova lei foi abordada, o tratamento foi pontual, sem preocupação com perspectivas analíticas. Ainda assim, depois da sanção da lei, foi possível identificar uma qualificação da pobreza que pareceu ultrapassar a perspectiva da fome. A coluna *“Ao rei e ao mendigo”*<sup>208</sup> relacionou a pobreza à desigualdade social e ao baixo patamar de renda dos brasileiros. A colunista Tereza Cruvinel, de O Globo, fez referência ao caráter universalista da proposta do senador Eduardo Suplicy e citou como exemplo o programa similar existente no estado americano do Alasca, que conseguiu reduzir a desigualdade, *“principal desafio do Brasil”*. Na véspera da sanção presidencial, a nova lei não foi citada na coluna<sup>209</sup>, mas o tema da pobreza foi abordado, a partir de uma idéia atribuída pela colunista à ministra de Políticas para as Mulheres, Emília Fernandes, de *“incluir o planejamento familiar entre as exigências para concessão do Bolsa Família”*. Segundo a colunista, essa seria *“uma boa idéia”*, pois *“nossa máquina de reproduzir a pobreza é muito ativa”*. Por aí, surgiu na cobertura uma relação até então inédita entre pobreza e (falta de) planejamento familiar. Mesmo assim, o raciocínio elaborado pela colunista sugeria uma noção de tutela do Estado sobre os pobres.

Outra questão que nos chamou atenção no noticiário foi a distinção feita entre os indivíduos ricos e os pobres, que receberiam a Renda Básica de Cidadania. Ao abordar o caráter universalista da Renda Básica de Cidadania –

<sup>207</sup> SUPLICÝ, Eduardo M. Anseios para serem realizados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jan. 2004.

<sup>208</sup> CRUVINEL, Tereza. Ao rei e ao mendigo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jan. 2004.

<sup>209</sup> CRUVINEL, Tereza. Uma boa idéia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 jan. 2004.

definida como “*uma espécie de salário mensal para todos os brasileiros, ricos e pobres, desde o nascimento até a morte*”<sup>210</sup> -, as matérias identificaram o seu destinatário como cidadão: “*Trata-se de uma quantia distribuída pelo governo a todos os cidadãos, sem levar em conta a condição social.*”<sup>211</sup> Entretanto, quando as matérias referiram-se ao programa Bolsa Família, dedicado exclusivamente a famílias de baixa renda – a condição de cidadania não foi registrada. Os pobres, destinatários do programa Bolsa Família, foram, em geral, identificados como “mais necessitados”. A eles não foi associada nenhuma noção de cidadania e de direitos:

*“A sanção desse projeto é um exemplo de que, quando se acredita e se batalha com entusiasmo por uma causa, é possível conquistá-la”, disse [Suplicy], lembrando da apresentação da primeira proposta em 1991, sugerindo o pagamento de uma renda mínima aos mais necessitados.*”<sup>212</sup>

### **3.6 - LANÇAMENTO DA CHAMADA GLOBAL PARA AÇÃO CONTRA A POBREZA**

Assim como nos quatro anos anteriores, o Fórum Social Mundial (FSM) abriu 2005 com a reunião, em Porto Alegre, de mais de 150 mil pessoas, vindas de 135 países e representando cerca de sete mil entidades de todo o globo<sup>213</sup>. Realizado de 26 a 31 de janeiro de 2005, a 5ª edição do FSM experimentou uma nova metodologia, que garantiu ainda maior pluralidade ao evento. Diferentemente dos Fóruns anteriores - quando o Comitê Organizador propôs os temas que seriam debatidos -, em 2005, quase duas mil organizações indicaram as questões e os temas que seriam tratados ao longo do evento. Definidas as propostas, coube a uma comissão aglutiná-las em 11 espaços temáticos. Assim, as grandes conferências das edições anteriores foram substituídas por atividades autogeridas. A preocupação, segundo o IBASE, um dos membros dos Comitês Internacional (CI) e Organizador (CO) do evento, era a de que o Fórum fosse realmente apropriado pelos movimentos sociais, seus principais atores.

---

<sup>210</sup> Projeto de Suplicy é criado sem verba. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jan. 2004.

<sup>211</sup> Lula torna real hoje um antigo sonho de Suplicy, *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 jan.2004.

<sup>212</sup> Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei, *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jan. 2004.

<sup>213</sup> IBASE. Relatório de 2005. [http://www.ibase.org.br/userimages/ibase\\_rel2005.pdf](http://www.ibase.org.br/userimages/ibase_rel2005.pdf)

O espaço democrático do FSM foi o palco escolhido para o lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza, que ocorreu em Porto Alegre no dia 27 de janeiro. Tendo como símbolo uma faixa branca, a campanha representa a aliança de 200 organizações e movimentos sociais em mais de 70 países. O objetivo é o de *“fazer com que governos de todos os países cumpram seus compromissos de apoio a populações pobres”*. A Campanha foi criada em 2005 — e com expectativa de duração de apenas um ano<sup>214</sup> — em razão da agenda internacional de impacto sobre o desenvolvimento dos países, que teria curso ao longo dos 12 meses seguintes: Fórum Social Mundial (Brasil), Fórum Econômico Mundial (Suíça), Reunião do G 8 (Escócia), Reunião da ONU para avaliação das Metas do Milênio para redução da pobreza (Nova Iorque) e Reunião da Organização Mundial do Comércio (China).

A Campanha defende três linhas de atuação para alcançar a erradicação da fome e da pobreza no mundo: aumento da ajuda humanitária internacional, perdão da dívida externa de países pobres e mudanças nas regras de comércio internacional, visando evitar a prática de *dumping* e dos subsídios e, ao mesmo tempo, promover a adoção de medidas para proteger os serviços públicos da liberalização forçada e da privatização, assegurando o direito à alimentação e acesso aos medicamentos essenciais<sup>215</sup>.

O lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza atraiu cerca de 12 mil pessoas ao estádio Gigantinho, em Porto Alegre, e foi feito pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado de ministros e de representantes de organizações sociais brasileiras e internacionais, como o IBASE, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, o Conselho das Igrejas Africanas, a Rede Africana Educação para Todos.

---

<sup>214</sup> Mais de 23 milhões de pessoas saem às ruas contra a pobreza. *Agência Carta Maior*, São Paulo, 18 out.2006. Em março deste ano, a Chamada Global decidiu pela continuidade da mobilização com o objetivo de pressionar os governos por políticas públicas de erradicação da pobreza e redução das desigualdades, relações comerciais e financeiras mais justas e perdão das dívidas dos países mais pobres.

<sup>215</sup> Entenda as propostas da Chamada Global contra a Pobreza, *Agência Brasil*, Brasília, 27 jan. 2005.

No seu discurso, Lula foi aplaudido pelo público que lotava o estádio. Ressaltou a importância da Campanha, ao registrar a questão da fome como um problema social e também político, pois *“quando a fome for um problema político, a gente vai perceber que outros irão participar”*. Ele citou números dos programas sociais do seu governo e destacou o novo cenário político da América Latina, com a eleição de políticos de esquerda. Apontou também as mudanças que o seu governo introduziu na política externa, buscando uma nova geografia comercial, ao recuperar e valorizar o relacionamento com países emergentes, como a Índia, a China e as nações africanas.

Mas, do lado de fora do estádio, militantes da chamada esquerda radical, liderados principalmente por membros do PSTU e PSOL, manifestavam-se contra o que chamavam de *“contradições do governo Lula”* e criticavam a decisão do Presidente de participar também do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Em referência ao grupo de opositores que conseguiu entrar no estádio, Lula afirmou:

*“E os visitantes, os de fora, não se assustem, porque estes que não querem ouvir são os filhos do PT que se rebelaram mas, um dia, é próprio da juventude, eles amadurecerão e à casa retornarão, e nós estaremos de braços abertos para recebê-los, tratando-os com o mesmo carinho com que sempre os tratamos”*.

A amostra da cobertura sobre o lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza foi composta por cinco matérias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, entre os dias 22 de janeiro a 2 de fevereiro de 2005. Nesse período, não foram publicadas matérias sobre o assunto nas revistas Veja e Carta Capital. O que mais chamou a atenção na cobertura jornalística foi a ausência de material sobre a Chamada Global e sobre a questão da pobreza. Nenhuma das matérias publicadas tratou do assunto como foco principal. Assim, os meios de comunicação ignoraram o lançamento da Campanha, uma iniciativa de organizações da sociedade civil de diferentes países, ocorrido na principal reunião de movimentos, ativistas e intelectuais de esquerda do mundo.

Nem mesmo a participação do Presidente do Brasil nas atividades de lançamento da campanha foi suficiente para despertar a atenção do noticiário para o tema. Pelo contrário, a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

nas atividades do 5º FSM dominou o noticiário no período analisado, que se caracterizou por uma abordagem política, mas superficial do evento. Assim, a cobertura foi marcada pela fatualidade e superficialidade, tendo como pauta principal a participação do presidente Lula no evento em Porto Alegre e as críticas feitas ao governo por manifestantes da chamada esquerda radical. Das cinco matérias, uma<sup>216</sup> anunciou o clima de expectativa no Fórum sobre a chegada do presidente Lula e três<sup>217</sup> relataram a participação do presidente no evento, dando destaque às manifestações ocorridas durante a atividade. Uma coluna<sup>218</sup> informou que o presidente Lula ganharia de presente a pulseira branca, símbolo da Campanha.

Ainda que a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no 5º FSM tenha ocorrido exatamente em razão do lançamento da Chamada Global, esta só foi mencionada pelo noticiário com o objetivo de contextualizar as matérias: *“Cerca de 12 mil pessoas compareceram ao estádio do Gigantinho para assistirem à participação do presidente no lançamento da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza<sup>219</sup>”*. O primeiro plano do noticiário foi ocupado pelos relatos sobre as manifestações e críticas feitas ao presidente Lula, na marcha de abertura do evento e durante o lançamento da Chamada Global, no estádio Gigantinho, em Porto Alegre. As matérias ressaltaram que as críticas eram feitas por organizações e militantes de esquerda e lembravam que, antes de assumir a presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva era tido como um dos principais líderes políticos do evento. Por outro lado, os textos procuraram dar visibilidade a esforços de representantes do governo e do PT para poupar o presidente das manifestações.

*“O Fórum Social Mundial recebeu ontem com vaias e aplausos um de seus maiores líderes políticos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sempre fora ovacionado no encontro. (...) Cerca de 7.000 integrantes do PT e da CUT, comandados por seus presidentes nacionais, José Genoíno e Luiz Marinho, respectivamente, tentaram evitar os protestos. Vestindo camisetas vermelhas com a inscrição “100% Lula”, que sobraram da campanha eleitoral, eles madrugaram para ocupar os principais lugares do*

<sup>216</sup> PT diz ser impossível evitar vaias a Lula. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jan.2005.

<sup>217</sup> Fórum Social começa com protestos contra Lula. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2005; Lula diz que vaias vêm de ‘filhos rebeldes’ do PT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2005; Sob vaia e aplauso, Lula defende governo no FSM. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jan. 2005.

<sup>218</sup> Presente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 2005.

<sup>219</sup> Lula diz que vaias vêm de ‘filhos rebeldes’ do PT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2005.

*Ginásio do Gigantinho, onde Lula discursou, no lançamento da Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza. Ficaram com a maior parte dos 12 mil lugares e o movimento whiteband (bandeira branca) que simboliza a Chamada Global deu lugar ao vermelho petista e cutista.”<sup>220</sup>*

A polêmica sobre a participação do presidente Lula no Fórum Econômico Mundial, em Davos - que já havia tomado as páginas dos jornais quando o Presidente estivera no evento de Porto Alegre, em 2003 – retornou ao noticiário. E, mais uma vez, foi registrada – de forma pontual - a relação entre o combate à fome e a necessidade de construção de uma agenda internacional para a superação do problema. Em matéria publicada em O Globo, o combate à fome foi apontado pelo presidente Lula como justificativa para participar do evento na Suíça:

*“No hotel, em reunião com membros do Conselho Internacional do FSM e sete ministros, (Lula) falou da disposição de levar ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, o debate sobre o combate à fome: ‘Estou mudando a agenda de Davos — disse Lula ao ser questionado sobre o teor de seu discurso no Fórum Econômico, segundo participantes do encontro. Lula disse ainda que, no ano passado, já conseguiu introduzir o tema do combate à fome na agenda do encontro da Suíça’<sup>221</sup>.*

Assim, não foi apenas nas arquibancadas do estádio Gigantinho que as bandeiras vermelhas do Partido dos Trabalhadores e de movimentos ligados à esquerda ocuparam o lugar das bandeiras e faixas brancas, símbolos da Chamada Global para Ação contra a Pobreza. Nas páginas dos jornais, as polêmicas, os significados e efeitos políticos da participação do presidente Lula no maior encontro da esquerda mundial tomaram o espaço das reflexões e análises sobre o problema da pobreza no Brasil e no mundo. E, assim, a Chamada Global passou à margem do noticiário e tornou-se invisível na esfera midiática.

---

<sup>220</sup> Sob vaia e aplauso, Lula defende governo no FSM. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jan. 2005.

<sup>221</sup> Fórum Social começa com protestos contra Lula. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2005.

## CAPÍTULO IV

### OS TERMOS DO *ENIGMA*

*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:  
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e  
depois desinquieta. O que ela quer da gente é  
coragem*

Guimarães Rosa

As coberturas jornalísticas analisadas registraram diferentes qualificações da questão da pobreza e distintas concepções acerca de cidadania. Apresentada majoritariamente como fome no material empírico, a pobreza foi, ainda, relacionada a fatores climáticos, ambientais e geográficos e, em alguns casos, chegou a ser identificada com violência. Na cobertura de alguns eventos, como indicamos no capítulo anterior, a pobreza se expressou por meio de relatos sobre as precárias condições de vida de parcelas da população, caracterizadas por moradias insalubres e falta de acesso ao trabalho, à saúde e à educação. Em outros momentos, a pobreza foi atribuída a problemas de ordem política e não apenas a fatores econômicos. Entretanto, um aspecto chamou a atenção: a ausência de articulação entre pobreza, cidadania e direitos humanos. No nosso entendimento, essa característica marcou de forma transversal todo o material analisado, configurou fundamentalmente as concepções acerca da pobreza e definiu o debate público sobre o tema. Compreender os elementos que construíram essa forma de entendimento sobre a pobreza, bem como as razões da incapacidade de articular essas três categorias no tratamento que o tema recebeu na mídia são algumas das questões que pretendemos discutir nesta parte do trabalho. Afinal, como dissemos anteriormente, a partir das discussões desenvolvidas por Telles, o enigma da pobreza na nossa sociedade

*“está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais. Não é por acaso, portanto, que tal como figurada no horizonte da sociedade brasileira, a pobreza apareça despojada da dimensão ética e o debate sobre ela seja dissociado da questão da igualdade e da justiça.”<sup>222</sup>*

---

<sup>222</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 88.

Como já observamos, as coberturas jornalísticas analisadas registraram, de maneira predominante, uma noção de pobreza restrita à fome. O predomínio dessa qualificação reducionista da questão pode ser explicado, em parte, pela seleção do material empírico. Como já foi dito anteriormente, o fato de a pobreza não se constituir como pauta rotineira da mídia exigiu a localização de momentos em que o discurso midiático tenha-se voltado para o tema. Assim, identificamos períodos em que a temática da fome – por ser a face mais visível da pobreza<sup>223</sup>, com forte potencial mobilizador pela característica dramática expressa no fenômeno e, principalmente, por ser o traço mais concreto da completa denegação dos direitos humanos – rompeu a ordem cotidiana da vida social e política do país, tomou lugar na esfera pública e se impôs como acontecimento “digno” de cobertura jornalística, condensando elementos para uma reflexão contemporânea acerca do debate público sobre a pobreza no Brasil. Como vimos, dos seis eventos selecionados para a composição do material empírico, pelo menos quatro apresentaram a temática da fome como elemento central e aglutinador de argumentos: o Natal sem Fome, da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 1993; o lançamento do Projeto Fome Zero, em 2001; a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o lançamento do Programa Fome Zero, em 2003. Feitas essas observações e tendo em mente que estamos tratando de eventos em que a pobreza na sua forma mais absoluta e na dimensão de maior privação de direitos é o tema da cobertura, podemos dimensionar melhor os sentidos que emergem do material analisado e identificar os significados da tematização da pobreza sob a perspectiva da fome.

#### **4.1- POBREZA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: AFINAL ONDE ESTÃO?**

---

<sup>223</sup> “Programas de segurança alimentar que visem garantir comida na mesa das pessoas pobres têm de atacar prioritariamente as camadas onde a pobreza é mais dramática. É voz corrente entre as pesquisas na área de alimentação que a situação de risco em termos de segurança alimentar está presente nas famílias de todas as classes de rendimentos (Silveira *et al.*, 2002). Todavia pode-se afirmar com certeza que é entre os mais pobres que a fome aparece com maior força. A fome é a situação mais evidente e mais dura da situação de pobreza”. BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. *O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais*. Juiz de Fora: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural (SOBER), julho de 2003. (pdf)

*(...) os direitos são também uma forma de dizer e nomear a ordem do mundo, de produzir o sentido das experiências antes silenciadas e de formalizar o jogo das relações humanas.*

Vera da Silva Telles

Inicialmente, é preciso ressaltar que se a seleção do material empírico fornece elementos importantes para uma melhor compreensão sobre os registros da pobreza circunscrita à ótica da fome, ela é insuficiente para explicar a concepção predominante relativa a essas questões no noticiário analisado. Como vimos no capítulo anterior, a questão da pobreza – tematizada, principalmente, como fome – foi expressa, prioritariamente, como falta de acesso às quantidades mínimas de calorias diárias, em razão do baixo patamar de renda. Os “*indigentes*”, na denominação de grande número de matérias, são

*“definidos como pobres [porque] não dispõem dos meios para atender às necessidades de alimentação, dados os custos de atendimento de requerimentos nutricionais associados à estrutura de consumo alimentar habitual, nem às demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação etc. que correspondem geralmente àquele nível de despesa alimentar. Mais restritivamente indigentes são aqueles incapazes de atender tão somente às necessidades alimentares.”* <sup>224</sup>

Ao longo do período analisado, a cobertura jornalística associou diferentes elementos e argumentos que fundamentaram e consolidaram essa qualificação da pobreza. Em 1993, por exemplo, a cobertura privilegiou a discussão sobre o desperdício de alimentos como causa da fome no Brasil e destacou como proposta de solução as ações solidárias de doação e distribuição de alimentos. Da mesma forma que em 2001, ao tratar do lançamento do Projeto Fome Zero, e em 2003, na cobertura do programa governamental Fome Zero, o noticiário priorizou a divulgação da proposta de distribuição de cupons de alimentação para a população pobre. Assim, ainda que tenha havido algumas distinções nos enfoques, o fundamental é que a questão da pobreza foi vista como um problema

---

<sup>224</sup> ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza. O desafio dos números. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda P. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 221-266. Entretanto, na linguagem ordinária, da vida cotidiana, a *indigência* significa a “falta [do] necessário para viver; pobreza extrema, penúria, miséria, inópia; carência, privação falta: *indigência de recursos; indigência de espírito.*” E o *indigente* é o indivíduo paupérrimo, mendigo que vive da caridade pública. Cf. BUARQUE DE HOLLANDA. *Novo dicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sdt.

pontual e a sua superação, portanto, passou a depender de soluções paliativas, equacionadas em ações predominantemente assistencialistas.

Para os fins propostos no nosso trabalho, é fundamental compreender que essa qualificação predominante acerca da pobreza implicou o abandono de elementos e indicadores fundamentais do problema, especialmente aqueles relacionados aos padrões de acumulação e de distribuição de renda, às relações sociais e às regras de sociabilidade. Sendo assim, a pobreza não foi vista como uma situação de denegação de direitos e a sua superação não foi associada às questões centrais do exercício da cidadania na vida democrática. Mas, mais do que isso: ao tentar dotar de argumentos técnicos a identificação da pobreza e de suas causas — desperdício de alimentos, fatores climáticos, debates acerca dos critérios para a demarcação da “linha da pobreza”, entre outros — a cobertura tratou do tema como um *“elenco de problemas identificáveis pela análise sociológica e postos como alvos de um possível gerenciamento político tecnicamente fundado”*<sup>225</sup>.

A concepção da pobreza como uma questão externa às relações sociais constituiu matriz de sentido fundamental para a construção de imagens da pobreza como paisagem, em alguns momentos da cobertura analisada. É esta noção que esteve implícita na relação entre pobreza e fatores climáticos, ambientais e geográficos presente, principalmente, nos noticiários sobre o Natal sem Fome, em 1993, e no lançamento do Programa Fome Zero, em 2003. O registro da pobreza como paisagem também esteve presente nas matérias que relataram o cotidiano experimentado por homens, mulheres e crianças, marcado pelas precárias condições de vida, moradias insalubres, falta de alimentos, de educação e saúde. São situações tratadas como “histórias de interesse humano” em que o discurso humanitário sobre os abandonados à própria sorte constrói a figura do pobre carente, vitimizado pelas condições em que vive, aprisionado ao reino das necessidades. Como essas situações não foram apontadas, no noticiário, como violações de direitos — não foi possível identificar qualquer referência explícita a respeito —, a condição de pobreza evidenciada nas matérias

---

<sup>225</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.179

foi registrada como uma paisagem, um cenário de histórias pessoais trágicas que parecem não dizer respeito aos parâmetros que regem a vida social ou que possam ser referidas às regras de equidade e justiça na trama das relações sociais. Ou seja, os registros, ainda que carregados de solidariedade e de sentimentos humanitários, tornaram evidentes a ausência de compreensão da situação dramática vivida pelos indivíduos, enquadrados como personagens das matérias, ou sob seu foco, como uma privação de direitos e exclusão do âmbito da cidadania.

Entretanto, alguns momentos da cobertura, especialmente no período do Natal sem Fome, reforçaram e, em certa medida, denunciaram a existência dessa percepção social da pobreza inscrita na ordem da paisagem, como fenômeno da natureza. Em determinadas reportagens, na cobertura jornalística de 1993, o empenho do sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, de superar a fome foi percebido como uma tentativa de “*humanizar*” o problema, de colocá-lo na agenda nacional como uma questão que dizia respeito aos padrões de acumulação e ao processo de construção da vida coletiva, baseada em padrões mínimos de civilidade e dignidade. Por essa via, a discussão que apareceu na cobertura associou a superação da fome e, por conseqüência, da pobreza, a um imperativo ético. Esta associação também esteve presente, embora de forma menos evidente, na cobertura da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao conferir prioridade máxima ao combate da fome, no seu programa de governo – conforme anunciou no discurso de posse –, o Presidente Lula procurou tratar a temática da fome como um problema de ordem política e despertar a consciência nacional de que a superação da pobreza implicava um compromisso legal e ético. Esses registros – ainda que tenham sido insuficientes – são importantes porque indicam manifestações e tentativas de se inserir a discussão sobre a pobreza em outra ordem de considerações, que levam em conta a força transgressora dos direitos e a necessidade de se colocar a questão na dimensão política da sociedade.

A rigor, esse tratamento da pobreza relacionado à ética não foi capaz de romper, no noticiário, com a visão assistencialista e caritativa, baseada na valorização das ações individuais de solidariedade – que permaneceu na

cobertura do Natal sem Fome até aquela relativa ao lançamento do Programa Fome Zero — e na consideração dos pobres como objetos e destinatários de ações e políticas da sociedade civil e do governo. Especialmente no primeiro caso, as coberturas jornalísticas associaram aos mutirões contra a fome e às ações de coleta e distribuição de alimentos uma estranha, quase curiosa, noção de cidadania. Os jornais atribuíram, e dessa forma restringiram, a condição de cidadania aos indivíduos que participavam das atividades voluntárias e solidárias de doação de alimentos. Independentemente da classe social ocupada ou do poder aquisitivo, o exercício da cidadania e a condição de cidadão pareciam ser definidos pela prática da caridade e da filantropia. Assim, artistas, intelectuais, profissionais liberais, moradores de favelas, detentas, entre outros, que respondiam ao chamado mobilizador da luta contra a fome, exerciam a sua cidadania e eram alçados à categoria de cidadão. O exercício da cidadania, portanto, era tido no discurso jornalístico como uma ação, que supõe uma atividade individual ou coletiva, mas não inseria essa ação na dimensão política. Provavelmente esse tratamento seja resultado de uma concepção de ação política reduzida à sua característica institucional, à esfera política restrita à ação de partidos e do Parlamento. De certa forma, estudos realizados<sup>226</sup> têm indicado ser este o sentido predominante da ação política presente na cobertura da mídia. Assim, captados por um chamado emocional, o cidadão destinava sua caridade — ação característica do mundo privado — para minorar a desgraça individual do pobre.

Como Telles definiu, a pobreza vista “*como paisagem, provoca a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada*”<sup>227</sup>. A indignação moral só pode surgir quando os indivíduos se reconhecem mutuamente como semelhantes num imaginário igualitário. Essa noção de cidadania, portanto, sugere a ausência de um imaginário social igualitário, em que os sujeitos possam se reconhecer mutuamente como

---

<sup>226</sup> Sobre esse aspecto ver, especialmente, CASTRO, M.C.P.S. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997 e ----- . Mídia e política: controversas relações. In: IGNÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima (Orgs). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 157-179.

<sup>227</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 51.

portadores de direitos e interesses legítimos, a partir das noções de justiça e igualdade.

Por outro lado, aqueles destinatários da boa ação, alvos da caridade dos “cidadãos” brasileiros eram identificados nas matérias como “*indigentes*”, “*miseráveis*”, “*famintos*”, “*pobres*”, “*menos favorecidos*”. A condição dos pobres foi construída no noticiário em oposição à do cidadão – entendido na perspectiva do voluntarismo individual e motivado pela compaixão – ou em relação à ação estatal e, em nenhum desses casos, essa condição se inscrevia na ordem dos direitos, seja na condição de excluídos desse terreno, seja na condição de sujeitos que tinham seus direitos violados.<sup>228</sup> Como vimos no capítulo anterior, as polêmicas sobre a distribuição de cupons de alimentação e sobre os mecanismos de funcionamento do Programa Fome Zero tomaram o lugar do debate sobre as noções de cidadania e – ao não serem registradas na gramática dos direitos – supunham o entendimento do pobre como o carente, o necessitado. Assim, o espaço ocupado pelos indivíduos pobres era exatamente o lugar da não-cidadania e do não-direito. Ocuparam um não-lugar em que não eram reconhecidos – e nem se reconheciam - como sujeitos de direitos e cidadãos. A eles destinavam-se caridades e/ou benefícios. Como já vimos, até mesmo suas vozes – quando utilizados como fontes de informação ou como personagens centrais das histórias relatadas pelos jornais – reforçavam essa condição. Nas matérias, suas falas não identificavam sua condição como inserida no campo dos direitos e da cidadania e nem indicavam ou reivindicavam uma ruptura com o tratamento assistencial e filantrópico, a não ser uma única vez e, mesmo assim de maneira implícita, quando uma personagem de uma reportagem recusou a condição de *faminto* que lhe era atribuída.<sup>229</sup> Assim, ao mesmo tempo em que eles eram tidos como indigentes nas páginas dos jornais, em referência à metodologia utilizada na

---

<sup>228</sup> “Educação, Saúde e Trabalho são direitos universais garantidos pela declaração internacional dos Direitos do Homem e pelas constituições de diversos países [incluindo-se aí o Brasil]. (...) Mais recentemente, em 1993, o direito à alimentação foi equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948.” BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. *O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais*. Juiz de Fora: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural (SOBER), julho de 2003. (pdf) p.5. Ainda segundo esses autores, no Brasil existe uma Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que altera o artigo 6º da Constituição Brasileira, incluindo o direito à alimentação entre os direitos fundamentais do homem. Atualmente, a Constituição refere-se ao direito à vida, deixando implícito o direito à alimentação.

<sup>229</sup> ‘A gente não morre de fome’, diz beneficiada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

época<sup>230</sup>, o termo também desnudava a condição de incivilidade experimentada por eles, circunscrevendo a questão ao âmbito da caridade e do assistencialismo – fora da gramática dos direitos - e configurando, assim, a relação entre os pobres, a sociedade e o Estado.

Pois é na linguagem dos direitos que os sujeitos se reconhecem e se declaram como iguais. Essa linguagem que supõe a igualdade política entre os cidadãos, *“indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos no seu igual direito de pôr em questão modos de ser em sociedade”*, – como adverte Telles<sup>231</sup> - é uma exigência para a interlocução pública em que as questões que afetam as suas vidas possam ser colocadas, julgadas e deliberadas. Assim, quando estes sujeitos aparecem na cena pública, mas não são capazes de se fazerem ouvir como sujeitos políticos detentores de direitos, fica sepultada a possibilidade do litígio e do dissenso, próprios da vida democrática e fundamentais às lutas por reconhecimento. Mais do que a sua existência na letra da lei, os direitos – desde que reconhecidos - conformam identidades e possibilitam a defesa dos interesses diversos na sociedade e faz emergir os conflitos. Assim, se os direitos não são declarados, eles não podem ser reconhecidos e, portanto, a sua violação não pode ser identificada e, muito menos, denunciada. Chauí, ao analisar as relações entre direitos humanos, poder e medo, destaca a importância da declaração dos direitos:

*“Cada direito, uma vez declarado, abre campo para a declaração de novos direitos e essa ampliação das declarações de direitos entra em contradição com a ordem estabelecida, que a cada passo, encontra meios para bloquear ou frear o exercício de direitos declarados.”*<sup>232</sup>

É importante destacar, no entanto, que foi possível perceber alguns momentos do noticiário em que os pobres manifestaram desacordo com este

---

<sup>230</sup> Indigentes seriam aqueles indivíduos cuja renda mensal domiciliar *per capita* não é suficiente para atender às suas necessidades nutricionais. Tais necessidades seriam definidas segundo parâmetros internacionais estabelecidos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que considera na sua definição parâmetros específicos para incorporar peculiaridades regionais da estrutura populacional. Sobre essa questão ver: ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza. O desafio dos números. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda P. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 221-266.

<sup>231</sup> TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia). p.47

<sup>232</sup> CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. P. 104.

“lugar” em que eram postos e vistos a partir de um olhar de compaixão e chegaram a reivindicar uma outra percepção social.<sup>233</sup> Nessas falas, os pobres se apresentaram como portadores da palavra que exige o seu reconhecimento e inscreveram na esfera de visibilidade o que estava simbolicamente apagado. Entretanto, esses registros não foram suficientes para romper com a configuração predominante no noticiário do espaço da não-cidadania e do não-direito, em que *“a pobreza vira ‘carência’, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o individuo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído*<sup>234”</sup>.

Inseridos no não-lugar da cidadania e ocupando o espaço tutelado demarcado seja pelo Estado, seja pela sociedade civil, a imagem dos pobres é constituída em negativo. Em alguns momentos no noticiário, essas imagens foram captadas sob o estigma da suspeição. Os registros dessa natureza ficaram evidentes, principalmente, nas matérias sobre distribuição de alimentos da campanha do Natal sem Fome, em 1993, e no noticiário referente ao Projeto e ao Programa Fome Zero, em 2001 e 2003, respectivamente. A cobertura sobre as atividades de distribuição de alimentos da campanha Natal sem Fome revelou a relação entre pobreza e violência. Como vimos, as matérias apontaram para a existência de uma determinada expectativa de que a reunião de famílias pobres – para receberem alimentos doados - causaria transtornos na ordem social. E, diante da “frustração” dessa expectativa, o noticiário ressaltou e, em certa medida, justificou o clima de tranquilidade em que ocorreram as atividades.<sup>235</sup> Essas matérias revelam, na verdade, o preconceito existente na sociedade, baseado numa *“ideologia segundo a qual a miséria é causa de violência, as classes ditas ‘desfavorecidas’ sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas*<sup>236</sup>. Assim, inscrita na exterioridade das relações sociais e fora da linguagem dos direitos, a *“pobreza aparece como lugar da desrazão, lugar daqueles que rompem*

---

<sup>233</sup> ‘A gente não morre de fome’, diz beneficiada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003; Mendigos conseguem comer no centro do Rio e pedem emprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993; Família sofre fome e chuva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

<sup>234</sup> TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia). p. 40.

<sup>235</sup> Superceia distribui 20 mil pães e vinhos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1993.

<sup>236</sup> CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.108.

*as regras da vida civilizada (...) e agem pela violência bruta enquanto forma extremada de ruptura do pacto social”.*<sup>237</sup>

Nessas matérias, em que a questão da pobreza não foi registrada na gramática dos direitos e nem tratada no campo das políticas públicas, o Estado se fez presente por meio das forças policiais para assegurar a manutenção da ordem social. Dessa forma, no discurso midiático, a presença das forças coercitivas parecia compactuar e, até mesmo, legitimar essa percepção social acerca da pobreza, marcada pelo autoritarismo e pelo paternalismo. E, sob as imagens da desordem – ou mesmo sob a expectativa dela – a noção de direitos se esvaiu e o conflito deixou de ser visto como possibilidade de reconhecimento de demandas sociais.

Fragments dessa percepção social acerca da pobreza também foram registrados no noticiário sobre o funcionamento do Fome Zero, seja no lançamento do Projeto, em 2001, seja na implementação do Programa, em 2003. As polêmicas publicadas nos jornais referentes à imposição do governo para que as famílias utilizassem o dinheiro do programa apenas para a compra de alimentos pré-determinados e à necessidade de fiscalização desses gastos implicam uma noção do pobre como mero objeto de políticas públicas e não como sujeito de direito, livre e autônomo para decidir sobre a própria vida. Dessa maneira, os pobres também eram vistos com suspeição – despertando nos agentes governamentais a necessidade de fiscalização – revelando, dessa forma, uma matriz de sentido social fortemente marcada por traços autoritários e paternalistas e por claros laços de dominação. Essas imagens nos remetem à cultura conservadora de nossa sociedade, que tem sido incapaz de universalizar direitos. Telles chama a atenção para o fato de que essa concepção tem a ver com a ausência de uma tradição política democrática, que se recompõe e se atualiza no terreno social, em que a “*relações de classe se realizam como pura dominação*”<sup>238</sup> e negam a existência do outro como sujeito de interesses e desconhecem a sua legitimidade para reivindicar direitos.

---

<sup>237</sup> TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia). p. 42-43

<sup>238</sup> TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia). p.28.

A construção desses sentidos acerca da pobreza no noticiário também parece estar associada a um processo de redução do significado do conceito de cidadania. Como vimos, as coberturas apontaram, em alguns momentos, para a existência de indícios e tentativas de identificação da pobreza como uma questão do campo político. Discursos de integrantes de organizações da sociedade civil, de pesquisadores do tema, de membros do Parlamento e do governo federal registrados em diferentes momentos do período analisado indicavam esforços para inserir a pobreza como uma questão que dizia respeito à construção coletiva da democracia, às regras de convivência social e aos padrões de acumulação, procurando pautar o tema na agenda pública e, assim, alcançar a construção de consensos éticos indispensáveis à sua superação. Entretanto, nas páginas dos jornais, a cidadania teve reduzido o seu significado e foi descaracterizada como categoria política.

Em grande parte das matérias, estava implícito um entendimento da cidadania como atributo individual, baseado na perspectiva de ação voluntária. Esse registro desconsidera a cidadania como forma de sociabilidade política – nas palavras de Arendt –, vinculada a uma comunidade política. Entendida da maneira em que foi destacada no noticiário, a cidadania não se constitui como fundamento da vida em liberdade, em que os direitos possam ser declarados, reconhecidos, reinventados. Pois, a cidadania, entendida enquanto categoria política ligada ao pertencimento a um *corpus* político e relacionada à constituição da esfera pública, é um dos pressupostos para a construção de relações sociais ancoradas na igualdade e na justiça. Fora desse entendimento, as demandas e interesses legítimos deixam de ser conjugados pela gramática dos direitos e os sujeitos passam a ser julgados não pelas suas ações e opiniões e, sim, pelo lugar em que ocupam, enquanto classe social, raça ou etnia.

#### **4.2 - A MÍDIA E OS DISCURSOS SOBRE A POBREZA**

*E o que vale uma entrevista  
Se o que não alcança a vista  
Nem a razão apreende  
é a verdadeira notícia?*

Como vimos em capítulos anteriores, o nosso entendimento acerca do processo comunicativo recusa perspectivas analíticas que, de um lado, enfatizam os *media* como pólo exclusivo de emissão e de produção de sentido, e de outro lado, indicam a existência de uma “massa” de indivíduos, passivos e a-críticos. Tais concepções acerca da comunicação midiática têm sido superadas por análises – nas quais o presente trabalho se apóia – em que o processo comunicativo é entendido como troca social e simbólica, instituído e instituinte pela experiência social, onde a mídia configura-se como um campo próprio de construção de sentidos, a partir de regras próprias, e a recepção do público ocorre de forma diferenciada e heterogênea, a partir das próprias matrizes de entendimento e de experiência. No nosso entendimento, essa concepção nos oferece a possibilidade de compreender melhor a construção de um “*mundo comum*”<sup>239</sup> a ser partilhado por distintos e inúmeros sujeitos, por meio das trocas sociais e simbólicas que têm lugar nas teias sociais, processo no qual o sistema midiático participa de maneira significativa.

A partir de elementos da realidade e de questões colocadas na esfera pública, a mídia constrói sentidos comuns da experiência e, assim, possibilita a emergência de novos sentidos e significados da vida social e política. É por essa razão que nos parece fundamental compreender o processo como o sistema midiático – especialmente o jornalismo – opera a realidade e os temas pautados na esfera pública. Assim, cabe refletir sobre as formas com que a questão da pobreza foi tratada no noticiário analisado, a partir da compreensão dos modos de construção do discurso jornalístico e as suas relações com “*núcleo duro do real*”<sup>240</sup>.

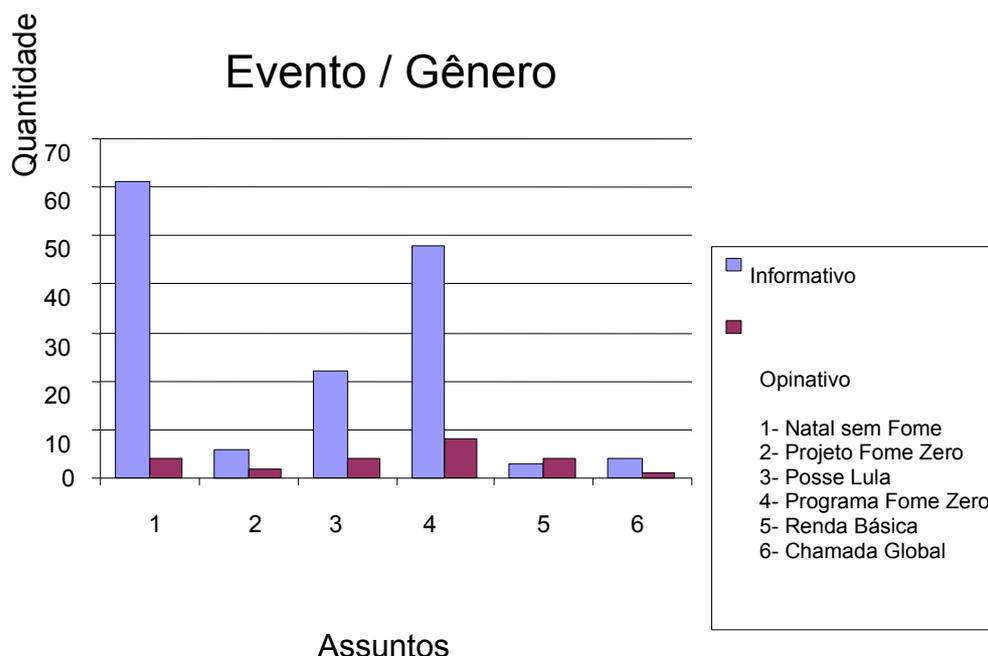
---

<sup>239</sup> Como já apontamos anteriormente, estamos tomando aqui a noção de “*mundo comum*” na acepção que lhe dá Hannah Arendt. Nesse mundo, constituído pela pluralidade da ação e do discurso, está suposta a existência de esferas públicas que dizem respeito a valores e referências partilhadas, não necessariamente consensuais e que dizem respeito às “coisas mundanas”, articulando os indivíduos em horizontes comuns e possibilitando interlocuções múltiplas. Sobre esse conceito ver, especialmente: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

<sup>240</sup> Esta expressão remete às formulações de Hannah Arendt na sua discussão sobre verdade e política. Sobre o assunto ver: ARENDT, H. Verdade e política. In: -----, *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Nos seis períodos analisados, a questão da pobreza foi tratada predominantemente pelo jornalismo informativo, o que pode ser claramente visualizado no gráfico abaixo.

**Gráfico I – Matérias informativas e opinativas nas coberturas jornalísticas dos eventos selecionados (1993-2005)<sup>241</sup>**



**Fonte: Pesquisa de fontes primárias, realizada nos jornais e revistas definidas na proposta metodológica.**

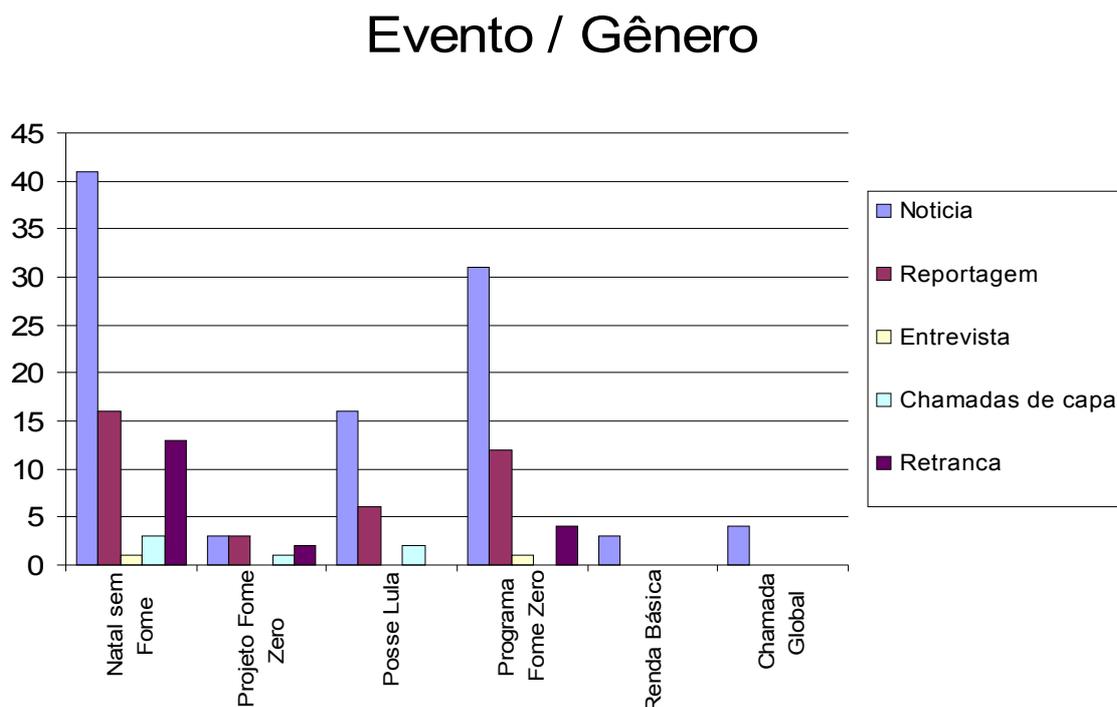
No gráfico, cada conjunto de duas colunas refere-se ao comportamento da cobertura da mídia de um evento específico, na ordem cronológica (do Natal sem Fome, em 1993, ao lançamento da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza, em 2005). Do total das 167 matérias analisadas, 144 delas são informativas, o que corresponde a 86,2% do material publicado no período. É interessante ressaltar, entretanto, que no noticiário da sanção presidencial da lei da Renda Básica de Cidadania predomina o gênero opinativo, com 57% das matérias publicadas.

Assim, a superficialidade marcou a cobertura, que foi caracterizada por notícias e textos informativos curtos e objetivos, sem forte preocupação analítica,

<sup>241</sup> No Gráfico I, as 17 matérias publicadas por Veja, na sua edição de 29 de dezembro de 1993, todas de natureza informativa, estão quantificadas como uma só matéria.

quase que tão somente limitando-se a narrar os fatos.<sup>242</sup> O gráfico II, a seguir, aponta a distribuição do tipo de material publicado do gênero informativo em cada evento analisado.

**Gráfico II – Distribuição das matérias analisadas por tipo de material publicado do gênero informativo, por evento selecionado (1993-2005)<sup>243</sup>.**



**Fonte: Pesquisa de fontes primárias, realizada nos jornais e revistas definidas na proposta metodológica.**

No Gráfico II, chama a atenção a predominância, do gênero informativo, nas notícias — 60% do material. As reportagens, que são uma forma de abordagem mais complexa do tema, totalizaram 22,8% do material publicado. De acordo com Sodré, a notícia distingue-se da reportagem não só pela extensão da narrativa,

<sup>242</sup> Cf. RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 346.

<sup>243</sup> No Gráfico II, o número de matérias está aumentado porque também foram computadas, neste caso, as retrancas que não entraram, isoladamente, na computação do gráfico anterior. Também não estão computadas aqui nenhuma das matérias publicadas por Veja, na edição de 29 de dezembro de 1993.

mas também pelas peculiaridades de discurso e modos de enunciação.<sup>244</sup> É preciso ressaltar que dentro do gênero informativo, a reportagem destaca-se como a forma mais completa da notícia. Como afirma Bahia, a notícia evolui, muda de caráter, quando se transforma em reportagem, que é “*uma espécie de notícia que, por ter suas próprias regras, alcança um valor especial.*”<sup>245</sup> Se a notícia se esgotaria no anúncio e no relato de um acontecimento, a reportagem se desdobra na “*pormenorização, no amplo registro dos fatos, no detalhamento das causas, questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética.*”<sup>246</sup>

A rigor, a predominância do gênero informativo não é suficiente para definir o tratamento superficial de um tema. A abordagem reducionista — ou não — de uma determinada questão pelo discurso jornalístico pode ser resultado dos modos próprios de construção da narrativa, considerando-se, por exemplo, a seleção das fontes, a utilização de exemplos, a apresentação de personagens, os procedimentos de contextualização. Assim, é imprescindível ampliar nosso esforço de análise sobre os modos operatórios do jornalismo, com vistas a compreender melhor o tratamento predominante da questão da pobreza nas páginas dos jornais e revistas analisados.

Entre os atributos inerentes ao acontecimento para a sua transformação em notícia, destacam-se as noções de importância e de interesse. Mais noticiável será um acontecimento quando maior for o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos, o impacto sobre a nação e o interesse nacional, a quantidade de pessoas potencialmente envolvidas e a sua relevância quanto à evolução de uma determinada situação.<sup>247</sup> A rigor, nessa linha de raciocínio, é possível relacionar a

---

<sup>244</sup> “(...) à notícia cabe a função essencial de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato (que implica em algum gênero de ação), através de um informação (onde se relata a ação em termos compreensíveis). Esses três elementos (fato, informação, público) estão presentes na definição de notícia de Charney: ‘é a informação corrente dos acontecimentos do dia posta ao alcance do público’. Noticiar, portanto, seria o ato de anunciar determinado fato e, independente de acontecimentos que possam ocorrer serão notícia aqueles que forem ‘anunciados’”. SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986. p.17.

<sup>245</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. p. 49

<sup>246</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. p. 49

<sup>247</sup> Ver WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

publicação de matérias sobre a questão da pobreza com pelo menos um destes elementos: o número de pessoas envolvidas. A dimensão da pobreza no Brasil, que atinge grandes parcelas da população, ressalta a importância do tema e o define como um acontecimento de alto valor-notícia. A esse atributo da questão da pobreza, por exemplo, podemos associar o esforço do noticiário em dimensionar e quantificar a pobreza no Brasil. Praticamente em todo o material analisado houve referência a estudos ou pesquisas que identificavam o número de pobres no Brasil — ou mesmo a debates sobre os critérios de definição da linha de pobreza, que poderiam implicar em maior ou menor número de pessoas pobres, todos esses números, entretanto, representando grandezas expressivas — na tentativa de evidenciar que se tratava de uma questão de grandes proporções no contexto social-econômico do País. As reportagens publicadas no Caderno Especial sobre Fome, da Folha de São Paulo, sintetizaram esse comportamento. Como já apontamos, ao final de cada reportagem sobre a questão da pobreza em diferentes localidades do país, foi publicado um mapa da região com o número total de habitantes e a quantidade de indigentes.

Como vimos no capítulo anterior, a pobreza foi tratada como pano de fundo das matérias, em que o “gancho principal” - para utilizar uma expressão do jargão jornalístico – foi a realização da campanha Natal sem Fome, ou o lançamento do Projeto Fome Zero, ou o lançamento do programa governamental de combate à pobreza e assim por diante. Ou, como já apontamos na discussão sobre a construção do discurso jornalístico, a notícia sobre os eventos assinalados torna visível a pobreza como acontecimento notável, pois, no dizer de Traquina, “*enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento*”<sup>248</sup>, produzindo-se o que Adriano Duarte Rodrigues<sup>249</sup> denomina de *meta-acontecimento*, na medida em que é o próprio discurso do acontecimento — a pobreza, nas suas diversas faces e, em especial no drama da fome e dos famintos — que surge como notável, ao se apresentar por meio de um dispositivo de visibilidade, os *media*.

---

<sup>248</sup> TRAQUINA, Nelson. As notícias. In. ----- (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p.168..

<sup>249</sup> RODRIGUES, Adriano D. *Estratégias de Comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.

É preciso ressaltar que a relação entre a noção de tempo e a produção de notícias inclui o critério da brevidade. De acordo com Wolf, baseando-se nas formulações de Golding e Elliot<sup>250</sup>, é necessário limitar a extensão da narrativa sobre o acontecimento para permitir que mais notícias sejam publicadas e fazer com que o noticiário reproduza o maior número de acontecimentos possível. Assim, o tratamento dado por grande parte do noticiário à questão da pobreza esteve associado a esse modo peculiar de construção da narrativa noticiosa, expressa em relatos curtos, restritos aos aspectos mais óbvios e essenciais da questão, reforçando, dessa maneira, a propalada objetividade do discurso jornalístico. A fatualidade, a atualidade e a brevidade marcaram sensivelmente, por exemplo, o tratamento da questão da pobreza no noticiário sobre a posse do novo Presidente da República, quando ela foi abordada no contexto de um acontecimento previamente planejado, revestido de grande importância e, especialmente por meio da reprodução de trechos dos pronunciamentos feitos naquela ocasião. Foi o caso, por exemplo, da notícia sobre a posse do novo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues:

*“Numa das mais concorridas cerimônias de transmissão de cargo da Esplanada, tomou posse o novo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que já antecipou a principal meta de sua gestão: ‘A agropecuária terá um papel de destaque, que começa com o programa Fome Zero. O lastro do programa será a produção rural’, afirmou. Segundo ele, o programa Fome Zero servirá para alavancar o agronegócio no Brasil. ‘Vamos produzir mais comida e isso demandará mais tecnologia, adubos, máquinas, sementes, rações e caminhões. (...).”<sup>251</sup>*

Esta forma de abordagem demonstrou, de um lado, a importância conferida ao tema – os jornais poderiam, por exemplo, ter excluído as menções feitas ao combate à pobreza no discurso presidencial e nos discursos dos novos ministros, como fizeram com outras questões. Mas, por outro lado, diante da pluralidade de sentidos envolvidos no acontecimento, a cobertura se mostrou superficial e fragmentada, sugerindo, dessa forma, a existência de estrangulamentos impostos ao processo de produção da notícia, tendo como referência os valores-notícia — importância do evento noticiado, das pessoas envolvidas, do interesse sobre o

<sup>250</sup> GOLDING & ELLIOT, *Apud* WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>251</sup> Rodrigues: Fome Zero vai impulsionar agronegócio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2003.

assunto — e as rotinas produtivas (tempo, espaço noticioso nos jornais, diversidade e volume de acontecimentos naquele período, acesso às fontes, entre outros).

Um outro aspecto que merece ser abordado diz respeito à questão da objetividade jornalística<sup>252</sup>, especialmente porque ela pode indicar-nos um caminho para compreender melhor uma outra característica marcante do noticiário analisado. Como vimos no capítulo anterior, a despeito de inúmeras matérias relatarem as precárias condições de vida enfrentadas por homens, mulheres e crianças, não foi feita qualquer relação entre a situação descrita e a questão dos direitos humanos e da cidadania. Nessa perspectiva, as matérias não possibilitaram uma percepção crítica da situação e não a caracterizaram como violações de direitos e ruptura nos padrões de civilidade.

*“Uma lata de carne com farinha. Este foi o cardápio da ceia de Natal, em Belém, do casal de adolescentes de rua A.C.S.O., 17, e E.C.R.P., 16. O jantar foi degustado no chão, em frente às portas da Central de Habitação da Caixa Econômica Federal, em Nazaré, bairro nobre de Belém. Deitados em um colchão, que dividem há seis meses, eles disputavam o espaço com outros cinco meninos de rua e um mendigo adulto.”<sup>253</sup>*

O trecho acima é tão somente um dos exemplos de como a situação de denegação dos direitos na trama social foi descrita e abordada no noticiário. Como é característico do discurso jornalístico, os relatos - feitos em terceira pessoa, procurando apagar as marcas do sujeito enunciador – ofereceram detalhes na tentativa de caracterizar a situação, sem adjetivações e juízos de valores. Assim, sob a forma do discurso constatativo (de natureza denotativa), com que os manuais de jornalismo caracterizam o traço de objetividade e imparcialidade – em que o repórter evita deixar suas marcas no texto informativo – a pobreza deixou de ser registrada na linguagem dos direitos e passou a ser tratada como paisagem e moldura de cenas cotidianas, ainda que dramáticas. Essa afirmação se apóia, ainda, na observação de que no conjunto das matérias analisadas em todo o período constituído pelos eventos selecionados, há um

<sup>252</sup> Não nos interessa aqui adentrar nas polêmicas acerca da objetividade jornalística e a possibilidade de sua existência. Sobre isso, consideramos que há uma extensa produção intelectual que aborda a questão com a devida propriedade e necessário detalhamento. Além disso, alguns dos aspectos dessa discussão já foram abordados no Capítulo I.

<sup>253</sup> Meninos de rua desconhecem campanha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

único título com o termo “direito” e os termos “cidadania” e “cidadão” apareceram em apenas quatro títulos. (Ver Anexo V)

Um outro aspecto a ser ressaltado é que, diante da corrida contra o relógio e considerando-se os critérios de noticiabilidade, as fontes com maior capacidade de prestar informações de qualidade e de programar atividades e acontecimentos com alguma antecedência, facilitando o trabalho do jornalista, tiveram maiores chances de ver suas contribuições aproveitadas no material noticioso. O noticiário analisado refletiu, em alguma medida, esse procedimento operatório do jornalismo, uma característica decorrente de suas rotinas produtivas. Como foi possível verificar, na cobertura do Natal sem Fome — um acontecimento decorrente de iniciativa da sociedade civil — a maior parte das fontes de informação era formada por representantes da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida ou de indivíduos ligados à campanha de mobilização. Assim, uma parte significativa das matérias relativas a esse evento ficou circunscrita a uma espécie de “prestação de contas da campanha”, tendo a coordenação do movimento ou pessoas ligadas àquela iniciativa como principais fontes de informação.

*“Restam apenas 7.470 cestas de alimentação para serem entregues pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em São Paulo. Ontem, foram distribuídas 15.580 cestas, que contêm, entre outros produtos, 265,4 toneladas de alimentos doados por iniciativa da Empresa Folha da Manhã, que publica da Folha. A coordenação da campanha considerou tranqüilo o primeiro dia de entrega”.*<sup>254</sup>

Em algumas reportagens, no entanto, as palavras de especialistas e a apresentação de estudos e pesquisas sobre a fome e a pobreza possibilitaram algum aprofundamento do debate ao contextualizar melhor as questões tratadas e apontar desafios, criando condições para a emergência de sentidos diversificados sobre a pobreza, como a dificuldade de acesso às calorias mínimas, suas conseqüências para o desenvolvimento saudável dos indivíduos e o alto índice de desperdício de alimentos no Brasil.

*“O Brasil que passa fome se dá ao luxo de desperdiçar US\$ 5,4 bilhões em alimentos por ano, segundo cálculo da Coordenadoria de Abastecimento,*

---

<sup>254</sup> Campanha já distribuiu 15 mil cestas em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1993.

*da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O valor corresponde a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), é suficiente para abastecer, com uma cesta básica mensal (36 quilos), os 9,2 milhões de famílias indigentes do país durante dois anos. 'O número é surpreendente. É uma demonstração inequívoca de que a fome do Brasil, sob todos os aspectos, é um absurdo e tem cura', diz o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que lidera o movimento Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida. A miséria no Brasil tem o tamanho da cidade de São Paulo. Pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, estima em 31.679.095 o número de indigentes no país, o equivalente à população paulista (...)'.*<sup>255</sup>

Nessa cobertura jornalística, à predominância das fontes promotoras da iniciativa e do enquadramento proposto pela campanha – que estimulava a mobilização da sociedade, despertando sentimentos humanitários e de caridade – somou-se a ausência das fontes governamentais. Essa articulação de fatores configurou a cobertura sobre a pobreza como uma questão que parecia não dizer respeito às responsabilidades do Estado e às tarefas do governo, fortalecendo a concepção caritativa baseada, principalmente, na compaixão e na solidariedade individual. E, como vimos, a constituição desse sentido no noticiário contribuiu para o apagamento da cidadania como categoria política e impossibilitou o entendimento da pobreza como questão afeta aos padrões de acumulação, consumo e regras mínimas de civilidade.

Em 2001, a cobertura do lançamento do Projeto Fome Zero ficou restrita à agenda promotora do acontecimento: a apresentação no Congresso Nacional, pelo Instituto Cidadania, de uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Nas matérias, as fontes utilizadas eram as pessoas diretamente ligadas ao acontecimento ou aquelas que se situavam em direção oposta à proposta, todas revestidas de poder institucional. É importante notar que, mesmo que o noticiário não tenha conseguido extrapolar o conjunto de fontes institucionais e aquelas ligadas diretamente à agenda promocional do acontecimento, ele marcou a emergência do tema da pobreza como uma questão afeta à política de Estado, abrindo possibilidades – ao menos hipoteticamente - para uma mudança de patamar no debate sobre a questão. Ao tematizar a cobertura a partir da disputa eleitoral que seria travada no ano seguinte — acontecimento que assumiu o papel

---

<sup>255</sup> Brasil desperdiça US\$ 5,4 bi em alimentos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1993.

de destaque no noticiário —, reduzindo o debate sobre o projeto e sobre as causas e conseqüências da fome no país, paradoxalmente, foram estes os traços da cobertura que tornaram possível visualizar o combate à pobreza — ou melhor, à fome como sua face mais dramática — como uma responsabilidade do Estado e uma tarefa do governo.

Em 2003, chamou-nos atenção a presença significativa de fontes do governo federal, o responsável pela realização do acontecimento em foco, o Programa Fome Zero. Os especialistas e estudiosos sobre o tema também foram bastante ouvidos nas matérias, cumprindo a função de conferir credibilidade ao discurso jornalístico, mas sempre fazendo referência à iniciativa governamental. Ou seja, ainda que tenham sido registradas polêmicas que diziam respeito à questão da pobreza no Brasil, em especial aos critérios de definição da linha de pobreza e aos aspectos técnicos e funcionais do Programa, a referência central do noticiário era o governo federal e a sua proposta de combate à pobreza. Esse comportamento da cobertura inseriu o tema no campo das políticas públicas e o consolidou como uma questão que diz respeito às responsabilidades éticas e legais do Estado. Entretanto, o aprisionamento da cobertura à pauta e às falas oficiais restringiu a abordagem do tema. Ao ocupar a periferia do noticiário, a questão da pobreza deixou de ser tratada com maior profundidade e suas diferentes nuances e desafios foram ignorados. Situação semelhante pôde ser observada na cobertura da sanção presidencial da lei que criou a Renda Básica de Cidadania, em 2004. O autor do projeto de lei da Renda Básica de Cidadania, senador Eduardo Suplicy, foi a principal – e praticamente a única – fonte de informação utilizada no noticiário. Assim, chamou atenção a predominância das fontes oficiais e governamentais em todo o noticiário analisado e os títulos das matérias refletem esse comportamento: a palavra governo apareceu em 17 títulos de matérias e em duas vinhetas, sendo que deste total apenas três títulos referiam-se a notícias veiculadas antes de 2003. (Ver Anexo III).

Se essas características revelaram que as fontes oficiais e responsáveis pelo agendamento do tema nos jornais corresponderam melhor às rotinas produtivas das redações, elas evidenciaram também uma incapacidade de a mídia extrapolar os limites impostos por tais rotinas e por seus modos operatórios

para oferecerem um tratamento mais aprofundado e realizarem um esforço investigativo e criativo.

*“O processamento das notícias não deixa tempo suficiente para a análise epistemológica reflexiva e, geralmente, os jornalistas têm menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o background do acontecimento, para recolher informações e para escrever seu artigo.”<sup>256</sup>*

Mas, mais do que isso, tais características desnudaram a dificuldade do sistema midiático de romper com o poder político e econômico dominante na sociedade — sua visão de mundo e sua concepção do modo adequado de vida social — e se instaurar como campo independente e autônomo de produção de visibilidade. Ao ficar circunscrito às falas oficiais e institucionais, a mídia submeteu-se ao campo político, às suas injunções, particularidades e circunstâncias. Nessas condições, a pobreza continuou a ser tratada no noticiário, predominantemente de forma periférica, a partir de enfoques e abordagens sugeridos pelos discursos institucionais, políticos e técnicos, sem a inserção dos afetados pela pobreza, ou seja, sem conferir de maneira significativa visibilidade e voz aos indivíduos pobres da sociedade brasileira.

É preciso ressaltar, entretanto, que, como apontamos no capítulo anterior, alguns momentos do noticiário revelaram esforços de tratamento mais detalhado da questão da pobreza. As reportagens foram um dos espaços em que esse comportamento se manifestou.<sup>257</sup>

O número expressivo de reportagens mostrou que, nas rotinas produtivas, o tema da pobreza foi considerado como acontecimento de alto valor-notícia, o que acabou por produzir um avanço na inserção da questão na agenda da sociedade e, depois, na agenda do poder público. Ainda que tais reportagens não tenham sido suficientes para o tratamento da pobreza na gramática dos direitos, na concepção de Telles,<sup>258</sup> a abordagem não se circunscreveu à fatualidade, o tratamento foi mais rico, mais diverso e mostrou que se tratava de uma questão

<sup>256</sup> TUCHMAN, G., 1978 Apud MOURA, M. B. *Os nós da teia: Desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 39

<sup>257</sup> “Embora a reportagem não prescindida da atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo”. SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986. p.17

complexa, com diferentes nuances. Mas, certamente, o fator de maior relevância proporcionado pelas reportagens foi a inclusão dos afetados pela pobreza como fontes de informação.

Contudo, na maioria das reportagens em que os pobres foram apresentados como fontes de informação, eles cumpriram uma função testemunhal. Suas vozes confirmavam informações apresentadas no discurso jornalístico, conferindo maior credibilidade à narrativa, contribuindo para a inserção do acontecimento na teia da faticidade<sup>259</sup>, agregando valor de veracidade ao discurso. Essa característica marcou de maneira mais significativa o noticiário referente à campanha do Natal sem Fome. A reportagem *“Molusco ajuda ribeirinhos a ‘enganar a fome’ no Pará”*<sup>260</sup> demonstra de forma clara esse procedimento operatório.

*“(...) Até o início dos anos 80, o turu era apenas sinônimo de prejuízo para quem utilizava amadeira para fabricar embarcações. A presença do turu na madeira significa ameaça de brechas nos barcos. Hoje, o molusco gelatinoso virou alimento e ajuda a matar a fome dos 5.000 habitantes das ilhas do município. Sete em cada dez crianças são subnutridas, segundo pesquisa realizada em 92 pela Universidade do Pará. ‘O turu ajuda a enganar a fome porque os peixes estão cada vez mais pequenos’, diz o pescador Adilson Moraes Miranda, 12 (...)”*<sup>261</sup>.

A reportagem sobre as pessoas que sobreviviam do lixo no aterro de Duque de Caxias (RJ) relatou um quadro de absoluta precariedade e privação dos direitos fundamentais. As falas dos afetados pela pobreza legitimaram os dados oficiais da prefeitura municipal que apontaram que *“70% dos que freqüentam o lixão já se acostumaram com esse subemprego e não querem saber de outro trabalho”*.

*“Em meio a urubus, garças, fumaça e mau cheiro, centenas de crianças, jovens e velhos disputam pedaços de lixo reciclável para vender no aterro metropolitano do Grande Rio. Alguns chegam a comer frutas e catar restos de comida despejados por caminhões de lixo. (...) A maioria (70%), como levantou um estudo da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza*

<sup>258</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>259</sup> Cf. MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

<sup>260</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1993.

<sup>261</sup> *Molusco ajuda ribeirinhos a ‘enganar a fome’ no Pará*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Especial, 19 dez. 1993.

Urbana), já se acostumou com esse subemprego e não quer saber de outro trabalho. Um desses casos reúne as paraibanas Maria de Lourdes, 66, e sua filha Maria José, 44. Desde 1953, quando chegou no Rio, Lourdes cata lixo. Criada no lixão, a filha também não quer sair dali. Elas afirmam ganhar mais do que se estivessem empregadas. A média do rendimento mensal dos catadores varia entre 2 e 3,5 salários mínimos. Walther Mezabar, 32, que limpa e vende alumínio, afirma ganhar até CR\$ 40 mil por mês. Com mulher e dois filhos, ele economiza uns trocados não almoçando. 'Eu como umas frutazinhas que vêm pra cá'. (...).<sup>262</sup>

Em muitas matérias, as falas dos pobres legitimaram a Campanha e justificaram os atos de caridade, contribuindo para inserir a questão no terreno da assistência e fora da gramática dos direitos.

*"O ajudante de mecânico José Milton Virgílio da Silva, 33, faz parte de uma das 157 famílias da favela São Domingos, em São Paulo, que receberão alimentos doados por iniciativa da empresa Folha da Manhã S.A., que edita a Folha. Silva mora há dez anos no mesmo barraco de três cômodos, que hoje divide com a mulher, a diarista Beatriz Carneiro de Lucena, e cinco filhos. (...) 'Uma ajuda é sempre bem-vinda', diz Silva. 'Necessidade a gente não passa. A mulher sempre dá um jeito, o dono da venda vende fiado e assim vai', acrescenta. Porém, alimentos como carne são mais 'difíceis'. O básico é arroz, feijão e farinha".<sup>263</sup>*

Em alguns momentos do noticiário, os afetados pela pobreza chegaram a manifestar seus pontos de vista e expressaram anseios:

*"Emprego. Foi esse o presente de Natal escolhido pelos mendigos e catadores de papel entrevistados pela Folha nas ruas do Rio de Janeiro na noite do dia 24. Sob uma chuva fina, mendigos se reuniram debaixo das marquises da cidade para improvisar ceias com restos de comida e alimentos doados por restaurantes e moradores. 'Queria que Papai Noel trouxesse um emprego, um pernil, muito pêssego, passas e suco de laranja', disse a catadora Sirley Silva, 36, enquanto distribuía vinho tinto aos mendigos do Largo de São Francisco (centro), sob a marquise da Caixa Econômica Federal. Foi uma das ceias mais animadas da população de rua do Rio. (...)."<sup>264</sup>*

*"Na bicama, dormem cinco crianças. Na cama de casal, dormem Josefa, Edmilson e mais dois outros filhos. Quatro cobertores já rasgados são divididos entre eles. O chão do barraco é de barro e quando chove, tudo fica molhado. 'A gente não vive, vegeta. Que Brasil é esse que a gente não consegue arrumar emprego?', pergunta Josefa. (...)."<sup>265</sup>*

<sup>262</sup> Indigentes garimpam lixão no Grande Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1993.

<sup>263</sup> Mecânico e diarista aguardam as cestas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1993.

<sup>264</sup> Mendigos conseguem comer no centro do Rio e pedem emprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

<sup>265</sup> Macarrão sem sal é 'ceia' na periferia de Brasília. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1993.

Chamou a atenção a reportagem *“Cidade-piloto não vê fome como prioridade”*<sup>266</sup> e a sua retranca *“A gente não morre de fome, diz beneficiada”*<sup>267</sup>, a única matéria do noticiário que destacou no título a voz de um afetado pela pobreza. No texto, autoridades locais e moradores da cidade de Guaribas (PI), onde seria implantado o projeto-piloto do Fome Zero, não identificavam a fome como o principal problema da cidade – e polemizavam, assim, com a concepção de pobreza que apreendiam do discurso do governo federal. As fontes ouvidas na matéria apontaram a falta de água potável, saneamento básico e infra-estrutura como problemas mais graves que a fome. O texto relatou um quadro de forte denegação de direitos sociais: falta de acesso à saúde, ao saneamento básico e à água potável. De acordo com o jornal, os moradores da cidade rejeitavam a denominação de *“famintos”*:

*“Moradores de Guaribas, ao ver imagens da cidade na TV, reclamaram porque aparecem como ‘famintos’, o que, segundo eles, não é verdade. ‘É mentira que a gente morre de fome aqui. A gente não tem é verdura, mas comida no prato tem todo dia’, disse Gilvanda Alves da Silva, 34, uma das pessoas beneficiadas pelo programa. (...)”*<sup>268</sup>

Mesmo nestes momentos em que os pobres, como fontes de informação, manifestaram uma visão de mundo própria, eles não foram reconhecidos como cidadãos. As matérias identificaram-nos como *“indigentes”*, *“moradores de rua”*, *“catadores de papel”*, *“beneficiários”* do programa social. O noticiário registrou seis títulos com a palavra “pobre (s)”, três com o termo “mendigo” e dois títulos com a palavra “indigente” (Ver Anexo V). Nos dois títulos das matérias que registraram a palavra “cidadão”, a referência foi feita a iniciativas individuais de caridade e solidariedade. Além disso, nem mesmo as vozes dos afetados pela questão foram capazes de inserir o debate sobre a pobreza no âmbito dos direitos. Ao expressarem pontos de vista e anseios ou ao reivindicarem um outro lugar de reconhecimento da identidade – como pode ser observado na matéria *“A gente não morre de fome, diz beneficiada”*<sup>269</sup> -, os afetados pela pobreza não inseriram a discussão no terreno dos direitos, o que indica que eles também não

<sup>266</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

<sup>267</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

<sup>268</sup> *‘A gente não morre de fome’, diz beneficiada. Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

<sup>269</sup> *“A gente não morre de fome, diz beneficiada”, Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º fev. 2003.

reconhecem a situação vivida como uma denegação dos direitos humanos, como uma ruptura do contrato social.

Além do uso das fontes, a utilização de personagens também cumpre função importante no processo de construção do discurso jornalístico. A personalização aproxima o leitor da situação narrada e proporciona uma economia de informações no texto.

*“De um lado haveria uma ‘economia’ no conjunto de informações absorvidas pelo receptor, na medida em que muitas das questões trabalhadas pela mídia prestar-se-iam à simplificação realizada através da exemplaridade – o caso, o drama ou a estória de alguém – e materializada nos atributos pessoais – obviamente qualidades pessoais constituídas pela enunciação mediática – que resumiriam de forma articulada os conteúdos pretendidos na veiculação do acontecimento. De outro, a personalização proporcionaria a identificação – negativa, positiva, não importa – do receptor com a imagem criada pela mídia, garantindo os laços afetivos fundamentais para o funcionamento do processo comunicacional.”<sup>270</sup>*

Assim, ao longo do período analisado, a narrativa noticiosa utilizou – de maneiras distintas - esse modo peculiar da mídia de operar a realidade, gerando sentidos diversos acerca da questão da pobreza e circunscrevendo a abordagem do assunto. Por meio do recurso à personalização, por exemplo, os afetados pela pobreza ocuparam a centralidade da pauta jornalística, transformando-se nos protagonistas das histórias relatadas.

Na cobertura do Natal sem Fome, algumas matérias destacaram a figura dos pobres nos títulos. A partir das histórias individuais, relatadas com forte apelo emocional e dramático, o noticiário contextualizou e apresentou informações sobre a campanha social. Foram os casos do menino Emerson, de 12 anos, e do faxineiro Pedro Brandão:

---

<sup>270</sup> CASTRO, M. C. P. S. *Na tessitura da cena, a vida – Comunicação, Sociabilidade e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 128. É interessante observar que o uso de personagens representa dois modos operatórios do jornalismo. O primeiro, que podemos denominar *personalização*, tem o sentido de, ao construir um personagem na matéria, o discurso jornalístico opera uma economia da narrativa, pela exemplaridade, possibilitando ainda a captura da atenção pública pela relação projeção-identificação entre o receptor e a mídia (aqui, os exemplos são as histórias de interesse humano, pequenos relatos do cotidiano, ou ainda a forma de tratamento dos “olimpianos”). O segundo, que podemos denominar *personificação*, refere-se ao uso da metonímia no discurso jornalístico, seja com vistas a reduzir o acontecimento à pessoa referida, seja para dar uma dimensão maior ao próprio personagem focado (aqui, os exemplos são a adoção do nome do presidente no lugar do governo, do indivíduo pela sua categoria social, entre outros).

*“Emerson Gomes de Oliveira, 12, saiu ontem do barraco onde mora na favela do Viaduto do Glicério (região central de São Paulo), com a missão de conseguir ‘o Natal’ para os seus cinco irmãos. A 700 metros da sua casa, deparou-se com uma fila da campanha contra a fome. Resultado: saiu dali com uma caixa de 20 quilos de alimentos. Emerson foi um das 600 pessoas beneficiadas ontem na Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, um dos postos de distribuição de cestas básicas do ‘Natal sem Fome’. Filho da cozinheira Maria Ieda de Oliveira, o menino é órfão de pai e responsável pela ‘guarda’ dos irmãos, todos menores que ele. ‘Minha mãe vai cozinhar na casa dos outros e eu cuido deles’, diz. (...).”<sup>271</sup>*

*“ ‘Natal? Essas coisas não existem por aqui’. É assim que o faxineiro Pedro Brandão, 40, respondeu quando perguntado se iria ter algo especial para a ceia de anteontem. ‘Nós não jantamos nunca. Hoje não vamos jantar nem cear’, disse. Alagoano, Pedro divide com seu primo Josivan Alves, 27, um barraco de 3 por 2 metros na favela de Heliópolis, com cerca de 30 mil habitantes na zona sul de São Paulo. (...).”<sup>272</sup>*

Os trechos das matérias exemplificam que, embora protagonistas das histórias, os pobres não foram reconhecidos como cidadãos e continuaram inseridos no espaço da tutela e da caridade. O recurso à personalização na reportagem de *Veja*<sup>273</sup> reforçou a concepção de cidadania predominante no noticiário analisado. A reportagem “*Por Conta Própria*” contou seis histórias de iniciativas individuais de solidariedade, “*de cidadãos que não precisam de um Betinho para legitimar a sua ação*”. A revista contou a história de Jocélia Santos de Souza, filha de lavradores e doméstica, que matava a fome de 1.300 moradores de um bairro pobre da Zona Oeste de São Paulo; a iniciativa do empresário Ciro Heleno Silvano que criou um abrigo para “*crianças carentes*” em Taguatinga (DF); do conjunto habitacional idealizado por Janina Urban para famílias morarem de graça até comprarem a casa própria. O texto contou também a experiência do dono de um restaurante no Rio de Janeiro, que “*comprou briga*” com os vizinhos para servir sobras de comida aos “*mendigos da rua*”. Assim, a reportagem sintetizou nas histórias desses seis personagens o conceito de cidadania que predominou ao longo do noticiário do período: a cidadania relacionada à caridade, movida por sentimentos de compaixão e solidariedade

<sup>271</sup> Menino descobre comitê e garante Natal da família. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez.1993.

<sup>272</sup> Faxineiro fica sem jantar no Natal, como em todos os dias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 dez.1993.

<sup>273</sup> Betinho – O grão da cidadania *Veja*, São Paulo, 29 dez.1993.

individuais, em que o outro não é reconhecido como sujeito de direitos e, sim, como objeto de filantropia.

A cobertura do projeto Fome Zero foi fortemente marcada pela personificação, influenciando de forma decisiva o enquadramento dado à questão e a configuração do sentido predominante da cobertura. Das oito matérias publicadas, cinco<sup>274</sup> utilizaram no título o nome de autoridades envolvidas ao projeto, das quais quatro registraram o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, coordenador-geral do projeto Fome Zero e pré-candidato do PT à Presidência da República. Ao restringirem a proposta de política de segurança alimentar à figura de Luiz Inácio Lula da Silva, numa clara operação metonímica, identificado nos textos como o “*provável candidato do PT às eleições presidenciais*”, o noticiário enfatizou a disputa política no lugar do debate acerca do combate à pobreza.

O uso da personificação também foi determinante na cobertura acerca da sanção presidencial da Renda Básica de Cidadania, em 2004. Como vimos no capítulo anterior, no lugar sobre a discussão da questão da pobreza e da proposta de sua superação – um instrumento legal que demorou mais de dez anos para ser aprovado pelo Parlamento brasileiro - os textos deram ênfase ao autor do projeto de lei, senador Eduardo Suplicy (PT), e aos efeitos dramáticos e emocionais que a sanção da lei causou no parlamentar.

Chama a atenção, entretanto, o fato de que essa foi a única cobertura em que o quantitativo de matérias opinativas ultrapassou o número das matérias informativas. Talvez, a complexidade do tema — que se refere ao direito, de todos os indivíduos da sociedade, a uma renda básica, anual ou em parcelas mensais, independentemente da sua condição social e econômica, — tenha criado, de um lado, uma dificuldade para sua cobertura pela mídia no seu modo informativo e, por outro lado, uma necessidade de que articulistas procurassem esclarecer o sentido da medida legal ou mesmo da persistência do Senador em criar uma

---

<sup>274</sup> De sandália, Suplicy faz crítica a projeto. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 17 out.2001; Lula lança hoje projeto para combater a fome. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 16 out.2001; Lula lança 3ª versão do ‘Fome Zero’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001; Lula modera discurso e lança 3ª versão do ‘Fome Zero’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out 2001; Lula: ‘Enquanto faltar comida na mesa dos brasileiros, não dá pra exportar’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 out. 2001.

“forma original” de combate à pobreza. Entretanto, ainda assim, nem a originalidade, nem os aspectos emancipatórios ou utópicos da Lei da Renda Básica de Cidadania compareceram de forma significativa no noticiário a respeito do evento.

### 4.3 – A POBREZA NA ÁGORA: O DEBATE NAS ESFERAS PÚBLICAS

*Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.*

Paulo Freire

A constituição do debate público, em que os diferentes atores se apresentam e trocam argumentos e contra-argumentos em público, é fundamental para a construção de um “*mundo comum*”<sup>275</sup> e a consolidação da democracia. A partir do intercâmbio de razões no espaço público, os indivíduos têm possibilidade de compartilhar experiências comuns e de reconhecer uns aos outros como sujeitos ativos e livres. De acordo com o pensamento de Hannah Arendt, esse “*mundo comum*” é uma construção da ação humana, obtida a partir dos laços de sociabilidade constituídos nas esferas públicas.

*“Como diz Hannah Arendt, a realidade do mundo só pode se manifestar de ‘maneira real e fidedigna’ quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem a mesma coisa, na mais completa diversidade.”*<sup>276</sup>

Assim, quando as questões são tratadas em público, pela apresentação de argumentos e razões, é possível construir novas referências e validar novos pontos de vistas para a construção de consensos e vontades coletivas, reconstruindo noções de justiça e de igualdade. Portanto, refletir sobre a configuração do debate público sobre a pobreza, a partir da cobertura noticiosa dos eventos selecionados, é fundamental para a compreensão da persistência do “enigma da pobreza” e das possibilidades de sua superação. Nesta parte do

<sup>275</sup> Ver ARENDT, H. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 59 et seq.

<sup>276</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. p. 42

trabalho, cabe analisar os elementos postos na esfera de visibilidade midiática - o que o debate público apresentou, ou deixou de apresentar – sobre a questão da pobreza que possam sugerir caminhos para o equacionamento do enigma. É importante notar que essa capacidade/incapacidade do debate público contribuir para uma mudança de patamar no tratamento da pobreza decorre, como vimos, tanto das características próprias da mídia – seu modo de funcionamento e sua lógica de mercado – quanto das matrizes de sentido prevalentes na sociedade que contribuem para que as questões sejam tratadas de uma determinada forma e não de outra.

Embora conhecida e registrada ao longo tempo — a necessidade de sua superação tenha sido alvo de discursos diversos —, a pobreza e a sua persistência permanecem como desafios a uma sociedade que se quer e se diz moderna. A longa distância entre os direitos previstos em lei e a sua efetivação na trama social revela a fragilidade ou até mesmo a inexistência de uma opinião pública crítica e consistente, como apontou Telles,<sup>277</sup> capaz de mobilizar e orientar valores e vontades políticas para a instauração de padrões mínimos de civilidade. A rigor, a constituição de uma opinião pública forte sobre as questões de interesse comum colocadas em debate na cena pública está diretamente associada à atuação dos *media* e a sua capacidade de tratar dos temas abordados. Como vimos anteriormente, ao garantir visibilidade, possibilitar interações simbólicas e produzir o aumento da reflexividade social, os *media* são fundamentais para a produção de inteligibilidade acerca da vida social e para o agendamento dos temas e sua problematização na pauta social e política.

Assim, ao abordar o tema da pobreza, o noticiário o inseriu na esfera pública, tornou visíveis diferentes facetas da questão, apresentou e alimentou polêmicas sobre ela e agregou atores diversos no debate. Ao fazer a mediação entre as várias dimensões da sociedade e colocar a pobreza como questão relevante para o debate no espaço de visibilidade mediática, o noticiário obrigou a sociedade a olhar para si própria, aumentando, ainda que a contragosto, a reflexividade social. Essa característica assumiu uma dimensão vigorosa na cobertura do Natal sem

---

<sup>277</sup> TELLES, V. da S. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia).

Fome, em 1993, que pode ser notada no extenso volume do material publicado – o maior em todo o período analisado – e na centralidade dada à mobilização social que o tema despertou. Tendo como foco central a convocação feita por uma organização não-governamental para a mobilização de múltiplas forças sociais voltadas para o combate à fome, o noticiário acabou por registrar diferentes faces da pobreza e por denunciar os padrões de incivilidade a que estão submetidos milhares de brasileiros, tornando visível, mesmo que nas entrelinhas do discurso jornalístico, sem menção explícita na linguagem, a denegação dos direitos humanos na prática cotidiana. Mais do que isso: ao celebrar a ação dos indivíduos e organizações que se mobilizaram na coleta, doação e distribuição de alimentos, os *media* mostraram que a sociedade não se conformava com a persistência da fome e, em muitas ocasiões, ecoou as palavras do Betinho, que afirmava ser um imperativo ético combater a fome na sociedade brasileira, fosse de forma emergencial, como era o caso da campanha do Natal sem Fome, fosse pelo tratamento das causas estruturais que a provocavam.

*“Quando começamos [a campanha], não havia no Brasil a consciência clara de que éramos um país com 32 milhões de indigentes (...) A campanha é esse grito, essa denúncia. Durante dois, três meses, era como se a gente tivesse dado um grito, mas não tivesse ainda o eco. Passado esse período, começamos a perceber sinais muito concretos de resposta. (...) Isso é um plano para cinco, dez anos, que começa agora, mas que só vai acabar quando você conseguir mobilizar toda a sociedade e mudar as políticas públicas, agrária, agrícola. O segredo é que quando você começa a mudar alguma coisa, o resto muda também. Mas, do que adianta propormos grandes mudanças estruturais, se não se consegue mudar o mínimo: a cabeça, a atitude, o gesto das pessoas? Agora sinto que milhares de pessoas estão mudando sua prática. (...)”<sup>278</sup>*

A fala do Betinho e a mobilização observada no Brasil também ecoaram na reportagem da revista *Veja*, que comparou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com movimentos históricos do país.

*“A cada trinta anos um pedaço do Brasil parece se botar em marcha atrás de uma bandeira mobilizadora. Na Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo, que lastreou o esforço de guerra do movimento armado de 1932 contra o governo do então presidente Getúlio Vargas, a mobilização foi ideológica e abençoada pelo clero (...). Já na Campanha do Ouro para o Bem do Brasil, de 1964, lançada com estardalhaço pelos Diários e*

---

<sup>278</sup> SOUZA, Herbet. Sociedade tem que aprender a pressionar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1993.

*Emissoras Associados em apoio ao golpe militar, o apelo era patriótico. (...) Decorrem outras três décadas e o país volta a ser mobilizado. Desta vez, em torno da cidadania, da ética democrática. Desta vez, e pela primeira vez, buscando não excluir ninguém. É a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (...)*<sup>279</sup>

Ao possibilitar que a sociedade olhasse para o tema da pobreza, a mídia criou condições para que o avesso da sociedade pudesse ser visto. De forma fragmentária, como é próprio da linguagem midiática, obtiveram registro a espoliação dos trabalhadores, a miséria dos que vivem no campo, o desamparo das crianças oriundas de famílias pobres, a violência cotidiana a que estão submetidos os indivíduos que sobrevivem com as sobras recolhidas no lixo. Imagens que chocaram e obrigaram a sociedade a reconhecer a iniquidade da vida de amplos setores da população. Ainda que a ação decorrente dessa visão do avesso, da violência silenciosa que impera no cotidiano da vida social, tenha sido caritativa, assistencialista, filantrópica, não é possível ignorar essa visibilidade em negativo. Pois, como afirma Telles, a figuração da pobreza diz muito da constituição da própria sociedade:

*“As figuras da pobreza dizem, portanto, mais do que os horrores da privação material. Elas montam um cenário no qual a sociedade se faz ver no modo mesmo de sua constituição. No interior de um imaginário que desrealiza a realidade no registro do vazio e da carência, a questão da pobreza esclarece algo desse divórcio entre o Brasil real e o Brasil legal, entre Estado e Nação, Estado e sociedade (...)*<sup>280</sup>

Além disso, como já vimos, ainda que o sistema midiático seja fundamental para a constituição de espaços para um debate pluralista, que agrega posições, mostra contrapontos e argumentos em diferentes perspectivas, ele não é suficiente para garantir a permanência das questões na esfera pública. Entretanto, a extensão da pesquisa realizada – de 1993 a 2005, nos diferentes eventos selecionados - sugere que a questão da pobreza se constituiu num tema de relevância no debate público e por isso se manteve – e ainda se mantém - na esfera de visibilidade mediada por um tempo significativo.

---

<sup>279</sup> A fome adquire rosto e move Brasil comum *Veja*, São Paulo. 29 dez. 1993.

<sup>280</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. P. 118.

A mobilização da sociedade, os argumentos e razões apresentados publicamente pelos diferentes atores sociais e políticos no noticiário jornalístico — que foram desde a polêmica acerca dos critérios de definição da pobreza, até às características emancipatórias ou tutelares dos cupons de alimentação, passando pelo questionamento dos índices nutricionais de determinados alimentos tradicionalmente ingeridos por grupos da população, ou pela recusa à denominação de “*famintos*” que era atribuída a certos grupos sociais — sugerem que a fome e a pobreza, em seus vários aspectos e dimensões, estariam sendo discutidas em outras esferas públicas, ou em círculos mais restritos, e articulava indivíduos e grupos em torno delas. Nesse sentido, é possível perceber, no noticiário, a reverberação de aspectos dos debates que estavam sendo travados nesses outros espaços, sendo possível admitir que a mídia deles se alimentava, ao mesmo tempo em que, pela cobertura realizada, fornecia mais elementos para que o debate prosseguisse. A rigor, como apontado por Habermas<sup>281</sup>, o discurso midiático retirou as discussões dos seus contextos espacial e temporalmente restritos e possibilitou o entrecruzamento de arenas e a formação de teias discursivas sobre a questão da pobreza.

A reportagem “*Fome só acaba com riqueza distribuída*”<sup>282</sup>, por exemplo, evidenciou a polemização acerca do tema, que mobilizou inúmeros especialistas, estudiosos e membros de organizações sociais num debate realizado na capital paulista, com o objetivo de “*analisar de forma crítica as causas das desigualdades econômicas e a propor alternativas capazes de acabar com a indigência*”. Da mesma forma que o noticiário acerca do lançamento do projeto Fome Zero, em 2001, registrou os ecos dos debates e trocas de argumentos sobre a questão da pobreza, que tiveram lugar na esfera política restrita, no âmbito dos partidos políticos e do Parlamento, mais especificamente. Já a matéria “*Cidade-piloto não vê fome como prioridade*”<sup>283</sup> é um dos exemplos da ocorrência dos processos de trocas e interações simbólicas e de interconexão de esferas públicas proporcionados pelos mídias. Ao revelar que gestores municipais e moradores de Guaribas – primeira cidade a receber o Fome Zero — não consideravam a fome

---

<sup>281</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997.

<sup>282</sup> Fome só acaba com riqueza distribuída. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1993.

<sup>283</sup> Cidade-piloto não vê fome como prioridade. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 1º fev./2003

como principal problema do município, discordando, assim, da avaliação feita pelo governo federal, a reportagem tornou visível o surgimento de polêmicas e o entrecruzamento de argumentos sobre a pobreza, aproximando indivíduos que estavam geograficamente distantes e dispersos. A inserção da questão da pobreza na agenda social e política, principalmente em função do lançamento do programa Fome Zero e da centralidade conferida ao tema pelo Poder Executivo, também apresentou repercussões no Parlamento, que foram reverberadas nas páginas dos jornais. Foi o que mostrou a notícia “*Câmara cria Comissão de Combate à Fome*”:

*“Para não ficar de fora da mobilização contra a fome no país, a Câmara dos Deputados criou ontem a Comissão Permanente de Combate à Fome e Segurança Alimentar. O projeto de resolução, apresentado pelo corregedor-geral da Câmara, deputado Barbosa Neto (PMDB-GO), foi aprovado por unanimidade na reunião da Mesa Diretora da Casa. Segundo o deputado, a comissão será a contribuição do Legislativo para o programa Fome Zero (...)”<sup>284</sup>*

Ainda que os registros sobre a sanção presidencial da lei que criou a Renda Básica de Cidadania não tenham priorizado os aspectos centrais da nova legislação, eles mostraram que o tema da pobreza alcançava a esfera política restrita, especialmente o Parlamento, ao evidenciar que um projeto de Lei que transitava há mais de dez anos, finalmente havia sido aprovado no Senado e encaminhado à sanção do Executivo. Mesmo que se possa atribuir esse fato à vitória do PT nas eleições de 2002 (partido do Senador Suplicy, autor do projeto de Lei), a sensibilização do Senado também pode ter resultado da importância que as políticas de combate à pobreza — portanto da relevância do tratamento político do tema da pobreza — passaram a ter naquele contexto. Já a cobertura do lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza indicou a mobilização em torno da questão ocorrida em fóruns da sociedade civil e, ao identificar a polêmica em torno da participação do presidente Lula no Fórum Econômico de Davos, apontou que o debate sobre a questão também estava sendo travado em espaços multilaterais e internacionais.

*“(...) Lula chegou a Porto Alegre ontem à noite e foi recepcionado pelo governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB). No hotel, em reunião com membros do Conselho Internacional do FSM e sete ministros,*

<sup>284</sup> Câmara cria Comissão de Combate à Fome. *O Globo*, Rio de Janeiro. 30 jan.2003.

*falou da disposição de levar ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, o debate sobre o combate à fome: — ‘Estou mudando a agenda de Davos’ — disse Lula ao ser questionado sobre o teor de seu discurso no Fórum Econômico, segundo participantes do encontro. Lula disse ainda que, no ano passado, já conseguiu introduzir o tema do combate à fome na agenda do encontro da Suíça. (...)”<sup>285</sup>*

Assim, o discurso midiático sobre a pobreza acabou por possibilitar a emergência de um espaço de compartilhamento, em que as pessoas puderam se ver como parte de um público mais amplo e tendo acesso a informações sobre essa dimensão do “mundo comum”. Ainda que de forma insuficiente e extremamente incipiente, o noticiário, ao apresentar manifestações discursivas<sup>286</sup> — as chamadas aspás no jargão jornalístico — de diferentes indivíduos e grupos nas matérias e reportagens, registrou a participação dos afetados pela pobreza e, de forma variada e mais incisiva, a participação daqueles que se consideravam concernidos à questão e ao debate que se travava na sociedade. Nesse sentido específico, o combate à fome passou a ser visto como algo relevante. Mesmo que as perspectivas e direções para combater a pobreza fossem superficiais, equivocados ou insuficientes na formulação da questão da violação dos direitos, percebe-se que foram mobilizados esforços e produzidos argumentos para o tratamento da questão, contribuindo para romper com o silêncio e o desinteresse em torno do tema. Conforme formulações de Arendt, o espaço público é o lugar que preserva a ação do esquecimento<sup>287</sup>. De certa forma, a presença de diferentes indivíduos que manifestam, com palavras e com ações, que a situação de pobreza vivida por amplos segmentos da população é algo que lhes concerne sugere que a pobreza é uma questão que diz respeito a todos. Ou seja, mesmo que não tenha sido possível identificar no noticiário uma concepção acerca da pobreza que a associe às regras de sociabilidade na trama social, a cobertura, nos diversos eventos selecionados, indicou que o tema foi tratado por diferentes públicos que se sentiram concernidos àquela questão, em uma pluralidade cada vez maior de arenas. Nos registros de manifestações de artistas, intelectuais, políticos, empresários, grupos organizados da sociedade civil, indivíduos

---

<sup>285</sup> Fórum Social começa com protestos contra Lula. *O Globo*, Rio de Janeiro. 27 jan. 2005.

<sup>286</sup> Cf. MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

<sup>287</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1991

anônimos ou celebridades reconhecidas, foi possível evidenciar que a questão passou por uma ampliação significativa.

*“A massagista Janina Urban, 79 anos, mora sozinha numa casa de muros baixos e violetas na janela, em uma rua movimentada de Curitiba. (...) Ela é a força motriz da Obra Assistencial Abrigo do Senhor, um conjunto residencial com nove casas para famílias carentes de Curitiba. Cada família pode permanecer nas casas simples mas confortáveis por um período máximo de quatro anos, pagando apenas as contas de água e energia elétrica. ‘Nossa intenção é fazer com que eles economizem dinheiro para comprar a casa própria’, diz. (...)”<sup>288</sup>*

*“A economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Sônia Maria Rodrigues Rocha, 55, consultora do Banco Mundial para o combate à pobreza, considera ‘equivocado’ o programa Fome Zero do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para ela, a idéia de alimentar a população carente está ‘ultrapassada’. (...) Para Rocha, está errado condicionar o dinheiro à compra de comida e, ainda assim, somente a itens predeterminados. ‘É uma forma de tutelar, conceito velho e ineficiente’, afirmou. (...)”<sup>289</sup>*

Entretanto, como vimos, o acesso à esfera de visibilidade midiática não é simétrico e, sim, marcado por fortes desigualdades e regulado pelo próprio sistema midiático. A esses constrangimentos somam-se os procedimentos operatórios e as regras discursivas próprias do jornalismo que dificultam a inserção dos afetados pela pobreza e, quando ela ocorre, tais dificuldades acabam por definir a presença dos pobres nas narrativas. Assim, nos debates públicos acerca da pobreza, registrados no noticiário analisado, os afetados pela pobreza quase não compareceram. Na maior parte da cobertura, eles não tiveram voz e não foram apontados como cidadãos e identificados como capazes de participar e opinar sobre as questões e problemas que diziam respeito a eles próprios e à comunidade política. Essa ausência marcou, principalmente, o noticiário referente ao lançamento do projeto Fome Zero, em 2001, à posse do presidente Lula, em 2003, à sanção presidencial da lei da Renda Básica de Cidadania, em 2004, e ao lançamento da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza, em 2005. Essas coberturas abordaram a questão da pobreza e ignoraram a ótica dos afetados pelo problema. Eles, simplesmente, não compareceram ao debate, quando a questão foi tratada a partir das perspectivas de atores do mundo político, principalmente.

<sup>288</sup> O Brasil faz milagres sem Betinho. *Veja*, São Paulo. 29 dez.1993.

<sup>289</sup> Economista acha estratégia do Fome Zero ‘ultrapassada’. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 30 jan.2003.

Nos momentos em que os afetados participaram do debate e se fizeram presentes nas principais polêmicas colocadas sobre a questão da pobreza, eles – nomeados de “*indigentes*” e “*mendigos*” em grande parte das matérias – ocuparam, em geral, um lugar esvaziado de sentido e suas falas restringiram-se a associar critérios de faticidade à narrativa noticiosa. Como já vimos, as vozes dos pobres, em grande parte dos textos jornalísticos, atestaram e validaram as informações relatadas pelo repórter, conferiram legitimidade ao relato feito. Mesmo evidenciando o quadro de privação de direitos experimentado por eles, os pobres, nas matérias, não associaram a sua experiência a uma questão de direitos e de cidadania e, assim, acabaram por reafirmar seu lugar de destinatários da caridade pública.

Outro elemento que nos chamou a atenção é que, no debate público proporcionado pela esfera de visibilidade midiática, os pobres não apareceram sob a forma organizada. Se de um lado, a cobertura apontou uma ampliação da questão que passou a ser tratada no mundo artístico, político, empresarial e na vida privada, por outro lado, não foi possível identificar nenhuma relação entre a questão da pobreza e algum tipo de movimento social reivindicatório de direitos. Ora, a questão da pobreza poderia ter sido tratada, por exemplo, pela ótica dos movimentos da luta pela moradia, pela reforma agrária, ou os movimentos contra o trabalho infantil e escravo, entre outros. Nem mesmo nos espaços dedicados ao gênero opinativo, como os artigos, foi registrada a presença de grupos sociais organizados que pautassem a questão da pobreza, na perspectiva das lutas por reconhecimento e por garantia de direitos.

A forma de inscrição dos afetados pela pobreza no terreno social também definiu o tratamento na mídia. Em algumas matérias, eles apareceram como categoria social, mas de âmbito individual. Assim, como catadores de lixo, faxineiros, mecânicos, diaristas, agricultores e lavradores eles permaneceram no não-lugar, onde não foram reconhecidos como sujeitos de direitos e, sim, objetos de ações caridosas e assistenciais. Com isso, os afetados pela pobreza não compareceram ao debate como “*sujeitos falantes*” – nas palavras de Telles –, não tiveram forças e sucumbiram ao apagamento simbólico. Tratados no isolamento,

sem nenhuma possibilidade de organização social para a conquista de direitos, os pobres não foram identificados como cidadãos e, circunscritos a uma condição de não-direitos, sem possibilidade de ação e de discurso, não foram capazes de instaurar conflitos e litígios, fundamentais para o reconhecimento e a criação dos direitos na dinâmica social.

*“O peculiar à presença de sujeitos falantes na cena política é que colocam à prova os princípios universais dos direitos, já que desestabiliza a geometria estabelecida dos lugares e abre o litígio em torno da medida de igualdade (e suas equivalências possíveis) nas relações sociais – essa medida é terreno do conflito.”*<sup>290</sup>

A rigor, os conflitos somente podem ser considerados legítimos numa sociedade em que esteja presente um imaginário igualitário, que leve os indivíduos a se reconhecerem mutuamente como iguais e a compartilharem os valores da igualdade e da justiça. Nesses contextos, os “*sujeitos falantes*”, mesmo situados nas franjas da sociabilidade, são capazes de questionar regras e consensos estabelecidos, provocando uma dinâmica social fomentadora de novos valores e geradora de novos direitos. Um bom exemplo desse processo baseado na dimensão transgressora do direito é a questão do trabalho infantil doméstico no Brasil. Até pouco tempo atrás, valores culturais protegiam a exploração do trabalho infantil doméstico de questionamentos éticos e morais e a sua prática era tida como uma questão inerente à tradição cultural e, muitas vezes, vista como um “favor” que se fazia à criança e à família, sem condições financeiras e sociais para criar os próprios filhos. Um longo processo de debate público acerca do tema — com forte participação do sistema midiático, que proporcionou a apresentação de novos atores e de argumentos e agenciou novos sentidos — inseriu o trabalho infantil doméstico numa agenda de direitos humanos, que passou a ser visto como inaceitável, amoral e antiético, e foi definido no plano legal como crime.<sup>291</sup>

---

<sup>290</sup> TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. P. 182

<sup>291</sup> Nesse sentido, é importante registrar que o noticiário referente ao Natal sem Fome apresentou indícios de que a iniciativa da sociedade civil tinha em conta a importância dos debates públicos e das lutas por reconhecimento para a mudança de valores, a formação de consensos e de vontades, em que a pobreza fosse considerada inaceitável e sua superação fosse tida como um imperativo ético a toda a sociedade. Essa dimensão esteve presente em trechos das entrevistas concedidas pelo Betinho aos órgãos de imprensa e também na reportagem da revista *Veja*. Ver: Betinho – O grão da cidadania *Veja*, São Paulo. 29 dez. 1993.

Assim, a ausência dos afetados pela pobreza no debate, a inexistência desses sujeitos falantes, impede que as pré-condições para a formação discursiva da opinião sejam exercidas. No entanto, ainda que a normatividade tenha sido insuficiente, foi possível observar – ao longo do período analisado - que o poder produzido comunicativamente foi transformado em poder aplicado administrativamente. Dos debates e discussões ocorridas no mundo da vida — cujos sinais são perceptíveis na cobertura dos *media* nos eventos analisados —, as polêmicas sobre a pobreza foram incorporadas nas esferas públicas, transformaram-se em fluxos comunicativos e a questão emergiu nos debates travados no mundo sistêmico, inscrevendo-se institucionalmente, por meio da legislação. O próprio programa governamental Fome Zero é um exemplo da regulamentação da questão, do seu registro no poder administrativo e poder político — é preciso lembrar que em 1993, como já vimos, a responsabilidade do Estado sobre a questão da pobreza era apenas retórica ou superficial. Também é importante o caso da Lei que criou a Renda Básica de Cidadania. A idéia de que todos os cidadãos tenham direito a uma renda básica mínima foi inscrita no plano legal, em meio a debates e polêmicas. Se a palavra direito não foi expressa no discurso jornalístico – como vimos -, sua concepção foi registrada, em alguma medida, quando o debate público possibilitou a transformação do poder social em poder comunicativo e, em seguida, em poder administrativo e político. A inscrição no plano legal dessas questões, como resultado de debates públicos, cria a esperança de levar o tema da pobreza na perspectiva do pertencimento dos pobres a uma comunidade política, em que a concepção do “direito a ter direitos” possa ultrapassar as noções da ajuda humanitária e assistencialista e se inscrever na perspectiva dos direitos humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida:  
vê-la desfiar seu fio,  
que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma,  
teimosamente, se fabrica,  
vê-la brotar como há pouco  
em nova vida explodida;  
mesmo quando é assim pequena  
a explosão, como a ocorrida;  
mesmo quando é uma explosão  
como a de há pouco, franzina;  
mesmo quando é a explosão  
de uma vida severina.*

João Cabral de Melo Neto

A construção de um mundo justo, solidário e livre tem sido desafiada, ao longo do tempo, pela persistência da pobreza. No caso do Brasil, a existência de milhares de pessoas privadas da dignidade humana, vivendo sob as mais precárias condições de vida, denuncia a ruptura do pacto social e evidencia o fracasso da sociedade na universalização dos direitos humanos. Registrada por diferentes discursos políticos e abordada por distintas iniciativas governamentais e no âmbito da sociedade civil, a persistência da pobreza inquieta e, como um enigma, revela a inexistência de uma opinião pública forte e crítica, capaz de colocar sua superação como imperativo ético para a instauração de um projeto nacional, apoiado nos valores da justiça e da igualdade.

O tratamento das questões na esfera pública, a partir da troca de razões, de argumentos e de contra-argumentos, em que os sujeitos se apresentam e se reconhecem mutuamente, é fundamental para a construção de sentidos comuns e de vontades coletivas. Assim, a constituição de uma opinião pública consistente em torno da superação da pobreza, baseada na força transgressora dos direitos, implica a atuação e o funcionamento do sistema midiático e a sua capacidade de produzir visibilidade, deslocar espacial e temporalmente a conversação social, ampliando o debate público, possibilitando que o tratamento da questão possa ser significativamente alterado.

A pesquisa realizada nos jornais O Globo e Folha de São Paulo e nas revistas Veja e Carta Capital, a partir de seis eventos ocorridos no período compreendido entre 1993 e 2005, revelou a constituição de um importante debate público sobre a questão da pobreza, marcado por forte mobilização da sociedade e pela apresentação de razões por diferentes atores sociais. As figurações da pobreza, as polêmicas e argumentos apresentados evidenciaram, por meio de procedimentos operatórios próprios do sistema midiático, especificamente, o jornalismo, matrizes de sentido prevalentes na sociedade.

A partir da análise do noticiário, foi possível perceber ecos de debates sobre a questão da pobreza que estavam sendo travados em esferas públicas distintas, que se alimentavam do discurso produzido pela mídia, ao mesmo tempo em que forneciam mais elementos para o processo de construção da narrativa noticiosa. Assim, o período analisado evidenciou a existência de arenas discursivas e, mais, o entrecruzamento entre elas a partir dos modos de funcionamento da mídia, que retirou as discussões dos seus terrenos espacial e temporalmente delimitados, possibilitou a troca de interações simbólicas e estimulou a reflexividade social. Além disso, a extensão da pesquisa realizada – de 1993 a 2005, nos diferentes eventos selecionados – permitiu-nos apreender que a questão da pobreza se constituiu num tema de relevância no debate público, surgindo, mesmo que esporadicamente, de forma recorrente na esfera de visibilidade mediada.

As páginas dos jornais e revistas estamparam diferentes faces da pobreza e denunciaram as condições de incivilidade experimentadas por milhares de brasileiros. A configuração do debate público sobre a questão da pobreza impôs à sociedade a imagem de si própria, mas registrada em negativo. Assim, o discurso midiático obrigou a sociedade a olhar para si própria e a enxergar o seu avesso., contribuindo para a reflexividade do social. Diante da sua imagem invertida – materializada em histórias trágicas de homens, mulheres e crianças relatadas nas matérias jornalísticas – a sociedade manifestou, ao longo do noticiário, muitas formas de inconformismo com a existência da fome no País e se mobilizou – ainda que no terreno da filantropia e fora do campo dos direitos – na tentativa de superar o problema. A cobertura jornalística sobre o Natal sem Fome, em 1993,

fez ecoar as palavras de Herbet de Souza, o Betinho, que, ao inserir a questão na agenda da sociedade, tentava tratar a superação da pobreza como um imperativo ético. O noticiário do período deu relevância às ações de solidariedade de setores sociais para o enfrentamento da fome – mesmo que de forma emergencial e caritativa. A mobilização de diversos setores sociais diante da situação de pobreza vivenciada por parcelas da população brasileira também foi registrada no noticiário quando do lançamento do programa Fome Zero, em 2003. De maneira restrita, insuficiente e fragmentária, o inconformismo da sociedade com a persistência da pobreza e o envolvimento social para a sua superação também foram registrados na cobertura jornalística referente à Chamada Global para Ação contra a Pobreza, em janeiro de 2005.

A análise realizada evidenciou, também, que o discurso midiático sobre a pobreza registrou a presença de sujeitos do mundo político, empresarial, social e artístico, indicando que o tema passou a ser considerado por um número cada vez maior de pessoas, possibilitando, assim, a ampliação do debate. A partir de modos operatórios próprios, a mídia – ao longo do período analisado - confrontou atores e agenciou sentidos, e a questão da pobreza passou a ser vista como algo relevante e concernente a toda a sociedade. Ao longo do período analisado, foi possível perceber alterações – ainda que restritas – nas configurações acerca da pobreza, a partir da emergência de novos atores e a apresentação de novas controvérsias. Em 1993, o debate foi marcado pelo predomínio das falas da sociedade civil, que realizou um chamado cívico, baseado na solidariedade individual, para a mitigação da fome no país. Naquele momento, o Estado não compareceu ao debate e a questão da pobreza deixou de ser vista também como uma questão afeta às responsabilidades constitucionais e éticas no plano governamental. Essa abordagem sobre a pobreza – tratada fora do campo das políticas públicas e das responsabilidades dos agentes públicos - começou a sofrer alterações no noticiário sobre o lançamento do Projeto Fome Zero, em 2001. Ainda que tenha sido privilegiado o sentido referente à disputa política que se desenhou no período que antecedia as eleições presidenciais, o noticiário marcou a entrada em cena dos atores políticos e representantes governamentais. Mesmo que as vozes que se apresentavam no debate estivessem sendo movidas por interesses estratégicos, elas foram importantes para inserir o debate no

âmbito das responsabilidades do Estado e tratar a questão da pobreza como um problema político, afeto às políticas públicas, de natureza social e não apenas como decorrência de desigualdades de renda.

O debate sofreu alterações também no que se refere à participação dos afetados pela pobreza. Em geral, eles se apresentaram ao debate como protagonistas de histórias de interesse humano, relatadas nas matérias jornalísticas. As suas vozes conferiam legitimidade à narrativa noticiosa e inseriam a notícia no terreno da faturalidade. Assim, no noticiário do Natal sem Fome, as falas dos pobres atestavam as informações relatadas no texto jornalístico, reafirmando seu lugar de carência e justificando os atos filantrópicos. Dez anos depois, em 2003, quando o foco da notícia estava voltado para a implantação do programa governamental Fome Zero, os afetados pela pobreza retornaram à cena pública e foi possível perceber alguns lampejos de uma inserção diferenciada no debate. Ainda que as vozes dos afetados pela pobreza, na maioria das matérias, tenham permanecido restritas a uma função testemunhal, em alguns momentos os pobres apresentam controvérsias e contra-argumentos, chegando a esboçar uma reivindicação por um outro lugar, que não fosse o do “*faminto*” e do “*indigente*”. Estes registros sugerem uma ampliação e uma mudança de qualidade no debate público sobre o tema.

Os ganhos epistêmicos obtidos e as ampliações experimentadas pelo debate, por sua vez, contribuíram para a formação e, principalmente, para a legitimação da vontade política acerca da questão da pobreza. A análise do material revelou que os debates sobre a pobreza que ocorriam no mundo da vida foram absorvidos pelo mundo administrado e alguns dos seus aspectos penetraram no sistema político formal, sob a forma de legislação específica, reforçando elementos relevantes no arcabouço legal do País. Os fluxos comunicativos – favorecidos e amplificados pelo discurso midiático – transformaram o poder social em poder comunicativo e, em seguida, em poder administrativo e político, por meio da legislação. Nesse sentido, a instituição do programa Fome Zero e a sanção presidencial da Lei de Renda Básica de Cidadania, em meio a debates e polêmicas sobre a questão da pobreza, podem ser vistos como resultados de um processo dialógico, no âmbito da esfera pública,

e de fundamental importância para a instauração e legitimação das decisões políticas.

Essas transformações observadas no debate público constituído acerca da questão da pobreza - ainda que representem ganhos importantes na abordagem do tema -, não foram suficientes para a instauração de um processo discursivo, no âmbito do espaço público, ancorado em uma perspectiva emancipatória e na gramática dos direitos humanos, necessárias para neutralizar os aspectos da nossa cultura coercitiva, paternalista e conservadora, matrizes cognitivas das abordagens caritativas e assistencialistas da questão. Consideramos que duas das características principais do debate público constituído, no período analisado, oferecem condições para a compreensão dessa dificuldade: a forma predominante de inscrição dos afetados pela pobreza – que não se apresentaram como sujeitos falantes na cena pública, reivindicando seu pertencimento a uma comunidade política que lhes garantiria “o direito a ter direitos” - e a falta de articulação entre pobreza, cidadania e direitos humanos no noticiário analisado. Essas duas características se entrecruzaram e se constituíram mutuamente ao longo do período analisado, numa lógica produzida por circularidade e não na condição formal de causa e efeito.

As assimetrias que marcam a participação dos atores sociais na esfera pública, os modos operatórios e as regras próprias do discurso midiático, além da percepção social conservadora e tutelada em relação à pobreza, constituíram constrangimentos relevantes à inserção dos pobres, na sua condição de sujeitos (políticos, portadores de direitos) afetados, no debate público sobre a questão. A rigor, a análise do noticiário evidenciou a ausência dos afetados pela pobreza nos debates públicos que discutiam a violação de sua dignidade humana e os destinos da própria vida. Na maioria das coberturas analisadas, a pobreza foi tratada a partir da ótica dos não-pobres, fossem eles estudiosos, políticos, lideranças sociais ou religiosas. Esse traço, a ausência dos afetados, marcou de maneira decisiva o noticiário referente ao projeto Fome Zero, em 2001, à instituição da Lei da Renda Básica de Cidadania, em 2004, e ao lançamento da Chamada Global para Ação contra a Pobreza, em 2005. Sem a participação dos afetados pela pobreza, o debate público não se realizou na potencialidade desejada, deixou de

incluir questões pertinentes e a disputa de sentidos ficou limitada às percepções sociais dominantes.

Chamou-nos mais atenção, no entanto, o fato de que, quando lhes foi dada voz, os pobres limitaram-se a confirmar o espaço da não-cidadania que lhes era atribuído. Eles não foram reconhecidos e nem se reconheceram como sujeitos de direitos, cidadãos capazes de opinar sobre a própria sorte e sobre problemas que diziam respeito a eles próprios ou a sua comunidade política. Nos momentos em que participaram do debate, eles se fizeram presentes no discurso sobre a questão da pobreza. Mas, identificados como “*indigentes*”, “*mendigos*” e “*menos favorecidos*”, ocuparam, em geral, um lugar esvaziado de sentido e suas falas restringiram-se a associar critérios de faticidade à narrativa noticiosa. Ao atestarem as informações relatadas pelo repórter, validando a narrativa jornalística, as falas dos pobres conferiram legitimidade aos textos informativos. Mesmo quando evidenciavam a experiência de privação de direitos, os pobres não a inscreviam no terreno da cidadania. Ao não registrarem a polêmica na gramática dos direitos, eles reafirmaram o seu lugar de destinatários de caridade e contribuíram para o não-reconhecimento da sua dignidade humana.

Nessa perspectiva, no noticiário a imagem do pobre foi construída no registro do negativo e em contraposição à do cidadão – uma categoria que se apresentou no texto jornalístico como não-política, concebidas sob a ótica do voluntarismo individual e motivado pela compaixão – ou sob a tutela da ação estatal. O lugar ocupado por eles foi, na verdade, o não-lugar, o lugar da não-cidadania. Neste espaço, eles não eram reconhecidos e, pior, não se reconheciam mutuamente como sujeitos de direitos. E, assim, não rompiam com a visão filantrópica e a eles não restava mais nada, a não ser caridade, ajuda e benefício. Esse tipo de visibilidade proporcionada pela mídia aos afetados pela pobreza circunscreveu o tratamento da questão no âmbito da assistência e configurou a relação entre eles, o Estado e a sociedade.

Ao não registrarem a questão da pobreza – e nem se inscreverem - na linguagem dos direitos, ficou sepultada a possibilidade do reconhecimento mútuo da igualdade política entre os indivíduos. Se eles não se reconhecem e nem se

declaram como iguais, ficam prejudicadas tanto a interlocução pública sobre as questões concernentes a suas vidas quanto a possibilidade de emergência do dissenso e do litígio. Num ambiente em que os indivíduos não se identificam como iguais, não é possível mobilizar a gramática dos direitos e os interesses dissonantes não são tidos como legítimos.

É importante notar que o noticiário não registrou nenhuma ligação entre a questão da pobreza, a luta por sua superação e a atuação de movimentos sociais ou de grupos ligados à defesa dos direitos da pessoa humana. A questão da pobreza não apareceu como bandeira de luta de grupos reivindicatórios de direitos e de defesa dos direitos humanos. Isso sugere que não somente os pobres ocuparam um não-lugar no debate público constituído nas coberturas, como o tema da pobreza parece ter ocupado um lugar esvaziado de sentido de disputa, conflito e lutas coletivas por reconhecimento. É como se a questão da pobreza ocupasse um “limbo social”, apresentando-se como um tema sem sujeito, configurando-se como uma categoria pré-política.

Não identificada como uma questão que diz respeito aos padrões de acumulação e às regras de sociabilidade, a pobreza apreendida sob a forma de paisagem, sofreu a banalização que caracteriza este tipo de abordagem. Sem a declaração e o reconhecimento do pobre como sujeito de direitos e diante da ausência e do apagamento simbólico dos afetados pela pobreza, que ficaram sem possibilidade de lutar pelo “direito a ter direitos”, fica impossibilitada a inserção do tema da pobreza em outro terreno que não seja o da caridade e da filantropia.

Talvez o mais grave dessa despolitização do tema da pobreza seja o não-reconhecimento do pobre como pessoa humana, dotada de dignidade e com direitos à felicidade e à liberdade. Entretanto, se esses são os impedimentos para o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos na sociedade brasileira, os ecos do debate público que tentou formular a questão da pobreza em outros termos, são faíscas da esperança de que um dia a Nação possa pautar sua vida por regras de civilidade, justiça e igualdade.

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- Que é liberdade? In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- . Verdade e política. In: ----- . *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Editora Perspectiva e Editora da UFMG, 1996.
- . Teoria democrática e deliberação pública. In: *Lua Nova*. São Paulo, n 49, pp 25-46, 2000.
- ; COSTA, Sergio. Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, 2004, vol.47, p. 703-728
- . Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América latina. In: MAIA, R. & CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 63-90
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- BELIK, Walter; DEL GROSSI, Mauro. *O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais*. Juiz de Fora: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural (SOBER), julho de 2003. (pdf)
- BENEVIDES, Maria Victória de M. *A cidadania ativa; referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, Seyla (ed.) *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Presss, 1996. p.67-94.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- . *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- BOHMAN, James. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.
- BÓRON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BOVERO, Michelangelo. *Contra o governo dos piores: uma gramática da democracia*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BRASIL. Empresa Brasileira de Radiodifusão. Entenda as propostas da Chamada Global contra a Pobreza. *Agência Brasil*, Brasília, 27 jan. 2005.
- BUARQUE DE HOLLANDA. *Novo dicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sdt.
- CAMPBELL, Tom. A pobreza como violação dos direitos humanos: justiça global, direitos e as empresas multinacionais. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia – A juventude em questão*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- . *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- . Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Mídia e política: controversas relações. In: IGNÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima (Orgs). *Democracia e referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 157-179.
- . *Na tessitura da cena, a vida – Comunicação, Sociabilidade e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- . Minas: a tessitura imaginária. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.6, n.1, jan/abr. 1991. p. 116-123.

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar, botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- . *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- COHEN, Joshua. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J. & REHG, W. (Eds.) *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997.
- DAGNINO, Evelina et al (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FARIA, Claudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. In *Lua Nova*, São Paulo, n 49, pp 47-68, 2000.
- FREITAG, Bárbara. *Dialogando com Jurgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- GOMES, Wilson. *Apontamentos sobre o conceito de esfera pública*. Texto apresentado no Colóquio Mídias, Identidades e Espaço Público, Belo Horizonte, set. 2003. Mimeografado.
- . Esfera pública política e media II. In: Rubim, A.A.C.; Bentz, I. M. G. & Pinto, M.J. (Eds), *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999.
- . Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.P.S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 49-61.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade, vol 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1997.
- Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, Craig. (org.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts / London, MIT Press, 1992.
- Mudança Estrutural da Esfera Pública . Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

- *O Pensamento Pós-Metafísico – Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- *Theory of Communication Action, vol 2, Lifeworld and System: a critique of functionalism reason*. Boston: Beacon Press, 1989.
- *A inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 277-305.
- O caos da esfera pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2006. Caderno Mais!, 3-5.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos medias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-250
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Relatório de 2005*. [http://www.ibase.org.br/userimages/ibase\\_rel2005.pdf](http://www.ibase.org.br/userimages/ibase_rel2005.pdf)
- KEHL, Maria Rita. A fratria órfã - O esforço civilizatório do Rap na periferia de São Paulo. In: ----- (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 209-226.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editorial 34, 2000.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia. México: Fondo de La Cultura Económica*, 1988.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MAIA, Rousiley Celi; CASTRO, M. C. P. S. Conversação Cívica e Deliberação entre fronteiras: Discursos da Mídia sobre o Fórum Social Mundial no Brasil Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA. v.2, nº 2, dez.2004. p.75-116.
- *Democracia deliberativa: dimensões conceituais*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005. Mimeografado.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Exclusão e deliberação: a superação dos obstáculos ao intercâmbio público de razões*. Belo Horizonte: Grupo de

- Pesquisa e Estudos sobre Mídia e Espaço Público, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, s/d. Mimeografado.
- MIGUEL, Luís Felipe. Sorteios e Representação Democrática. In: *Lua Nova*, São Paulo, n 49, pp 69-96, 2000.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: Desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- NETO, Paulo de Mesquita. O papel do governo federal no controle da violência: O programa nacional de direitos humanos, 1995-1997. In: JUNIOR, Alberto do Amaral e MOISÉS, Claudia Perrone. (Orgs). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- NUN, José. *Democracia: gobierno de lo pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo da Cultura, 2000.
- PIOVESAN, Flavia. Pobreza como violação de direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.
- RABAÇA, Carlos A. ; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- . *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000
- RIBEIRO, Lavina Madeira. Comunicação e Sociedade – Cultura, Informação e Espaço Público. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.
- ROCHA, Sônia. Governabilidade e Pobreza. O desafio dos números. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda P. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 221-266.
- RODRIGUES, A.D. *Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- RUBIM, A. Política em tempos de ‘Media’: Impressões da Crise. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder & FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e Cultura Contemporâneas*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993. p. 158-168
- SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERTHEIN, Jorge e NETO, Marlova J. (Orgs.). *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: Unesco, 2003.

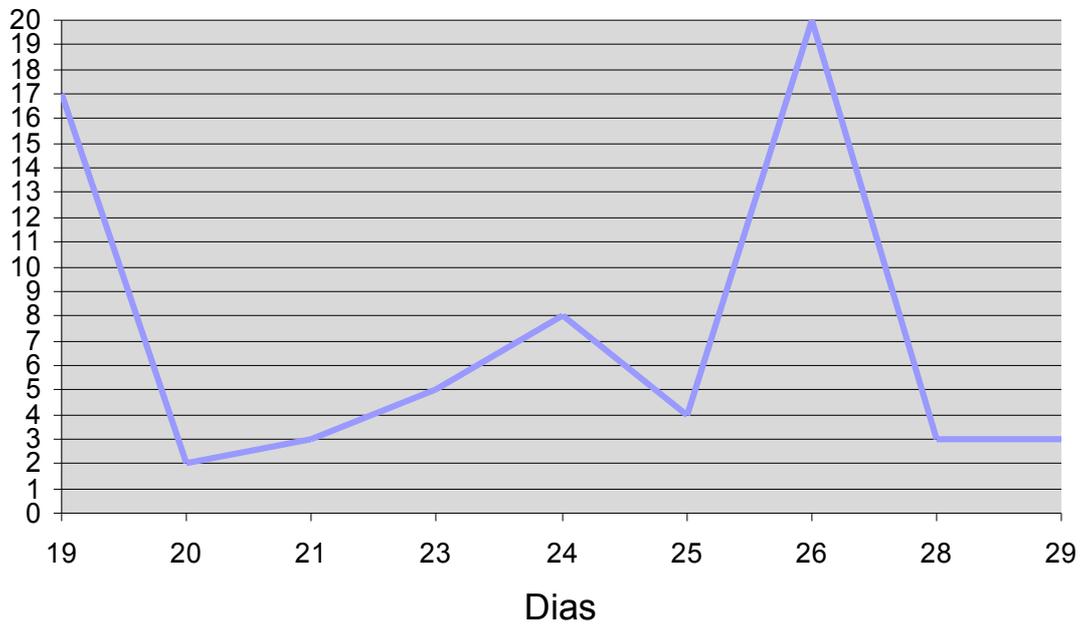
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça – A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986
- STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. *Ética, humanidade e ações pela cidadania*. [http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/18\\_Etica\\_\\_humanidade\\_e\\_acoes\\_por\\_cidadania.pdf](http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/18_Etica__humanidade_e_acoes_por_cidadania.pdf)
- STARLING, Heloisa M. M. *Lembranças do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.
- . Travessia – A narrativa da república em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 155-178.
- SUPLICY, Eduardo M. Programa Fome Zero do Presidente Lula a as Perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. In: *Econômica* v. 4, n. 1, p. 95-115, junho 2002 – impressa em outubro de 2003.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais – Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- . Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 2(1):23-48, 1.sem.1990.
- . *Cidadania inexistente: Incivilidade e pobreza*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese, Doutorado em Sociologia)
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. As Notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p.167-176.
- . *O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

- VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade – A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. p. 81-110.
- WEFFORT, Francisco. *O que é deputado*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- WHITAKER, F. *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/main>
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- .Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WOLTON, Dominique. Les contradictions de l'espace publique mediatisé. *Hermès*, Paris, 1991 n.10,p.95-114, 1991.

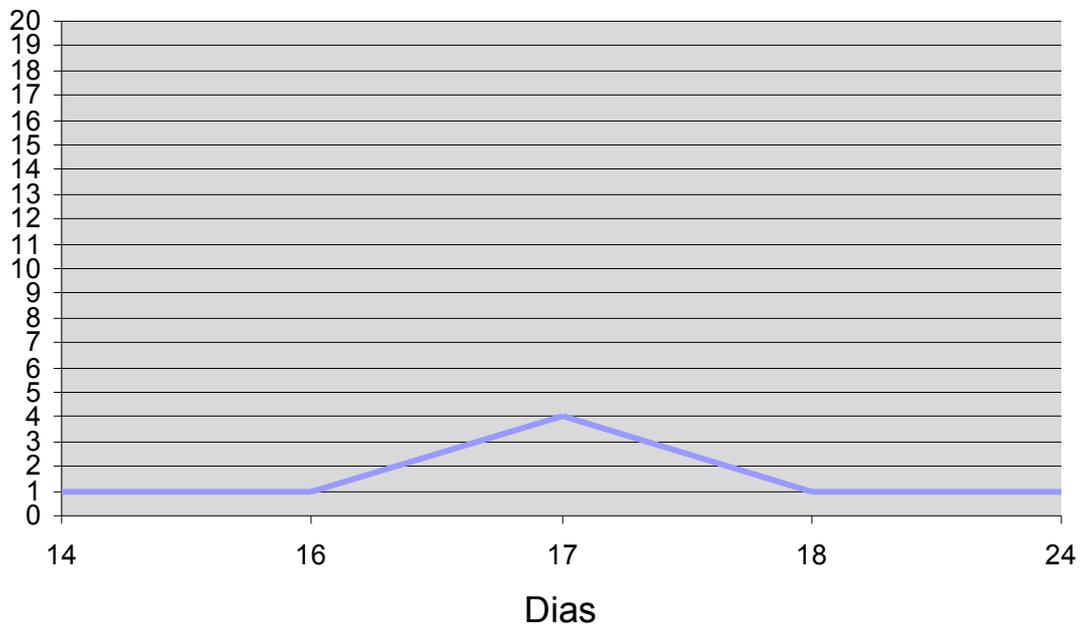
## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

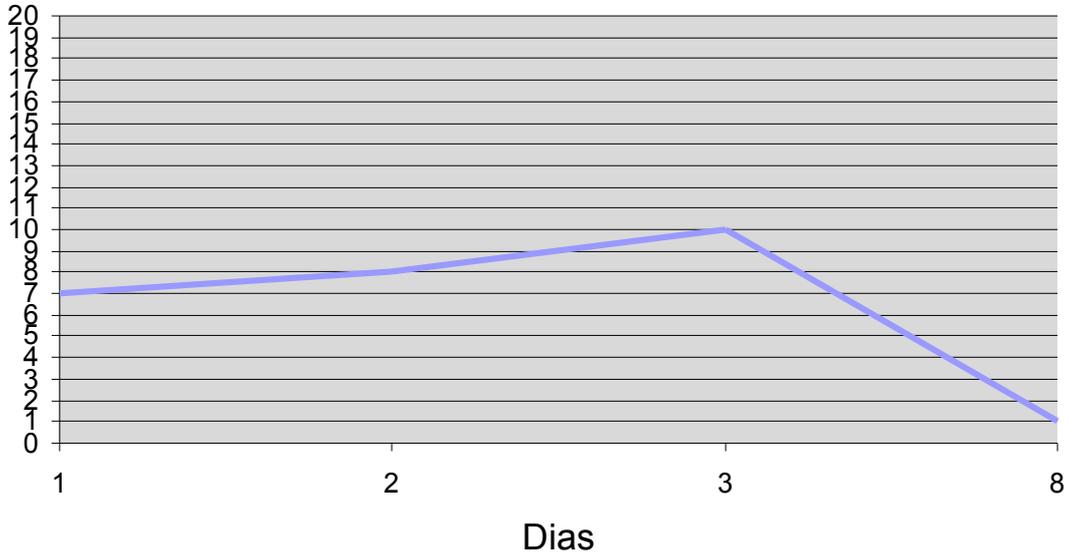
## Natal sem Fome - Dezembro de 1993



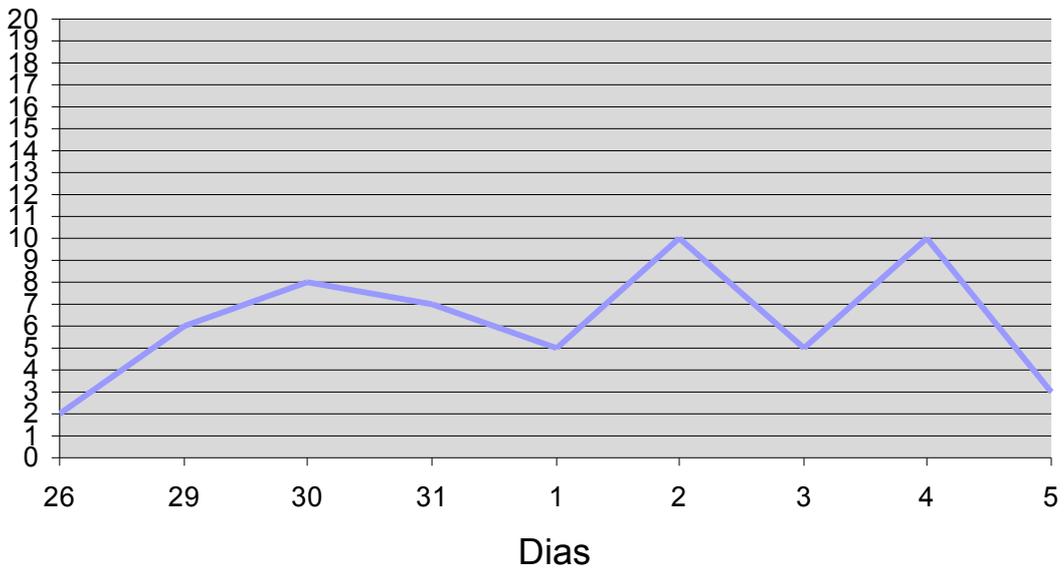
## Projeto Fome Zero - Outubro de 2001



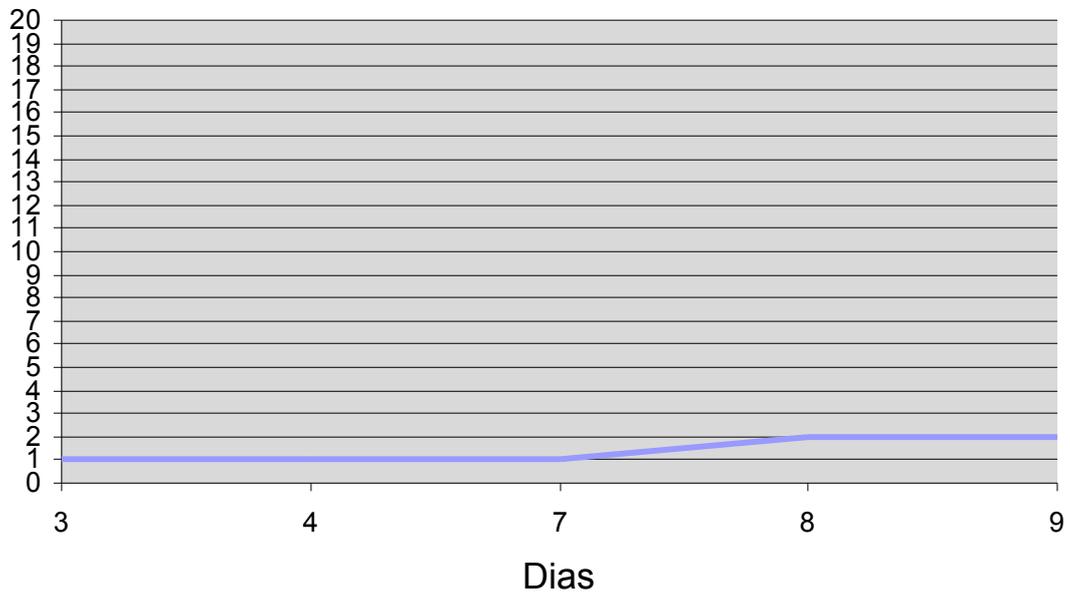
## Posse do Presidente Lula - Janeiro de 2003



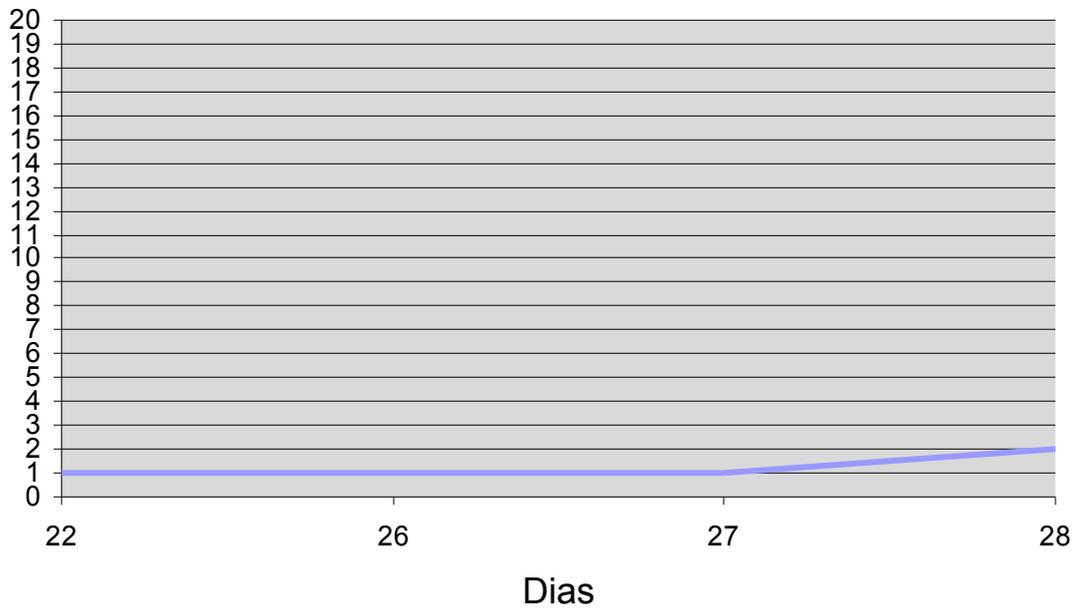
## Programa Fome Zero - Jan / Fev de 2003



## Renda Básica - Janeiro de 2004



## Chamada Global - Janeiro de 2005



## **ANEXO II**

## FICHAS DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS

### FICHA 1- REGISTROS DE ELEMENTOS DO CONTEÚDO DAS MATÉRIAS

Matéria	Indicações	Qualificações	Fontes	Argumento	Dados factuais/ estatísticos	Proposta de ação
	<b>Categorias</b>					
(número da matéria)	1- Pobreza  2- Cidadania  3- Direitos humanos					

**Observações:**

### FICHA 2- REGISTROS DOS ELEMENTOS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Modos Operatórios	Gênero	Personagens	Fontes	Ressignificação	Personificação
<b>Matérias</b>					
(número da matéria)					

**Observações:**

## **ANEXO III**

## FICHA RESUMO DOS ELEMENTOS DE CADA MATÉRIA, POR EVENTO

### LANÇAMENTO DA AÇÃO DA CIDADANIA – NATAL SEM FOME

40.1 Cara a cara com o Brasil	Subtítulo: Cidadão Betinho	Veja	29/12/1993	Reportagem	29 páginas da revista
40.2. O Médico		Veja	29/12/1993	Retranca: entrevista	
40.3. Um filho		Veja	29/12/1993	Retranca	
1.4 . Um músico	Se dou esmola? Dou E se não dou morro de arrependimento	Veja	29/12/1993	Retranca	
40.5. a cura		Veja	29/12/1993	Retranca	
40.6. A escola		Veja	29/12/1993	Retranca	
40.7. A fome adquire rosto e move o Brasil comum	A Campanha A cada 30 anos um pedaço do Brasil parece se botar em marcha atrás de uma bandeira mobilizadora (Bigode)	Veja	29/12/1993	Reportagem	
40.8. Os 32 milhões		Veja	29/12/1993	Retranca	
40.9. Um Comitê		Veja	29/12/1993	Retranca	
40.10 . A Usina		Veja	29/12/1993	Retranca	
40.11. O Brasil faz milagres sem Betinho	Por conta própria	Veja	29/12/1993	Retranca	
40.12. A Comida	A rotina diária de Jocélia de Souza que mata a fome de 1 300 moradores num bairro pobre da Zona Oeste de São Paulo	Veja	29/12/1993	Retranca	
40. 13.A Cidadania	Da iniciativa do empresário Ciro Heleno nasceu a Casa do Caminho, um abrigo para crianças abandonadas em Taguatinga	Veja	29/12/1993	Retranca	
40.14.A casa própria	Em Curitiba, Janina Urban idealizou um conjunto habitacional onde as famílias moram de graça até o dia em que compram sua casa	Veja	29/12/1993	Retranca	
40.15.Os mendigos	Dono de um restaurante no bairro de Botafogo, o engenheiro Antonio Carlos Gomes alimenta os mendigos e briga com os vizinhos	Veja	29/12/1993	Retranca	

40.16 – O direito ao trabalho	A dona de casa Inês Soares não trabalhava Abriu um centro que cuida de noventa crianças pobres de Recife para outras mães trabalharem	Veja	29/12/1993	Retranca	
40.17. A escola andarilha	Com um projeto inovador de educação popular, o historiador Sebastião Rocha atende 700 crianças carentes em três municípios	Veja	29/12/1993	Retranca	
39. Campanha agora tenta criar empregos	Cidadania – Petrobrás Distribuidora e Brahma já iniciaram projeto nacional para contratação de menores carentes	FSP	28/12/1993	Reportagem	
38. Voluntários viabilizam campanha	Pessoas de baixa renda se engajam no movimento contra a fome em São Paulo	FSP	28/12/1993	Notícia	
34. Mesmo com campanha brasileiros passam fome		FSP	26/12/1993	Chamada de Capa	
37. Leitor compra Folha para ajudar campanha		FSP	26/12/1993	Noticia	
29. Faxineiro fica sem jantar no Natal, como em todos os dias	Ele ganha salário mínimo e manda metade para a família; seu barraco nem tem fogão	FSP	26/12/1993	Reportagem	
28. Esmalte a Praça da Sé evita fome		FSP	26/12/1993	Notícia	
36. Natal teve menos comida que o de 92	Pesquisa DATAFOLHA. É opinião de 47% das famílias pesquisadas pelo Datafolha em cinco capitais; 7% dizem não ter comido nada .	FSP	26/12/1993	Reportagem	
36.1.900 domicílios foram visitados		FSP	26/12/1993	Retranca	
27. Macarrão sem sal é “ceia” em Brasília		FSP	26/12/1993	Reportagem	
35. Ex.traficante dá brinquedos		FSP	26/12/1993	Noticia	
30. Estrada para Caridade (CE) vira um grande corredor para pedintes	Pobreza leva cidade a não conjugar o verbo doar, mas apenas o pedir, afirma pároco	FSP	26/12/1993	Reportagem	
31. Macarrão sem molho é a ceia		FSP	26/12/1993	Notícia	

26. Desempregado ajuda vizinho		FSP	26/12/1993	Notícia	
25. Comida não foi bastante para sem.teto		FSP	26/12/1993	Notícia	
24. Família sofre fome e chuva		FSP	26/12/1993	Notícia	
21. Invasão em Curitiba não teve doações		FSP	26/12/1993	Notícia	
22. Meninos de rua desconhecem campanha		FSP	26/12/1993	Notícia	
19. Mendigos conseguem comer no centro do Rio de pedem emprego	Cerca de 70 pessoas fazem ceia com doações de comerciantes e sonham com trabalho para todos	FSP	26/12/1993	Reportagem	
20. Catador pega comida no lixão		FSP	26/12/1993	Retranca	
18. Resgate da consciência social	Em termos. Uma proposta lúcida de combate à fome é a idéia do imposto negativo, defendida por Suplicy	FSP	25/12/1993	Artigo assinado	
19.1 Fome só acaba com riqueza redistribuída	Miséria . Debate na Folha propõe soluções para aumentar a renda dos mais pobres e democratizar acesso à comida	FSP	25/12/1993	Notícia	
19.2. Não há projeto, diz Camargo	Imposto protege indústria em detrimento da produção rural (olho)	FSP	25/12/1993	Retranca	
19.4 – Meneguelli ataca as elites	Os miseráveis serão 60 milhões se o quadro ficar como está hoje (olho)	FSP	25/12/1993	Retranca	
19.5. Amadeo quer mais imposto	Estado deve ser ético e estar aparelhado para favorecer pobres (olho)	FSP	25/12/1993	Retranca	
16. Campanha já doou um milhão de t de comida em São Paulo	Ontem foram entregues as 7470 cestas de alimentos restantes, do total de 23 mil destinadas ao Natal	FSP	25/12/1993	Reportagem	
16.2. FHC diz que compra a Folha hoje		FSP	25/12/1993	Retranca	
12.1. Campanha já distribuiu 15 mil cestas em São Paulo	Hoje serão entregues as 7,470 restantes; Movimento dos Sem.Terra recebe 3800	FSP	24/12/1993	Notícia	
12.2. O Mapa da distribuição/ Caminhões		FSP	24/12/1993	Infográficos e fotografia	Arte com resultado da

carregados/ A campanha contra a fome					pesquisa do Datafolha
15.Família anda 2 mil Km para fugir da fome	Saga nordestina (vinheta). Em seis meses, 32 sergipanos fazem a pé a distância entre Aracaju e São Paulo; hoje em Santos esperam emprego	FSP	24/12/1993	Reportagem	
15.2.Manoel, 'o velho', tem 85 netos		FSP	24/12/1993	Retranca	
14.Dom Paulo recomenda que Lula faça alianças	Mensagem de Natal – (Bigode)	FSP	24/12/1993	Notícia	
13.Menino descobre comitê e garante Natal da família	Emerson, 12, levou 20 kg de alimentos para casa (subtítulo)	FSP	24/12/1993	Notícia	
11.Superceia distribui 20 mil pães e vinho	Crianças comem pão oferecido na superceia do Rio (legenda de foto)	FSP	24/12/1993	Notícia	
10.40% dos brasileiros dizem já ter feito doações		FSP	24/12/1993	Notícia	
7.1.Doação de alimentos beneficiará 100 mil		FSP	23/12/1993	Chamada de capa	
7.2. Doações beneficiarão 100 mil pessoas em São Paulo	Distribuição de alimentos doados por empresas, entre elas a Folha, começa às 9h em 60 pontos da cidade	FSP	23/12/1993	Notícia	
8.Termina em tumulto distribuição de comida no Rio		FSP	23/12/1993	Notícia	
9.Ginkana obtém US4,5 milhões		FSP	23/12/1993	Notícia	
73.Mecânico e diarista aguardam as cestas	Favela recebe doações da Folha	FSP	23/12/1993	Notícia	
6. Começa amanhã distribuição dos alimentos arrecadados	Iniciativa da Folha (vinheta) As doações vão ser utilizadas para completar 23 mil cestas básicas (Subtítulo)	FSP	23/12/1993	Reportagem	
3.Iniciativa da Folha atinge 250 toneladas de alimentos	Assim como o CCE e o Grupo Safra, indústria Arisco adere á campanha (subtítulo)	FSP	21/12/1993	Notícia	
4. Moradores de três favelas levam feijão	Doação foi feita pelo governo federal (subtítulo)	FSP	21/12/1993	Retranca	

5. Governo para ação contra desperdício		FSP	21/12/1993	Notícia	
2. Cai o consumo de alimentos em São Paulo	Quedas nas vendas (vinheta) Dados do Ceagesp e da associação de supermercados mostram que paulistano come menos arroz, feijão e frutas (subtítulo)	FSP	20/12/1993	Notícia	
1. Músico quer campanha no mundo		FSP	20/12/1993	Notícia	
32.1. Mesmo com a campanha, brasileiros passam fome		FSP	26/12/1993	Chamada de capa	
32.2. Pedreiro e família ceiam arroz e feijão		FSP	26/12/1993	Notícia	
33. Festa distribui 6000 cachorros. que ntes				Notícia	
41. Ceia simbólica é servida na Cinelândia	Refrigerantes e pães são doados a 800 pessoas (subtítulo)	O Globo	24/12/1993	Notícia	
42. Exemplo I e Exemplo II		O Globo	24/12/1993	Nota em Coluna (Swan)	
43. Por um Natal sem Fome	Fierj distribui 15 mil sacolas de alimentos (subtítulo)	O Globo	24/12/1993	Notícia	
44. Natal permanente		O Globo	24/12/1993	Coluna (Joelmir Betting)	
45. Sociedade tem que aprender a pressionar		O Globo	26/12/1993	Entrevista (com Betinho)	
46. Área social é a mais atingida pelos cortes no Orçamento		O Globo	28/12/1993	Notícia	Infográfico com os cortes no orçamento
47. Todos contra a fome.- Em nove meses de mutirão, sem partidos e sem burocracia, os cidadãos mostram que é possível		Isto É	29/12/1993	Reportagem	

vencer a miséria					
48. Datas – Participou		Isto É	29/12/1993	Nota em coluna	Chico dá show contra fome
32.3 Papai Noel salva o Natal de casal no Rio		FSP	26/12/1993	Noticia	

#### MATÉRIAS DO CADERNO ESPECIAL DA FSP

1- Brasil desperdiça US\$ 5,4 bi em alimentos	Valor anual das perdas agrícolas é suficiente para alimentar os 31,7 milhões de indigentes durante dois anos	FSP	19/12/1993	Reportagem
1-1- Agricultura perde por ano 23,8 milhões de toneladas		FSP	19/12/1993	Retranca
2-Molusco ajuda ribeirinhos a 'enganar a fome' no Pará-	O turu também é utilizado pelo Exército para sobrevivência na selva	FSP	19/12/1993	Noticia
3- Florestópolis reduz mortalidade infantil		FSP	19/12/1993	Noticia
4- Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco	Hospital regional atende seis casos por semana de 'loucos da fome'	FSP	19/12/1993	Reportagem
5- Carlos revela a estratégia dos saques		FSP	19/12/1993	Noticia
6-Má alimentação causa atraso no crescimento		FSP	19/12/1993	Noticia
7-Sopão serve 2.000 pratos em São Paulo		FSP	19/12/1993	Noticia
8- Desnutrição diminui com educação', diz Peliano		FSP	19/12/1993	Noticia
9- Brasil não sabe qual é o tamanho da sua fome		FSP	19/12/1993	Reportagem
10- FAO estima que no mundo	A subnutrição causa a morte	FSP	19/12/1993	Noticia

786 milhões de pessoas passam fome	de 13 milhões de crianças por ano			
11- EUA destinam 0,7% do PNB para manter programas sociais		FSP	19/12/2003	Noticia
12- Governo quer atender 8 milhões de famílias até dezembro de 94		FSP	19/12/1993	Noticia
13- Campanha distribui alimentos no Natal		FSP	19/12/1993	Noticia
14-Indigentes garimpam lixo no Grande Rio		FSP	19/12/1993	Reportagem
14-1- Famílias tiram sustento do lixo		FSP	19/12/1993	Retranca
15- País pesca 700 mil toneladas/ano mas tem potencial para 2 milhões Retranca: “		FSP	19/12/1993	Reportagem
15-1- Cardumes ‘erram’ de região		FSP	19/12/1993	Retranca
16- Alimento pesa menos hoje no bolso do consumidor que há 60 anos		FSP	19/12/2003	Noticia
17- Vale mineiro tem miséria e fome de 4º mundo		FSP	19/12/1993	Reportagem
17-1- Viúvas ‘surgem com a seca		FSP	19/12/1993	Retranca
17-2- Merenda é a única refeição		FSP	19/12/1993	

## LANÇAMENTO DO PROJETO FOME ZERO

Título	Sub.título/Bigode	Veíc	Data	Gênero
1.De sandália, Suplicy faz crítica a projeto	De pé no chão Senador feriu dedões em evento de Belém	FSP	17/10/2001	Notícia
2.Cartão de campanha		O Globo	14/10/2001	Nota em coluna Panorama político: Tereza Cruvinel
3.Lula lança hoje projeto para combater a fome	Petista vai propor a distribuição de cupons à população para serem trocados por comida	O Globo	16/10/2001	Notícia
4.Lula lança 3ª versão do 'Fome Zero'		FSP	16/10/2001	Notícia
5 –Lula lança plano de 'Fome Zero'; Suplicy critica		FSP	17/10/2001	Chamada de capa
5.1.Lula modera discurso e lança 3ª versão do 'Fome Zero'	Sucessão no escuro – PT usa imagens de telejornal e se inspira nos EUA	FSP	17/10/2001	Reportagem
5.2. Proposta central é distribuir cupons de alimentação		FSP	17/10/2001	Retranca
6. Lula: “Enquanto faltar comida na mesa dos brasileiros, não dá pra exportar”	(Bigode) Presidenciável critica lema de FHC e diz que dará prioridade ao mercado interno (Intertítulos): Para Jutahy, declaração é absolutamente infeliz; Lula, Mercadante e Mantega explicam afirmações	O Globo	17/10/2001	Reportagem
6.a. Contra a fome e pela polêmica	Projeto de distribuir cupons recebe crítica de Suplicy	O Globo	17/10/2001	Retranca
7. Imaginação Zero		O Globo	18/10/2001	Coluna –Panorama econômico – Míriam Leitão
8. “A conta está errada”	“Lula superfatura o número de miseráveis e propõe que o Brasil só exporte alimentos depois que os pobres estiverem sem fome”	Veja	24/10/2001	Reportagem

POSSE DE LULA

1. Lula toma posse hoje; 76% esperam bom desempenho		FSP	01/01/2003	Chamada de capa	
1.1. Lula toma posse hoje como o 39º presidente do Brasil	Governo Petista (vinheta) Sem curso superior, petista é o primeiro operário a ocupar cargo Eleito terá que enfrentar alta da inflação e crescimento da dívida (subtítulo)	FSP	01/01/2003	Notícia	
2. Lula pede a Furtado para recriar Sudene	Governo Petista (vinheta) Presidente eleito recorre ao criador da superintendência para reformulação; Fome Zero no Piauí está nos planos iniciais (subtítulo)	FSP	01/01/2003	Notícia	
3. Esperança em Lula é a maior desde Collor	76% acreditam que petista fará governo ótimo ou bom, taxa acima das obtidas por Collor, Itamar e FHC às vésperas de tomarem posse	FSP	01/01/2003	Notícia	Info. gráfico com os números da pesquisa Data. folha
4. Câmara vai coordenar área social	Governo Petista (vinheta)	FSP	01/01/2003	Reportagem	
5. Lula assume o Brasil	A posse de Lula (Vinheta) Petista toma posse hoje pregando conciliação e prometendo mudança sem sobressaltos (subtítulos)	O Globo	01/01/2003	Reportagem	
6. Dirceu assumirá comando das ações sociais de diferentes ministérios	Posse de Lula (vinheta) Lula avisa que quer respostas concretas sobre os programas em 15 dias (subtítulo)	O Globo	01/01/2003	Notícia	
7. Presidente Lula, boa viagem		O Globo	01/01/2003	Artigo assinado	
8. Lula assume Presidência e pede 'controle das ansiedades sociais'		FSP	02/01/2003	Chamada de capa	
8.1. Lula prega mudança com 'coragem e cuidado'	Discurso de posse Presidente pede 'mutirão contra fome' e troca ênfase na estabilidade por antigas bandeiras do PT ao ser empossado (subtítulo)	FSP	02/01/2003	Reportagem	
9. "Ao povo,	Parlatório: Presidente promete	FSP	02/01/2003	Reportagem	

Lula ´emocional ´fala em respeito e trabalho	honestidade e presta homenagem a viúva de Toninho				
10. A festa popular da mudança –	Lula é aclamado pelo povo nas ruas na posse histórica e promete mudar o país	O Glob o	02/01/2003	Reportagem	
11. Primeira MP assinada cria ministérios	Diário Oficial teve duas edições: uma com atos de FH e outra com as medidas de Lula	O Glob o	02/01/2003	Notícia	
12. Requião critica Lerner e elogia Lula na posse	Paraguaio Oviedo destaca.se entre os convidados da festa(subtítulo)	O Glob o	02/01/2003	Noticia	
13. Cúpula do Rio assume criticando Lula	Governadora diz que petista não permitiu que ela indicasse presidente da Petrobrás (subtítulo)	O Glob o	02/01/2003	Noticia	
14. Festa popular		O Glob o	02/01/2003	Coluna (Márcio Moreira Alves)	
15. Depois da catarse		O Glob o	02/01/2003	Coluna Panorama política (Tereza Cruvinel)	
16. “No 1º dia, Lula tem ´maratona internacional	Governo Lula (vinheta)Presidente recebe autoridades estrangeiras no Planalto, começando por Chavez; agenda apertada gera ´congestionamento´ diplomático´ (subtítulo)	FSP	03/01/2003	Noticia	
17. Benedita diz que pasta social não será esvaziada	Governo Lula (vinheta)	FSP	03/01/2003	Noticia	
18. Rossetto elogia ´mobilização´ do MST		FSP	03/01/2003	Noticia	
19. Será preciso ´congelar´os gastos, diz Mantega		FSP	03/01/2003	Noticia	
20. Viegas reafirma Forças Armadas no Fome Zero		FSP	03/01/2003	Noticia	
21. Bastos quer priorizar reforma da Justiça		FSP	03/01/2003	Noticia	
22. É preciso corrigir as		FSP	03/01/2003	Noticia	

distorções do mercado', diz Gil					
23. Rodrigues: Fome Zero vai impulsionar agronegócio	Dentre as recomendações de Lula ao ministro da Agricultura está o apoio ao cooperativismo (subtítulo)	O Globo	03/01/2003	Noticia	
24. Na primeira reunião ministerial, Lula cobrará empenho no Fome Zero	Programa terá telefone 0800 para receber doações da sociedade (subtítulo)	O Globo	03/01/2003	Noticia	
25. As muitas faces do novo governo		O Globo	03/01/2003	Coluna Panorama Político (Tereza Cruvinel)	
26. Lula de Mel	A partir de agora começam as cobranças (subtítulo)	Veja	08/01/2003	Reportagem	

### LANÇAMENTO DO PROGRAMA FOME ZERO

1- Palocci amplia atuação da Fazenda para área social – Estudos do ministério fazem diagnósticos distintos do Fome Zero		FSP	26/01/2003	Notícia	
2- Doação ao Fome Zero serve de vitrine		FSP	26/01/2003	Notícia	
3- O curinga de Lula – Quem é o assessor de governo que, reforça ministros, faz indicações para a equipe econômica e fala em nome do presidente		Veja	29/01/2003	Reportagem	
4- Paciência quase zero		Veja	29/01/2003	Nota em coluna (Radar)	
5- No começo é bom sonhar , diz FHC sobre planos de Lula		FSP	29/01/2003	Notícia	
6- Lula, o socialista maduro recebe aval político do FMI		FSP	29/01/2003	Notícia	
7- Os eventos da fome e a fome de eventos		FSP	29/01/2003	Coluna (Elio Gáspari)	
8- Atraindo apoio para o Fome Zero –	Frei Betto tenta mobilizar a sociedade em torno do principal programa do governo	O Globo	29/01/2003	Notícia	
9- Economista acha estratégia do Fome Zero ultrapassada	Prato vazio: Para Sônia Rocha, da FGV, vincular dinheiro à comida é ineficiente	FSP	30/01/2003	Reportagem	
10- Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel	Prato vazio: Nos dois 'laboratórios' do programa no Piauí, lista de alimentos que poderão ser comprados	FSP	30/01/2003	Reportagem	

	ainda é incerta				
11- Governo faz selo para atrair empresas		FSP	30/01/2003	Noticia	
12- Maranhão reclama exclusão da lista		FSP	30/01/2003	Noticia	
13-500 são esperados para o lançamento do programa		FSP	30/01/2003	Noticia	
14- Suplicy insiste em desvincular gasto de alimentação		FSP	30/01/2003	Noticia	
15- O Fome abaixo de Zero”).		FSP	30/01/2003	Coluna (Eliane Cantanhede)	
16- Câmara cria Comissão de Combate à Fome –	‘Será a contribuição do Legislativo para o Programa’, diz o autor do projeto” (subtítulo)	O Globo	30/01/2003	Noticia	
17- Fome Zero começa pela escola	Lula anuncia aumento de verba para merenda, mas maioria das ações ainda demorará mais (Subtítulo)	O Globo	31/01/2003	Noticia	
18- Mesa, Prato, Copo, Sal e Talher –	Programa ganha estrutura com nomes sugestivos(subtítulo)	O Globo	31/01/2003	Noticia	
19- Tucanos elogiam cartão-alimentação	Governadores petistas, porém, defendem distribuição de cestas ou dinheiro	O Globo	31/01/2003	Reportagem	
20-“Graziano volta a defender exigência de notas –.”	‘A comprovação pode ser feita de qualquer forma, como cadernetas e conta do verdureiro’, explicou o ministro	O Globo	31/01/2003	Noticia	
20-1- Fome Zero: No lançamento do programa, Zilda Arns insiste nas críticas dos comprovantes de despesas.		O Globo	31/01/2003	Retranca	
21-Municípios do Maranhão devem ficar fora da lista de beneficiados	Lista de 1.100 cidades atendidas deve priorizar as afetadas pela seca. (Subtítulo)	O Globo	31/01/2003	Noticia	
22-O		FSP	31/01/2003	Infográfico	

Programa Fome Zero					
23- A tutela do Fome Zero		FSP	31/01/2003	Coluna (Luis Nassif)	
24-Cidade-piloto não vê fome como prioridade –	Operação Social: Moradores de Guaribas, onde Fome Zero será lançado, consideram falta de água como questão mais grave”	FSP	01/02/2003	Reportagem	
25- Marca do Fome Zero terá controle		FSP	01/02/2003	Noticia	
26- A gente não morre de fome, diz beneficiada		FSP	01/02/2003	Retranca (da matéria 25)	
27-Um prato na bandeira do Brasil: o símbolo do Fome Zero	Publicitário da campanha de Lula cria slogan do programa: ‘O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome”	O Globo	01/02/2003	Noticia	
28- Combate à fome.		O Globo	01/02/2003	Carta do Leitor	
29- Lula abandona metas do Fome Zero original.	Operação Social: Antes da eleição, programa previa elevação do salário mínimo para US\$ 100 e concessão de mais benefícios	FSP	02/02/2003	Reportagem	Infográfico (as promessas esquecidas do Fome Zero)
30- Fome Zero é ‘fácil de burlar’ dizem membros de programa	Operação Social: Integrantes temem que problema de desnutrição não seja resolvido.	FSP	02/02/2003	Noticia	
31- Petista pede cautela com programa		FSP	02/02/2003	Noticia	
32- O Combate à fome		FSP	02/02/2003	Artigo assinado (Marconi Perillo)	
33- História julgará Lula pelo combate à pobreza	Primeiro mês: Historiador diz que, para conseguir alianças, novo governo usa os velhos métodos de barganha. – José Murilo elogia desempenho internacional, mas alerta que Fome Zero fracassará sem crescimento econômico	O Globo	02/02/2003	Entrevista	
34- Lula,	Governo completa um	O Globo	02/02/2003	Noticia	

surpresa na política e tropeço no social	mês em clima de lua-de-mel, comemorando a construção da imagem do presidente				
35- Chuva tira municípios da lista do Fome Zero	Prioridade para o semi-árido faz com que Jordão, no Acre, a segunda cidade mais pobre do país, fique sem atendimento.	O Globo	02/02/2003	Noticia	
36-Tínhamos que priorizar uma área	Para Frei Betto, o critério de escolha do governo federal não é cruel.	O Globo	02/02/2003	Noticia	
37- Habilidade para desanuviar temores	Equipe econômica deu sinais de que o governo poderá tomar medidas impopulares	O Globo	02/02/2003	Noticia	
38- Hildegard Angel		O Globo	02/02/2003	Nota em coluna	
39- Os problemas na implantação do programa Fome Zero	Prioridade do governo Lula enfrenta críticas até mesmo de petistas	FSP	03/02/2003	Noticia	
40-Fome Zero ignora campeã de desnutrição	Operação social: Nossa Sra. Dos Remédios (PI), onde 29,86% das crianças de até seis anos são desnutridas, não está no projeto-piloto	FSP	03/02/2003	Noticia	
41- Alimentação não está ligada diretamente à renda		FSP	03/02/2003	Noticia	
42- Além da fome, Guaribas sofre com corrupção	Cidade onde o governo federal lança hoje o Programa Fome Zero enfrenta graves problemas administrativos	O Globo	03/02/2003	Reportagem	
43- Prefeito proíbe criação de galinha		O Globo	03/02/2003	Retranca	
44-Governo lança pacote de promessas no Piauí	Operação Social: "Programa-piloto do Fome Zero em Guaribas é anunciado junto com projeto de alfabetização e moradias	FSP	04/02/2003	Reportagem	
45- Cidade vive feriado na estréia do Fome Zero	Moradores espalham faixas vermelhas pelas ruas de Guaribas e pedem água e saneamento básico	FSP	04/02/2003	Retranca	
46- Governo		FSP	04/02/2003	Noticia	

define critérios de projeto					
47- Alimentos doados ainda são problema		FSP	04/02/2003	Noticia	
48- Jogador quer participar do Fome Zero		FSP	04/02/2003	Noticia	
49-- Vamos aprender fazendo', diz Ciro sobre o Fome Zero		FSP	04/02/2003	Noticia	
50- Fome Zero é lançado, mas dinheiro só sai dia 27	Graziano anuncia programa oficialmente em Guaribas. Cartão-alimentação, porém, será distribuído no fim do mês	O Globo	04/02/2003	Reportagem	
51- Bispo propõe combate à desnutrição no estado		O Globo	04/02/2003	Noticia	
52-Fome Zero: primeiras mordidas		O Globo	04/02/2003	Artigo assinado (Luiz Garcia)	
53- Petista convoca juramento contra pobreza	Operação Social: Wellington Dias pede que população se comprometa a ter renda própria para usufruir do projeto temporariamente	FSP	04/02/2003	Noticia	
54- Com fome de soluções	A surpreendente coragem de pôr no coração do debate nacional e mundial o mais vergonhoso problema do país e do planeta	Carta Capital	05/02/2003	Reportagem	
55- A discórdia sobre a conciliação	A ida de Luiz Inácio a Davos causou mal-estar no Fórum Social, mas não tisonou sua imagem	Carta Capital	05/02/2003	Reportagem	
56- Fome Zero, confusão dez	O programa que é a menina-dos-olhos de Lula nasce marcado pela improvisação	Veja	05/02/2003	Reportagem	

## RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

1- Anseios para serem realizados		FSP	03/01/2004	Artigo assinado (Eduardo Suplicy)	
2- Ao rei e ao mendigo		O Globo	04/01/2004	Nota em coluna Panorama político (Tereza Cruvinel)	
3- Uma boa idéia.		O Globo	07/01/2004	Coluna Panorama Político (Tereza Cruvinel)	
4- Lula torna real hoje um antigo sonho de Suplicy		O Globo	08/01/2004	Noticia	
5- Dia de Suplicy		O Globo	08/01/2004	Nota em Coluna Panorama Político (Tereza Cruvinel)	
6- Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei.	Emocionado, senador pede beijo a Lula mas presidente avisa que não tem dinheiro para iniciar o projeto	O Globo	09/01/2004	Noticia	
7- Projeto de Suplicy é criado sem verba		FSP	09/01/2004	Noticia	

## CHAMADA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA

1- Presente		FSP	22/01/2005	Coluna Painel S.A.	
2- PT diz ser impossível evitar vaias a Lula	Partido desistiu de proteger presidente de manifestações contrárias ao governo; para Genoio, críticas deveriam ser vistas com naturalidade	FSP	26/01/2005	Noticia	
3- Lula diz que vaias vêm de 'filhos rebeldes' do PT	Presidente discursou em lançamento de campanha contra a pobreza no Fórum Social Mundial	FSP	28/01/2005	Noticia	
4- Fórum		O	27/01/2005	Noticia	

Social começa com protestos contra Lula		Glob o			
5- Sob vaia e aplauso, Lula defende governo no FSM.		O Glob o	28/01/2005	Noticia	

Observação: Os números colocados na primeira coluna referem-se à numeração das matérias nas fichas de análise.

## **ANEXO IV**

## DOCUMENTAÇÃO COLETADA

1. Sítio da organização não-governamental Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. [www.acaodacidadania.com.br](http://www.acaodacidadania.com.br)
2. Vídeos obtidos junto ao IBASE: a) Betinho fala sobre a Ação da Cidadania, contra a Miséria e pela Vida I – (9’ de duração, 1993); b) Betinho fala sobre a Ação da Cidadania contra Miséria, pela Vida II. 8’ de duração, 1993.) c) Principais comerciais da Campanha – Seleção dos principais comerciais produzidos pelo “Comitê de Idéias”, formado por publicitários e cineastas. (15’ de duração).
3. Documento Oficial do Projeto Fome Zero, distribuído em outubro de 2001.
4. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse, no Congresso Nacional – Brasília – DF – 1º de janeiro de 2003.
5. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse. Parlatório do Palácio do Planalto – Brasília – DF – 1º de janeiro de 2003.
6. *Folders* e material de divulgação do Programa Fome Zero distribuído no período de lançamento do Programa – Janeiro e Fevereiro de 2003.
7. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento institucional do Programa Fome Zero e instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Palácio do Planalto – Brasília – DF – 30 de janeiro de 2003.
8. Projeto de Lei do Senado – Nº 266 – De 2001. Institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências.
9. Lei nº 10.835 de 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.
10. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania – Palácio do Planalto – Brasília – DF – 8 de janeiro de 2004.
11. Sítio da Internet da Chamada Global Para a Ação Contra a Pobreza. [www.chamadacontrapobreza.org.br](http://www.chamadacontrapobreza.org.br)

12. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação contra a Pobreza, no Fórum Social Mundial – Porto Alegre – 27 de janeiro de 2005.

## **ANEXO V**

## TÍTULOS DAS MATÉRIAS

1.	1.De sandália, Suplicy faz crítica a projeto
2.	2.Cartão de campanha
3.	3.Lula lança hoje projeto para combater a fome
4.	4.Lula lança 3ª versão do 'Fome Zero'
5.	5 –Lula lança plano de 'Fome Zero'; Suplicy critica
6.	5.1.Lula modera discurso e lança 3ª versão do 'Fome Zero'
7.	5.2. Proposta central é distribuir cupons de alimentação
8.	6. Lula: “Enquanto faltar comida na mesa dos brasileiros, não dá pra exportar”
9.	6.1. Contra a fome e pela polêmica
10	7. Imaginação Zero
.	
11	8. “A conta está errada”
.	
12	40.1 Cara a cara com o Brasil
.	
13	40.2. O Médico
.	
14	40.3. Um filho
.	
15	40.4 . Um músico
.	
16	40.5. a cura
.	
17	40.6. A escola
.	
18	40.7. A fome adquire rosto e move o Brasil comum
.	
19	40.8. Os 32 milhões
.	
20	40.9. Um Comitê
.	
21	40.10 . A Usina
.	
22	40.11. O Brasil faz milagres sem Betinho
.	
23	40.12. A Comida
.	
24	40. 13.A Cidadania
.	
25	40.14.A casa própria
.	
26	40.15.Os mendigos
.	
27	40.16 – O direito ao trabalho
.	
28	40.17. A escola andarilha
.	
29	39. Campanha agora tenta criar empregos
.	
30	38. Voluntários viabilizam campanha
.	
31	34. Mesmo com campanha brasileiros passam fome
.	
32	37. Leitor compra Folha para ajudar campanha
.	

33	29. Faxineiro fica sem jantar no Natal, como em todos os dias
34	28. Esmalte a Praça da Sé evita fome
35	36. Natal teve menos comida que o de 92
36	36.1.900 domicílios foram visitados
37	27. Macarrão sem sal é "ceia" em Brasília
38	35. Ex.traficante dá brinquedos
39	30. Estrada para Caridade (CE) vira um grande corredor para pedintes
40	31. Macarrão sem molho é a ceia
41	26. Desempregado ajuda vizinho
42	25. Comida não foi bastante para sem.teto
43	24. Família sofre fome e chuva
44	21. Invasão em Curitiba não teve doações
45	22. Meninos de rua desconhecem campanha
46	19. Mendigos conseguem comer no centro do Rio de pedem emprego
47	20. Catador pega comida no lixão
48	18. Resgate da consciência social
49	19.1 Fome só acaba com riqueza redistribuída
50	19.2. Não há projeto, diz Camargo
51	19.4 – Meneguelli ataca as elites
52	19.5. Amadeo quer mais imposto
53	16. Campanha já doou um milhão de t de comida em São Paulo
54	16.2. FHC diz que compra a Folha hoje
55	12.1. Campanha já distribuiu 15 mil cestas em São Paulo
56	12.2. O Mapa da distribuição/ Caminhões carregados/ A campanha contra a fome
57	15. Família anda 2 mil Km para fugir da fome
58	15.2. Manoel, 'o velho', tem 85 netos
59	14. Dom Paulo recomenda que Lula faça alianças
60	13. Menino descobre comitê e garante Natal da família
61	11. Superceia distribui 20 mil pães e vinho
62	10.40% dos brasileiros dizem já ter feito doações

63	7.1.Doação de alimentos beneficiará 100 mil
64	7.2. Doações beneficiarão 100 mil pessoas em São Paulo
65	8.Termina em tumulto distribuição de comida no Rio
66	9.Ginkana obtém US4,5 milhões
67	73.Mecânico e diarista aguardam as cestas
68	6. Começa amanhã distribuição dos alimentos arrecadados
69	3.Iniciativa da Folha atinge 250 toneladas de alimentos
70	4. Moradores de três favelas levam feijão
71	5. Governo pára ação contra desperdício
72	2. Cai o consumo de alimentos em São Paulo
73	1. Músico quer campanha no mundo
74	32.1.Mesmo com a campanha, brasileiros passam fome
75	32.2. Pedreiro e família ceiam arroz e feijão
76	33. Festa distribui 6000 cachorros.quentes
77	41. Ceia simbólica é servida na Cinelândia
78	42. Exemplo I e Exemplo II
79	43. Por um Natal sem Fome
80	44. Natal permanente
81	45. Sociedade tem que aprender a pressionar
82	46. Área social é a mais atingida pelos cortes no Orçamento
83	47.Todos contra a fome
84	48. Datas – Participou
85	32.3 Papai Noel salva o Natal de casal no Rio
86	1- Brasil desperdiça US\$ 5,4 bi em alimentos
87	1-1- Agricultura perde por ano 23,8 milhões de toneladas
88	2-Molusco ajuda ribeirinhos a ´enganar a fome´ no Pará-
89	3- Florestópolis reduz mortalidade infantil
90	4- Subnutrição gera demência no sertão de Pernambuco
91	5- Carlos revela a estratégia dos saques

92	6-Má alimentação causa atraso no crescimento
93	7-Sopão serve 2.000 pratos em São Paulo
94	8- Desnutrição diminui com educação', diz Peliano
95	9- Brasil não sabe qual é o tamanho da sua fome
96	10- FAO estima que no mundo 786 milhões de pessoas passam fome
97	11- EUA destinam 0,7% do PNB para manter programas sociais
98	12- Governo quer atender 8 milhões de famílias até dezembro de 94
99	13- Campanha distribui alimentos no Natal
100	14-Indigentes garimpam lixo no Grande Rio
101	14-1- Famílias tiram sustento do lixo
102	15- País pesca 700 mil toneladas/ano mas tem potencial para 2 milhões Retranca: "
103	15-1- Cardumes 'erram' de região
104	16- Alimento pesa menos hoje no bolso do consumidor que há 60 anos
105	17- Vale mineiro tem miséria e fome de 4º mundo
106	17-1- Viúvas surgem com a seca
107	17-2- Merenda é a única refeição
108	1. Lula toma posse hoje; 76% esperam bom desempenho
109	1.1. Lula toma posse hoje como o 39º presidente do Brasil
110	2. Lula pede a Furtado para recriar Sudene
111	3. Esperança em Lula é a maior desde Collor
112	4.Câmara vai coordenar área social
113	5. Lula assume o Brasil
114	6.Dirceu assumirá comando das ações sociais de diferentes ministérios
115	7. Presidente Lula, boa viagem
116	8. Lula assume Presidência e pede 'controle das ansiedades sociais'
117	8.1. Lula prega mudança com 'coragem e cuidado'
118	9. "Ao povo, Lula 'emocional'fala em respeito e trabalho
119	10. A festa popular da mudança –
120	11. Primeira MP assinada cria ministérios
121	12. Requião critica Lerner e elogia Lula na posse

12 2.	13. Cúpula do Rio assume criticando Lula
12 3.	14. Festa popular
12 4.	15. Depois da catarse
12 5.	16. "No 1º dia, Lula tem ´maratona internacional
12 6.	17. Benedita diz que pasta social não será esvaziada
12 7.	18. Rossetto elogia ´mobilização´ do MST
12 8.	19. Será preciso ´congelar´os gastos, diz Mantega
12 9.	20. Viegas reafirma Forças Armadas no Fome Zero
13 0.	21. Bastos quer priorizar reforma da Justiça
13 1.	22. É preciso corrigir as distorções do mercado´, diz Gil
13 2.	23. Rodrigues: Fome Zero vai impulsionar agronegócio
13 3.	24. Na primeira reunião ministerial, Lula cobrará empenho no Fome Zero
13 4.	25. As muitas faces do novo governo
13 5.	26. Lula de Mel
13 6.	1- Palocci amplia atuação da Fazenda para área social
13 7.	2- Doação ao Fome Zero serve de vitrine
13 8.	3- O curinga de Lula
13 9.	4- Paciência quase zero
14 0.	5- No começo é bom sonhar´, diz FHC sobre planos de Lula
14 1.	6- Lula, o ´socialista maduro´recebe aval político do FMI
14 2.	7- Os eventos da fome e a fome de eventos
14 3.	8- Atraindo apoio para o Fome Zero –
14 4.	9-
14 5.	10- Economista acha estratégia do Fome Zero ´ultrapassada´-
14 6.	11- Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel
14 7.	12- Governo faz selo para atrair empresas
14 8.	13- Maranhão reclama exclusão da lista
14 9.	14-500 são esperados para o lançamento do programa
15 0.	15- Suplicy insiste em desvincular gasto de alimentação

15 1.	16- O Fome abaixo de Zero”.
15 2.	17- Câmara cria Comissão de Combate à Fome
15 3.	18- Fome Zero começa pela escola
15 4.	19- Mesa, Prato, Copo, Sal e Talher
15 5.	20- Tucanos elogiam cartão-alimentação
15 6.	21-Graziano volta a defender exigência de notas
15 7.	21-1-:No lançamento do programa, Zilda Arns insiste nas críticas dos comprovantes de despesas.
15 8.	22-Municípios do Maranhão devem ficar fora da lista de beneficiados
15 9.	23-O Programa Fome Zero
16 0.	24- A tutela do Fome Zero
16 1.	25-Cidade-piloto não vê fome como prioridade –
16 2.	26- Marca do Fome Zero terá controle
16 3.	27- A gente não morre de fome, diz beneficiada
16 4.	28-Um prato na bandeira do Brasil: o símbolo do Fome Zero
16 5.	29- Combate à fome.
16 6.	30- Lula abandona metas do Fome Zero original.
16 7.	31- Fome Zero é ‘fácil de burlar’ dizem membros de programa
16 8.	32- Petista pede cautela com programa
16 9.	33- O Combate à fome
17 0.	34- História julgará Lula pelo combate à pobreza
17 1.	35- Lula, surpresa na política e tropeço no social
17 2.	36- Chuva tira municípios da lista do Fome Zero
17 3.	37-Tínhamos que priorizar uma área
17 4.	38- Habilidade para desanuviar temores
17 5.	39- Hildegard Angel
17 6.	40- Os problemas na implantação do programa Fome Zero
17 7.	41-Fome Zero ignora campeã de desnutrição
17 8.	42-Alimentação não está ligada diretamente à renda
17 9.	43- Além da fome, Guaribas sofre com corrupção
18	44- Prefeito proíbe criação de galinha

18 1.	45-Governo lança pacote de promessas no Piauí
18 2.	46- Cidade vive feriado na estréia do Fome Zero
18 3.	47- Governo define critérios de projeto
18 4.	48- Alimentos doados ainda são problema
18 5.	49- Jogador quer participar do Fome Zero
18 6.	50-- Vamos aprender fazendo', diz Ciro sobre o Fome Zero
18 7.	51- Fome Zero é lançado, mas dinheiro só sai dia 27
18 8.	52- Bispo propõe combate à desnutrição no estado
18 9.	53-Fome Zero: primeiras mordidas
19 0.	54- Petista convoca juramento contra pobreza
19 1.	55- Com fome de soluções
19 2.	56- A discórdia sobre a conciliação
19 3.	57- Fome Zero, confusão dez
19 4.	1- Anseios para serem realizados
19 5.	2- Ao rei e ao mendigo
19 6.	3- Uma boa idéia.
19 7.	4- Lula torna real hoje um antigo sonho de Suplicy
19 8.	5- Dia de Suplicy
19 9.	6- Depois de 14 anos, Suplicy vê renda básica virar lei.
20 0.	7- Projeto de Suplicy é criado sem verba
20 1.	1- Presente
20 2.	2- PT diz ser impossível evitar vaias a Lula
20 3.	3- Lula diz que vaias vêm de 'filhos rebeldes' do PT
20 4.	4- Fórum Social começa com protestos contra Lula
20 5.	5- Sob vaia e aplauso, Lula defende governo no FSM.

OBS: Estes títulos incluem as manchetes, os títulos de retrancas e as chamadas de primeira página. Por isso a quantificação apresenta-se diferente da quantidade de matérias analisadas. O número de cada título, dentro do quadro maior refere-se ao numero da ficha de análise relativo a cada evento.

